

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Ana Lúcia Barbosa Faria

Os laboratórios de ideias liberais e a batalha ideológica

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo

2017



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PRPG -
Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação**

Ana Lúcia Barbosa Faria

Os laboratórios de ideias liberais e a batalha ideológica

Doutorado em Ciências Sociais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Política, sob orientação da Professora Dra. Vera Lúcia Michalany Chaia.

São Paulo

2017

Banca examinadora

Dedico este estudo a José Luiz Novais Faria, amor da minha vida. Saudade imensa.

(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Ao ingressar no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da PUC-SP, em 2012, não tinha ideia dos desafios que viriam pela frente. Além das dificuldades inerentes à pesquisa de doutorado, vivenciei as perdas de entes queridos e a irrespirável atmosfera política de gestação do ovo da serpente que envolveu este país, nos três últimos anos. Em estado de choque ante a gravidade desses acontecimentos, paralisei e diminuí significativamente o ritmo da escrita deste estudo. O desenvolvimento do trabalho intelectual requer tempo, disciplina, concentração e sobretudo inspiração, e em muitos momentos não consegui corresponder plenamente a essas exigências.

Entretanto, o apoio e a dedicação permanente da minha orientadora e amiga Vera Lucia Michalany Chaia, sempre demonstrando entusiasmo diante das minhas modestas explorações, foram gradativamente me reconectando com esta pesquisa e me impulsionando para seguir adiante. Vera conseguiu me conduzir com a sabedoria e a competência de uma verdadeira orientadora, graças a ela não saltei do bonde antes do ponto final. Sou muitíssimo grata a ela pela incomensurável paciência com os meus atrasos e, sobretudo, pelo respeito e pela confiança que depositou em mim.

Agradeço ao diretor geral do Cefet-MG, Flávio Antônio dos Santos, e ao sucessor Márcio Silva Basílio, pelo empenho em firmar o convênio Cefet-MG/PUC-SP, que possibilitou este doutorado.

Sou profundamente grata aos meus grandes amigos professores Milney Chasin, Paulo Cesar Lage, que muito me estimularam nesta empreitada e com muita dedicação e comprometimento coordenaram o Doutorado Interinstitucional (Dinter).

Registro o meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro ao Dinter e pela concessão da bolsa sanduíche para o estágio de doutoramento na Universidade Nova de Lisboa. Agradeço ainda ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo pelo suporte acadêmico que possibilitou a realização desta tese.

Sou grata ao Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, nomeadamente à investigadora Raquel Carneira Varela, que me supervisionou ao longo do

estágio de doutoramento. Aos colegas do Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos, coordenado pela investigadora Raquel Carneira Varela.

Agradeço muitíssimo aos que contribuíram com o desenvolvimento dessa pesquisa, concedendo gentilmente entrevistas: a Carlos Novais, do Instituto Causa Liberal; às professoras Maria Izabel Barreno (*in memoriam*) e Maria do Carmo Vieira.

Estendo o meu agradecimento aos amigos de alma do Departamento de Ciências Sociais: Bráulio Silva Chaves, Camilo Rogério Lara (*in memoriam*), Carlos Augusto Ribeiro Ferreira, Fábila Barbosa Heluy Caram, Filipe Raslan (*in memoriam*), Igor Mota Morici e Oneize Monteiro da Silva, pelo estímulo carinhoso que me colocou para frente.

Não posso deixar de agradecer encarecidamente a Katia Cristina da Silva, assistente de Coordenação e secretária do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, pelo atendimento sempre afetuoso e cuidadoso e pelo empenho em resolver prontamente as nossas solicitações.

Agradeço imensamente à Maíra, minha filha querida, por ter participado de todo o processo de elaboração desta tese, oferecendo sugestões relevantes, apoio emocional e incentivo e por ter suportado resignadamente os transtornos advindos da maratona deste doutorado, tolerando inclusive meus momentos de desespero e mau humor.

Agradeço imensamente às minhas irmãs, Simone e Anaís, por me incentivarem durante este percurso e pela disponibilidade em ler e discutir alguns capítulos deste trabalho. Especialmente a Simone, pelo zelo quase maternal que me dispensou nos meses de enclausuramento dedicados ao término desta investigação.

Sou muitíssimo grata aos meus sobrinhos Ian e Juliana, que solidariamente leram e apreciaram alguns capítulos desta tese. Expresso meu reconhecimento à cuidadosa revisora desta tese, LÍlian de Oliveira.

Acrescento finalmente que o período da construção deste trabalho foi marcado por perdas inestimáveis. A primeira do meu companheiro, José Luiz, com quem compartilhava em primeira mão os capítulos desta tese para apreciação, as suas sugestões eram sempre muito pertinentes e valiosas, percepção refinada de quem amava os livros. Esse crivo me transmitia a confiança necessária para superar parcialmente a minha insegurança e deixar as ideias mais fluidas. Prosseguir a elaboração desta pesquisa sem a sua contribuição foi um processo bastante

difícil e doloroso. A segunda perda, a de Filipe Raslan, meu camarada de luta e de alegramento, doce pupilo. Filipe participou da banca de qualificação desta investigação, apresentou contributos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa e da redação do texto. Por último guardo a lembrança saudosa de Camilo Lara, confidente, o irmão que não tive. Com ele discutia cotidianamente sobre os rumos de minha tese, e juntos pensávamos as melhores possibilidades para o prosseguimento desta investigação. Neste trabalho está inscrita a preciosa contribuição de vocês.

FARIA, Ana Lúcia Barbosa. “Os laboratórios de ideias liberais e a batalha ideológica”.

RESUMO

Este estudo investiga o poder e o papel dos laboratórios de ideias liberais no processo de construção e preservação da hegemonia burguesa, redefinida nos marcos do capitalismo neoliberal, a partir da crise econômico-financeira do final da década de 1970. Com este propósito examinou-se a gênese do pensamento liberal em John Locke e a acepção contemporânea desta tradição em Friedrich August von Hayek. Tentou-se decifrar o movimento político-ideológico desencadeado pela Associação Mont Pèlerin, cujo objetivo era travar uma batalha de ideias em âmbito mundial, visando legitimar, afirmar e conservar o ideário liberal, introjetando nos indivíduos a convicção de que somente a ordem espontânea do mercado é capaz de assegurar a liberdade dos indivíduos e a perpetuação da humanidade. Proliferou-se, a partir de então, em diversos países uma rede de laboratórios de ideias liberais interconectados, imbuída do propósito de disseminar o pensamento hayekiano. Analisou-se também a gênese da crise que eclodiu no final dos anos 1970 inaugurando um novo paradigma de renegociação da dívida externa dos países latino-americanos. A recuperação do sistema financeiro internacional implicou a derrocada das economias periféricas, em razão de o fardo da crise transferir-se maciçamente para elas. Por fim, este estudo pretendeu decodificar as conexões entre os laboratórios de ideias, os organismos financeiros internacionais e as elites empresarias, políticas e intelectuais que possibilitaram a escalada acelerada e brutal da dominação burguesa rumo à sangria da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Liberalismo, Neoliberalismo, Laboratórios de ideias liberais, Estado de Bem-estar Social, Crise da dívida, Hegemonia, Instituto Liberal, Consenso de Washington.

FARIA, Ana Lúcia Barbosa. “The Laboratories of Liberal Ideas and the Ideological Struggle”

ABSTRACT

This study investigates the power and the role of the Liberal Ideas Laboratories in the preservation and building process of the bourgeois hegemony, redefined according to the neoliberal capitalism boundaries, as from the end of the 1970-decade financial economic crisis. Following this goal one analyzed the genesis of the liberal thought in John Locke, as well as the contemporary meaning of this tradition in Friedrich August von Hayek. One tried to decipher the ideological political movement triggered off by the Mont Pèlerin Association, whose objective was to start a worldwide struggle of ideas, aiming to legitimate, establish and keep the liberal ideas, making the individuals internalize the conviction that only the spontaneous order of the market is capable of assuring the freedom of the individuals and an everlasting humanity. Since then, a net of interconnected laboratories of liberal ideas has spread to various countries, aiming at spreading the Hayekian thought. The genesis of the crisis which emerged in the end of the 1970's was also analyzed. A new paradigm for the renegotiation of the Latin American countries external debt was put forward. The recovery of the international financial system implied the downfall of the peripheral economies because the burden of the crisis was massively transferred to them. Finally, this study intended to decipher the connections between the laboratories of ideas, the international financial organisms and the organizational, political and intellectual elites which have enabled the brutal and accelerated ascent of the bourgeois domination toward the bleeding of the working class.

Keywords: Liberalism, Neoliberalism, Laboratory of Liberal Ideas, Social Welfare State, Debt Crisis, Hegemony, Liberal Institute, Washington Consensus.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 LIBERALISMO E DEMOCRACIA	21
1.1 Da teoria à ação concreta.....	35
1.2 As tradições morais espontaneamente geradas pela ordem do mercado competitivo e pelo racionalismo construtivista	52
1.3 A justiça e a igualdade social em Hayek	58
1.4 Democracia, sufrágio universal e liberalismo	66
1.5 Do Estado de Bem-estar Social à reabilitação do liberalismo.....	86
CAPÍTULO 2 A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL.....	106
2.1 Raízes do pensamento neoliberal no Brasil	108
2.2 A desordenação financeira mundial e a asfixia econômica dos países periféricos	113
2.3 Brasil – da crise da dívida às prescrições neoliberais.....	120
2.4 A ruptura do pacto empresarial militar e a reorganização do poder político das elites dominantes	131
2.5 Linhas auxiliares externas – as elites penetram no movimento sindical	141
2.6 Institutos Liberais – o laboratório de ideias e a batalha ideológica neoliberal no Brasil.....	145
CAPÍTULO 3 OS LABORATÓRIOS DE IDEIAS LIBERAIS E A NOVA HEGEMONIA BURGUESA	156
3.1 International Institute For Economy, FMI, Banco Mundial e o Consenso de Washington.....	156
3.2 O seminário do Institute for International Economics em 1993: os <i>technopols</i> e o Plano Real	167
3.3 Hayek e a batalha de ideias.....	173
3.4 Da Associação Mont Pèlerin às redes de laboratórios de ideias: a Fundação de Pesquisa Econômica Atlas.....	177
3.5 A ofensiva neoliberal contra a Maré Rosa.....	193
3.6 A atuação laboratórios de ideias liberais no Brasil.....	196
3.6.1 Estudantes pela Liberdade e o Movimento Brasil Livre (MBL)	200
3.6.2 O Fórum da Liberdade.....	201
3.6.3 O Instituto Millenium (Imil).....	204
REFLEXÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS	227
ANEXOS.....	236

INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se no domínio do pensamento sociopolítico. A natureza deste trabalho consiste em investigar o poder e o papel dos *think tanks*¹ liberais, ou laboratórios de ideias,² na propagação do ideário liberal, no ativismo da nova direita. Neste trabalho emprega-se a categoria laboratório de ideias para designar esse modelo de organização em razão de considerar terminologia mais adequada às atividades desempenhadas por essas entidades e por julgá-la mais apropriada à realidade brasileira.

De modo específico, esta pesquisa persegue a relação entre o escopo e a intervenção concreta dessas organizações, pós-crise econômico-financeira de 1970, para garantir a ininterrupção do liberalismo como projeto político hegemônico no Brasil e o aprofundamento da agenda liberal em Portugal. Mais precisamente, os laboratórios de ideias são instituições presentes no processo de formulação de políticas públicas nos Estados Unidos e na Inglaterra desde os anos 1940. Esses institutos não só produzem conhecimento sobre os temas sujeitos à regulamentação pública, como também, e principalmente, formulam soluções ou projetos de políticas públicas. Na maioria das vezes, são organizações privadas de investigação e disseminação de teoria econômica e políticas públicas, que dispõem de corpo técnico qualificado ou buscam consultorias. Essas organizações veiculam suas teorias e propostas políticas por meio de livros, boletins, revistas, jornais, artigos acadêmicos e de intervenção nos âmbitos universitário e midiático, bem como nos órgãos de assessoria técnica dos partidos políticos (GROS, 2003, p. 19).

Investigar os institutos liberais implicou entender as bases teóricas do liberalismo, inauguradas a partir de John Locke, haja vista que o seu livro *Segundo tratado do governo* constitui a genealogia do pensamento liberal. Considerou-se o significado desse ideário e da própria atuação política de seu ideólogo no contexto sócio-histórico que emerge no século XVII. Da mesma forma, buscou-se compreender as ideias liberais reabilitadas na contemporaneidade, cujas formulações de maior impacto foram as produzidas por Friedrich August von Hayek. Procurou-se, também, apreender a importância do engajamento político

¹ *Think tanks* podem ser literalmente traduzidos como “reservatórios de ideias”: organizações que produzem e disseminam ideias para formulação de políticas e tomada de decisões. Cf. PECEQUILO, Prefácio.

² Categoria cunhada por Dreifuss para designar organizações de formulações de ideias e pesquisa, agências de planejamento e consultoria que servem a classe dominante, (sem serem necessariamente parte dela ou participante da ação política direta). Cf. DREIFUSS, 1986, p. 28.

desse pensador para a reinserção do liberalismo na vida social como projeto hegemônico. Esses temas são tratados no primeiro capítulo, composto por cinco seções, estruturadas com base em vasta pesquisa bibliográfica.

Nessa perspectiva, o capítulo 1 inicia-se abrangendo a análise das teses políticas liberais de Locke desenvolvidas no *Segundo tratado sobre o governo*. Examinam-se as noções fundamentais do pensamento lockeano, entre as quais se distinguem: as leis e o direito natural; o estado de natureza; a ideia de propriedade como um direito natural, notadamente como direito à vida, à liberdade e aos bens. Examina-se, também, a teorização sobre a “invenção do dinheiro”, que teria sido, conforme o autor, a etapa crucial para a admissão da desigualdade econômica entre os homens, e que teria demandado a constituição de um poder estatal apto a garantir a manutenção da apropriação desigual de bens e resguardar a segurança, a paz e o bem dos indivíduos. Todas essas noções foram formuladas em consonância com as novas relações sociais de produção que emergiam e se dirigiam rumo à conquista de sua consolidação.

Além disso, nessa seção, discutem-se e problematizam-se a atuação de Locke como comissário da Câmara de Comércio da Inglaterra e o Memorando de Alívio à Pobreza de 1697 (*Memorandum on the Reform of the Poor Law*) por ele proposto. Analogamente, debate-se a metodologia desenvolvida pelo filósofo inglês para educar “os ricos e bem-nascidos” e o seu compromisso com a formação aristocrático-burguesa. Por fim, constata-se o caráter classista da teoria lockeana e o novo paradigma que floresce consubstanciado, em larga medida, na construção teórica e nas práticas políticas desse pensador destinadas a demolir os obstáculos e as restrições ao desenvolvimento material da sociedade burguesa.

O capítulo também ocupa-se do exame minucioso do pensamento político de Hayek. As obras analisadas foram: *Os fundamentos da liberdade* (1960); *A arrogância fatal: o erro dos socialistas* (1988); *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política, volume I* (1985); *Direito, legislação e liberdade: a miragem da Justiça social, volume II* (1985) e *Direito, legislação e liberdade: a ordem política de um povo livre, volume III* (1985). Entre as categorias abordadas por Hayek, discorreu-se sobre as noções de ordem espontânea de cooperação humana; ordem espontânea do mercado; racionalismo construtivista; justiça; justiça social/distributiva; igualdade; propriedade privada; liberdade; tradição democrática e a tradição liberal; lei e legislação. A metodologia adotada caracterizou-se por uma exposição quase literal das ideias de Hayek,

com vistas a extrair de seu constructo teórico, sem mutilação, os elementos que suscitem discussão, reflexão e que possibilitem indagações a partir de seus pressupostos.

Ademais, é feito o estudo do contexto histórico de ascensão do projeto do Estado de Bem-estar Social e a batalha político-ideológica de Hayek e seus correligionários para reabilitar o liberalismo. Trata, ainda, dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos que geraram as condições para a derrocada do keynesianismo e contribuíram para a afirmação do liberalismo como projeto social hegemônico. O sentido deste capítulo no âmbito da tese consiste em demarcar com precisão os pressupostos sob os quais a tradição liberal repousa e as estratégias e práticas políticas empregadas por seus defensores para reabilitar o liberalismo a partir da década de 1940.

No capítulo 2, aborda-se a história dos laboratórios de ideias liberais ou reservatórios de ideias liberais no Brasil. Esse capítulo abarca a trajetória pela qual essas instituições penetram na cena política nacional, sob a inspiração e a ascendência de arquétipos estadunidenses e britânicos, com vistas a atenderem às exigências do novo padrão de acumulação capitalista instaurado pós-crise do Estado-providência. A intervenção política das organizações liberais consiste em difundir a racionalidade liberal na sociedade brasileira. O objetivo do capítulo foi contextualizar historicamente a constituição dessas organizações no Brasil. Com essa finalidade procurou-se delinear um paralelo entre as condições político-econômicas nacionais e internacionais que propiciaram a ascensão do projeto neoliberal no Brasil e a penetração, disseminação e legitimação do pensamento hayekiano, que pavimentou o caminho para as reformas de ajustes econômicos no país. Para tanto, percorreu-se um longo trajeto em que se analisaram os seguintes temas:

- (i) A desorganização do Sistema Monetário Internacional após a ruptura do Acordo de Bretton Woods, pelo governo de Richard Nixon, em 1971;
- (ii) A crise da dívida externa brasileira gerada pelos impactos da desaceleração da economia internacional nos anos 1970 e pela “severa depressão” global da década de 1980;
- (iii) Os acordos firmados entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) na década de 1980 e as condicionalidades impostas por essa instituição financeira para a concessão de novos créditos, para a renegociação e amortização da dívida externa brasileira. Tais condicionalidades introduziram as prescrições da política econômica neoliberal;

- (iv) A desarticulação do pacto empresarial militar e o declínio do projeto desenvolvimentista;
- (v) O realinhamento político-ideológico e as estratégias dos grupos empresariais para enfrentar a “sociedade dos políticos sem armas”;
- (vi) A decodificação das estratégias da batalha ideológica empreendida pelos laboratórios de ideias liberais no Brasil para hegemonizar o pensamento hayekiano e assim abrir passagem para a ascensão do projeto político neoliberal e para o triunfo da ordem burguesa ultraliberal no país;
- (vii) A decifração dos vínculos desses laboratórios de ideias com outras organizações nacionais e internacionais e a sua ligação com a conjuntura política nacional e internacional.
- (viii) A preocupação em responder as seguintes questões sobre esses reservatórios de ideias liberais:
 - a) quem são os seus protagonistas;
 - b) quais grupos sociais e econômicos financiam essas instituições;
 - c) que ideias e propostas defendem e veiculam;
 - d) quais são as suas estratégias de intervenção política e de difusão de suas ideias;
 - e) que atividades desenvolvem; e
 - f) quais os vínculos das ideias defendidas nessas organizações com o pensamento lockeano e hayekiano.

Para o desenvolvimento desse capítulo, tomou-se como ponto de partida a tese de doutorado de Denise Gros, *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*; a dissertação de mestrado de Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr, *O padrão de reciclagem da dívida externa em 1983 e 1984*; a obra de Florestan Fernandes *Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política*; a obra de René Dreifuss *O jogo da direita*; a dissertação de mestrado de Flávio Henrique Calheiros Casimiro, *A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil (1983-1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal*. Esta investigação também explorou as fontes de informações publicadas por essas organizações, quais sejam: relatórios boletins, livros, jornais, revistas.

A terceira parte deste estudo dedica-se à compreensão da trama político-ideológica que possibilitou o triunfo do neoliberalismo como projeto político hegemônico e como *ethos* da vida social. Mais precisamente, pretende-se identificar os recursos estratégicos

desenvolvidos para legitimar um programa de políticas que corrói a raiz do sistema de proteção da classe trabalhadora, intensifica e precariza o trabalho.

Com esse propósito se reconstituiu o Consenso de Washington, focalizou-se o seu papel estratégico de estabelecer um modelo prescritivo de política de estabilização, privatizações e liberação econômico-financeira para os países da América Latina. Tal modelo redefiniu a forma de atuação do Estado na economia, na relação com as políticas públicas, trabalhistas e sociais; na reestruturação e desnacionalização de diversos setores econômicos e financeiros, na configuração do mercado de trabalho (FILGUEIRAS, 2012, p. 31).

Com esse mesmo objetivo examinou-se o Plano Real, que consolidou no Brasil a agenda de Washington, a qual inseriu o país na nova dinâmica de acumulação do capital como país neoliberal periférico. Torna-se necessário esclarecer que este estudo não pretende realizar um balanço da política econômica neoliberal. A sua linha mestra restringe-se à identificação e análise dos procedimentos, das manobras político-ideológicas que consolidaram e preservam a legitimação do neoliberalismo. Neste estudo investigativo as reflexões e sistematizações dos argumentos críticos sobre o significado estratégico do Consenso de Washington e do Plano Real partiram:

- (i) das contribuições recolhidas da coletânea intitulada *Os Moedeiros Falsos* (FIORI, 1997b). Efetivamente, essa coletânea se constitui em precioso acervo sobre o Consenso de Washington e o Plano Real. Ela reúne diversos ensaios que ofereceram uma perspectiva “da agenda política dos anos 90”, bem como das estratégias políticas de ajuste de reestruturação do país. Além disso, as considerações contidas na análise crítica consistente de Fiori (1997b, p. 7) sobre a hegemonia neoliberal foram de grande valia para a compreensão desse processo político.
- (ii) das análises desenvolvidas por Filgueiras (2012) sobre o caráter político e ideológico do Consenso de Washington e do Plano Real.

Ocupou-se também nesse capítulo da análise do processo de constituição de redes de laboratórios de ideias liberais, que operam, em âmbito global, na fabricação de arquétipos ideológicos cognitivos, transmitidos em escala transnacional, regional/continental e nacional. Esses arquétipos não só falseiam a realidade, mas a substituem por matrizes discursivas

pseudocoerentes que induzem a uma caricatura da realidade, na qual a lógica mercadológica passa a ser o fundamento da vida social.

Nessa perspectiva, focalizaram-se o poder e o papel desempenhado pela rede que compõe a Atlas Economic Research Foundation ou Atlas Network, pelo Centro Hispano-Americano de Pesquisa Econômica (Hacer), pela Rede Liberal para a América Latina (Relial) e pela Fundação internacional pela Liberdade (FIL). Essas redes foram selecionadas devido a sua forte inserção na América Latina. Investiga-se, ainda, a atuação de entidades liberais no Brasil, notadamente, Estudantes pela Liberdade, Movimento Brasil Livre, Fórum da Liberdade e o Instituto Millenium. Essas organizações foram selecionadas em razão do protagonismo que desempenham na batalha de ideias liberais no Brasil.

Cabe explicar que muitas vezes a distinção clara e precisa sobre a caracterização entre laboratório de ideias e movimento liberal é difícil de se identificar, devido ao fato de alguns movimentos, pouco estruturados formalmente – muitas vezes sem sedes próprias, sem estrutura administrativa constituída –, estarem associados a redes de organizações poderosas e desempenharem um protagonismo visível no processo de socialização neoliberal. Por essa razão, neste estudo alguns desses movimentos estão categorizados como laboratórios de ideias liberais.

O processo investigativo deste estudo partiu do mapeamento quantitativo, de dados coletados no próprio sítio dos laboratórios, quais sejam: histórico, quem somos, missão e estrutura da organização, materiais biográficos sobre fundadores e lideranças, grupo de dirigentes, as organizações parceiras, área de atuação, material de divulgação (livros, revistas, boletins, artigos, matérias jornalísticas, vídeos de eventos).

Alguns sítios como o da Atlas fornecem farto material sobre a organização, o que permite montar uma nítida radiografia da entidade, do seu papel aglutinador da classe e formador do discurso burguês. Permite também verificar os seus vínculos com outras organizações e observar a sua relação com a sociedade civil em âmbito transnacional, regional e nacional. Mediante o mapeamento das redes de laboratórios de ideias, foi possível também registrar o fomento sistemático e abrangente de um processo de socialização engendrado pelas elites econômicas em conexão com o universo acadêmico/intelectual, com o universo midiático/publicitário e com lideranças políticas.

Sobre a investigação dos laboratórios de ideias liberais e o neoliberalismo em Portugal

A pesquisa em Portugal sobre os laboratórios de ideias liberais ofereceu poucas contribuições para este estudo, em razão do caráter mais fechado das organizações, das poucas informações disponíveis nos sítios, bem como do restrito número de laboratórios. Observou-se também que a Europa é mais refratária à penetração das ideias neoliberais por meio de laboratórios. O processo de socialização neoliberal na Europa tem sido desencadeado com maior intensidade pelos grupos de pesquisa de caráter acadêmico, financiados por redes como a Atlas, o Instituto Manhattan e o Instituto Cato. Atesta essa constatação o artigo “*Think Tanks* conhecimento ou poder?”, cujo fragmento alusivo à questão em tela retrata-se a seguir: “Em Portugal, a noção de think tank tem sido praticamente desconhecida. No entanto, a literatura aponta para a existência de aproximadamente 25 instituições de investigação em política pública no país, fundadas maioritariamente após a década de 80”.³

Em Portugal foi possível identificar as seguintes organizações liberais: Causa Liberal, Instituto Ludwig Von Mises Portugal, Contraditório Think Tank, Institute For Political Studies, O Insurgente, Movimento Liberal Social, Blasfémias, Compromisso Portugal.

No sítio da *Revista História e Teoria das Ideias*,⁴ o artigo de José Manuel Moreira, “Pensamento liberal em Portugal”, apresenta um conteúdo elucidativo sobre a evolução do liberalismo em Portugal. A passagem sobre o retorno das ideias liberais esclarece de maneira substancial como o pensamento liberal é gradativamente reintroduzido no país em 1985. Apresenta-se a seguir o trecho referente a esse conteúdo na íntegra, para não se correr o risco de mutilar o seu teor:

Quanto ao pós-25 de Abril de 1974, podemos dizer que, depois do período conturbado, o esquerdismo das jovens gerações começou a ceder às ideias liberais. Mesmo assim, nasceu à esquerda. Foi em 1985, em grande medida por iniciativa de João Carlos Espada, que apareceu um Clube intitulado de “Esquerda Liberal” e uma Revista Risco, com o primeiro número a sair na Primavera. Ora apesar da revista ser bastante plural – no seu número 4 (1987) aparece um texto de Fernando Gil e Jean Petitot com “O novo debate sobre a racionalidade”, o certo é que a matriz

³ SELADA, Catarina; FELIZARDO José Rui Felizardo.08/05/2006. Disponível em: <<https://www.publico.pt/economia/jornal/think-tanks-conhecimento-ou-poder-77521>>. Acesso em: 23 de abril de 2014.

⁴ *Revista História e Teoria das Ideias*, v. 25, p. 177-197, 2008. Disponível em: <<https://cultura.revues.org/687>>. Acesso em: 23 de abril de 2014.

dominante parecia passar por uma conjugação entre Popper e Rawls. O ano de 1985 foi também o da edição pela Gráfica de Coimbra de um famoso livro de Michael Novak, *O Espírito do Capitalismo Democrático*.⁴¹ Mais à direita, os liberais também apareceram. Francisco Lucas Pires chegou a liderar o Partido do Centro Democrático e Social, mas sem que a sua liderança tenha deixado raízes. O mesmo aconteceu ao Grupo de Ofir: uma espécie de clube liberal concorrente com o da esquerda liberal.

Seguir-se-ia a Fundação Portugal Século XXI, mais abrangente, da área da Aliança Democrática, que, apesar de contar com mais meios, não se chegou a constituir como “Think Tank” do pensamento liberal e conservador. Das suas iniciativas merecem destaque um ciclo de conferências por onde passaram, entre outros, Sousa Franco, Braga de Macedo e Gonçalves Pereira, e um seminário de dois dias sobre a Constituição Americana, por ocasião do seu segundo centenário. Neste, a presença de diversos convidados americanos – R. Scigliano, Walter Burns, Robert Goldwin, James Ceaser e J. Hamburger – não obsteu à pouca participação, dando razão a muitos intelectuais de esquerda que acusam a direita liberal de pouco se interessar pela batalha das ideias e da cultura. Neste mesmo período, alguns liberais franceses foram também traduzidos: *A solução Liberal* (Editorial Inquérito) de Guy Sorman, em 1986, e *Amanhã o Liberalismo* (Europa-América), em 1988, são disso exemplo. Textos mais tarde integrados no livro *Liberalismos*. Entre o conservadorismo e o socialismo (Ed. P [...]) Trata-se de uma tese de doutoramento defendida em 1992: José Manuel L. S. Moreira, *Filosofia e me* [...]

Textos recolhidos em Pedro Arroja, *O Estado e a Economia, Vida Económica*, Porto, 1989. E mais tarde [...]

Foi neste contexto que, em 1988 e 1989, apresentei os textos “Liberalismo francês versus liberalismo inglês: uma chave para a interpretação do liberalismo em Portugal” e “Liberalismo conservador versus liberalismo socialista – ou uma ocasião para situar Hayek”.⁴² E já como resultado do doutoramento (1992) a publicação da primeira obra sobre o pensamento de Hayek⁴³. Uma outra corrente também austríaca, mas mais misesiana, será assumida na imprensa por Pedro Arroja.⁴⁴

João Carlos Espada, *Social Citizenship Rights: A Critique of F. A. Hayek and Raymond Plant* MacMil [...]

Entretanto, João Carlos Espada, que tinha saído de assessor do Presidente Mário Soares (em 1990) para fazer doutoramento⁴⁵ em Inglaterra, regressado a Portugal haveria de estar na origem de um novo movimento – agora próximo da raiz liberal-conservadora (tradição “inglesa”) – a partir da criação de um curso de Mestrado em Ciência Política (1996/97) na Universidade Católica Portuguesa (UCP) com o apoio de Mário Pinto. Um movimento fortalecido com o sucesso da Revista Nova Cidadania e o prestígio internacional alcançado com as sucessivas edições dos “Cursos de Verão” do Instituto de Estudos Políticos (IEP-UCP). Iniciativas que muito contribuíram para uma forte e crescente influência do pensamento liberal e conservador no meio empresarial e na imprensa escrita.

André Azevedo Alves (e José Manuel Moreira), *O que é a Escolha Pública, Para uma análise económico* [...]

Luís Aguiar Santos, *Comércio e Política, Na Crise do Liberalismo*, Ed. Colibri, Lisboa, 2004.⁴⁴ Mais recentemente, surgiu o primeiro movimento em Portugal com inspiração no liberalismo clássico e ligação à escola austríaca de economia – a Causa Liberal. André Azevedo Alves⁴⁶ e Luís Aguiar Santos⁴⁷ foram os seus grandes protagonistas. Ao mesmo tempo, está a dar-se uma surpreendente apetência por intelectuais liberais, mesmo da direita liberal, pela batalha das ideias. São disso sinal o impacto que teve a Revista Atlântico, o crescente número de editoriais e crónicas nos mass media (como João Miranda, Rui Ramos e Luciano Amaral), sem esquecer que a presença de liberais no meio universitário e, em particular, na blogosfera é cada vez mais significativa.

Relato da entrevista sobre o laboratório de ideias Causa Liberal

Em entrevista concedida para esta pesquisa, em 15 de outubro de 2014, Carlos Novais presidente do laboratório de ideias Causa Liberal, informou que: a organização surge inspirada nos movimentos libertários americanos de um grupo composto por estudantes universitários e jovens que se reuniam para constituir a organização Causa Liberal. A Causa Liberal também se inspirou no liberalismo europeu austríaco.

Essa entidade – primeiro laboratório de ideias liberais de Portugal – desempenha um papel relevante no incentivo à busca de esclarecimento sobre os fundamentos do liberalismo clássico e contemporâneo. A partir da Causa Liberal novas organizações se constituíram, como o Instituto Ludwig Von Mises de Portugal, O Insurgente, Movimento Liberal Social, Blasfêmias, Compromisso Portugal, Mais Portugal, o Contraditório entre outros. Hoje a Causa Liberal e o Instituto Ludwig Von Mises de Portugal estão muito próximos, havendo possibilidade de fusão.

Não militam na Causa Liberal figuras de notoriedade em Portugal no âmbito acadêmico, jornalístico ou político. A entidade é constituída por pessoas que se agregam em torno dos princípios liberais na esfera econômica e de valores muitos dos quais defendidos pela esquerda, pelo marxismo, como o princípio da justiça, mas em uma perspectiva liberal, mais avançada e eficaz que a sustentada pelo marxismo ou pela esquerda. A Causa Liberal tem como propósito formar mentalidades liberais inspiradas no movimento libertário estadunidense e no liberalismo europeu da Escola Austríaca e no liberalismo clássico.

Ao final da entrevista Carlos Novais me apresentou a declaração de princípios da Causa Liberal, contendo o seguinte teor:

Os portugueses associados na Causa Liberal pretendem preservar as Sociedades Livres e o princípio universal da Liberdade individual sob a Lei, que é o fundamento essencial daqueles que pretendem reatar e revitalizar o melhor da tradição do Liberalismo Português e declaram o seu compromisso com os seguintes princípios:

- I. A Liberdade Individual, mais do que factor de promoção da abundância económica e da paz civil, é o princípio definidor do Homem enquanto ser moral.
- II. O compromisso com a Liberdade Individual pressupõe a convicção de que só uma ordem social na qual caiba aos indivíduos a condução da sua vida permitirá o pleno desenvolvimento da dignidade do ser humano.
- III. Um governo constitucionalmente limitado e o Estado de Direito, garantindo ao indivíduo uma esfera privada de consciência e acção e estabelecendo o primado da

Lei sobre a arbitrariedade, são as condições político-jurídicas imprescindíveis para assegurar a Liberdade Individual.

IV. Num contexto onde pontifique a liberdade individual, vigore o Estado de Direito e seja protegida a propriedade privada, florescem espontânea e livremente associações voluntárias, iniciativas empresariais e mercados.

V. A interdependência entre os princípios da Liberdade Individual e do Estado de Direito, sustentada e defendida por várias gerações de filósofos, juristas, economistas e outros pensadores, é o núcleo da Tradição Liberal Clássica, da qual nos reclamamos e na qual nos situamos.

VI. A preservação e vitalização desta Tradição convidam os homens e mulheres que a estimam a juntarem-se na reflexão sobre a natureza e consequências dos princípios que a enformam.

VII. A reflexão cumprirá plenamente os objectivos de preservação e vitalização da Tradição que estimamos abrindo-se à divulgação e debate públicos.

A entrevista de Carlos Novais sobre a Causa Liberal evidencia o alinhamento dessa entidade com uma nova corrente liberal, a qual se autodenomina libertarianismo. Essa corrente tem ganhado adeptos no mundo, sobretudo entre os estudantes universitários e jovens. Os libertarianistas defendem o livre mercado, o direito à propriedade, a liberdade individual, a legalização das drogas, a união entre pessoas do mesmo sexo. No Brasil, o ideário libertarianista é difundido pelos Institutos Rothbard e Mises do Brasil. O discurso proferido por Glória Álvares, analisado no terceiro capítulo deste estudo, exprime a visão latino-americanizada dessa corrente.

Por fim, cabe registrar o papel político do laboratório de ideias liberais Compromisso Portugal. Seu líder, António Carrapatoso, declarou à Agência Lusa, em 20 de outubro de 2004,⁵ que por iniciativa dessa organização, promovida por mais de 400 gestores, empresários e académicos, discutiu-se “o novo modelo económico e de desenvolvimento para Portugal e em particular a sua concretização, por forma a contribuir para o estabelecimento dum consenso mínimo sobre o que pretendemos alcançar e o surgimento duma vaga de fundo na nossa sociedade que leve à realização das mudanças necessárias”. De acordo com a matéria “António ‘Pistoleiro’ Carrapatoso – Um homem do capital ao serviço do PSD”,⁶ esse novo

⁵ Agência Lusa 20 Out, 2004, “Carrapatoso diz que Compromisso Portugal vai evoluir para Think Tank”. Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/economia/carrapatoso-diz-que-compromisso-portugal-vai-evoluir-para-grupo-de-reflexao_n70835>. Acesso em: 29 de maio de 2014.

⁶ “O PSD de Passos Coelho gosta de António Carrapatoso. Carrapatoso é o homem das iniciativas ‘independentes da sociedade civil’, como o movimento Compromisso Portugal ou o Mais Sociedade. António Carrapatoso – homem que sabe fugir ao pagamento de 740.000€ de IRS (provocando a caducidade da dívida) – é o exemplo sob o qual se reúnem gestores e administradores das grandes empresas e bancos para criar Think-Tanks em Portugal, à imagem dos Think-Tanks americanos. A elite económica e financeira prepara propostas para o país que colocarão ainda mais a economia ao seu serviço. É o dividir para reinar.

António Carrapatoso sempre foi homem de altos cargos: Ex-Administrador da Quimigal do Grupo CUF; Ex-Presidente do Conselho de Administração da Colgate Palmolive Portuguesa; Ex-Administrador do Banco Essi do

modelo constituiu-se em referência para o programa político de Manuel Mamede Passos Coelho, do Partido Social Democrático (PSD), primeiro-ministro de Portugal entre 2011 e 2015.

Grupo Espírito Santo; Ex-Membro do Conselho Editorial do Diário Económico; Presidente do Conselho de Administração da Vodafone.

Em 2004 foi criado o ‘Compromisso Portugal’. Este era um grande fórum dos interesses onde os altos representantes da banca e das multinacionais deram mais força à divisão e colonização da economia do país (ver em cima a imagem dos Sponsors da iniciativa). O “Compromisso Portugal” foi lançado e liderado por António Carrapatoso. A iniciativa “independente e da sociedade civil” juntava os representantes das grandes empresas e linha ideológica neo-liberal. Juntavam-se a ele (entre outros) António Mexia (EDP), António Nogueira Leite (PSD), Alexandre Relvas (PSD), António Horta Osório (Grupo Financeiro Lloyds), ou Joaquim Goes (administrador do BES também presente no Mais Sociedade).

Em 2011, Passos Coelho cria uma nova iniciativa ‘totalmente autónoma’ para a qual escolhe o mesmo António Carrapatoso – ‘Mais Sociedade’. A iniciativa junta novamente ex-governantes, administradores de bancos e grandes empresas sob um signo de independência casta. Segundo Carrapatoso «O Mais Sociedade, uma iniciativa independente, autónoma da sociedade civil para dar contributos de ideias e propostas para Portugal, correspondeu a um desafio do presidente do PSD nesse sentido». Podemos encontrar novamente as grandes figuras políticas e económicas neoliberais: Joaquim Goes (BES), João Duque, ou Daniel Bessa.” Extraído de: Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis, “António ‘Pistoleiro’ Carrapatoso – Um homem do capital ao serviço do PSD”, 27 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.precarios.net/?page_id=3977>. Acesso em: 29 de maio de 2014.

CAPÍTULO 1 | LIBERALISMO E DEMOCRACIA

Para os economistas só há duas espécies de instituições, as da arte e as da natureza. As instituições do feudalismo são instituições artificiais, as da burguesia são instituições naturais. Assemelham-se aos teólogos que também estabelecem duas espécies de religiões. Qualquer religião que não é a sua é uma invenção dos homens, ao passo que a própria religião é uma emanção de Deus. Dizendo que as relações naturais, as relações da produção burguesa, são naturais, os economistas querem dizer com isso que se trata de relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Portanto, essas relações são elas próprias leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem sempre reger a sociedade. Assim, houve história, mas não haverá mais. Houve história, visto que existiam instituições feudais e nessas instituições do feudalismo se encontram relações de produção totalmente diferentes daquelas da sociedade burguesa, que os economistas querem fazer passar por naturais e, portanto, eternas.

(MARX, *A Miséria da Filosofia*, Editora Escala São Paulo)

A investigação sobre os Institutos Liberais requer preliminarmente a compreensão do tema liberalismo. O debate sobre a tradição liberal apresenta um grau de complexidade substancial, pois envolve o exame das múltiplas dimensões desse ideário. O liberalismo pode ser tratado como uma corrente do pensamento político, uma doutrina econômica, um projeto ideológico. Por essa razão, abarcá-lo passa por examinar os seus fundamentos teóricos como corrente de pensamento da sociedade moderna, mas também apreender sua conexão com a realidade. Para além de um corpo de ideias, o liberalismo materializou-se na vida social por meio de intervenções políticas efetivadas, levadas a cabo por grupos políticos posicionados no interior dessa corrente de pensamento, com impactos concretos no percurso das sociedades. Assim sendo, importa examinar a gênese e a trajetória da tradição liberal como fenômeno social.

Este capítulo também pretende interrogar sobre a existência de afinidade entre liberalismo e democracia. Assim, problematiza-se acerca da tendência política discursiva que credita tão somente ao liberalismo as conquistas contra a opressão política e as injustiças socioeconômicas. Desse modo, constrói-se uma concepção política na qual a ampliação da igualdade de direitos, em todos os âmbitos, é considerada decorrência da evolução natural do liberalismo; portador dos princípios democráticos e guardião da liberdade dos indivíduos. Essa visão ganha força no início dos anos 1970, com a crise de superprodução capitalista,⁷ e torna-se hegemônica sob o discurso difundido pelos defensores do projeto liberal, notadamente, Ludwig von Mises, Friedrich August von Hayek, Murray Rothbard, Hans-Hermann Hoppe, principais expoentes da Escola Austríaca. A partir de então, o liberalismo estabelece sua ascendência sobre as políticas públicas de diversas democracias ocidentais.

A cientista política estadunidense Ellen Meiksins Wood, em seu livro *Democracia contra o capitalismo*, resgata a raiz do termo democracia ao considerar a definição clássica de Aristóteles. Segundo a autora, Aristóteles distinguiu democracia e oligarquia, sendo que naquele regime “os homens livres e os pobres controlam o governo, que constituem a maioria”. Já no regime oligárquico “os ricos e bem-nascidos controlam o governo sendo que, ao mesmo tempo, compõem uma minoria”. Nessa acepção de regime de governo, o critério social assume caráter definidor nessa distinção: de um lado, pobreza; de outro, “riqueza e nobreza”. O critério não é numérico, assenta-se na condição social entre ricos e pobres: “na democracia governam os homens livres e os pobres, que constituem a maioria; na oligarquia governam os ricos e os nobres, que representam a minoria” (WOOD, 2003, p. 192-195).

Esclarece Wood que tanto Péricles quanto Aristóteles não caracterizavam como democracia uma pólis governada por uma comunidade política que não incluísse o *demos* (povo), em seu sentido social de classe. Na trajetória da história ocidental, com o advento do capitalismo, as esferas da política e da economia são apartadas criando-se, assim, as condições para que a ideologia dominante na sociedade capitalista produzisse uma concepção de democracia esvaziada do conteúdo social. Dessa forma, a democracia adquire significado historicamente inédito, ao separar o poder político popular da distribuição da riqueza. O *kratos*

⁷ Segundo Chesnais, o capitalismo havia entrado em uma crise de superprodução a partir do início dos anos 1970, que teria se tornado crônica. O forte incremento da produção e da capacidade produtiva mundial decorrente da entrada maciça de produtos alemães e japoneses no mercado mundial acabou afetando a lucratividade das empresas e gerou capacidade ociosa acima da planejada. Apontamos, também, para a elevação dos juros estadunidenses pelo governo Reagan, que causaram a explosão do serviço da dívida externa em diversos países, inclusive no Brasil (CHESNAIS, 1998, p. 18-19).

(governo, poder) tornou-se ajustado à alienação do poder popular, ou seja, o avesso do que era para os antigos atenienses (WOOD, 2003, p. 192-195).

Segundo Bobbio, o liberalismo surge em contraposição ao Estado absolutista com a preocupação de limitar os poderes e funções do Estado. Difere-se, portanto, da concepção de democracia, que traz na sua gênese o escopo de garantir a maior participação da coletividade no processo público decisório, como expressa o pensamento rousseauiano. Mesmo neste sentido, estritamente político, é possível perceber que o liberalismo e a democracia são concepções antitéticas, não guardando quaisquer vínculos, como apregoam os ideólogos do liberalismo hoje, que consideram que há uma correspondência direta entre democracia e liberalismo (BOBBIO, 2000, p. 7-8).

Acerca desse ponto, Bobbio assinala que a trajetória do liberalismo evidenciará que esses dois ideários, em realidade, partem de pressuposto, concepções e práticas dessemelhantes. Por essa razão, a coexistência do liberalismo e da democracia revela-se improvável, na medida em que a existência de um obstrui a do outro. Esse autor apresenta a distinção mais convencional dos dois ideários:

Na acepção mais comum dos dois termos, por “liberalismo” entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social; por “democracia” entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras. Um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal (BOBBIO, 2000, p. 7-8).

Com a finalidade de delimitar com clareza os traços singulares do liberalismo clássico, toma-se como referencial o pensamento de John Locke (1632-1704), em razão de ele representar o pilar da tradição liberal. Locke pode ser considerado o primeiro autor a sistematizar o pensamento liberal. Na sua obra *Dois tratados de governo*, formulou os fundamentos do liberalismo: a liberdade econômica como o direito de possuir e usufruir da propriedade. Neste capítulo, a sua construção teórica será exposta e examinada, assim como o seu legado para o pensamento liberal contemporâneo (LOCKE, 2005)

A origem do liberalismo remonta ao declínio da Idade Média, quando na maior parte das regiões europeias o fenômeno da centralização política nas mãos do soberano instituía-se, gradativamente, reforçado pela classe burguesa. A nova ordem social que se constituiu chocava-se com a sociedade medieval, na qual a estrutura de poder era de natureza pluralista, regulada por diferentes fontes de ordenamentos jurídicos, como sublinha Bobbio:

Operavam na sociedade medieval ao mesmo tempo [...] vários fatos ou atos normativos, que com diferente eficácia, numa teoria geral das fontes, são considerados como possíveis fatos constitutivos de normatividade jurídica, quer dizer o costume (direito consuetudinário), a vontade da classe política que detém o poder supremo (direito legislativo), a tradição doutrinária (direito científico), a atividade das cortes de justiça (direito jurisprudencial). Com relação à pluralidade de ordenamentos, pode-se dizer que existiam ordenamentos jurídicos originários e autônomos, seja acima do regnum, isto é, a Igreja e o Império, seja abaixo, como os feudos, as comunas, as corporações. (BOBBIO, 2000, p. 17-18)

O filósofo Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi quem melhor encarnou a defesa da centralização do poder político. Bobbio chama a atenção para o fato de que Maquiavel abriu caminho para que se introduzisse no léxico político a noção de Estado moderno, unidade-territorial (nacional) concebida como ordenamento político e jurídico da sociedade, conforme se estrutura na contemporaneidade. Suas reflexões sobre a vida social datam de 1512, em pleno Renascimento italiano, momento marcado por convulsões, guerras e densas transformações, as quais Maquiavel vivenciou. Nesse contexto de transição, coexistiam conformações contraditórias de governos que marcaram de maneira terminante sua visão de mundo.

Em um ambiente histórico social de alterações intensas, esse intelectual conduz a sua atuação para a construção do Estado italiano, intento que só se concretizou no século XIX. Sua obra de maior relevo – *O príncipe* – foi produzida entre os anos de 1512 e 1513, um ensaio descritivo e prescritivo que defende a necessidade da unificação da Itália. Nela apresenta orientações claras para organizar o poder, assegurar a estabilidade política e unificar o Estado, por meio de ordenamento político-jurídico laico e dirigido, de forma absoluta, por um príncipe detentor de astúcia, força e rigor na administração dos interesses públicos.

O pensador florentino contrapõe-se à visão que considera a disposição do homem para a vida em sociedade e o bem viver como naturais e avalia que os homens apresentam frequentemente a tendência à divisão, à desunião e à desordem. Resulta dessa tendência uma tensão social, caracterizada pelo conflito de interesses entre distintos, quais sejam, o povo, que

rejeita ser dominado pelos poderosos; e os poderosos, que, ao contrário, ambicionam oprimir e governar o povo. Os vencedores não contêm inteiramente os derrotados, uma vez que estes continuam resistindo ao domínio. A questão política que se apresenta é buscar meios para frear a instabilidade, ao submeter um dos lados das forças em disputa. Maquiavel apresenta duas possibilidades para neutralizar o impasse, gerado pela natureza humana anárquica: o Principado e a República.

A seleção entre as duas formas de organização política não é aleatória, tampouco fruto do voluntarismo ou de reflexões metafísicas e utópicas; ao contrário, prende-se à realidade concreta. Na concepção maquiaveliana, no momento em que a sociedade corre o risco de desagregar-se, no momento em que a corrupção se propagar, torna-se imprescindível um governo forte, capaz de utilizar seus aparatos de poder para impedir o fortalecimento dos setores sociais resistentes. O príncipe é um instituidor do Estado, um protagonista da passagem de uma sociedade que corre risco de degeneração para a sociedade de estabilidade política. No momento em que o Principado conclui o seu papel restaurador e pedagógico, criam-se as condições para a instauração da República.

No pensamento maquiaveliano, a República é considerada o regime da liberdade, no qual o povo é virtuoso, as instituições são estáveis e a vida social segue um curso equilibrado. As disputas políticas são vistas como um comportamento legítimo e necessário, pois implicam a participação no processo decisório público.

Gramsci considera que Maquiavel se distinguiu de seus precursores, cujas formulações expressavam concepções idealistas em relação à vida social. Na visão de Gramsci, o pensamento maquiaveliano encarna mais profundamente as condições e necessidades do seu tempo; sintetiza as determinações dessa realidade, ao organizar “as monarquias nacionais absolutas, a forma política que permite e facilita um novo desenvolvimento das forças produtivas burguesas”. Em sua leitura:

É necessário considerar mais Maquiavel como expressão necessária do seu tempo e estreitamente ligado às condições e exigências da sua época, que resultam: 1) das lutas internas da república florentina e da estrutura do Estado que não sabia libertar-se dos resíduos comunais-municipais, isto é, de uma forma estorvante de feudalismo; 2) das lutas entre os Estados italianos por um equilíbrio no âmbito italiano, que dificultada pela existência do Papado e dos outros resíduos feudais, municipalistas, da forma estatal urbana e não territorial; 3) das lutas dos Estados italianos mais ou menos solidários por um equilíbrio europeu, ou seja, das contradições entre as necessidades

de um equilíbrio interno italiano e as exigências dos Estados europeus em luta pela hegemonia.

Atua sobre Maquiavel o exemplo da França e da Espanha, que alcançaram uma poderosa unidade estatal territorial [...] Maquiavel é inteiramente um homem da sua época; e a sua ciência política representa a filosofia do seu tempo, que tende à organização das monarquias nacionais absolutistas, a forma política que permite e facilita um desenvolvimento das forças produtivas burguesas. (GRAMSCI, 2007, p. 29-30)

Na Europa ocidental, desde a metade do século XV, há fortes evidências do aumento das forças impulsionadoras da centralização do poder político, e no início do século XVI a monarquia absoluta já se consolidava como tipo predominante de governo, notadamente na Inglaterra, na Espanha e na França. Na Europa, onde ainda prevaleciam as relações feudais e as corporações, havia uma propensão para a concentração do território e da autoridade política.

Ante esse contexto histórico, Maquiavel sistematiza um arcabouço teórico/prático que situa a política no lugar dominante com relação às demais esferas da vida social. Criam-se, assim, condições mais concretas de ruptura com as estruturas feudais. Para Gramsci, Maquiavel desloca a política da posição subordinada para a posição dominante em relação às demais instâncias da vida social. Ao demarcar o terreno da política, permite o estabelecimento do momento ético-político, no qual a dimensão dos anseios imediatistas e particularizados cede lugar aos interesses universais.

Com o processo de unificação de todas as fontes de ordenamento jurídico estabelecidas em leis, o poder político e jurídico concentra-se nas mãos do soberano, e os Estados absolutistas se constituem em diversas regiões da Europa. Tal constituição, juntamente com o declínio das relações feudais de produção, a afirmação econômica da burguesia, a Reforma Protestante, as revoltas camponesas e os conflitos que eclodem durante o processo de constituição do capitalismo, gerou um novo contexto social.

Com a secularização das ideias políticas, os pensadores do século XVII ocuparam-se em encontrar explicações racionais para justificar o poder do Estado, ou seja, um modelo teórico coerente que legitimasse a nova ordem social, representada pelos interesses da burguesia em ascensão. Contudo, não se pretendia uma investigação histórica, e sim uma justificação teórica lógica para a origem do Estado. A concepção jusnaturalista, na qual o poder institucional é

constituído por meio do consentimento dos indivíduos mediante o contrato social, foi a resposta a essa pretensão. O jusnaturalismo,⁸ na compreensão de Bobbio:

[...] é o “pressuposto filosófico do liberalismo”, porque serve de alicerce aos limites do poder, apoiado em fundamentos de uma concepção geral hipotética da natureza do homem que prescinde de toda constatação empírica e de toda prova histórica. (BOBBIO, 2000, p. 12)

Thomas Hobbes⁹ (1588-1697), o mais influente filósofo político da Idade Moderna até Hegel, justificará o poder do soberano com argumentos de caráter racional. O pensamento hobbesiano ultrapassa o de Maquiavel, pois introduz um novo paradigma político de profunda importância ao desidentificar o Estado com a figura do soberano.

Em Hobbes, o “estado de natureza” é tido como o direito e a liberdade de cada indivíduo para utilizar todo o seu poder, empregando até mesmo da violência para conservar a sua natureza e atender as suas vontades. Sendo assim, havia possibilidade recorrente de ação brutal, que poderia acontecer da forma mais inesperada. Consistia, portanto, em um estado de “guerra de todos contra todos”. Os indivíduos, para garantirem a paz e a segurança, necessitaram construir conjuntamente o consentimento e abdicar do direito de natureza, ou seja, do uso individual e privado da violência, em favor de um soberano; é um contrato social no qual o pacto institui o soberano. Todos os indivíduos se convertem em seus subordinados e, conseqüentemente, todos lhe devem submissão, pois o soberano reúne em si toda a força da qual abdicaram cada um dos indivíduos. Na acepção hobbesiana, o estado civil rompe completamente com os direitos e a liberdade do estado de natureza.

Hobbes concebe um regime político-institucional fundado num contrato social que é, em seu cerne, um regime jurídico-político constituído por um pacto social irreversível. A teoria política desse pensador centra-se na necessidade da afirmação de uma ordem pública sólida, incontestável, austera, sem qualquer possibilidade para a manifestação de conflito. Enquanto o Estado em Maquiavel é capaz de sobrepor-se com sua autoridade à força conjunta de todos os

⁸ “Pode-se definir o jusnaturalismo como a doutrina segundo a qual existem leis não postas pela vontade humana – que por isso mesmo precedem à formação de todo o grupo social e são reconhecíveis através da pesquisa racional – das quais derivam, como em toda e qualquer lei moral ou jurídica, direitos e deveres que são, pelo próprio fato de serem derivados de uma lei natural, direitos e deveres naturais” (BOBBIO, 2005, p. 12).

⁹ Thomas Hobbes escreveu obras políticas de relevância capital para a compreensão do Estado moderno, entre elas: *Do cidadão* (1642), *Os elementos da lei natural e política* (1650) e *Leviatã* (1651).

indivíduos, o Estado hobbesiano, ao estabelecer o que é “meu” e pertence tão somente a mim, institui o sistema de propriedade individual.

Em Hobbes a propriedade privada não é um direito natural porque, na sua acepção, somente após origem do Estado asseguraram-se a retenção da propriedade privada e a sua posse de forma equilibrada e garantiram-se a coesão e a justiça social. Na lógica hobbesiana, a existência do Estado é a condição para a existência da sociedade e da propriedade, pois, fora dele, a cobiça ameaçaria constantemente a vida dos indivíduos e a posse de seus bens.

O historiador Domenico Losurdo, ao analisar a contra-história do liberalismo, constata que:

Após o prelúdio constituído pela revolta dos Países Baixos contra o absolutismo de Filipe II, o liberalismo se reafirma em dois países postos ao abrigo das ameaças às quais estão expostos os Estados do continente. Deve-se acrescentar que, não por acaso, a Gloriosa Revolução acontece após a vitória obtida pela Inglaterra antes sobre a Espanha e depois sobre a França; enquanto a revolta dos colonos americanos começa só depois da derrota da França no decorrer da guerra dos Sete anos. Quer dizer, as duas revoluções liberais pressupõem em ambos os casos um nítido melhoramento da situação geopolítica. Em relação à Europa continental, podemos distinguir duas fases: depois da derrota da Turquia às portas de Viena em 1683 e a retração da ameaça otomana, difunde-se amplamente a crítica do absolutismo. A segunda fase é a assim chamada paz dos cem anos, que vai desde o fim das guerras napoleônicas até a eclosão da primeira guerra mundial. É nesse período que o liberalismo se afirma também no plano político concreto. (LOSURDO, 2006, p. 311)

John Locke, como já foi aludido neste capítulo, pode ser considerado o primeiro e mais completo formulador do Estado liberal. Em sua obra *O segundo tratado sobre o governo* (1689), descreve o estado de natureza como um momento anterior à constituição do Estado. No estado de natureza, diferentemente das sociedades civis, inexistente poder formalmente constituído, desempenhando qualquer autoridade sobre os indivíduos. Na concepção lockeana, ainda que nesse estado, naturalmente, o homem não devesse prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses (II, § 6), não há leis conhecidas por todos ou impostas pelos homens para que sirvam de parâmetro. Os indivíduos estão livres para decidirem suas ações e colocarem à disposição tudo o que possuem da forma que acharem correto ou conveniente (II, § 4), sem estarem vinculados a nenhuma outra vontade ou permissão para agir de tal forma.

Desse modo, a inexistência de poder formalmente centralizado e de um sistema jurídico definido que regule as relações entre os indivíduos, este estado sem sujeição nem subordinação, implica, na visão de Locke, a perfeita liberdade e igualdade, como enuncia o autor:

Para compreender corretamente o poder político e traçar o curso de sua primeira instituição, é preciso que examinemos a condição natural dos homens, ou seja, um estado em que eles sejam absolutamente livres para decidir suas ações, dispor de seus bens e de suas pessoas como bem entenderem, dentro dos limites do direito natural, sem pedir a autorização de nenhum outro homem nem depender de sua vontade. Um estado, também, de igualdade, onde a reciprocidade determina todo o poder e toda a competência, ninguém tendo mais que os outros; evidentemente, seres criados da mesma espécie e da mesma condição, que, desde seu nascimento, desfrutam juntos de todas as vantagens comuns da natureza e do uso das mesmas faculdades, devem ainda ser iguais entre si, sem subordinação ou sujeição, a menos que seu senhor e amo de todos, por alguma declaração manifesta de sua vontade, tivesse destacado um acima dos outros e lhe houvesse conferido sem equívoco, por uma designação evidente e clara, os direitos de um amo e de um soberano. (LOCKE, 1994, cap. 2, §4, p. 36)

O ponto de partida do raciocínio lockeano é a afirmação do estado de natureza de Hobbes. Porém, na concepção jusnaturalista hobbesiana, afinada com os princípios absolutistas, o estado de natureza é tido como a “guerra de todos contra todos”. Locke aproxima-se de Hobbes ao sustentar que somente o contrato torna legítimo o poder do Estado, mas rejeita a visão hobbesiana do estado de natureza como estado de guerra e de destruição:

E temos aqui a clara diferença entre o estado de natureza e o estado de guerra, que, embora alguns homens confundam, são tão distintos um do outro quanto um estado de paz, boa-vontade, assistência mútua e preservação, de um estado de inimizade, maldade, violência e destruição mútua. Homens vivendo juntos segundo a razão, sem um superior comum na terra com autoridade para julgar entre eles, eis efetivamente o estado de natureza. Mas a força, ou uma intenção declarada de força, sobre a pessoa de outro, onde não há superior comum na terra para chamar por socorro, é estado de guerra; e é a inexistência de um recurso deste gênero que dá ao homem o direito de guerra ao agressor, mesmo que ele viva em sociedade e se trate de um concidadão. Assim, este ladrão, a quem não posso fazer nenhum mal, exceto apelar para a lei, se ele me roubar tudo o que possuo, seja meu cavalo ou meu casaco, eu posso matá-lo para me defender quando ele me ataca à mão armada; porque a lei, estabelecida para garantir minha preservação contra os atos de violência, quando não pode agir de imediato para proteger minha vida, cuja perda é irreparável, me dá o direito de me defender e assim o direito de guerra, ou seja, a liberdade de matar o agressor; porque este não me deixa tempo para apelar para nosso juiz comum e torna impossível qualquer decisão que permita uma solução legal para remediar um caso em que o mal pode ser irreparável. A vontade de se ter um juiz comum com autoridade coloca todos os homens em um estado de natureza; o uso da força sem direito sobre a pessoa de um homem provoca um estado de guerra, haja ou não um juiz comum. (LOCKE, 1994, cap. 3 §19, p. 40)

No entanto, Locke admite que as relações no estado de natureza possam deteriorar-se, dado que os homens:

[...] naquele estado são ao mesmo tempo juízes e executores da lei da natureza, e os homens são parciais no julgamento de causa própria, a paixão e a vingança se arriscam a conduzi-los a muitos excessos e violência, assim como a negligência e a indiferença podem também diminuir seu zelo nos casos de outros homens. (LOCKE, 1994, cap. 9, § 125, p. 69)

Locke considera o trabalho fundamento originário da propriedade, e o contrato social apresenta-se como a resposta para a sua preservação. Ele é o meio que possibilita superar as admissíveis ameaças contra a propriedade (vida, liberdade e bens). O medo e a insegurança conduzem os indivíduos a almejam e constituírem, livremente entre si, o pacto social. Com o estabelecimento do pacto social, concretiza-se a transição do estado de natureza para a sociedade política ou civil.

Assim sendo, o estado civil em Locke origina-se do anseio dos indivíduos de conservarem os direitos naturais fundamentais, quais sejam: a vida e a propriedade. No estado civil lockeano, os indivíduos não renunciam aos direitos naturais e os deslocam para o soberano, como na concepção de Hobbes, mas, inversamente, desejam assegurá-los. O estado civil é essencialmente a constituição de uma autoridade suprema, para lhes garantir os direitos naturais. Locke argumenta que:

[...] embora os homens ao entrarem na sociedade renunciem à igualdade, à liberdade e ao poder executivo que possuíam no estado de natureza, que é então depositado nas mãos da sociedade, porque o legislativo deles disponha na medida em que o bem da sociedade assim o requeira, cada um age dessa forma apenas com o objetivo de melhor proteger sua liberdade e sua propriedade (pois não se pode supor que nenhuma criatura racional mude suas condições de vida para ficar pior), e não se pode jamais presumir que o poder da sociedade, ou o poder legislativo por ela instituído, se estenda além do bem comum; ele tem a obrigação de garantir a cada um sua propriedade, remediando aqueles três defeitos acima mencionados que tornam o estado de natureza tão inseguro e inquietante. Seja quem for que detenha o poder legislativo, ou o poder supremo, de uma comunidade civil, deve governar através de leis estabelecidas e permanentes, promulgadas e conhecidas do povo, e não por meio de decretos improvisados; por juízes imparciais e íntegros, que irão decidir a controvérsia conforme estas leis; e só deve empregar a força da comunidade, em seu interior, para assegurar a aplicação destas leis, e, no exterior, para prevenir ou reparar as agressões do estrangeiro, pondo a comunidade ao abrigo das usurpações e da invasão. E tudo isso não deve visar outro objetivo senão a paz, a segurança e bem público do povo. (LOCKE, 1994, cap.7, § 131, p. 70, grifo nosso).

Portanto, no pensamento liberal, o Estado é um meio para assegurar os direitos naturais herdados do estado de natureza, mais precisamente a vida, a liberdade e os bens. Diferentemente de Hobbes, em Locke a propriedade é um direito natural. Em ambos, cabe ao Estado assegurar

a propriedade privada. No pensamento lockeano, há uma profunda conexão entre as ideias de liberdade e de propriedade. Ele apresenta, no capítulo 5 do *Segundo tratado sobre o governo*, a sua argumentação para explicar como foi possível o advento de uma legítima propriedade privada e como esta pôde desenvolver-se, ultrapassar as fronteiras das provisões *in natura* e, ainda assim, conservar os princípios da lei natural.

Locke argumenta que Deus doou o mundo à humanidade em comum, com objetivo de prover a subsistência de todos e assegurar a existência e o conforto da espécie humana. As provisões naturais eram originariamente comuns a todos, não eram propriedade de ninguém em particular. Deus colocou à disposição dos homens tudo o que existe na natureza. Então, qual a explicação para os homens começarem a apossar-se dos provimentos da natureza? Na visão de Locke, o simples ato de colher um fruto e comer transforma o que é de todos em algo privado, em razão do trabalho despendido nessa ação. Seguindo essa linha de raciocínio, ele afirma que, quando os homens atuam sobre a natureza, adicionam algo àquela matéria-prima que a converte em seu domínio, porque agregam sua individualidade àquele objeto pelo esforço empregado. O indivíduo, ao agir sobre algo em estado natural com seu trabalho (energia despendida), imprime uma transformação sobre o objeto que o torna particular. Nos termos de Locke:

Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade. (LOCKE, 1994, cap. 5, § 27, p. 42, grifo nosso)

Essa argumentação coloca a ideia de posse como uma contingência da subsistência humana. Locke justifica, por meio dessa explicação, como o que era coletivo se converte em privado. A acepção de um “meu” e de um “teu” prende-se diretamente à ideia da contingência natural de sobrevivência. Desse modo, o direito à propriedade prescinde de um consentimento, de um pacto, é uma prerrogativa do direito natural, anterior à sociedade civil. Sobre essa questão Locke afirma:

Se fosse exigido o consentimento expresso de todos para que alguém se apropriasse individualmente de qualquer parte do que é considerado bem comum, os filhos ou os criados não poderiam cortar a carne que seu pai ou seu senhor lhes forneceu em comum, sem determinar a cada um a sua porção particular. Ainda que a água que corre na fonte pertença a todo mundo, quem duvida que no cântaro ela pertence a todo mundo, quem duvida que no cântaro ela pertence apenas a quem a tirou? Seu trabalho a tirou das mãos da natureza, onde ela era um bem comum e pertencia igualmente a todos os seus filhos, e a transformou em sua propriedade. (LOCKE, 1994, cap. 5, § 29, p. 43)

Ao conceber o direito à propriedade como direito natural, Locke precisava explicar, a fim de conferir coerência ao seu modelo teórico, a licitude da posse privada da propriedade por parte de alguns em detrimento dos demais. A explicação deve-se ao fato de o modelo lockeano pressupor que os homens em geral são igualmente portadores de todos os direitos naturais, inclusive do direito à apropriação. Por coerência, a apropriação deve coadunar com o pressuposto lockeano do “suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade”. Por essa razão, o direito de alguns não pode implicar o cerceamento de outros.

A dificuldade não reside na coleta de frutos ou caça, porque Locke avalia que no início do mundo havia uma condição de fartura, porquanto a natureza restituía, prontamente, os proveitos imprescindíveis à existência de todos. Contudo, no estágio da fixação da propriedade privada, a propriedade como um bem comum se reduz, pois uma parte da própria natureza é decrescida e supostamente o princípio da igualdade é quebrado.

A solução de Locke consiste em considerar a existência de dois estágios de desenvolvimento. No primeiro momento, a apropriação está circunscrita à sobrevivência. Nesse estágio, a área transformada em propriedade é compatível com a condição do indivíduo de cultivá-la, não implicando o prejuízo dos demais, porque há vastas áreas territoriais livres. A licitude do apossamento dos produtos e da terra é justificada pelo trabalho. Já no estágio da lavoura comercial, aumenta-se a demanda por expansão de terra para além da extensão necessária à preservação da vida, assim como a produção excede a quantidade requerida para a sobrevivência individual. Entretanto, Locke argumenta que o terreno cultivado corretamente gera uma produção extremamente superior à originada da natureza. Assim, a agricultura propicia a elevação da quantidade de proventos necessários à sustentação da vida. Nas palavras de Locke:

O certo é que no início do mundo, antes do desejo do homem de possuir mais que o necessário alterado o valor intrínseco das coisas, o que depende apenas de sua

utilidade para a vida do homem; ou ter concordado que um pedaço pequeno de metal amarelo que podia ser guardado sem que se deteriorasse ou apodrecesse devia valer uma grande peça de carne ou um monte de trigo, mesmo que cada homem tivesse o direito de se apropriar por seu trabalho de todos os bens naturais de que pudesse se servir, não havia o risco de ir longe demais nem causar dano aos outros, pois a mesma abundância permanecia à disposição de qualquer um que utilizasse a mesma indústria. A isto eu acrescentaria que aquele que se apropria da terra por meio de seu trabalho não diminui, mas aumenta a reserva comum da humanidade. Pois as provisões que servem para o sustento da vida humana, produzidas por um acre de terra cercado e cultivado, são dez vezes maiores que aquelas produzidas por um acre de terra de igual riqueza, mas inculta e comum. Por isso, pode-se dizer que aquele que cerca a terra e retira de dez acres uma abundância muito maior de produtos para o conforto de sua vida do que retiraria de cem acres incultos, dá na verdade noventa acres à humanidade. Pois graças ao seu trabalho, dez acres lhe dão tantos frutos quanto cem acres de terras comuns. Eu aqui estimo o rendimento da terra cultivada a uma cifra muito baixa, avaliando seu produto dez para um, quando está muito mais próximo de cem para um. Porque eu gostaria que me respondessem se, nas florestas selvagens e nas terras incultas da América, abandonadas à natureza sem qualquer aproveitamento, agricultura ou criação, mil acres de terra forneceriam seus habitantes miseráveis uma colheita tão abundante de produtos necessários à vida quanto dez acres de terra igualmente fértil o fazem em Devonshire, onde são bem cultivadas? (LOCKE, 1994, cap. 5, § 37, p. 45)

Segundo Locke, o princípio da igualdade, que significa conservar o suficiente aos outros em quantidade e em qualidade, envolve o preceito da parcimônia no usufruto das provisões comuns. Esse mesmo preceito é deslocado para a esfera do mercado, onde o excedente é aproveitado como permuta e utilizado para prover a escassez de outro. Após a introdução da moeda, passa a existir um meio mais adequado para o intercâmbio. A partir de então, por aquiescência recíproca, as pessoas puderam guardar algo duradouro como valor de troca em substituição às permutas por produto deteriorável. Os indivíduos aceitaram utilizar, em troca das coisas genuinamente necessárias ao sustento da vida, mas perecíveis, o dinheiro. Com o uso do dinheiro por consentimento tácito e voluntário, os homens consentiram também “com uma posse desproporcional e desigual da terra”. Sobre esse ponto Locke argumenta com muita nitidez:

Mas uma vez que o ouro e a prata, sendo de pouca utilidade para a vida do homem em relação ao alimento, ao vestuário e aos meios de transporte, retira seu valor apenas da concordância dos homens, de que o trabalho ainda proporciona em grande parte a medida, é evidente que o consentimento dos homens concordou com uma posse desproporcional e desigual da terra; através de um consentimento tácito e voluntário, eles descobriram e concordaram em uma maneira pela qual um homem pode honestamente possuir mais terra do que ele próprio pode utilizar seu produto, recebendo ouro e prata em troca do excesso, que podem ser guardados sem causar dano a ninguém; estes metais não se deterioram nem perecem nas mãos de seu proprietário. Esta divisão das coisas em uma igualdade de posses particulares, os homens tornaram praticável fora dos limites da sociedade e sem acordo, apenas atribuindo um valor ao ouro e à prata, e tacitamente concordando com o uso do

dinheiro. Pois nos governos as leis regulam o direito de propriedade, e a posse da terra é determinada por constituições positivas. (LOCKE, 1994, cap. 5, § 50, p. 47)

Na acepção de Locke, a moeda afigura-se como uma via de troca e, ao mesmo tempo, como reserva de valor. O dinheiro propicia a acumulação ao introduzir um momento inédito marcado pelo aumento da apropriação dos proventos. Os indivíduos esforçados, observadores do “comando divino de submeter a terra e trabalhar” para melhorá-la e retirar dela mais benefícios para as suas vidas, têm a prerrogativa de distinguir-se dos outros por meio da concentração de riqueza, sem com isso infringir as fronteiras do direito natural.

Como observa Mészáros (2011), na teoria lockeana, o uso real dos bens da natureza é restrito, pois o desperdício está contido, pelas restrições à voracidade dos indivíduos e pelas constringências da própria natureza, em consequência da deterioração de mantimentos a serem aproveitados. A utilização do dinheiro resultou do consentimento tácito e voluntário e converteu-se no “fundamento justificador” da acumulação de riqueza. Converteu-se porque se admite, a partir da adoção da moeda, a prerrogativa de que “um homem pode possuir”, por direito e sem que esse fato caracterize uma injustiça, “mais do que ele próprio pode usar” recebendo “ouro e prata”. O cerne da premissa de Locke favorável à utilização do dinheiro justifica a “acumulação grosseiramente iníqua de riqueza”. A ideia defendida até certo momento da descrição do seu sistema teórico era de que, juntos, os homens extinguiriam o desperdício, o que atenderia aos anseios de cada integrante individual da sociedade. Contudo, no momento em que o “sistema de acumulação” defendido por Locke se conclui, o desperdício não só é admitido como elemento constitutivo do sistema, como também é “deliberadamente estimulado por ele”. O desperdício torna-se, nesse momento, “um lamentável aspecto marginal desse sistema” e converte-se em “uma parte integrante” dele.

Prossegue Mészáros, o desperdício na construção lockeana não está circunscrito ao sistema dos produtos perecíveis da natureza; inversamente, encontra-se liberado em todas as esferas da produção e do consumo, ao aniquilar inteiramente todos os argumentos racionais que Locke construiu em suas inferências favoráveis ao sistema. A “durabilidade” do dinheiro que assegura a apropriação da “economia dos recursos disponíveis, acaba por dinamizar o acúmulo de riquezas, que se avoluma e expande”. A riqueza acumulável que se desenvolve converte-se na própria negação da durabilidade e faculta a perdularidade absoluta (MÉSZÁROS, 2011, p. 690).

Como ressalta Mészáros, a gênese da argumentação construída por Locke sobre o direito de propriedade contém um sofisma que justifica, defende e atribui um sentido de justiça na distribuição desigual de riqueza. Para conferir coerência a esse arrazoado, Locke recorre a paralogismo, uma vez que há uma descontinuidade lógica nessa formulação teórica, que se evidencia na meteórica passagem do “uso real” para o “pseudoconsumo que emana do dinheiro por consentimento mútuo”, ou seja, um “imenso abismo entre o ponto de partida e de chegada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 690).

Locke não sustenta que a desigualdade seja um atributo natural dos indivíduos que implica a desigualdade social. Para ele, os homens nascem iguais, sendo esta, portanto, sua condição natural. No entanto, o trabalho confere aos indivíduos o direito à propriedade privada e à desproporção e à desigualdade da posse da terra. Embora a igualdade seja pressuposto do pensamento político lockeano, a desigualdade econômica é admitida e justificada pelo trabalho, que gera a distribuição desigual de riqueza. Com relação a essa questão, Locke aponta alguns tímidos limites à apropriação e à concentração excessiva de riquezas, mas esses limites não caracterizam restrição à desigualdade. Sendo assim, nessa construção teórica o consentimento para a distribuição desigual de riqueza pressupõe a aceitação total e sem reserva da exploração do trabalho e a aceitação do direito de propriedade significa a própria legitimação da desigualdade.

1.1 DA TEORIA À AÇÃO CONCRETA

A respeito da desigualdade na concepção lockeana, o Memorando de 1697 é revelador porque situa o lugar social destinado aos pobres no projeto mercantil centrado no aumento da riqueza e na afirmação da posição hegemônica da Inglaterra. Trata-se de um anteprojeto de lei elaborado por Locke quando ocupava o cargo de comissário da Câmara do Comércio e Plantações, na Inglaterra (*Memorandum on the Reform of the Poor Law*). O anteprojeto propunha um conjunto de medidas jurídicas com o objetivo de reformar a lei dos pobres em vigência e aliviar a mendicância. Esse Memorando de 1697 previa a adoção de um sistema de assistência aos mendigos e aos filhos dos pobres, alicerçado em tratamentos punitivos e coercitivos, que abarcava as casas de correção, as casas de trabalho (oficinas), o serviço naval compulsório. Essa proposta normativa pretendia disciplinar e adestrar os pobres para o labor e, concomitantemente, impulsionava o processo de industrialização no país. Importa analisá-lo

em razão da riqueza do seu conteúdo, para o exame das fronteiras da igualdade e da liberdade no pensamento de Locke.

Há na Inglaterra da segunda metade do século XVII, mais especificamente pós-1688, uma elevação do número de pobres,¹⁰ quando a imagem do país era de um ambiente de prosperidade. O crescimento da pobreza em meio à abundância de recursos e de oferta de emprego gerou, nas localidades e em âmbito nacional, clamor e preocupação, o que desencadeou amplos debates sobre o vigente sistema de alívio dos pobres e a possibilidade de reformá-lo. Locke, partícipe desse fórum, buscava uma razão para explicar e coibir esse fenômeno, que colocava em risco o aumento da riqueza e do poderio mercantil da Inglaterra em escala mundial (LOCKE, 1876, v. 2, p. 377-378).

O seu diagnóstico atribuiu à causa da crescente pobreza o relaxamento da disciplina e a corrupção dos costumes. Na visão de Locke, em razão da insuficiência de virtude dos indigentes para a indústria e da inexistência de “métodos adequados para a criação de trabalho e emprego para os pobres – tornando-os úteis para o público”, eles constituíam um “fardo” para a população. Para Locke a virtude e a indústria são companheiras constantes por um lado, enquanto o vício e o ócio são companheiros por outro. Nas suas palavras:

Se as causas deste mal forem bem analisadas, nós humildemente compreenderemos que não podem ser encontradas nem da escassez de provisões, nem na falta de emprego para os pobres, uma vez que a bondade de Deus tem abençoado estes tempos com nada menos do que a primeira longa paz, durante esses tempos reina no comércio tanta abundância como sempre. O crescimento do pobre deve, portanto, ter alguma outra causa, e pode ser nada mais do que o relaxamento da disciplina e da corrupção dos costumes; de um lado a virtude e a indústria coexistindo como companheiros constantes, do outro coexistem o vício e ócio. (LOCKE, 1876, v. 2, p. 383)

Na compreensão desse pensador, a solução para a redução da pobreza requeria, fundamentalmente, o enrijecimento do ordenamento jurídico. Locke parte do sistema já estabelecido na Inglaterra de assistência aos pobres, que consistia na obrigatoriedade de financiamento público para o alívio da pobreza e era localizado basicamente nas paróquias. Essas eram compostas por grupos de representantes da igreja, supervisores e juizes de paz, que formavam os núcleos de coordenação destinados ao recolhimento de impostos para assistência aos pobres. Foram, também, os primeiros pontos de contato para as pessoas que procuravam

¹⁰ Nesse período, o termo pobre designa, exclusivamente, aqueles que buscam esmola nas paróquias.

assistência. Em algumas paróquias, a assistência aos pobres foi atrelada a um sistema integrado de casas de correção, asilos e casas de trabalho (LOCKE, 1876, v. 2, p. 383).

Locke inicia o Memorando de 1697 indagando sobre quem eram os pobres merecedores de alívio de bem-estar público na Inglaterra. Em seguida, identifica detalhadamente três grupos distintos de pobres classificados segundo o critério de condição física e mental para o trabalho. O primeiro grupo compreende aqueles com enfermidades crônicas ou com deficiência física que os incapacitam para o trabalho, bem como aqueles cuja atividade profissional os tornara totalmente inválidos, e ainda os idosos. Para esse grupo todo o empenho deveria ser despendido a fim de se encontrar casa de familiares para acolhê-los. Os integrantes que não tivessem nenhum familiar para lhes prover o sustento e o cuidado eram dignos de assistência e merecedores de apoio complementar de suas paróquias locais, mediante o abrigo em casas de pobres e o direito à esmola. No caso desse grupo, Locke não sugere a ruptura com os métodos até então adotados, embora critique o caráter permissivo dos critérios seguidos para concessão de alívio (LOCKE, 1876, v. 2, p. 383).

A composição do segundo grupo dos pobres inclui as pessoas desempregadas que podem exercer algum trabalho para a sua própria manutenção, como os migrantes, aqueles trabalhadores rurais que só podem trabalhar sazonalmente para se sustentarem por algum tempo. Abarca também os adultos que estão “decadentes de sua força total”, mas ainda são aptos para realizar algum trabalho; as esposas dos diaristas que passam o seu tempo a cuidar de crianças e, conseqüentemente, dispõem de pouco tempo para o trabalho ininterrupto fora de suas casas; e as próprias crianças filhas de trabalhadores. Locke adverte com relação a esse grupo que há muitos indivíduos que podem trabalhar alguma parte do tempo, mas mesmo assim solicitam alívio público (LOCKE, 1876, v. 2, p. 383).

O terceiro grupo é formado por aqueles indivíduos que Locke considera que poderiam prover completamente o seu sustento com o próprio trabalho. Ele desdobra esse grupo em dois outros, o subgrupo dos “indivíduos que têm uma prole numerosa e não podem, ou fingem que não podem sustentá-la com seu próprio trabalho” e “aqueles que fingem não poderem obter trabalho, para assim viverem somente de esmolas ou pior”. Locke recrimina rigorosamente os indivíduos incluídos nessas duas situações; considera que, além de ociosos, são desonestos e manipuladores da esfera pública que lhes presta assistência. Locke os qualifica como “zangões que imploram, desnecessariamente, o trabalho de outras pessoas”.

Entre as medidas apresentadas no Memorando de 1697 sobressai a cláusula que estabelece o trabalho obrigatório para os mendigos localizados em cidades litorâneas; deveriam ser recrutados para o serviço no mar. Entre esses, aqueles que praticassem a falsificação de passe pela primeira vez seriam punidos com o corte de suas orelhas por falsificação e, se o mendicante fosse considerado culpado do mesmo delito pela segunda vez, seria aplicada a pena de transportá-lo para as plantações, analogamente como no caso de infração criminal.

Mészáros (2005) constata que Locke exacerba as leis sanguinárias de Henrique VIII¹¹ e de Eduardo VI,¹² que propunham amputar somente a “metade da orelha” dos delituosos reincidentes. O Memorando de 1697 propõe o corte das duas orelhas, como sanção a ser infligida aos incriminados primários. Na época que Locke propôs o Memorando de 1697, havia maior demanda de pessoas empregáveis, lucrativamente, em comparação com o tempo de Henrique VIII. Desse modo, a “população excedente”, em expressiva redução, não necessitou

¹¹ “Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os tratava como delinquentes ‘voluntários’ e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes. Na Inglaterra, essa legislação teve início no reinado de Henrique VIII. Henrique VIII, 1530: mendigos velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contrapartida, açoitamento e encarceramento para os vagabundos mais vigorosos. Estes devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem; em seguida, devem prestar juramento de retornarem à sua terra natal ou ao lugar onde tenham residido durante os últimos três anos e de ‘se porem a trabalhar’ (to put himself to labour).” Cf. MARX, 2013, p. 805-807.

¹² “Eduardo VI, no estatuto do primeiro ano do seu reinado, 1547, estabelece que quem se recusar a trabalhar deverá se tornar escravo daquele que o denunciou como vadio. O amo deve alimentar o seu escravo com pão e água, caldos fracos e os restos de carne que lhe pareçam convenientes. Ele tem o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio de açoites e agrilhoamento. O escravo que fugir e permanecer ausente por 14 dias será condenado à escravidão perpétua e deverá ser marcado a ferro na testa ou na face com a letra S; se fugir pela terceira vez, será executado por alta traição. Seu dono pode vendê-lo, legá-lo a herdeiros ou alugá-lo como escravo, tal como qualquer outro bem móvel ou gado doméstico. Os escravos que tentarem qualquer ação contra os senhores também deverão ser executados. Os juízes de paz, assim que informados, deverão perseguir os velhacos. Quando se descobrir que um vagabundo esteve vadiando por três dias, ele deverá ser conduzido à sua terra natal, marcado com um ferro em brasa no peito com a letra V e acorrentado para trabalhar nas estradas ou ser utilizado em outras tarefas. Se o vagabundo informar um lugar de nascimento falso, seu castigo será o de se tornar escravo vitalício dessa localidade, de seus habitantes ou da corporação, além de ser marcado a ferro com um S. Todas as pessoas têm o direito de tomar os filhos dos vagabundos e mantê-los como aprendizes: os rapazes até os 24 anos, as moças até os 20. Se fugirem, eles deverão até atingir essa idade, ser escravos dos mestres, que poderão acorrentá-los, açoitá-los etc., como bem o quiserem. Todo amo tem permissão para pôr um anel de ferro no pescoço, nos braços ou nas pernas de seu escravo, para poder reconhecê-lo melhor e estar mais seguro de sua posse [221]. A última parte desse estatuto prevê que certos pobres devem ser empregados pela localidade ou pelos indivíduos que lhe deem de comer e de beber e queiram encontrar trabalho para eles. Esse tipo de escravos paroquiais subsistiu na Inglaterra até o avançar do século XIX, sob o nome de *roundsmen* (circulantes)”. Cf. MARX, 2013, p. 805-807.

ser fisicamente extinta como antes, mas “tinha de ser tratada da maneira mais autoritária. Assim, racionalizaram-se, ao mesmo tempo, a brutalidade e a desumanidade recomendadas em nome de uma pretensiosa moralidade” (MÉSZÁROS, 2005, p. 39).

Para os filhos dos pobres na faixa etária de três a quatorze anos incompletos, Locke propunha a criação de casas de trabalho (oficinas). Eles deveriam ser recolhidos às casas de trabalho ou instituições correcionais e educados, mas compelidos a trabalhar para sustentar pelo menos parte dos custos com sua manutenção. Deveriam ser submetidos ao ensino profissionalizante, geralmente destinado à atividade de fiação ou tricô, ou alguma outra etapa do processo de manufatura da lã. Sob a alegação de que:

Os filhos das pessoas trabalhadoras são um fardo comum para a paróquia, e habitualmente são mantidos na ociosidade, de forma que o seu trabalho também é geralmente perdido para o público até que eles atinjam doze ou catorze anos de idade. O remédio mais eficaz para isto que somos capazes de conceber, e o qual, deste modo, humildemente propomos, é que, na acima mencionada lei a ser decretada, além disso, seja determinado que se criem escolas de trabalho em todas as paróquias, às quais os filhos de todos, tal como exige o alívio da paróquia, acima dos três e abaixo dos catorze anos de idade, devem ser obrigados a ir. (LOCKE, 1876, v. 2, p. 378-379)

Essas casas de trabalho tinham como objetivo reformar moralmente as crianças, a fim de que elas aceitassem o seu lugar social na ordem do capital. O aprimoramento moral envolvia também a frequência obrigatória das crianças, juntamente com os seus educadores, à igreja todos os domingos. Elas deveriam ter alguma formação religiosa, pois Locke considerava que, ao crescerem, na maioria das vezes, no ócio e sem limites, tornavam-se pessoas completamente desprovidas, tanto da religião como da moralidade requerida para o desempenho da atividade industrial.

Nas casas de trabalho as crianças deveriam receber uma dieta diária de pão e, durante o inverno, “um pouco de mingau de aveia com água quente”. Calcula-se que a produção de uma criança cobriria, no decurso dos anos, o seu custo com o ensino e com a sua manutenção parcial. O objetivo era socializar os filhos dos pobres para o trabalho, habituá-los ao labor. As casas de trabalho possibilitavam, ao mesmo tempo, a liberação das mães dessas crianças para o desempenho de atividades ligadas à manufatura. Locke argumentava que com as casas de trabalho as mães estariam mais disponíveis para o ofício industrial e, assim, poderiam prover o sustento de si e de seus filhos, uma vez que estes estariam um período menor sob seus cuidados e, nessa parte do tempo, elas poderiam dedicar-se ao trabalho da fabricação de lã.

As crianças encontradas mendigando fora da paróquia onde moravam, a uma distância de cinco milhas da mencionada paróquia, deveriam ser enviadas para a escola de trabalho mais próxima e ser fortemente açoitadas e mantidas no local de trabalho até a noite. Ou, se elas estivessem a mais de cinco milhas do lugar onde estivessem mendigando, deveriam ser enviadas para casa de correção mais próxima, para lá permanecerem no trabalho por seis semanas consecutivas.

O caráter coercitivo do Memorando de 1697 também se estendia às mulheres, pois previa que qualquer pedinte do sexo feminino acima de quatorze anos de idade que fosse encontrada fora de sua própria paróquia, sem um passe e, além disso, fosse habitante de uma freguesia situada até cinco milhas de distância daquela na qual fora encontrada a mendigar, deveria ser conduzida para casa correspondente à sua paróquia pela polícia. A reincidência no mesmo erro, de qualquer mulher acima de quatorze anos de idade, sempre deveria ser legalmente punida por meio de reclamação feita e de condução ao juiz de paz ou ao guardião dos pobres, para que assim a mendicante fosse encaminhada à casa de correção e submetida ao trabalho duro, por três meses. Punição análoga deveria ser aplicada às mulheres que, pela primeira vez, fossem encontradas a mendigar sem um passe legal, a uma distância maior de cinco quilômetros do local de seu domicílio.

As fugas deveriam ser punidas, certamente, com a morte. Locke sugeria que os homens em condição de mendicância maiores de cinquenta anos ou mutilados poderiam ser poupados do serviço naval e enviados para as casas de correção, para serem submetidos ao trabalho duro por três anos. No caso de reincidência, deveriam ser mantidos nas casas de correção sob disciplina ainda mais dura até a aposentadoria.

Locke identificava um contingente de desempregados, os quais ele designava de zangões, de vagabundos ociosos, que declaravam ter a pretensão de trabalhar, entretanto, alegavam, arditamente, não encontrarem emprego. A fim de dar concretude a essa suposta pretensão, Locke recomendava que “o guardião dos pobres da paróquia onde tal pretensão foi declarada, devesse, no domingo seguinte, após a declaração, conhecer a paróquia do manifestante”. Na sequência, deveriam verificar se haveria alguma pessoa disposta a empregá-lo a valor mais baixo do que habitualmente se pagava. “A definição do valor ficaria a cargo do referido guardião; os que não pudessem ser empregados por doze pence por dia, deveriam contentar-se com nove pence ou oito pence ao invés de viver de braços cruzados” (LOCKE, 1876, v. 2, p. 378-379).

Várias medidas do Memorando de 1697 propunham conduzir os pobres à fabricação da lã, assim, deslocava-se para as indústrias nascentes esse grupo social transformando-o em força de trabalho, como atesta os trechos a seguir:

[...] supondo que exista na Inglaterra cem mil pobres, que vivem na paróquia, isto é, que são mantidos pelo trabalho de outras pessoas. Assim, se forem tomados os cuidados para que cada um destes que vivem de esmolas sem trabalhar, tenham algum trabalho na fabricação de lã ou em outra atividade, ganhando um centavo por dia (eles poderiam fazer juntos muito mais), cada um destes geraria para Inglaterra 130,00 M. por ano, o que, em oito anos, tornaria a Inglaterra acima de um milhão de libras mais rica.

A fim de realizar com mais eficácia o presente trabalho, para a vantagem deste reino, propomos humildemente, também, que estas escolas sejam, geralmente, destinadas para a atividade de fiação ou tricô, ou alguma outra parte da lã manufaturada (LOCKE, 1876, v. 2, p. 378-379)

O documento também previa o envio de mendigos para prestar serviços forçados na Marinha. Locke formula o Memorando de 1697 de alívio à pobreza em um contexto histórico de propagação da economia monetária centrada nos processos de trocas que hipervaloriza o acúmulo de moeda e metais preciosos, mediante o alargamento de seus recursos materiais. Parece verossímil que a proposta de alívio à pobreza se insira no âmbito desse ideário econômico mercantil, ocupada em potencializar o poder e intensificar os fluxos comerciais da Marinha inglesa, por meio de adoção de medidas que direcionassem os mendigos para o desempenho de atividades navais subalternas. Dessa forma, poder-se-ia constituir um manancial de força de trabalho ao dispor do comércio mercantil e propiciar um saldo comercial favorável. Cabe sublinhar que o comércio internacional era um dos meios essenciais para impulsionar a economia e alcançar a hegemonia no comércio global pretendido pelo Estado inglês.

A relação que Locke estabelece entre os pobres e o Estado mercantilista, em alguns trechos do Memorando de 1697, parece indicar que eles compõem também o povo, entendido como um segmento social identificado com projeto econômico nacional, que visava consolidar a posição de supremacia da Inglaterra em âmbito global. Sob essa ótica, o proletariado, então, ocuparia uma posição de agente colaborador e partícipe desse pretenso pacto social, como se os interesses dos burgueses abrigassem os anseios desse grupo social.

A proposta de alívio aos pobres, calcada em um sistema que associa punição, controle e medidas coercivas para empregar os pobres, traduz a forma como Locke trata a questão da

pobreza. O princípio da igualdade lockeano, que pressupõe conservar o suficiente e igualmente bom para todos os homens, não abarca os pobres e miseráveis.

Locke foi defensor do empirismo e, como tal, rejeitava e combatia a doutrina das ideias inatas; sua crítica à existência de ideias inatas e ao conhecimento universal, conduziu-o à compressão da mente humana, no momento do nascimento, como uma “tábula rasa”, semelhante a uma folha em branco na qual inicialmente nada se acha impresso. À luz dessa concepção, ele deduz que, se as pessoas adultas possuem cognição e se sua mente é um “papel impresso”, consequentemente, as suas bagagens de conhecimentos e as suas ideias seriam provenientes das experiências vivenciadas. Por esse pressuposto, não há qualquer razão para julgar que Locke considerava os pobres biologicamente inferiores no âmbito do domínio cognitivo. Mas ele não apresenta na reforma de alívio à pobreza qualquer medida que possibilite a formação intelectual e política do proletariado, por meio da qual eles poderiam superar sua condição de trabalhadores braçais e servis. O documento, contrariamente, reforça o treinamento do proletariado com objetivo de utilizá-los como um contingente de força de trabalho habituada a atuar na fabricação de lã. Contingente também disponível para servir os navios de Sua Majestade ou para desempenhar o trabalho duro nas cidades portuárias.

A transmissão do conhecimento nas casas de trabalho propostas por Locke restringia-se, tão somente, ao treinamento necessário para operar o trabalho braçal e árduo. Mas se o sistema e o método de Locke possibilitavam alterar o comportamento dos indivíduos, a habituá-los ao labor por meio do treinamento metódico, convertendo-os em operadores “industriosos”, ele poderia igualmente buscar métodos para o crescimento intelectual desses trabalhadores, do mesmo modo que sistematizou procedimentos para o desenvolvimento cognitivo das crianças oriundas da nobreza e da burguesia.

Locke, ao tratar do processo educacional de crianças para o exercício da ação política, avalia que o método mais apropriado para o desenvolvimento dessa racionalidade requer a aquisição sucessiva de saberes nos campos social e político, além do contínuo estímulo ao raciocínio a partir de princípios. Assim sendo, o grande obstáculo à preparação do exercício da ação política para as crianças pobres reside na indisponibilidade de tempo para dedicar-se a essa prática. Do ponto de vista da concepção lockeana, os pobres são dotados de capacidade para esse tipo de racionalidade; pois para ele todos “Nascemos com faculdades e poderes capazes de quase qualquer coisa, que pelo menos nos levaria mais longe do que pode ser facilmente imaginado”. Entretanto, “é apenas o exercício desses poderes que nos dá a

capacidade e habilidade em qualquer coisa, e leva-nos para a perfeição” (LOCKE, 1922, § 4, p. 190).

Contudo, Locke omite-se ao não apresentar reflexões que sustentassem a hipótese de que os pobres estariam aptos a superar a sua situação socioeconômica e desenvolver as suas estruturas mentais, a racionalidade mais complexa, a consciência sociopolítica e, desse modo, “elevarem seus pensamentos acima”, se lhes fossem proporcionadas as condições adequadas para isso. Parece verossímil considerar que essa omissão expressa a postura de Locke comprometida com a conservação das relações sociais de dominação vigentes, sobretudo porque o autor reconhece o obstáculo que as condições de vida dos trabalhadores subalternos constituem para a superação da existência confinada à mera subsistência. Nos termos de Locke:

O quinhão do trabalhador na renda nacional raramente sendo mais do que para a mera subsistência, jamais deixa a essa categoria humana tempo, ou oportunidade para elevar seus pensamentos acima disso, ou para lutar como pelo deles os ricos, (como sendo interesse comum) a não ser quando algum grande desastre coletivo, unindo-os num só fermento universal, os faz esquecer o respeito e lhes dá o atrevimento de pelejar por suas necessidades pela força armada. E então, às vezes, arrombam as portas dos ricos e carregam tudo, como um dilúvio. Mas isso raramente acontece, a não ser na má administração de governo negligente ou desmazelado. (LOCKE *apud* MACPHERSON, 1979, p. 235)

Assim pode-se depreender que a lei de alívio à pobreza proposta por Locke só tem o intento de transformar os pobres em pessoas laboriosas, como uma classe de racionalidade restrita, circunscrita aos interesses da indústria. Esta é a essência da reforma da lei dos pobres: garantir ao proletariado o direito a uma socialização para se converterem em operários mais aptos e produtivos, sob um custo muito reduzido para o Estado, alargando, assim, o contingente de força de trabalho ao dispor do mercado laboral. O conhecimento alcançado por Locke sobre a cognição humana não ofereceu nenhuma contribuição para estender a participação política dos trabalhadores.

Além de Locke descomprometer-se com a preparação mínima dos pobres para o exercício da “cidadania”,¹³ pretendeu convertê-los em trabalhadores passivos, em força de

¹³ Não há, na teoria política de Locke, o emprego do termo cidadania. Emprega-se este termo para utilizar um conceito essencialmente liberal, que expressa o limite máximo da extensão da “democracia” na lógica do capital. Mesmo que pareça extemporâneo, deslocar o conceito de cidadania para o setecentos, particularmente, para a acepção lockeana, é possível transpor com segurança o seu significado, pois em Locke corresponderia, exatamente, à garantia dos direitos naturais. Para Locke estes direitos eram prerrogativas natas as quais os indivíduos não

trabalho politicamente submissa. Ele contribuiu para socializar esse grupo social de maneira a se sentir culpado por sua condição econômica, a se sentir apequenado e inferiorizado socialmente e, assim condicionado, integrar-se abnegado e docilmente à ordem econômica mercantil e sem provocar ameaça à política interna.

A maior parte da humanidade não tem lazer para o estudo e a lógica, e às distinções extrafinas das escolas. Quando a mão está ocupada ao arado e à espada, a cabeça raramente é elevada para as idéias sublimes, ou exercitada em misterioso raciocínio. Convém que os homens dessa posição (sem falar no outro sexo) possam entender proposições simples, e um breve raciocínio sobre as coisas familiares a suas mentes e aliadas próximas à sua experiência diária. Ide além disso e aturdireis a maior parte da humanidade” (LOCKE, 1756, *apud* MACPHERSON, 1979, p. 236).

O método socializante proposto por Locke para a classe trabalhadora difere inteiramente da educação formadora direcionada às famílias burguesas, encarregadas do ordenamento da sociedade. Dessa forma, aos filhos da aristocracia e da burguesia precisariam ser transmitidos os conteúdos mais sofisticados, os saberes mais complexos. Ainda que os nobres e os burgueses praticassem alguma arte manual, era tão somente uma maneira de aumentar a sua capacidade. Inversamente, para os filhos dos pobres e miseráveis, apenas o necessário para o desempenho de seus empregos.

Miguel Morgado, ao introduzir a obra *Alguns pensamentos sobre a educação* (LOCKE, 2012), ressalta que tanto nesta como nas demais obras de Locke “o Estado é raramente convidado a entrar nas relações educacionais”, sua experiência nessa área dizia respeito à educação dos *gentlemen*. A pedagogia educacional lockeana,¹⁴ direcionada à formação aristocrática-burguesa, parte da compreensão do homem como ser racional, sendo assim, as faculdades intelectuais e físicas das crianças oriundas das famílias abastadas devem ser estimuladas, com intuito de dar vazão a sua natureza ou humanidade. Já no primeiro parágrafo da obra mencionada, Locke afirma que nove em cada dez pessoas são o que são, boas ou más, úteis e inúteis, devido à educação que receberam (LOCKE, 2012, p. 57).

poderiam perder. Locke estabelece, prioritariamente, o direito à propriedade, que abarcaria não apenas os proventos materiais dos indivíduos, mas também sua vida e sua liberdade.

¹⁴ Locke trabalhou como preceptor dos filhos de alguns nobres como os de Conde Shaftesbury e de Sir John Banks. Na sua velhice dirigiu a educação de Francis Cudworth Masham e supervisionou a educação dos filhos de Edward Clarke, consolidando sua experiência como educador. Cf. ENGUITA, 1986, p. 14.

Esse autor considera que as crianças não nascem plenamente livres, pois ainda não concluíram o desenvolvimento da razão, ainda não identificaram, cabalmente, sua “estrela bússola”. Assim, a educação para a liberdade e para a formação do cidadão que ordenará a sociedade pressupõe o controle rigoroso do temperamento e hábitos viciosos das crianças. O temperamento inato para Locke compreende o conjunto das predisposições que o indivíduo traz, desde o seu nascimento, para agir de certa forma. Isso significa que, para John Locke, o indivíduo é propenso, naturalmente, a agir dessa ou daquela maneira. Segundo o pensamento lockeano, o temperamento tem relação com a lei natural que predominava, anteriormente, ao contrato social. A educação é concebida como um recurso para o abandono do estado natural, por essa razão implica disciplina e severidade. A punição apenas deverá ser empregada quando o convencimento pela razão não lograr resultado na correção do comportamento inadequado do educando.

O educador, conforme esse modelo educativo, deveria conhecer a fundo seu aluno e sua natureza, a fim de aproveitar melhor suas habilidades e tendências. O temperamento deve ser moldado, por meio da educação, de forma a transformar o temperamento do indivíduo, transmitindo-lhe hábitos. Assim sendo, para o instrutor desempenhar seu trabalho com eficiência, necessita conhecer a fundo a natureza do educando e, a partir dessa compreensão, iniciar o processo educativo que deverá aproveitar da melhor maneira as suas habilidades e tendências e, ao mesmo tempo, introduzir hábitos virtuosos para serem impressos no educando. Esses hábitos têm como finalidade maior conduzir o estudante ao desempenho da racionalidade, pois, para Locke, ação educativa significa a construção do uso da razão (LOCKE, 2012, seção 101).

Há em Locke a preocupação com o desenvolvimento cognitivo das crianças ricas com mira em fazê-las alcançarem os saberes complexos. Para tanto, propõe o seguinte procedimento pedagógico: “quando as crianças souberem falar ensiná-las a ler” (2012, p. 280) e o gosto pela boa leitura deve ser estimulado por meio de métodos prazerosos de jogos ou diversão (p. 281). Da mesma forma deve-se proceder com a escrita, cujo aprendizado deve iniciar-se quando a criança souber ler bem o inglês. Locke faz uma descrição detalhada dos melhores métodos para o aprendizado da leitura e da escrita. Recomenda, ainda, os conteúdos de desenho; língua estrangeira, enfatiza o estudo do Latim e, com menor ênfase, do Grego; Versos; Geografia; História; Aritmética e Astronomia; Geometria; Cronologia; Ética; Direito Civil; Direito; Retórica e Lógica; Filosofia natural; além de Música e Pintura. Para Locke, há a necessidade de formar o homem de negócios, preparado para submeter forma e conteúdo dos saberes a critérios eminentemente mercadológicos e, pragmaticamente, relacionados à utilidade da acumulação de capitais. As relações econômicas e sociais constituídas na Inglaterra do século

XVII requeriam saberes e objetivos utilitários; que propiciassem o seu aproveitamento prático para atender as demandas de controle do comércio internacional.

Dessa forma, os propósitos da pedagogia lockeana, nos planos tanto metodológico quanto epistemológico, abrigavam requisitos imprescindíveis ao universo burguês. As demandas no âmbito das relações socioeconômicas diferiam, significativamente, das predominantes até então. Esses novos protagonistas da vida social necessitavam de uma educação que os projetasse socialmente como grupo hegemônico, como portadores de outra forma de consciência, de uma nova visão de mundo. Uma educação para o desempenho do papel social condizente com a afirmação e a perpetuação dos interesses burgueses. Portanto, a pedagogia lockeana traz em si um corte essencialmente classista, pois se ocupou em amoldar os filhos dos trabalhadores para inseri-los no lugar social subalterno no âmbito da economia mercantil e, ao mesmo tempo, preocupou-se em educar os ricos para a tarefa da dominação, dentro da ordem social que se estabelecia, marcada pela introdução das novas relações sociais de produção que se consolidavam. Sendo assim, Locke, além de justificar a supremacia das relações capitalistas de produção nascentes, justifica a ascensão da burguesia como o grupo apto ordenar a vida social, no contexto histórico de então, por meio da razão e da laboriosidade, para afirmação da nova sociedade.

Verifica-se, dessa forma, que o liberalismo lockeano inaugura um novo paradigma, consubstanciado na construção teórica e nas práticas sociais destinadas a demolir os obstáculos e as restrições ao desenvolvimento material da sociedade burguesa. A epistemologia lockeana canalizada para conferir racionalidade à lógica do capital, que pretende ordenar a existência humana a uma dimensão “absolutizada” pelos seus interesses, transmite para a tradição liberal a sua contradição de origem. Contradição esta que é marcada pela defesa intransigente dos direitos naturais, que devem ser considerados direitos péticos e, nesse sentido, o liberalismo opõe-se ao Estado absolutista, tirânico, despótico. Ao mesmo tempo, com igual contundência, apregoa-se a pedagogia da mão de ferro para os pobres, para as colônias, para os povos extraeuropeus. Reforça essa evidência a afirmação de Bourne sobre o fato de Locke considerar que a prosperidade da Inglaterra dependia das fábricas de lã. Para tanto, “eles e seus colegas” ocuparam-se em pensar “como estas fábricas poderiam ser protegidas e desenvolvidas”. Locke recomendava que, “fora da Inglaterra, os produtos ingleses seriam forçados sobre os estrangeiros, e ainda mais em cima dos colonos ingleses” (LOCKE, 1876, p. 376).

A câmara do comércio em 1698, da qual Locke era comissário, propõe ao governo inglês pressionar o Parlamento irlandês a impor pesados tributos sobre a exportação de lã fabricada na Irlanda.¹⁵ Um ano depois, em resposta à pressão crescente dos comerciantes de lã ingleses que, particularmente, temiam os menores preços de produção de lã da Irlanda, o Parlamento inglês aprovou uma lei que proibia, terminantemente, a exportação de bens e da lã irlandesa. Esse ato constitucional de 1698 gerou onerosas implicações comerciais para a Irlanda e levou a uma significativa queda de sua produção.¹⁶

A aprovação dessa medida provocou quase instantaneamente uma dura crítica do político, filósofo e cientista William Molyneux¹⁷ ao Parlamento inglês, na obra: *The Case of Ireland being bound by Acts of Parliament in England, Stated*. O trabalho de Molyneux, lido com avidez pelos irlandeses, contribuiu para desencadear forte reação nacionalista na Irlanda contra a dominação colonial. Também foi uma obra de referência para os colonos americanos, que utilizaram o seu conteúdo anti-imperialista e antimercantilista em sua resistência contra a dominação colonial inglesa (MOLYNEUX, 1725).

Como analisa Wood, “Locke imaginou uma teoria de valor da propriedade-trabalho que poderia justificar não somente a exploração ou cercamento no país, mas também a expropriação colonial”. As colônias inglesas contribuíram, decisivamente, para manter a ordem social no país, ao mesmo tempo que aumentavam a supremacia comercial inglesa, ao elevar sua vantagem competitiva. O objetivo principal do processo de colonização inglesa mercantil era expandir a riqueza dos ingleses, ao criar dependências exportáveis e não gerar competidores potenciais nas colônias. A Irlanda, laboratório do modelo de colonização inglesa, teve o seu desenvolvimento comercial obstruído pelo governo inglês, por meio da adoção de um conjunto

¹⁵ The Parliamentary Register; of History of the Proceedings and Debates of the House of Commons; volume XI, p. 463-464, Londres, 1800.

¹⁶ Sobre os danos provocados por essa lei, Hill destaca que o acordo cromowelliano em 1660, firmado, fundamentalmente, à custa dos irlandeses e dos cavaleiros ingleses, mantinha a Irlanda na condição de uma colônia inglesa de exploração, com a proibição da exportação de ovelhas, gado, manteiga e queijo para Inglaterra. Com a segunda supressão, em 1680-1689, na qual o parlamento impõe severas restrições ao comércio irlandês, alicerçado no código penal, a produção fabril de tecido da Irlanda é aniquilada. Cf. HILL, 1984.

¹⁷ William Molyneux era correspondente e amigo de John Locke. Em 1698 a publicação da obra *The Case of Ireland being bound by Acts of Parliament in England Stated*, conferiu-lhe grande reconhecimento de seus compatriotas irlandeses. A obra constituiu-se em um instrumento de denúncia e crítica à autoridade parlamentar inglesa pela relação de dominação política e econômica inglesa imposta ao povo Irlandês responsável por gerar impactos destrutivos para o desenvolvimento ao comércio e à manufatura. Evidentemente que Locke não compartilhou da opinião de Molyneux e considerou sua denúncia pública um ato sombrio do autor. Molyneux provocou com esta obra a insatisfação dos comerciantes e do parlamento Inglês, por esta razão teve de adiar por longo período a sua viagem a Londres, pois temia que o parlamento inglês pudesse decretar a sua prisão por sedição. Cf. LENNON; LARIVIÈRE, 2000.

de medidas restritivas, quando o aumento de sua competitividade constituiu ameaça ao capital inglês. Assim, em grande medida, a trajetória desse país foi condicionada por um padrão de colonização centrado na conquista e expropriação, e pela polarização entre a massa de despossuídos e uma elite imperial com seus aliados nativos (WOOD, 2014, p. 79).

O modelo de colonização inglesa na América exigiu uma expropriação demasiadamente mais abrangente dos povos indígenas do que a expropriação adotada pelo modelo irlandês. A remoção completa dos povos indígenas foi marcada pelo genocídio. Nesses territórios devastados, o império inglês impôs as relações sociais centradas na propriedade privada e nos demais imperativos do capitalismo. Desde o início do século XVII, os ingleses adotam tanto no próprio país como na Irlanda o princípio da apropriação legítima, expropriação que não se restringe às terras, desabitadas, mas abarca também as ocupadas e até as agricultadas. Posteriormente, no mesmo século, o princípio da apropriação legítima é justificado no arcabouço teórico de Locke, que busca além de conferir racionalidade à expulsão de terra no próprio país, mas também a expropriação colonial (WOOD, 2014, p. 79).

Constata-se, assim, que a propriedade é uma ideia-chave no pensamento político lockeano. Sua defesa é o fio condutor de sua concepção acerca da vida social. Em Locke, a propriedade assume um sentido pessoal, a propriedade de sua própria pessoa, a propriedade como um bem privado, assegurado pela força do Estado, legitimado, ideologicamente, pelo suposto pacto social, que transforma a injustiça da “posse desproporcional e desigual da terra” em uma prática honesta, a injustiça é redimida pelo valor do trabalho. Confere-se, dessa forma, moralidade ao apossamento da burguesia. Em Locke a defesa da propriedade está associada à ideia da posse individual. Ao discorrer sobre a apropriação da terra “no estado de natureza”, quando os homens poderiam ter seus bens privados ameaçados pelos demais, Locke desconsidera, completamente, a existência da propriedade coletiva sob a qual se estruturavam as comunidades primitivas. À vista disso, ele naturaliza dogmaticamente a propriedade privada como fruto da evolução histórica e a única forma possível de prover a humanidade.

De acordo com as proposições de Locke, o homem também se converte em valor igual a todas as outras coisas que têm preço. O trabalho humano é concebido como uma mercadoria cambiável para extrair lucro, como as demais. Nas suas teorias acerca dessa questão, o trabalho humano atribui o direito de propriedade. A partir da eliminação completa das restrições, essa teoria, além da legitimação da propriedade desigual, legitima uma apropriação individual ilimitada, admitindo, portanto, a propriedade utilizada exclusivamente para fins especulativos.

Derruba-se, por essa acepção liberal, o princípio da função social da terra como gerador do direito de propriedade.

Por fim, como constata Onur Ulas Ince, inaugura-se com Locke um novo paradigma cuja marca é a mercantilização bruta da vida social. Sob a base moral da teoria da propriedade de Locke, os britânicos avançaram em direção aos povos originários da América e introduziram padrões de relações “transoceânicas de produção e troca”, ou seja, relações comerciais regidas pela lógica do capital. Constitui-se, assim, na América sobre o domínio britânico, movido pelo desejo incontínente de lucro, uma vasta rede de mercadoria, entre elas seres humanos, seres humanos coisificados, prática também admitida, em solo americano, pela racionalidade liberal. Sob a moralidade da propriedade expressa na teoria de Locke, impõe-se o paradigma de uma nova ordem socioeconômica fundada nas relações capitalistas de produção, nas ambições de acumulação em escala mundial, no anseio de submeter à humanidade ao seu “compasso da propriedade privada” e “da extração de valor”. A concepção da propriedade de Locke “em um campo de possibilidades das relações históricas concretas do mundo do século XVII deu forma às percepções e às prioridades políticas e econômicas disponíveis”. Ao autorizar um sistema de apropriação de terras coloniais, e todas as práticas úteis ao capital, revela sua própria imagem, que em essência é a base moral sobre a qual repousa a sociedade capitalista (INCE, 2013, p. 75-76)

Na outra ponta da história do liberalismo,¹⁸ destaca-se o austríaco Friedrich August von Hayek¹⁹ (1899-1993) como o mais autêntico sucessor da linhagem que se inaugura em Locke. Hayek notabilizou-se como um dos maiores expoentes da tradição liberal na

¹⁸ A partir das décadas de 1980 e 1990, assiste-se a um debate que envolveu vários campos das ciências sociais: a questão sobre o fim da História. Seu eixo central, embora com variantes filosóficas, residia na ideia da inexorabilidade do mercado, um processo sem sujeito que culminaria no retorno do ideário liberal, em face da vitória da lógica do mercado e da mundialização do capital. No campo doutrinário, discursos apologéticos elegeram entusiasticamente o mercado como passado, presente e devir das sociedades contemporâneas. Uma nova teoria do mercado, menos matemática e mais afinada ao seu tempo, foi dos grandes pilares deste discurso: a teoria do mercado espontâneo de Friedrich August von Hayek.

¹⁹ Friedrich August von Hayek nasceu em 1899 em Viena. Pertencia a uma família de grande tradição acadêmica; seu avô paterno ensinava Zoologia na Universidade de Viena, o outro avô era colega de Böhm-Bawerk e professor de Direito Público na Universidade de Innsbruck, seu pai foi físico, os irmãos e os filhos de Hayek também viriam a seguir a tradição acadêmica. Em março de 1917, Hayek serviu como oficial no exército austríaco; em novembro do ano seguinte retornou a Viena após permanecer na Itália. Ainda no exército, concluiu o curso ginásial, o que o habilitou a ingressar na Universidade de Viena, logo após o término da Primeira Guerra Mundial. Começa então a estudar Direito, frequentando as aulas de Wieser e Othmar Spann e cursando também disciplinas de Psicologia e Filosofia ministradas pelos professores Heinrich Gomperz, Adolf Stöhr e Robert Reiningir que dirigiam suas reflexões filosóficas para combater as ideias tidas como metafísicas e compartilhavam entre si uma perspectiva filosófica orientada pelas ciências naturais, notadamente pelos escritos filosóficos do físico e filósofo Ernst Mach. É quando Hayek começa a se interessar pelos escritos de Mach, que viriam a exercer sobre ele certa influência em epistemologia. Também marcou o pensamento de Hayek a leitura de Moritz Schlick. Cf. FEIJÓ, 2000, p. 123-124.

contemporaneidade. Sua bagagem acadêmica abarca diversas áreas do conhecimento: Direito, Ciência Política, Economia e Psicologia. Em 1921 concluiu o doutoramento em Direito, ao mesmo tempo que frequentou os seminários privados coordenados por Ludwig Heinrich Edler von Mises, integrante da escola austríaca de economia. Mises, que contradizia o positivismo lógico, formulou uma metodologia sustentada na ação humana individual. Ao aproximar-se de Mises, Hayek passa a frequentar o ambiente da Escola Austríaca de economia,²⁰ filiando-se aos princípios básicos defendidos por essa corrente, e a desenvolver os seus primeiros trabalhos sobre os mercados.

Em 1927, Hayek tornou-se o primeiro diretor do Instituto Austríaco de Pesquisas Econômicas. Durante o período compreendido entre 1931 e 1950, ocupou a cátedra de London School of Economics; com a eclosão da Segunda Grande Guerra foi transferido para a Universidade de Cambridge e no ano de 1950 assumiu a cátedra na Universidade de Chicago, o mais célebre reduto intelectual do liberalismo estadunidense. Ao longo de doze anos lecionou em Chicago, dedicou-se à “análise do campo intermediário existente entre a área técnica da Economia e a política ou a filosofia moral” (HAYEK, 1981, p. 40). De 1962 a 1969, ocupou uma cátedra na Universidade Albert Ludwig, de Freiburg, na Alemanha; encerra a sua carreira na Universidade de Salzburg, na Áustria (EATWELL; MILGATE; NEWMAN, 1987, p. 609-614).

No decorrer do seu percurso acadêmico publicou diversos livros, entre os quais: *Nacionalismo monetário e instabilidade internacional* (1937); *A teoria pura do capital* (1941); *O caminho da servidão* (1944), a obra de maior destaque; *Individualismo e ordem econômica* (1948); *A contrarrevolução da ciência: estudos sobre o abuso da razão* (1952); *A ordem sensorial: os fundamentos da psicologia teórica* (1952); *O capitalismo e os historiadores* (1954); *Os fundamentos da liberdade* (1960); *Direito, legislação e liberdade*, volume I (1973), volume II (1976), volume III (1979); *A desnacionalização do dinheiro* (1976) e *A arrogância fatal: o erro dos socialistas* (1988). A sua construção teórica abarca três partes básicas: na

²⁰ A Escola Austríaca de Economia surgiu com a chamada revolução marginalista, ocorrida entre 1871 e 1874, com a publicação de obras de três diferentes autores que desenvolviam suas pesquisas e seus trabalhos em diferentes países, sem que cada um tivesse conhecimento do trabalho dos outros. Juntamente com William Stanley Jevons, na Inglaterra, e Leon Walras, na Suíça, Carl Menger, na Áustria, reafirma os princípios básicos do liberalismo. A teoria da Escola Austríaca de Economia parte das avaliações subjetivas de sujeitos individuais isolados do processo produtivo e das formas sociais concretas em que se realiza esse processo. Não importa quão perspicaz seja uma explicação dada por essa teoria, não importa com quanto êxito tenha descoberto certos fenômenos na modificação de preços, ela padece do erro básico que assegura todos seus sucessos específicos de antemão: ela não explica o mecanismo produtivo da sociedade contemporânea, nem as condições para seu funcionamento e desenvolvimento normais. Colocando o valor, a correia de transmissão, para fora do mecanismo produtivo da economia mercantil, esta teoria retira de si mesma qualquer possibilidade de compreensão da estrutura e movimento desse mecanismo (RUBIN, 1987, p. 89).

primeira, predominam as temáticas a respeito da economia; a segunda aborda questões sobre a economia política; a terceira trata da filosofia política e teoria do direito.

Hayek foi um contraditor radical de qualquer forma de planejamento econômico central – desenvolvimentista, Estado-providência, social-democracia e notadamente o socialismo – e engajou-se, durante toda a sua trajetória acadêmica, na campanha teórica e prática de sua condenação. Foi defensor ferrenho do mercado como viabilizador de uma “ordem²¹ espontânea de cooperação humana”; melhor forma de organização social para as sociedades contemporâneas. Ele disputou intelectual e politicamente um projeto de sociedade com os adeptos do socialismo e com os partidários do intervencionismo estatal, seja do modelo keynesiano de Estado, seja do modelo de bem-estar social. Contrapôs-se ao socialismo por julgá-lo alicerçado no controle do mercado por meio do planejamento central, planejamento que pretende substituir a “ordem espontânea da cooperação humana”.

O cerne de sua epistemologia fundamenta-se na concepção de que, sob um sistema de liberdade no qual os indivíduos têm a possibilidade de utilizar seus conhecimentos em busca de seus fins, restringidos somente por normas gerais de conduta cabíveis em todas as situações, há maior probabilidade de efetivação das pretensões dos indivíduos. Contrariamente, o planejamento central das atividades econômicas priva os indivíduos de conhecer e desfrutar do conjunto de saberes que se encontram dispersos, em razão do dirigismo exercido pelo poder público. Na acepção hayekiana, o genuíno conhecimento subjetivo, que engendra os processos sociais, não se encontra concentrado em uma única mente humana, acha-se disperso e fragmentado em um amplo contingente de mentes individuais. O mercado cumpre o papel de organizar e expandir as diversas parcelas importantes do saber individual de cada um de seus partícipes, ao enviar sinalizações que orientam a atuação dos demais agentes a ele ligado. O mercado opera como coordenador que capta e condensa todas as particularidades individuais do conhecimento esparso (FEIJÓ, 2000, p. 133).

Em Hayek, o mercado opera como um mecanismo de transmissão de dados sistematizados das informações particulares sobre os preços. O próprio sistema de preços

²¹ Para Hayek “o conceito de ordem é difícil - como seus equivalentes próximos sistemas, estrutura e modelo. Precisamos distinguir duas concepções de ordem diferente, porém relacionadas. Os termos ordem e ordenar podem ser usados enquanto substantivo e verbo para definir tanto os resultados de uma atividade mental na organização e classificação de objetos ou acontecimentos em vários aspectos, segundo nossa percepção sensorial, como a reorganização científica do mundo sensorial diz que devemos fazer quanto às organizações físicas específicas que objeto: ou acontecimentos supostamente possuem ou que lhes são atribuídas em certo momento. Regularidade, do latim regula, regra, e ordem são evidentemente apenas os aspectos temporal e espacial do mesmo tipo de relação entre os elementos”. Cf. HAYEK, 1988, p. 32.

fornece, ainda que com alguma imprecisão, sinais de direção aos seus agentes. O mercado trata os dados e transmite indicações que tornam possíveis o processo de coordenação. O planejamento centralizado é incapaz de suprir o papel desempenhado pelo mercado, uma vez que o órgão central de planejamento não teria como recolher e sistematizar todas as informações relevantes que estão dispersas entre os agentes; capacidade que somente a ordem do mercado dispõe. A teoria econômica, mesmo aquela que só considera a subjetividade do indivíduo, não tem acesso à esfera do conhecimento individual e, sendo assim, seus modelos possuem um alcance limitado como instrumento de intervenção na vida econômica. Com melhor literalidade nas palavras de Hayek:

Pode-se demonstrar de modo puramente factual quê a economia, sob um regime socialista, não atinge os objetivos que ele preconiza. [...] Não podemos escolher se desejamos manter a população mundial por meio de um sistema baseado na propriedade privada, nos contatos de mercado, ou se podemos alcançar isto através de qualquer outro método, por meio de algum tipo de direção centralizada, que nos liberaria para alocar a cada pessoa, não aquilo que o mercado lhe dá, mas o que a justiça ou as normas éticas estabelecem que cada um tem que ter. Nós desenvolvemos, sem compreendê-lo, algo que eu agora gosto de chamar *extended society order*, ou seja, um tipo de ordem social que extrapola o conhecimento que qualquer pessoa possa ter dos fatos, e na qual cada um de nós satisfaz as necessidades de pessoas que não conhece, para tanto valendo-se do auxílio de pessoas que também são desconhecidas. E, ainda assim, essas milhares de circunstâncias que estão sendo consideradas como um todo não são conhecidas de ninguém, mas são alimentadas no computador do mercado, que transmite a cada um, sob a forma de preços, a informação que se tem que ter para contribuir ao máximo para a formação do produto social. (HAYEK, 1981, p. 40)

1.2 AS TRADIÇÕES MORAIS ESPONTANEAMENTE GERADAS PELA ORDEM DO MERCADO COMPETITIVO E PELO RACIONALISMO CONSTRUTIVISTA

Na sua obra *A arrogância fatal: o erro dos socialistas*, Hayek procura comprovar que é arrogante a concepção de que os homens podem planejar as atividades econômicas ajustando-as às suas pretensões. Ele considera que essa compreensão equivocada gerou resultados sociais desastrosos. Argumenta que a trajetória da civilização é oriunda e radicalmente conectada a uma extensa ordem de cooperação humana espontânea, que possibilita a preservação e o prosseguimento do processo civilizatório. Abdicar da ordem de mercado para estabelecer a ética socialista significa aniquilar a civilização e depauperar a humanidade. Na visão de Hayek, essa concepção errônea baseada no controle coletivo traz em si uma carga de “arrogância do

conhecimento”. Ele retoma a consideração de David Hume de que “as normas da moral não são conclusões de nossa razão”. Essa premissa cumprirá um papel essencial nessa obra, uma vez que a asserção de Hume oferece fundamento à preocupação principal de Hayek, qual seja, responder à questão de como “surge nossa moral e que implicações o modo dela surgir pode ter para nossa vida econômica e política?” (HAYEK, 1995, p. 24).

Hayek considera-se um defensor da razão e declara que exatamente por esse motivo compreende os seus limites. Para o pensador austríaco, o planejamento central defendido pelo socialismo ancora-se em uma premissa ingênua na qual a “racionalidade” humana pode edificar a sociedade “perfeita”; premissa denominada por Hayek de “asserção construtivista”. Para o autor há um processo evolutivo da moralidade emanado de um movimento intermediado pelo instinto e pela razão, que não deriva do instinto puro, nem somente da razão. Na exposição do autor:

Em primeiro lugar, como vimos, existe a moral inata, por assim dizer, dos nossos instintos (a solidariedade, o altruísmo, a decisão do grupo, e assim por diante), as práticas que dela emanam não bastam para dar sustentação à nossa ordem espontânea atual e à sua população. Em segundo lugar, existe a moral que evoluiu (a poupança, a propriedade privada, a honestidade e assim por diante), que criou e sustenta a ordem espontânea. [...] essa moral encontra-se entre o instinto e a razão, posição que tem sido ocultada pela falsa dicotomia que contrapõe instinto e razão. A ordem espontânea depende dessa moral no sentido de que surgiu do fato de que os grupos que seguem suas normas subjacentes se multiplicaram e enriqueceram em relação a outros grupos. O paradoxo de nossa ordem espontânea e do mercado - um empecilho para socialistas e construtivistas - é que, por este processo, podemos sustentar um número maior de indivíduos com os recursos que podem ser descobertos. (HAYEK, 1988, p. 100)

Logo no primeiro capítulo, Hayek procura sublinhar o que existe entre o instinto e a razão. A sua preocupação central é com a evolução cultural e moral, a evolução da ordem espontânea, a qual “encontra-se de um lado além do instinto e frequentemente se opondo a ele, e, por outro lado é incapaz de ser criada ou planejada pela razão”. Esse pensador austríaco refuta o individualismo primitivo descrito por Thomas Hobbes sob o argumento de que essa premissa se constitui em um mito, porquanto o homem primitivo “não é um solitário e seu instinto é coletivista” e que nunca houve “uma guerra de todos contra todos”. Para Hayek aquelas normas de conduta humana que evoluíram, gradativamente, possibilitaram o engendramento “da ordem e da existência da humanidade em suas dimensões e estrutura atuais”. Essas normas são, sobretudo, as que guardam vínculos “com a propriedade particular, com a honestidade, com o contrato, com o intercâmbio, com o comércio, com a competição, com o lucro e com a privacidade”. A forma pela qual elas são transmitidas emana da tradição, do ensinamento e da

imitação, e não do instinto, pois em larga medida caracterizam-se por proibições do tipo (“não farás”) que delimitam as esferas ajustáveis das deliberações individuais. Ao aprender a respeitar as normas, inicialmente nas tribos territoriais e posteriormente sobre os espaços maiores, a humanidade alcançou a civilização. Os instintos que uniam os pequenos grupos primitivos e “garantiam a cooperação no seu interior, impondo entraves a sua expansão”, instintos estes denominados por Hayek de “consciência natural”, gradualmente, cedem lugar a uma nova consciência nomeada por este autor de “moral” (HAYEK, 1988, p. 28).²²

Ao prosseguir na sua linha de raciocínio, Hayek sustenta que a paulatina passagem das respostas inatas para as normas adquiridas no processo de aprendizagem marcou a distinção do homem de outros animais, mas a inclinação à “ação instintiva de massa” foi conservada como uma das características humanas. O procedimento de restrição às respostas inatas, introduzido culturalmente, gerou gradualmente a distinção terminante do animal para o homem. Nesse processo de transformação do animal para o homem, “a capacidade de ir aprendendo uns com os outros por imitação foi fundamental”, assim como a “competição que se constitui em recurso crucial para o desenvolvimento de novas descobertas”. Desse modo, conclui o autor que a evolução humana provém de um processo de tentativa e erro, por experimentos contínuos em distintas áreas. Uma vez que as limitações às respostas inatas provocam demasiado desprazer aos homens, é provável que a humanidade não as tenha selecionado, ao contrário, “as limitações é que nos selecionaram; elas nos permitiram sobreviver” (HAYEK, 1988, p. 28-29).

Hayek prossegue com essa ideia ao sugerir que várias reflexões significativas podem ser levantadas se compreendermos a moral, não como instintos inatos, mas como tradições aprendidas, ou seja, percepções, emoções ou sentimentos. Oferece para exemplificar esse pensamento a possibilidade de que a moral, apesar de aprendida, “nem sempre se apresenta como regras explícitas”, podendo exteriorizar-se como os instintos genuínos como “uma vaga falta de disposição ou uma aversão a certos tipos de ação”. Comumente a moral fornece-nos indicação da maneira de “evitar ou escolher entre instintos inatos”. O pensador austríaco admite que possa haver indagações sobre o modo pelo qual a “repressão das exigências instintivas

²² Hayek afirma que emprega o “termo consciência para as normas não instintivas que propiciam à humanidade alargar-se numa ordem espontânea, porquanto o conceito de moral só faz sentido, em contraposição a uma conduta impulsiva e irrefletida de um lado, e à preocupação racional com resultados específicos do outro. Os reflexos inatos não têm uma qualidade moral, [...] somente se entendermos que deveríamos obedecer a sentimentos altruístas é que o altruísmo se torna um conceito moral”. Cf. HAYEK, 1988, p. 29.

servem (*sic*) para coordenar as atividades de grandes grupos de indivíduos” e apresenta a seguinte explicação:

[...] a obediência contínua ao mandamento de tratar todos os homens como seus semelhantes teria impedido o surgimento de uma ordem espontânea. Pois aqueles que agora vivem nela lucram por não se tratarem reciprocamente como semelhantes e por aplicar, em suas interações as normas da ordem espontânea como as da propriedade particular e do contrato – em vez das regras da solidariedade e do altruísmo. Uma ordem em que cada um tratasse seu semelhante como a si mesmo seria uma ordem na qual relativamente poucos poderiam frutificar e se multiplicar. Se, por exemplo, tivéssemos de responder a todos os apelos caridosos com que somos bombardeados pela mídia, isto representaria um custo enorme porque nos distrairia daquilo que realizamos com mais competência e provavelmente só nos tornaria instrumentos de determinados grupos de interesse ou de opiniões específicas sobre a importância relativa de necessidades específicas. Não proporcionaria uma cura adequada das desgraças com as quais compreensivelmente nos preocupamos. Do mesmo modo, a agressividade instintiva para com os elementos estranhos do grupo deverá ser restringida se normas abstratas idênticas puderem ser aplicadas às relações de todos os homens e, portanto ultrapassar as fronteiras – inclusive as fronteiras de estados. (HAYEK, 1988, p. 29-30, grifo nosso).

A teorização de Hayek avança sob o argumento de que não é ocasionalmente que diversas normas abstratas, como aquelas referentes à responsabilidade individual e à propriedade particular, estão conectadas à economia. A economia, desde suas origens, estabelece profunda conexão com a maneira pela qual uma “ordem espontânea de interações humanas” iniciou a existência por meio de um “processo de diferenciação, análise e seleção”, extremamente mais aprimorada do que a nossa capacidade de planejar. A ordem espontânea de interações humanas consiste em complexo intercâmbio, abalizado não apenas pela razão, mas, principalmente, pela observância, propagação, transferência herdada e aprimorada de práticas que se perpetuaram em razão de elas propiciarem e elevarem as expectativas de sobrevivência da humanidade.

O autor ressalta o vanguardismo de Adam Smith ao empregar, figurativamente, a expressão “mão invisível” para aludir ao comando que escapa à explicação da cognição humana. Para o pensador austríaco, a metáfora smithiana é a primeira percepção, ainda que imprecisa, de que a ordem de cooperação humana espontânea extrapola o alcance da razão. Enfatiza Hayek que essa ordem espontânea se auto-organiza e é conduzida por regras intangíveis, mas assegurados os elementos intrínsecos à ordem espontânea, notadamente as normas relativas à propriedade privada, aos contratos e aos princípios do individualismo, à

concorrência, engendrará a prosperidade, o bem-estar social e a justiça aos indivíduos (HAYEK, 1988, p. 31-55).

Como verifica Ganem (2009), a ordem espontânea de Hayek, como a de Smith:

[...] é o resultado de ações não intencionais. Uma espontaneidade que está muito distante da concepção neoclássica de uma ordem do mercado ditada pela razão. Para Hayek, o modelo neoclássico é uma variante do racional construtivismo e ele a identifica em três planos: no indivíduo autointeressado, detentor de uma razão calculadora, cujas escolhas, produto de uma previsão racional ou de um desígnio intencional, acarretariam como resultado econômico uma ordem do mercado racional equilibrada, estável e ótima. No teórico-modelizador que aspira demonstrar matematicamente a superioridade do mercado e, finalmente, no político ou no governo que aspiram que o Estado corrija os efeitos nefastos do mercado. A mesma concepção de onipotência da razão que dita a racionalidade ilimitada do indivíduo e a arrogância do modelizador dão alimento a uma fragilidade imperdoável dos neoclássicos: a ideia de que é possível não apenas demonstrar o mercado, como corrigi-lo, reformá-lo, alterando a distribuição natural da renda (Ganem, 1996). Uma interferência que significa para Hayek negar ao mercado o seu desenvolvimento espontâneo e dar passos, com essas intervenções, em direção ao socialismo. O indivíduo é o ponto de partida da teoria hayekiana; as regras, o elemento estruturante; e a ordem espontânea, a sua resultante. O indivíduo, fundamento da ordem, é um homem livre, ignorante e seguidor de regras. (GANEM, 2009, p. 270-271)

Ainda em *Arrogância fatal: os erros do socialismo*, Hayek salienta que o cerne de sua tese é que a divergência entre apologistas da “ordem humana espontânea criada por um mercado competitivo, e os que exigem um ajustamento deliberado da interação humana por parte da autoridade central baseada no controle coletivo dos recursos disponíveis” decorre de um erro factual dos socialistas sobre o “que seja o conhecimento desses recursos” e sobre “o modo como podem ser gerados e utilizados”. Segundo o pensador austríaco, tal divergência deve ser resolvida pelo estudo científico. A seu ver, o estudo científico atesta que, caso sejam seguidas “as tradições morais espontaneamente geradas e subjacentes à ordem do mercado competitivo”, tradições estas “que não atendem aos cânones ou às normas da racionalidade abraçadas pela maioria dos socialistas”, pode-se “gerar e acumular conhecimento e riqueza maiores do que jamais foi possível obter ou utilizar numa economia de planejamento centralizado cujos defensores afirmam proceder, rigorosamente, em conformidade com a razão”. À vista disso, o autor conclui que “os programas e os objetivos socialistas são factualmente impossíveis de realização ou de execução”; e, como se não bastasse, “também são impossíveis do ponto de vista lógico”. Hayek sublinha que o escopo desse livro se direciona “contra as normas tradicionais da razão que pautam o socialismo”: normas que a seu ver “encarnam uma teoria

ingênua e não crítica da racionalidade, uma metodologia obsoleta e não científica” que ele denominou de “racionalismo construtivista” (HAYEK, 1988, p. 22-23).

Sobre a oposição hayekiana ao racionalismo, o economista francês Philippe L  g   observa que o pensador austríaco formula sua crítica a partir de argumentos que refutam, *a priori*, quaisquer postulados que poderiam suscitar questionamento    acep  o da “ordem do mercado”; com uma “ideia preconcebida do que ele quer encontrar”. As diversas formula  es empregadas por Hayek para aludir ao risco representado pelo “racionalismo”, entre os quais o “falso individualismo”, o “falso racionalismo”, o “cientificismo”, o “construtivismo”, são expressões, por vezes, empregadas em uma mesma obra de Hayek como se todas elas pertencessem    mesma corrente de pensamento;    mesma tradi  o filosófica, teórica, metodológica e prática. Hayek apresenta uma gama de pensadores pertencentes a horizontes (períodos, escolas, métodos) muito diversos. Da longa lista de grandes nomes da história da filosofia e economia, “somente David Hume e Adam Smith caem nas graças de Hayek”. “Na verdade, Hayek v   inimigos em todos os lugares” (L  G  , 2007, p. 46-47).

Ao tentar determinar o conteúdo exato do que Hayek quer dizer com “racionalismo”, L  g   identifica que o pensador austríaco emprega o termo para descrever duas posi  es muito diferentes. Hayek o concebe como um retorno a uma forma “ingênua de pensar” para o qual haveria um “inventor pessoal para todas as institui  es humanas, seja a língua ou escrita, a lei e a moral” (HAYEK, 2007, p. 143). Esse aspecto primitivo do racionalismo    frequentemente enfatizado por Hayek. De outra forma, ele concebe o racionalismo como “todas as institui  es inventadas por meio do conhecimento que produzem efeitos desejáveis, que beneficiam a humanidade, no passado e devem beneficiá-la, t  mb  m no futuro” (HAYEK, 2007, p. 144). De acordo com esta última concep  o, o termo “racionalismo” refere-se a uma teoria positiva em que os homens criaram conscientemente todas as institui  es, bem como uma doutrina normativa que defende o estabelecimento de institui  es de acordo com os seus “efeitos desejáveis”. Ao concluir sua análise sobre as concep  es de racionalismo enunciadas no pensamento hayekiano, L  g   constata que:

Em ambos os casos sua crítica ao racionalismo    problemática. Em seu sentido original, o racionalismo ao qual Hayek crítica, dificilmente, pode ser levado a sério, porque ninguém jamais defendeu essa posi  o, qualquer escritor digno desse nome nunca sugeriu que a língua e todas as institui  es são o produto de uma escolha deliberada de um “inventor”. Além disso, Hayek    incapaz de fornecer uma única cita  o que vai nesse sentido. Mas se o racionalismo    o desejo de melhorar toda a

legislação e as instituições de acordo com os efeitos desejáveis, a maioria dos autores que Hayek considera como representantes do “liberalismo real”, a começar por Hume e Smith, devem ser classificados como racionalistas. Na verdade, a própria construção teórica de Hayek não parece esquivar do racionalismo definido nesses termos. (LÉGÉ, 2007, p. 46)

Légé ainda observa o caráter retórico presente nos argumentos apresentados por Hayek sobre a aceção de intervenção. Ele verifica que Hayek também propõe, em sua construção teórica, tornar o mundo “mais familiar”, “mais organizado”, o que permite ao parlamento ou ao estadista “cultivar em vez de controlar as forças do processo social, como o jardineiro cultiva suas plantações” (HAYEK, 2007, p. 50-51). Entretanto, Hayek utiliza um mero jogo de palavra; um efeito retórico. Légé pergunta “qual é a diferença entre ‘cultivar’ e ‘controlar’? Quando um jardineiro decide onde e o que vai plantar, quando ele puxa as ervas daninhas ou decide deixar de lado parte de sua terra, ele não controlar o que acontece lá?” “Mesmo a decisão de não fazer nada, para deixar crescer o que vier, sem intervir, recai em uma escolha deliberada, com um gol contra”.

1.3 A JUSTIÇA E A IGUALDADE SOCIAL EM HAYEK

Na concepção hayekiana, a propriedade individual pode ter surgido quando se romperam os vínculos de solidariedade das comunidades coletivistas primitivas e os indivíduos passaram a organizar-se em agrupamentos menores como a família. Provavelmente, impulsionados pela imprescindibilidade de utilizar uma propriedade na sua totalidade. Nessas condições, progressivamente, a propriedade coletiva cede lugar à propriedade individual da terra. A economia moderna elucida como surgiu essa ordem espontânea e como ela mesma constituiu um processo de coleta de informações – que se encontram bastante dispersas – com capacidade de se recorrer a elas e utilizá-las. Dessa forma, opera diferentemente de qualquer organismo de planejamento central ou de qualquer indivíduo, que não pode captar a totalidade das informações, pois a inteligência humana depara com limites intransponíveis de conhecer, prever e controlar esses acervos de informações (HAYEK, 1988, p. 31).

O advento da propriedade privada, na visão de Hayek, é fruto da evolução espontânea da tradição humana. O seu surgimento desencadeou o desenvolvimento da complexa economia moderna, nutriz da grande sociedade e responsável pelo sofisticado grau civilizatório contemporâneo. Por esta razão, o autor salienta a imprescindibilidade de os governos zelarem

pela perpetuação das normas relativas à propriedade privada, aos contratos e aos princípios do individualismo que alicerçam a “cooperação pacífica entre os indivíduos, na qual se baseia a prosperidade”. Prosperidade esta que só se torna possível esteada pela propriedade privada e “sem a qual não há justiça”. Concerne também ao poder público zelar pela permanência da concorrência,²³ que dinamiza a atividade econômica e engendra o avanço do “conhecimento e das descobertas em todos os campos”. Nos termos de Hayek:

O ‘individualismo possessivo’ de John Locke, por exemplo, não foi apenas uma teoria política, mas o produto de uma análise das condições às quais Inglaterra e Holanda deveram sua prosperidade. Ela se baseou na percepção de que a justiça, que deve ser aplicada pela autoridade política para assegurar a cooperação pacífica entre os indivíduos na qual se baseia a prosperidade, não pode existir sem o reconhecimento da propriedade privada: “Onde não há propriedade não há justiça”, é uma proposição tão certa como qualquer demonstração de Euclides: pois se a idéia de que a propriedade implica um direito a algo, e a idéia à qual é dado o nome de injustiça é a invasão ou a violação desse direito, é evidente que por serem estas idéias assim estabelecidas, e assim nomeadas, posso com certeza saber que esta proposição é tão verdadeira quanto que um triângulo tem três ângulos iguais a dois ângulos retos. (HAYEK, 1988, p. 55)

Mais adiante ele diz:

A evolução cultural e moral exigem estágios ulteriores para que a instituição da propriedade individual seja de fato benéfica como pode ser. Por exemplo, precisamos ter o costume geral da concorrência para impedir a violação da propriedade. (HAYEK, 1988, p. 57)

Portanto, a concepção de justiça de Hayek, assim como a de Locke, está diretamente associada à ideia de direito de propriedade privada e, conseqüentemente, do individualismo possessivo e da concorrência. No volume II da obra que compõe a trilogia denominada *Direito, legislação e liberdade: Uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*, cujo subtítulo é *A miragem da justiça social*, Hayek enuncia de forma mais precisa e enfática o seu pensamento sobre a justiça social. A justiça em Hayek é compreendida como a observância das normas pelas quais tal ordem espontânea se tornou possível, o respeito à

²³ A concorrência, na qual se baseia o processo de seleção, deve ser entendida no seu mais amplo sentido. Ela implica não apenas a concorrência entre indivíduos como também a concorrência entre grupos organizados e não organizados. Encará-la como algo que se contrapõe à cooperação ou à organização seria interpretar incorretamente sua natureza. O esforço para conseguir certos resultados mediante a cooperação e a organização é tão inerente à concorrência quanto os esforços individuais. Cf. HAYEK, 1983, p. 35.

propriedade de outrem, à fidelidade dos contratos que se tornaram obrigatórios e adquiriram uma autoridade sobre a humanidade (HAYEK, 1984, p. 11). A justiça para Hayek consiste em:

Princípio de tratar a todos segundo as mesmas normas, princípio este que emergiu apenas, gradativamente, no curso desse processo e tornou-se o guia da progressiva aproximação a uma Sociedade Aberta de indivíduos livres e iguais perante a lei”. A justiça, portanto, não é em absoluto uma equilibração de interesses particulares em jogo num caso concreto, ou mesmo dos interesses de classes determináveis de pessoas; tampouco visa a produzir um estado específico de coisas que seja considerado justo. Ela não se ocupa dos resultados que uma ação particular efetivamente terá. A observância de uma norma de conduta justa terá muitas vezes conseqüências não pretendidas que, se deliberadamente ocasionadas, seriam consideradas injustas. E a preservação de uma ordem espontânea exige, com freqüência, mudanças que seriam injustas se fossem determinadas pela vontade humana. (HAYEK, 1985, p. 49)

Observa-se que o critério definidor da injustiça em Hayek é determinado pela intervenção/pessoalidade. Se uma norma de conduta tem implicação prejudicial, mas emana de um processo de impessoalidade, então ela não se caracteriza como injustiça. Ao passo que a aplicação de normas lesivas aos indivíduos decorrente de deliberação, de intervenção, configura um ato de injustiça.

De acordo com a compreensão hayekiana, o conceito de justiça social adquiriu atualmente significado distinto do sentido social em que se emprega nas normas sociais. Na sua asserção, tal fato se explica em razão de essa categoria ter se “desenvolvido como uma prática de ação individual no curso da evolução social”, não como resultado da sociedade ou de um fluxo social espontâneo, “mas como uma concepção que se pretende impor à sociedade”. Depreende Hayek que, no decurso da segunda metade do século XIX, o emprego do termo generalizou-se e expressava “um apelo às classes ainda dominantes para que se preocupassem mais com o bem-estar dos pobres, muito mais numerosos, cujos interesses não tinham recebido a devida consideração” (HAYEK, 1985, p. 82).

A questão social, na avaliação hayekiana, resulta da proposição de evocar “à consciência das classes altas para que reconhecessem sua responsabilidade pelo bem-estar dos setores desprezados da sociedade, cujas vozes tinham tido, até então, pouco peso nos conselhos de governo”. Contudo, na perspectiva do autor, essa evocação adquiriu pouco a pouco um sentido segundo o qual a sociedade precisaria assumir-se como responsável pela condição socioeconômica de todos os seus integrantes; competindo-lhe garantir que “cada um recebesse

o que lhe era devido”. Assim, a seu ver, o termo social adquiriu, gradualmente, uma acepção primordialmente “de aprovação moral”, por aludir à totalidade da sociedade, ou às reivindicações de todos os seus integrantes. Na visão hayekiana, o comprometimento com a questão da “justiça social” transformou-se no elemento balizador da “emoção moral”, na insígnia que personifica o “homem bom” e no emblema de identificação dos que detêm uma “consciência moral” (HAYEK, 1985, p. 82-119).

Mais precisamente, Hayek refuta, enfaticamente, a concepção de justiça social sob os argumentos condensados a seguir:

- i) na prática, a justiça social reduz-se à mera veemência discursiva; desprovida de conteúdo “determinável”, constituindo-se em conceito vago e impreciso;
- ii) a justiça distributiva ou social não tem qualquer significado em uma ordem espontânea e serve apenas para justificar demandas de grupos particulares em ordens construídas;
- iii) a justiça distributiva é inconciliável com o Estado de Direito e com a liberdade individual;
- iv) nunca se poderia chegar a um acordo quanto às exigências da justiça social. Ademais, qualquer tentativa de determinar remunerações de acordo com o critério que se julgasse suficiente para atender as demandas da justiça impediria o funcionamento do mercado;
- v) a sociedade, no sentido rigoroso do termo, é uma instância distinta do aparelho governamental, pois não atua sob a orientação de propósito particular e, portanto, a demanda de justiça social transforma-se numa reivindicação que requer a atuação de um poder central e único, que promova “a distribuição de cotas do produto da sociedade aos diferentes indivíduos ou grupos”. À vista disso, submete-se a sociedade, por meio da intervenção do poder público, aos imperativos da justiça social, retira-se, portanto, a autonomia e independência da sociedade perante o Estado;
- vi) a distribuição de “benefícios e ônus” operada pelo mercado poderia ser considerada demasiadamente injusta se decorresse de uma destinação deliberada a pessoas específicas. Entretanto, “os benefícios e ônus resultam de um processo cujo efeito sobre as pessoas específicas não foi nem pretendido nem previsto por ninguém, quando do surgimento das instituições” – as quais puderam então continuar existindo por se ter constatado que proporcionavam a todos, ou à maioria, melhores perspectivas de

satisfação das suas necessidades. Exigir justiça de semelhante processo é obviamente absurdo, e selecionar algumas pessoas numa tal sociedade como fazendo jus a uma parcela específica é evidentemente injusto. (HAYEK, 1985, p. 82);

vii) as instituições oriundas da ordem espontânea do mercado, desprovidas de intencionalidade, mantiveram sua existência em razão de propiciarem “a todos, ou à maioria, melhores perspectivas de satisfação das suas necessidades” (HAYEK, 1985, p. 82);

viii) “A sedução da ‘justiça social’, mais uma vez, ameaça arrebatá-nos esse triunfo maior da liberdade pessoal. E não demorará muito para que os detentores do poder de aplicar a ‘justiça social’ se firmem em sua posição, mediante a concessão dos benefícios da ‘justiça social’ como recompensa pela outorga desse poder, e como forma de assegurar para si o apoio de uma guarda pretoriana que garantirá que sua concepção de ‘justiça social’ prevaleça” (HAYEK, 1985, p. 121);

ix) no “pequeno grupo” (sociedades primitivas), o indivíduo pode saber dos resultados de suas ações em relação aos seus semelhantes, e as normas sociais podem tolhê-lo de desfavorecer integrantes do agrupamento, e até determinar que sejam oferecidos auxílios específicos a alguém. Já na Grande Sociedade, vários resultados das ações de indivíduos em relação a seus semelhantes lhe serão ignoradas. Uma vez que, em diversas ocasiões, o indivíduo desconhecerá as pessoas específicas se serão favorecidas pelo seu ato, não é dado a ele conhecer se está atendendo uma verdadeira carência ou ampliação da abundância. Impossível visar a efeitos justos, visto que se ignora quem serão os abarcados pelos impactos de suas ações. O que deverá orientá-lo não são os resultados específicos no caso particular, mas somente as normas que deliberam os conjuntos de ação como proibidas ou obrigatórias (HAYEK, 1985, p. 102-117);

x) A passagem do pequeno grupo à Grande Sociedade ou Sociedade Aberta rompeu com os vínculos de solidariedade pessoal, amigo ou um inimigo e converteu todos em seres humanos impessoalizados. Essa transformação exigiu “a redução do âmbito das obrigações que temos para com todos os outros” (HAYEK, 1985, p. 102-117);

xi) “O selvagem que existe em nós ainda considera bom o que foi bom no pequeno grupo; disso, no entanto, a ‘Grande Sociedade não só deve abster-se de impor como não pode sequer permitir que grupos específicos se imponham’. Uma Sociedade Aberta

pacífica só é possível desde de que renuncie ao método de criar solidariedade mais eficaz no pequeno grupo, ou seja, o de agir segundo princípio de que ‘para que as pessoas entrem em harmonia, devem lutar por algum fim comum’. Esse método de criar coerência leva diretamente a que toda política seja interpretada como um problema de relações do tipo amigo-inimigo. É também o estratagema mais eficaz empregado por todos os ditadores” (HAYEK, 1985, p. 176).

A visão de Hayek contrária ao princípio da igualdade material está intrinsicamente ligada à sua divergência em relação à concepção de justiça social ou distributiva, como evidenciam os argumentos, sintetizados na sequência:

- i) para se atingir uma ordem social que postula a igualdade material, seria imperativo um dirigismo econômico que, necessariamente, interferiria na distribuição emanada da ordem espontânea do mercado;
- ii) “a igualdade material para a maioria não pode significar senão a igual submissão das grandes massas ao comando de uma elite que administra”;
- iii) os indivíduos são portadores de diferentes atributos como: “força, inteligência, habilidade, conhecimento e perseverança, além de em seu ambiente físico e social”, características que o poder público é incapaz de modificar. Por essa razão, garantir a igual condição material para todos demandaria dos governos práticas bastante diferenciadas para contrabalançar as “desvantagens e deficiências”, as quais transcendem a ação governamental. Assim, a rigorosa igualdade dos benefícios que o governo poderia proporcionar a todos conduziria à desigualdade das posições materiais (HAYEK, 1985, p. 102-117);
- iv) a prática para assegurar a igualdade social requer do poder público a tarefa de determinar as atividades que as pessoas teriam que realizar. As retribuições destas atividades esvaziam o caráter de impessoalidade, que o papel orientador da ordem de mercado desempenha e o substitui pelo arbitramento da autoridade dirigente. Ao designar aos indivíduos atividades distintas, a esfera de planejamento central teria de guiar-se por critérios de eficácia e conveniência, e não por princípios de justiça e igualdade;
- v) na ordem de mercado, os indivíduos se submetem ao interesse comum e se expõem a grande desigualdade. Entretanto, essa disparidade é determinada por um processo

impessoal, de efeitos desintencionado e imprevisível. O pleito em defesa da igualdade material repousa-se, frequentemente, na crença equivocada de que as desigualdades resultam da deliberação de alguém (HAYEK, 1985, p. 102-117);

vi) o postulado de igualdade não coaduna com a ordem de mercado na qual prevalece a desintencionalidade, não há igualdade de oportunidades para todos. No sistema de mercado, é impraticável conhecer *a priori* quem vai malograr ou quem vai obter êxito. Nele, os critérios postos não se assentam na meritocracia ou no desmerecimento, mas na combinação de habilidade e sorte de cada indivíduo. Numa sociedade aberta, a conduta de cada indivíduo pode ser justa ou injusta, mas não está determinada pela vontade humana, não resulta da ação deliberada de um indivíduo ou grupo, e sim da impessoalidade, da posição em que o indivíduo foi colocado por circunstâncias fora de seu controle.

À luz desse conjunto de enunciados depreende-se que a sociedade, para Hayek, bem como para a tradição liberal, é concebida a partir das individualidades, pois cada indivíduo é responsável por si próprio. Para conferir mais precisão a essa lógica, o autor sublinha o axioma liberal segundo o qual “todo adulto capaz é, antes de tudo, responsável pelo próprio bem-estar e o de seus dependentes”; cujo pressuposto é que ninguém deve se “tornar um fardo para os amigos ou companheiros”. De modo óbvio, esse modelo axiomático é inconciliável com a concepção de que a “sociedade” ou o governo deve dar a cada pessoa uma renda adequada. Como alerta o autor, os indivíduos, sob a égide da “ordem de mercado” ou sociedade fundada na livre iniciativa, enganosamente chamada de “capitalismo”, devem ter em conta que seu bem-estar provém, em essência, de “seus próprios empenhos e arbitramentos; poucas coisas infundirão mais vigor e eficiência a uma pessoa que a crença de que a consecução das metas por ela mesma fixadas depende, sobretudo, dela própria” (HAYEK, 1985, p. 23-121).

Tal modelo fundado no adágio liberal projeta uma sociedade na qual os vínculos de solidariedade tanto na esfera pública quanto no âmbito privado são completamente abolidos. Impera, portanto, a lógica do “salve-se quem puder”, a própria existência individual é concebida como se cada indivíduo agenciasse a si mesmo. Cabe aos trabalhadores empregar as suas aptidões no limite, usar a sua capacidade extrema, consumir sua eficiência plena e, sobretudo, valer-se do mais alto grau de sua astúcia para extrair da ordem espontânea do mercado uma possível remuneração suficiente para manter a própria sobrevivência e de seus dependentes. Como propõe Hayek, os indivíduos devem ser educados para a utilização adequada dessa

capacidade de empreendimento e, ao descobrir a melhor utilização de nossas habilidades, todos agimos como empreendedores” (HAYEK, 1988, p. 87-88).

O projeto de sociabilidade hayekiano cujo objetivo é formar indivíduos empreendedores – “todos devam ser educados para agirem como empreendedores” – permite verificar no âmbito concreto a análise refinadíssima de Nicos Poulantzas sobre a força política de uma classe dominante, que não advém do fato de exercer cargo na cúpula do poder. A sua capacidade de realizar, hegemonicamente, os seus interesses específicos consiste em mistificá-lo como gerais/universais e ao mesmo tempo igualar todos os indivíduos à burguesia – todos somos empreendedores. A ideologia liberal apresenta um conteúdo justificador da desigualdade de classe, como se fosse uma determinação das desigualdades individuais e fôssemos responsáveis por nós mesmos. E, se malograrmos, a culpa é nossa ou contingencial. O mecanismo de individualização que Nicos Poulantzas com a sua agudeza de percepção desmistificou, com a retomada do liberalismo emerge em forma ainda mais exacerbada, sofisticada, ardilosa e profunda.

Hayek revela que, possivelmente, em consequência do prolongado empenho despendido para “averiguar o efeito destrutivo da evocação de justiça social sobre a nossa sensibilidade, e de ter encontrado repetidas vezes até eminentes pensadores usando irrefletidamente a expressão tenho ficado demasiado alérgico a ela”. Formula suas reflexões finais sobre a justiça distributiva com uma crítica cáustica aos defensores dessa concepção, notadamente aos socialistas. Declara que não é afeito ao conceito de sistemas de moral inexecutáveis cujo funcionamento não é verificável em lugar algum, porquanto as sociedades que concretizam tal experimento esvaem-se ligeiramente. Apesar da inexecutabilidade, os defensores da justiça distributiva vêm sendo considerados “santas figuras muito reverenciadas”, e as sociedades em decadência são frequentemente aquelas que acreditaram nos “ensinamentos desses reformadores morais e continuam a reverenciar seus destruidores como homens bons”. Infere que, geralmente, a defesa da justiça social tem em mira “sentimentos muito mais sórdidos: a aversão aos que estão em condições melhores, ou simplesmente a inveja, essa mais antissocial e nociva de todas as paixões” (HAYEK, 1985, p. 117-121).

Na mesma tônica apresentada na seção anterior, esse pensador adverte que o socialismo é totalmente fundado no pensamento “atroz de que cabe ao poder político determinar a posição material dos diferentes indivíduos e grupos”, cuja justificação é sustentada “sob a falsa alegação de que isso necessariamente sempre ocorre”. O socialismo, na sua compreensão, anseia apenas transferir o poder das classes privilegiadas para as mais numerosas. Contudo, esse anseio torna-

se irrealizável, uma vez que ninguém conhece na sua totalidade as múltiplas circunstâncias que interferem nos resultados pretendidos pelo controle econômico deliberado. Por essa razão, Hayek considera que o planejamento central é incapaz de suprir o desempenho do mercado na sua função de determinar a posição material de cada indivíduo na sociedade (HAYEK, 1985, p. 85, 121).

1.4 DEMOCRACIA, SUFRÁGIO UNIVERSAL E LIBERALISMO

O conceito de democracia em Hayek encontra-se melhor sistematizado em *Os fundamentos da liberdade* e no volume III – “A ordem política de um povo livre” – da obra que compõe a trilogia *Direito, legislação e liberdade: Uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*.

Na acepção hayekiana, democracia, no sentido estrito do termo, significa sistema pelo qual o governo tem funções limitadas e definidas, indispensáveis à formação de uma ordem espontânea; um sistema em que, por meio de procedimentos reconhecidos, decidimos de que maneira devem ser resolvidas certas questões comuns. O termo alude a um método ou procedimento para a determinação das decisões governamentais.

Sublinha o autor que as duas correntes de pensamento – o liberalismo tradicional e o movimento democrático – partem de propósitos diversos. O liberalismo busca, notadamente, restringir os poderes coercivos de qualquer esfera da administração política. Já a corrente “democrática dogmática só reconhece um limite para os governos – a opinião corrente da maioria”. Hayek afirma que a distinção entre esses dois ideários se apresenta mais evidente quando caracterizada pelos seus reversos, ou seja, “o oposto de democracia é governo autoritário” e o “de liberalismo é totalitarismo”. As duas correntes não eliminam, forçosamente, o reverso da outra: “a democracia pode exercer poderes totalitários, e um governo autoritário pode agir com base em princípios liberais”. Na sua compreensão, democracia não é um fim em si mesmo, mas um método de governo centrado na vontade da maioria. Ao passo que “O liberalismo é uma das doutrinas referentes ao âmbito de ação e da finalidade do governo, dentre as quais a democracia, compreendida como uma forma de escolha. A democracia, por ser um método, não diz respeito aos objetivos do governo”. Hayek insere em nota de rodapé um extrato

do filósofo José Ortega y Gasset, que expressa de forma lapidar o pensamento hayekiano sobre a distinção entre democracia e liberalismo.

Liberalismo e democracia são duas coisas que, se já de início não têm qualquer relação entre si, no tocante às tendências, têm significados antagônicos. Democracia e liberalismo são duas respostas a duas perguntas completamente diferentes. A democracia refere-se à questão: Quem deve exercer o poder público? E sua resposta é a seguinte: O exercício do poder público pertence à coletividade dos cidadãos. Mas essa questão nada tem com a esfera de ação do poder público. Preocupa-se tão-somente em determinar quem deve exercer tal poder. A democracia propõe que seja exercido por todos; quer dizer, que sejamos soberanos em todos os atos sociais. O liberalismo, por sua vez, diz respeito à outra questão: Independentemente de quem exerça o poder público, quais devem ser os limites deste? E sua resposta é: O poder público seja ele exercido por um autocrata, ou pelo povo, não pode ser absoluto, porque o indivíduo tem direitos que estão acima e além de qualquer ingerência do Estado. (HAYEK, 1986, p. 111-113)

Desse modo, na asserção de Hayek, a escolha eleitoral pela maioria não expressa o autêntico princípio do bem comum, pode significar tão somente a vontade de grupos de pressão, legisladores ou soberanos. Por essa razão necessitam ser restringidos, por meio da aplicação de normas gerais. Na sua compreensão, um regime não democrático pode conservar os requisitos essenciais à ampla dimensão de liberdade individual, ao passo que um regime democrático pode imprimir rígidos limites à liberdade, apesar de conservar, no sentido meramente formal, os dispositivos característicos da democracia. Para Hayek, liberdade pressupõe o direito: à liberdade individual, à liberdade de locomoção, à liberdade de expressão, à liberdade de pensamento e de professar a fé, à garantia da propriedade privada, à seleção de ocupação, à igualdade/isonomia perante a lei, ao estabelecimento de contratos válidos, ao amparo contra ações discricionárias.

Hayek condena a tendência a se compreender a democracia como algo intrinsicamente bom, por considerar que tal entendimento coloca em risco a liberdade individual. Critica também a democracia contemporânea que, na sua perspectiva, padece de grande deformidade, qual seja: a defesa da ideia de que a aplicação de procedimentos democráticos, por si só, é o meio suficiente para limitar completamente o poder governamental. Assevera o autor que, além de equivocada, essa ideia estimulou a falsa convicção de que o “controle do governo” pelo legislativo, democraticamente eleito, supriria apropriadamente as “limitações tradicionais” aos governantes. Na sua interpretação, a democracia representativa exige a formação de maiorias organizadas para sustentar “programas de ações específicas, em benefício de grupos especiais”.

A seu ver, em decorrência dessa exigência, estabeleceu-se um novo paradigma de arbitrariedade e parcialidade, o qual imprimiu efeitos inconciliáveis com os preceitos morais da maioria. A consequência desse processo, para Hayek, é a posse de poderes ilimitados que inviabilizam, na esfera do sistema de democracia representativa, a garantia do predomínio dos princípios gerais consentidos por todos. Para ele, esse fato se explica pela necessidade de “comprar o apoio dos diversos agrupamentos de pressão, em troca da concessão de benefícios especiais”, para assegurar a permanência do apoio majoritário.

De acordo com Hayek, a corrente liberal se contrapõe à ausência de limites explícitos para uma gama de questões que podem ser deliberadas pela maioria. A democracia parte do pressuposto de que “o certo é aquilo que a maioria decide; o governo da maioria é ilimitado e ilimitável”. Enfatiza que o liberalismo admite “o governo da maioria como método para a tomada de decisões, mas não como autoridade para determinar que decisão deva ser adotada”. Para ele, ambas as correntes compartilham da compreensão de que, quando a ação do Estado se torna necessária e, especialmente, naqueles casos em que seja imprescindível a formulação de normas coercitivas, a deliberação deve ser da maioria. Além disso, defende que o processo decisório democrático se afigura como o mais plausível. Nessas circunstâncias, “é ilusório pensar que a ação coletiva possa dispensar a obediência a princípios, e, em geral, quando se renuncia a estes, acaba-se sendo levado por caminhos determinados pelas implicações inesperadas de decisões anteriores”.

O cerne da tese liberal, segundo Hayek, baseia-se no pensamento de que negligenciar a delimitação do poder conduzirá, gradativamente, ao desmoronamento “não só da prosperidade e da paz, mas da própria democracia”. Na sua visão, a defesa da delimitação do poder imposta pela corrente liberal à democracia aprimora, eficazmente, o desempenho da função democrática, ao fazer com que a maioria possa, verdadeiramente, guiar e monitorar as ações do governo. Portanto, quando a democracia submete o indivíduo somente às normas gerais que ela própria estabeleceu, a sua capacidade de limitar o poder de coerção é maior. Hayek entende como leis aquelas normas gerais de conduta emanadas no processo de evolução das tradições humanas, desenvolvidas independentemente de vontades pessoais, mas fruto das exigências de perpetuação dos indivíduos. A procedência da lei antecedeu durante séculos a introdução do instrumento da legislação, que é uma criação humana direcionada a atingir escopos determinados. Há em Hayek uma crítica contundente à tendência dos legisladores de confundir lei e legislação. Essa confusão, no seu julgamento, pode produzir efeitos desastrosos e lesivos à liberdade individual, uma vez que submete os indivíduos “às ordens e à vontade arbitrária dos

agentes governamentais”. Para o autor, a lei deriva da ordem espontânea, enquanto a legislação se situa no âmbito das normas organizacionais cunhadas para se obter finalidades específicas ou para que se consigam determinados resultados e para constituir as várias instâncias mediante as quais o governo opera.

Na concepção hayekiana, a distinção entre os dois conceitos – normas gerais/leis e legislação – reside no fato de as normas de conduta originarem da evolução dos costumes e dos procedimentos jurídicos, e não de um ato deliberado de uma ou mais pessoas. Elas também se diferenciam da legislação por serem abstratas, iguais para todos os indivíduos e adotadas numa gama de situações indeterminadas e durante o tempo que elas forem apropriadas. A legislação, por sua vez, emana da invenção humana que configura intenções particulares destinadas a obter determinadas finalidades.

Outra significativa distinção relacionada à democracia, na visão hayekiana, diz respeito às concepções de opinião e de vontade e à maneira como elas se ligam ao regime democrático. Essa distinção também guarda vínculos com a precedente entre lei e legislação. Hayek categoriza como vontade “somente a intenção com vistas a um resultado concreto específico que, juntamente com as circunstâncias particulares conhecidas do momento, será suficiente para determinar uma ação específica” (HAYEK, 1985, p. 14). Já a opinião distingue-se pelo “julgamento quanto à conveniência ou não de diferentes formas de ação, ou de certos tipos de ação, que leva à aprovação ou desaprovação da conduta de pessoas específicas, segundo estas ajam ou não em conformidade com esse julgamento” (HAYEK, 1985, p. 14). As opiniões, alusivas exclusivamente à forma de atuar, não seriam inteiramente suficientes para definir uma ação específica, exceto em caso de combinação com fins concretos. “Um ato de vontade determina o que será feito num dado momento, ao passo que uma opinião simplesmente nos informa que normas observar quando a ocasião se apresenta” (HAYEK, 1985, p. 14). A distinção está relacionada com aquela entre um impulso específico que evoca uma ação e uma simples disposição para agir de determinada maneira. “Visando a um resultado particular, a vontade cessa quando o ‘fim’ é alcançado, enquanto uma opinião, constituindo uma disposição duradoura, orientará muitos atos” (HAYEK, 1985, p. 14). Existe em Hayek uma nítida ligação entre a concepção de opinião e a de lei e regra geral de conduta, que alude a uma gama desconhecida de circunstâncias porvindouras e, também, às atuações de uma desconhecida quantidade de indivíduos. Da mesma forma, há uma analogia entre a concepção de vontade e a de legislação ou a de direção específica, na busca de um objetivo almejado, de um resultado

particular. Esse vínculo entre as duas concepções é ainda potencializado pela ligação entre opinião e lei com a ideia de valores, e a identificação de vontade e legislação com a de fins.

O princípio do sufrágio universal, na visão hayekiana, é tratado com bastante reserva. Hayek argumenta que a ampliação da democracia seria um equívoco porque esta constitui um meio, e não um fim em si mesmo. Por essa razão, o alargamento do controle coletivo não pode ser conduzido pela vontade irrestrita da maioria. Assim como já existem diversas restrições à vontade soberana da maioria, consideradas válidas, e até, geralmente, tidas como razoáveis, a saber: “o limite comum de idade de 21 anos, e a exclusão de criminosos, de residentes estrangeiros, de cidadãos não residentes no país e de habitantes de determinadas regiões ou territórios, também é legítimo restringir o controle coletivo da vontade soberana da maioria” (HAYEK, 1983, p. 114).

Hayek, ao identificar os possíveis argumentos justificadores do regime democrático, destaca três principais:

- i) A democracia é o único método de mudança pacífica que o homem descobriu até hoje.
- ii) Apesar das dúvidas acerca de sua atual validade, ainda tem considerável relevância, é que a democracia representa uma valiosa garantia da liberdade individual.
- iii) O terceiro argumento e o mais relevante para Hayek é o extraído da obra *A democracia na América* de Alexis de Tocqueville. Segundo sua leitura, o tema fundamental de Tocqueville é a ideia de que a “forma de governo constitui o único método eficaz de educação da maioria. A democracia é, acima de tudo, um processo de formação da opinião” (HAYEK, 1983, p. 117-118).

O mérito da democracia não está localizado no processo de escolha dos governantes, mas consiste no seu caráter participativo, posto que a maioria da população intervém ativamente na formação da opinião. Hayek problematiza o fato de “a democracia não confiar o poder aos mais sábios e mais bem informados” e considera a possibilidade de “as decisões de um governo de elite serem, talvez, mais benéficas à comunidade. Contudo pondera que “não devemos deixar de preferir a democracia” (HAYEK, 1983, p. 118-119). Ajuíza que o valor da democracia se manifesta em sua dimensão dinâmica, e não em sua dimensão estática, e que os seus frutos só se revelam em longo prazo, pois seus efeitos em curto prazo até mesmo podem ser menos positivos se comparados a demais formas de governo. Para Hayek, o ideário democrático

fundamenta-se na “convicção de que a opinião que orientará o governo emerge de um processo independente e espontâneo”, consequentemente, requer “uma ampla esfera, livre do controle da maioria, na qual se formam as opiniões individuais” (HAYEK, 1983, p. 119). O autor conclui a análise sobre esse aspecto da democracia com a seguinte afirmação: “por esta razão, quase todos concordam que democracia é inseparável de liberdade de expressão e de debate” (HAYEK, 1983, p. 119).

Hayek reitera que o ideário democrático não oferece somente um procedimento para solucionar as discordâncias de opinião sobre a linha de atuação a ser seguida. Além disso, provê um modelo para deliberar qual será a opinião a ser seguida, razão pela qual concorre para gerar graves incorreções no que se refere “ao que é uma verdadeira lei e que leis se devem adotar” (HAYEK, 1983, p. 119). Para Hayek, as deliberações da maioria revelam o que os indivíduos almejam, momentaneamente, “mas não o que seria seu interesse querer, se estivessem mais bem informadas” (HAYEK, 1983, p. 119). Ele considera que a democracia pressupõe a possibilidade de que toda opinião minoritária possa converter-se em majoritária. Ademais, pressupõe que é “dever do democrata, e em especial do intelectual democrático, aceitar os pontos de vista e os valores da maioria” (HAYEK, 1983, p. 119). Contudo, ressalva que “os pontos de vista da maioria devem prevalecer em termos de ação coletiva, mas isto não significa, de modo algum, que não se deva fazer todo o esforço para mudá-los” (HAYEK, 1983, p. 119). Pois é possível acolher sem restrições os pontos de vista e os valores do grupo majoritário e, ao mesmo tempo, ver com reservas a sabedoria da maioria.

Na mesma linha de raciocínio, Hayek tece o seguinte argumento: o saber e o entendimento humano se desenvolvem exatamente em razão do aparecimento de pensamento divergente do consensual, que põe em xeque a opinião corrente. Na dinâmica que gera a formação da opinião, presumivelmente, no tempo em que alguma ideia se torna predominante, ela já está superada como a melhor, provavelmente, alguma pessoa já estará mais à frente da posição consensual. Com base nesse argumento, infere que o desenvolvimento da civilização não tem sido conduzido pela observância total das sociedades aos parâmetros majoritários, mas pela prática inversa. Seguir a lógica majoritária, na sua concepção, significa correr o risco quase palpável da “estagnação e até da decadência da civilização”, posto que “o progresso se dá quando a minoria convence a maioria” (HAYEK, 1983, p. 120-121).

Para conferir maior sustentação à sua tônica argumentativa, Hayek alega que, antes de a concepção majoritária despontar como ideário hegemônico, as opiniões inovadoras nasciam,

fundamentalmente, da minoria, visto que não existe experimento no âmbito da sociedade que não tenha se iniciado por meio de experiência de um grupo restrito. Para o autor é apropriado afirmar que “democracia é o governo por meio do debate, mas isso só se aplica ao último estágio do processo pelo qual são testados os méritos de posições e tendências alternativas” (HAYEK, 1983, p. 120). Além disso, o debate, apesar de essencial, não é a principal via de formação de um povo. As ideias e os desejos do povo são formados por pessoas que atuam na busca de proveito próprio; e a coletividade se favorece do que outros aprenderam por meio do experimento individual. Por essa razão, segundo seu ponto de vista, a opinião pública somente poderá progredir se indivíduos portadores de maior conhecimento tiverem melhores condições de convencer os demais. Assevera que o fato de esses indivíduos ignorarem quem detém o conhecimento maior os leva a transferir a decisão política para um processo cujo poder foge ao seu controle. Assim sendo, “a maioria acaba sempre se aperfeiçoando graças a uma minoria que se comporta de maneira diferente daquela que a maioria prescreveria” (HAYEK, 1983, p. 120-121).

Hayek considera a possibilidade de haver um processo de aperfeiçoamento das instituições democráticas movido pela dinâmica da “evolução gradual”. Na sua visão, “a imposição da vontade da maioria difere, radicalmente, do processo de livre evolução” que engendra, espontaneamente, instituições e regras gerais de conduta, benéficas e produtivas. A natureza “coercitiva, monopolista e exclusivista” da vontade irrestrita da maioria, aniquila as “forças auto-reguladoras” que caracterizam a sociedade livre. “As decisões da maioria, quando não são pautadas por princípios comuns” emanados do processo de livre evolução, “tendem particularmente a produzir resultados gerais não desejados” (HAYEK, 1983, p. 121). Cabe observar que, em sua concepção, o princípio democrático da vontade da maioria assume um sentido de imposição e, em contrapartida, a ação da seleção natural afigura-se mais apropriada para as instituições sociais e para a sustentação da humanidade.

Na mesma obra *Os fundamentos da liberdade*, após o exame das contradições do regime democrático, são apresentado um debate no qual se relacionam a democracia, o assalariado e o homem independente. Tal discussão se abre sublinhando o fato de que os assalariados hoje constituem a maioria da população. Diante de tal evidência, é posta em xeque a validade dos princípios democráticos instituídos “quando parte relativamente ampla da população e a maioria dos indivíduos responsáveis pela formação da opinião, tirava o sustento de atividades independentes” (HAYEK, 1983, p. 128). A questão levantada por Hayek é a seguinte: “se os indivíduos que exercem uma atividade independente constituem agora uma parcela muito menor e menos influente da sociedade, será que, por esse motivo, sua contribuição se tornou

menos importante, ou será ainda essencial ao bem-estar de uma sociedade livre” (HAYEK, 1983, p. 128).

Ainda na introdução da sua exposição, Hayek critica o que denomina “mito do crescimento da classe assalariada”, a seu ver “sustentado em sua feição mais primária somente pelos marxistas” (HAYEK, 1983, p. 130). Trata-se da explicação segundo a qual “o aparecimento de um proletariado resultou de um processo de expropriação, durante o qual as massas foram despojadas dos bens que antes lhes permitiam ganhar a vida de maneira independente” (HAYEK, 1983, p. 130). A interpretação hayekiana considera que antes do advento do “capitalismo moderno” a maior parte das pessoas somente dispunha de condições “para constituir uma família e criar filhos se herdasse dos ancestrais um lar, terras e os implementos necessários à produção”. Para esse autor, foi o surgimento do “capitalismo moderno” que propiciou aos ricos empregar, por meio de uma atividade exequível e rendosa, “seu capital de modo a dar emprego a multidões de indivíduos”. Hayek defende que, “se o ‘capitalismo criou o proletariado’, ele o fez permitindo que multidões sobrevivessem e procriassem”. Ressalta ainda que, nas sociedades ocidentais contemporâneas, a implicação gerada pelo capitalismo não é mais o crescente número de um proletariado na acepção tradicional, “mas o aumento de uma maioria de assalariados que, sob muitos aspectos, são alheios e frequentemente inimigos de inúmeros fatores que constituem a força motriz de uma sociedade livre” (HAYEK, 1983, p. 130-132).

Sobre o advento do “capitalismo moderno”, suas possibilidades e limites, Wood (2003) apresenta uma reflexão importante, mais calcada na realidade que aquela apresentada por Hayek. Para ela, a dinâmica do capitalismo, termo que Hayek prefere chamar de mercado, e seu impulso específico para a transformação da produção criaram contradições e possibilidades para transformações adicionais. Como possibilidade, é apontado o fato de o capitalismo gerar o desenvolvimento das forças produtivas que criou uma base material sem antecedentes para a emancipação humana. Como contradição, destaca-se o fato de que no capitalismo, “movido pela lógica do lucro, não há correspondência necessária entre capacidade produtiva e qualidade de vida”. Uma sociedade com as mais sofisticadas forças produtivas, com envergadura suficiente para “alimentar, vestir, abrigar, educar e tratar da saúde de sua população em grau que nem o mais visionário das utopias ousaria sonhar, pode, apesar de tudo, ser castigada por pobreza, falta de moradias, analfabetismo, e até doença e desnutrição” (WOOD, 2003, p. 126).

De acordo com Hayek, o crescimento populacional ocorrido nos últimos duzentos anos abrangeu fundamentalmente os trabalhadores assalariados, urbanos e industriais. O avanço tecnológico que fomentou o surgimento das grandes empresas e a formação de uma nova e ampla classe dos empregados de escritório gerou também o aumento do contingente de assalariados. Não obstante, Hayek reconhece que a elevação do número de indivíduos sem propriedades que ofereciam seus serviços possivelmente favoreceu a “expansão das grandes organizações”. Para ele, a relevância política dessa evolução foi potencializada, porque, concomitantemente ao seu acelerado aumento numérico, a fração da população “desprovida de propriedades e dependente de salário” obtinha o direito ao voto; majoritariamente os assalariados eram, até então, alijados da prerrogativa de participar do processo político decisório. Ao completar o fio condutor desse raciocínio, Hayek responde à questão levantada por ele no início do capítulo, nos seguintes termos:

Consequentemente, em quase todos os países ocidentais, a atitude da grande maioria do eleitorado acabou sendo determinada pelo fato de que este se constitui de assalariados. Como agora é a opinião desse eleitorado que orienta, em boa parte, a política de governo, as medidas adotadas tornam a posição de assalariado relativamente mais atraente e, em contrapartida, cada vez menos atraente a do indivíduo que não depende de salário. É natural que os assalariados então usem seu poder político. O problema é saber se, a longo prazo, redundará em seu benefício usá-lo para transformar progressivamente o restante da sociedade em uma vasta hierarquia de emprego. Provavelmente é isso o que acabará acontecendo, se a maioria assalariada não reconhecer que é a principal interessada em assegurar a preservação de um número substancial de pessoas independentes. Caso contrário, todos notaremos que nossa liberdade foi reduzida e os assalariados perceberão que, sem uma ampla variedade de empregadores entre os quais possam escolher, sua posição já não será a mesma. (HAYEK, 1983, p. 140-141)

Nessa resposta, transparece o impasse que a democracia representa para o ideário liberal. A tensão latente dos liberais com relação à democracia parece residir, fundamentalmente, na possibilidade de o princípio majoritário do sufrágio universal ou a vontade dos assalariados pôr em risco, em alguma medida, as estratégias de dominação e acumulação de riqueza dos independentes ou, em última instância, ameaçar o princípio liberal da inviolabilidade da propriedade privada. Observa-se, portanto, que a democracia em Hayek não se constitui em salvaguarda da liberdade, mas sim em uma ameaça concreta a ela, visto que sua acepção de liberdade está intrinsecamente ligada ao direito à propriedade privada. Nessa perspectiva, é resgatada a premissa lockeana segundo a qual o direito de propriedade é o direito de propriedade pessoal, ou melhor, a prerrogativa de dispor de nós próprios, das nossas

faculdades e atributos como melhor nos aprouver. Em Locke, essa liberdade deriva do princípio dos direitos naturais. Para ambos a liberdade individual implica a propriedade privada, resguardada pelo Estado de Direito. Na variante liberal, o Estado de Direito não está associado à democracia, mas à livre atuação do mercado, à garantia pelo Estado da vida social sem obstáculos aos imperativos do capital. Assim sendo, a valoração liberal incide sobre o imperativo do capital, e não sobre o princípio da vontade da maioria.

Dessa forma, a defesa da propriedade, em Hayek, assume um significado abarcador como em Locke. No sentido lato do termo, para eles, a propriedade transcende o âmbito somente das coisas materiais, designa também “a vida, a liberdade e os bens, de todo indivíduo, e é a única solução já descoberta pelos homens para o problema de conciliar a liberdade individual, com ausência de conflito. Direito, liberdade de posse e propriedade constituem uma trindade inseparável” (HAYEK, 1985, VI, p. 125). Evidencia a profunda articulação dessas concepções entre os dois expoentes do pensamento liberal o fato de Hayek epigrafar o capítulo “As origens do estado de direito” do livro *Os fundamentos da liberdade* com trecho do livro *Segundo tratado do governo civil*, de John Locke, conforme se segue:

A finalidade da lei não é abolir ou restringir, mas preservar e ampliar a liberdade. Porque onde não há lei não há liberdade, como se vê nas sociedades em que existem seres humanos capazes de fazer leis. Pois liberdade significa estar livre de coerção e, da violência dos outros, o que não pode ocorrer onde não há lei; e não significa como dizem alguns, liberdade de cada um fazer o que lhe apraz (pois quem poderia ser livre se estivesse sujeito aos humores de algum outro?), mas liberdade de dispor a seu bel-prazer de sua pessoa, suas ações, bens todas as suas propriedades com a limitação apenas das leis às quais está sujeito. Significa, portanto, não ser o escravo da vontade arbitrária de outro, mas seguir livremente sua própria. (HAYEK, 1983, p. 180)

À vista disso, para Hayek e Locke, a legitimação da propriedade privada individual ou por quotas constitui a principal salvaguarda e proteção dos indivíduos contra o poder discricionário da autoridade, uma vez que afirmam que apenas “dispomos de condições de pôr em prática um plano coerente de ação se estivermos certos do nosso controle exclusivo de alguns bens materiais” (HAYEK, 1983, p. 153). Na concepção de ambos, a legitimação da propriedade é a principal linha demarcatória do âmbito de atuação privada, requisito essencial para resguardar o indivíduo contra o cerceamento da liberdade. Assim, a negação da instituição da propriedade privada implicaria a ausência da instância precípua da liberdade.

As condições históricas existentes no tempo de Locke permitiram privar os não proprietários do processo político decisório. O liberalismo lockeano naturalizou, avalizou e legitimou tal prática política. Entretanto, nos dias atuais, mais especificamente, a partir do século passado, limitações foram impostas aos proprietários em decorrência das lutas históricas dos trabalhadores e do conjunto de experiências e acontecimentos que marcaram esse século. De fato, houve um relativo aumento da preponderância do interesse público sobre o privado, se comparado com os períodos precedentes. Desse modo, o direito de propriedade como direito absoluto e ilimitado torna-se mais confrontado pelo direito de finalidade social. Hoje o ideário liberal convive com um regime político que incorporou o direito de voto sem distinção de raça, de cor, de credo, de condição financeira, de posse, de ocupação, de qualificação, de preferência político-ideológica, de gênero e de alfabetização. Essa incorporação abriu um impasse para o ideário liberal na contemporaneidade, uma vez que a liberdade liberal, em realidade, guarda vínculos com a liberdade de mercado, mas se reveste de um discurso retórico de liberdade/igualdade de todos perante a lei. Assim, por coerência discursiva, não pode se opor, contundentemente, a esse processo de democratização.

Ao recuperar a acepção liberal clássica, Hayek assume que o indivíduo possessivo é a única realidade substantiva e a sociedade e o Estado constituem, simplesmente, meios de construção social para proteger a liberdade e os direitos individuais. Estes, por sua vez, podem ser traduzidos no direito à liberdade econômica, ou mais especificamente na capacidade ilimitada de troca voluntária coordenada por mercados; na liberdade para entrar e competir no mercado; na proteção de pessoas e de suas propriedades de agressão por outros; na liberdade de compra e venda, na liberdade de comércio e de investimentos; na liberdade de estipular preços etc. Hayek parece ter clareza de que essa forma de liberdade só pode ser desfrutada por uma pequena parcela da população, que são a alta burguesia e os administradores dos altos escalões de empresas privadas. O autor também está ciente de que essa liberdade interessa muito pouco aos assalariados; logo conclui que “hoje a liberdade está seriamente ameaçada pelo desejo da maioria, composta de pessoas assalariadas, para impor seu padrão de vida, seus pontos de vista e opiniões dos demais” (HAYEK, 1983, p. 131).

Diante disso, a maioria assalariada representa uma ameaça concreta ao projeto liberal hayekiano. Por essa razão ele considera a democracia na contemporaneidade a ditadura da maioria dos assalariados; um regime orientado pelos princípios de justiça social, uma deformação política infantil e perigosa. Entre os perigos elencados pelo autor, destaca-se a corrupção, fruto da democracia sob a égide da soberania da maioria e do sistema partidário. O

sistema parlamentar também se caracteriza, a seu ver, pelo fato de as assembleias representativas evocarem para si como atribuição principal o desempenho do poder de legislar.

Hayek refere-se à ideia do político estadunidense Daniel Webster, segundo a qual o povo deve restringir seu poder político, o que representa restringir a si próprio, em favor das instituições, “frente aos repentinos impulsos das meras maiorias”, prevenindo-se “contra mudanças apressadas, introduzidas por maiorias simples”. Para Hayek, a divisão dos poderes revela-se insuficiente para corrigir essas distorções decorrentes da vontade irrestrita da maioria, daí a necessidade de reforma das instituições. A reforma proposta por ele pretende conter o que considera a soberania de um parlamento ilimitado, que, respaldado pela condição de representante eleito pela maioria, arvora-se à posição de “legislador supremo”. Como Hayek compreende o direito com base no evolucionismo, no naturalismo e na condenação ao positivismo jurídico, a sua proposta de reforma implica a distinção entre lei e legislação. Para o autor, como já examinado neste capítulo, “lei” constitui as normas gerais e abstratas, leis emanadas da tradição; ou seja, “leis, em seu sentido substantivo, constituem as medidas de longo prazo, referindo-se a casos ainda desconhecidos e não contendo referências a determinadas pessoas, lugares ou objetos”. Quanto a seus efeitos, elas invariavelmente têm caráter prospectivo, jamais retrospectivo. Assentam-se em princípios quase universalmente consagrados, mas não são necessariamente enunciados em formato de lei; tais como aquelas normas extralegis “que devem ser observadas para que o Estado de Direito seja viável, regras gerais de conduta, instituídas pelos indivíduos ao longo dos tempos e independentes da vontade dos indivíduos”. Ao passo que a legislação é uma iniciativa da racionalidade humana, constitui-se em ato deliberado, destinado a obter fim específico e determinado. Adverte o autor para os riscos da desobservância ou inobservância do fato de a legislação não conter o caráter de lei, o que conduz ao construtivismo racionalista.²⁴

A reforma constitucional hayekiana busca inspiração na “velha concepção liberal da necessária limitação de todo poder através da exigência de que a legislatura se submeta a

²⁴ Ganem (2012) identifica a crítica de Hayek aos neoclássicos como uma variante do racional construtivismo em três planos: em primeiro lugar, no indivíduo auto interessado detentor de uma razão calculadora, cujas escolhas, fruto de uma previsão racional ou de um desígnio intencional, acarretam como resultado econômico uma ordem do mercado racional. Em segundo lugar, no plano teórico-modelizador, que aspira demonstrar matematicamente a superioridade do mercado). Finalmente, no político, no planejador, ou ainda no governo, pela sua aspiração de corrigir os efeitos nefastos do mercado. Para Hayek, a mesma concepção de onipotência da razão que dita a racionalidade ilimitada do indivíduo e a arrogância do modelizador dão alimento a uma fragilidade imperdoável dos neoclássicos: a ideia de que é possível não apenas demonstrar o mercado, mas corrigi-lo, reformá-lo, alterando a distribuição natural da renda. Uma interferência que significa negar ao mercado o seu desenvolvimento espontâneo e dar passos, com essas intervenções, em direção ao socialismo.

normas gerais”. Da mesma maneira, orienta-se pelos princípios liberais da inviolabilidade da propriedade privada e da defesa intransigente das liberdades individuais salvaguardadas em carta constitucional. Visando assegurar a divisão de poderes, propõe a criação de uma assembleia legislativa e de uma assembleia governamental para, supostamente, impedir a mistura entre lei e legislação, bem como “impedir que mesmo o legislativo pratique qualquer restrição ou coerção arbitrária”. Cabe à assembleia legislativa a atribuição de fiscalizar a legislação e atos administrativos da assembleia governamental e de acolher a opinião dos cidadãos, mas não os seus interesses particulares. A assembleia legislativa consiste, assim, em instância superior à assembleia governamental. Os representantes eleitos para esse fim devem ser imparciais, sábios e ter capacidade de julgamento. Segundo Hayek, os representantes da assembleia legislativa devem ser indivíduos na faixa etária dos 45 aos sessenta anos de idade, eleitos para um só mandato de quinze anos. Esses representantes serão eleitos por eleitores com mais de 45 anos de idade que não podem ter qualquer vínculo com partidos políticos, nem ter participado da assembleia governamental. Um quinto da assembleia deve ser renovado todos os anos. A ideia que está subjacentemente alicerçada nessa proposta, na opinião do seu mentor, é que esses representantes não precisem se preocupar em ser reeleitos, sendo independentes dos partidos políticos e, dessa forma, capazes de sustentar uma postura de completa neutralidade. Hayek propõe, também, que após o mandato deva ser garantida a continuação desses representantes em cargos públicos honoríficos, contudo, neutros, tal como o de juiz leigo, para que não tenham de se preocupar com o futuro pessoal durante a legislatura (HAYEK, 1985, p. 113-132).

A assembleia governamental deve se incumbir da legislação e da administração do governo propriamente dito. O órgão se submete às regras gerais estabelecidas pela assembleia legislativa. A sua composição é constituída por representantes dos partidos políticos, por meio de eleição periódica de todo o corpo em bases partidárias, para evitar que sua atividade central seja dirigida por um comitê, executivo da maioria. Entre essas duas instâncias se vincula outro órgão denominado tribunal constitucional, cuja atribuição seria a observância da validade da norma. A distinção das atribuições desses três órgãos, com seus níveis estruturais, é sintetizada por Hayek da seguinte forma:

[...] um se ocuparia da estrutura semi-permanente da constituição e só precisaria atuar a longos intervalos, quando se julgasse necessário alterar essa estrutura; outro teria o encargo permanente de promover o aperfeiçoamento gradual das normas gerais de

conduta justa; enquanto o terceiro seria incumbido da condução rotineira do governo, isto é, da administração dos recursos a ele confiados. (HAYEK, 1985, p. 42)

Importa ressaltar que, na proposta hayekiana de reforma constitucional, os desempregados, os pensionistas e os funcionários públicos são excluídos do direito de votar em representantes da assembleia governamental e do direito de aprovar ou não a adoção de programas de ação emanados da assembleia legislativa. O que se alega é que aqueles que não contribuem para os recursos financeiros e participam apenas dos seus resultados não devem ter o mesmo direito que o cidadão comum. Nas palavras do autor:

[...] o direito de votar para decidir como eles próprios deveriam ser pagos com o dinheiro arrecadado dos demais é um arranjo bem pouco sensato”. Também não pareceria sensato que, além de formular de programas de ação, os funcionários públicos tivessem ainda o direito de aprovar ou não a adoção dos mesmos, ou que os que dependem das ordens emanadas da assembleia legislativa participassem da decisão sobre as ordens a serem emitidas. (HAYEK, 1985, p. 125).

A proposta hayekiana de reforma constitucional, minuciosamente formulada, não é despojada de intencionalidade, tampouco desprovida de racionalidade. Ela traduz a concepção de homem subjacente na construção teórica de Hayek. O homem é um ser essencialmente mercadológico; submetido irremediavelmente aos desígnios da ordem espontânea do mercado e, portanto, só existe quando estabelece conexão com o mercado. Todo vínculo dos indivíduos com os demais e com a sociedade é pensado a partir da interação com o mercado. Para ele, assim como para a tradição liberal a qual representa, a existência humana não tem importância intrínseca; apenas utilitária, o mercado, sim, tem valor em si mesmo. Os indivíduos que não contribuem economicamente para o mercado devem ser excluídos da esfera da política e não merecem a defesa do direito à vida. O autor afirma que o principal objetivo da liberdade:

[...] é oferecer ao mesmo tempo a oportunidade e o incentivo para assegurar a utilização máxima do conhecimento que um indivíduo possa adquirir. A utilização adequada dessa capacidade de empreendimento e, ao descobrir a melhor utilização de nossas habilidades, todos agimos como empreendedores constitui a atividade mais bem remunerada numa sociedade livre, ao passo que aquele que deixa para os outros a tarefa de descobrir alguma maneira útil de empregar sua capacidade terá de se contentar com uma recompensa menor. ((HAYEK, 1983, p. 87-88).

Mais adiante, alega que:

Embora possamos sentir interesse genuíno pelo destino de nossos vizinhos mais próximos e saibamos, em geral, como ajudá-los quando a ajuda se torna necessária, não podemos ter sentimento idêntico em relação a milhares ou milhões de infelizes cuja existência conhecemos, mas cujas circunstâncias individuais ignoramos. Por mais tocados que nós possamos sentir pelos relatos sobre a miséria alheia, não nos é possível pautar nossas ações diárias pelo conhecimento abstrato das inúmeras pessoas que sofrem. (HAYEK, 1983, p. 90).

Hayek, coerentemente com a visão de mundo liberal a qual encarna, revelou sua oposição à função do Estado na distribuição de riquezas para combater a pobreza extrema, em entrevista concedida à revista *Realidad*, publicada em maio de 1981, no Chile, quando se expressou nos seguintes termos:

Isso não é resolvido pela redistribuição. Como argumentei outras vezes, se a redistribuição fosse igual, haveria menos para distribuir, já que é precisamente a desigualdade de renda que permite que o nível atual de produção. – entendo isso, mas temos 20 % da população infantil desnutrida, você diria que é uma pena ou acha que o governo deveria fazer alguma coisa a respeito. -eu não diria isso ainda. Eu acho que, em geral, o aumento da população é benéfico, mas desde que se mantenha dentro dos limites naturais, a fim de controlar a expansão excessiva da conta populacional. – como atua a Comissão Norte-Sul, que acha que pode curar a desnutrição, a extrema pobreza por meio da redistribuição. Eu não acho que eu posso fazer, mas eu sei que tentam manter vivas todas as crianças da Somália. Agora, se do lado de fora você subsidia a expansão da população, uma população que é incapaz de se alimentar, você desenvolve uma responsabilidade permanente para manter a vida de milhões de pessoas no mundo, nós não podemos manter- lós vivos. Por isso, receio que temos de confiar controle tradicional do crescimento da população. (*Realidad*, Santiago, Chile, n. 24, año 2, mayo de 1981, p. 27-35, tradução nossa).

Ao ser indagado, nessa mesma entrevista, sobre quem exerceria o controle, foi categórico: “é um controle natural”. Em abril de 1981, durante a sua segunda visita ao Chile, em entrevista concedida ao periódico *El Mercurio*, de Santiago, Hayek declarou que:

Bem, eu diria que eu sou totalmente contra as ditaduras, como instituições de longa permanência. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário para um período de transição. Às vezes é necessário que um país tenha, por algum tempo, uma ou outra forma de poder ditatorial. Como compreenderão, é possível que um ditador possa governar livremente. E também é possível que uma democracia governar com uma total falta de liberalismo. Minha preferência pessoal é uma ditadura liberal em vez de um governo democrático, onde todo o liberalismo está ausente. A minha impressão pessoal e isto é verdade para a América do Sul é que no Chile, por exemplo, vai

testemunhar uma transição de uma ditadura para um governo liberal. E durante esta transição pode ser necessário para manter certos poderes ditatoriais, não como algo permanente, mas uma correção temporária. (*El Mercurio*, Santiago de Chile, 19 de abril de 1981)

Por essa lógica, o direito à liberdade individual – princípio pétreo da corrente liberal – pode ser, ou melhor, deve ser violado nas sociedades não liberais. Hayek compactua com as ditaduras civis-militares mais brutais, que golpearam a América Latina nas décadas de 1960 e de 1970. Notadamente, apoiou a ditadura do governo do general Pinochet,²⁵ que estabeleceu o

²⁵ “Em 1970, Salvador Allende chega ao poder no Chile após derrotar Jorge Alessandri por 53 votos a 35. Sua gestão adotou uma série de políticas de cunho popular e social. Nos primeiros 18 meses de seu governo nacionalizou as grandes minas de cobre, ferro, nitrato, carvão e cimento, estatizou praticamente todos os bancos nacionais e estrangeiros, levou a cabo uma reforma agrária que expropriou cerca de seis milhões de hectares de terras cultiváveis e, de forma geral, melhorou muito a vida dos chilenos, sobretudo os mais pobres. Isso despertou a ira não só da burguesia nativa, como também dos EUA. No dia 4 de março de 1973 - portanto seis meses antes do coup d'Etat que deu cabo à via pacífica para o socialismo e a um ciclo democrático que perdurou por 30 anos, nos quais sempre houve eleições parlamentares no Chile, polarizadas entre os partidos Demócrata Cristão e Nacional, à centro-direita, e os partidos de esquerda agrupados na Unidade Popular. Caso obtivesse 2/3 dos assentos do parlamento naquele pleito, a oposição poderia afastar Allende do poder. Para tal, no entanto, precisaria de mais de 60% dos votos. Apesar de alguns meios de comunicação, na ocasião, terem anunciado a vitória da oposição antes do término do escrutínio, no final ficou clara a vitória da Unidade Popular, que obtivera 43,4% dos votos válidos, aumentando seu número de cadeiras no parlamento. Em função de tal derrota, a oposição buscava outros caminhos além da via eleitoral para afastar Allende do poder. Seu governo passaria a sofrer toda a sorte de boicotes: ministros foram afastados através de manobras da oposição, propostas do Executivo foram derrotadas pelos Congressos oposicionistas, sabotagens na distribuição de alimentos, greves no setor de transporte organizadas por setores patronais, levantes de estudantes cooptados pela direita, greve dos mineiros da mina de cobre de El Teniente, uma das maiores do país etc. Além disso, nos primeiros meses de 1973, as importações dos EUA ao Chile caíram a 15% do total. Na verdade, desde que Allende chegou ao poder, os Estados Unidos mantinham um bloqueio econômico que sufocava o país.

Não se pode dissociar o que ocorreu no Chile na primeira metade da década de 70 do contexto da Guerra Fria. É sintomático que no início da década de 70 a CIA mantivesse aproximadamente 40 agentes de primeira classe no Chile. Deve-se aqui frisar que era preocupante ao Tio Sam que mais uma nação se tornasse socialista, a exemplo do que ocorrera com Cuba 14 anos antes. Tal preocupação se traduziu em palavras na boca do então Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, que certa vez afirmou: “Não vejo porque temos de ficar parados enquanto um país se torna comunista pela irresponsabilidade de seu povo”. Essa frase de Kissinger demonstrou que o golpe fora teleguiado de Washington e que todo um apoio bélico seria dado no caso de uma reação do governo Allende.

No 11 de setembro de 1973, nas dependências do palácio bombardeado, o presidente chileno fez seu último discurso: “Seguramente, esta será a última oportunidade em que poderei dirigir-me a vocês. A Força Aérea bombardeou as antenas da Rádio Magallanes. Minhas palavras não têm amargura, mas decepção. [...] Diante destes fatos só me cabe dizer aos trabalhadores: não vou renunciar! Colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com minha vida a lealdade do povo. [...] Viva o Chile! Viva o povo! Viva os trabalhadores! Estas são minhas últimas palavras e tenho a certeza de que meu sacrifício não será em vão”. Às 14:15 daquele fatídico dia, Allende cumpria sua promessa ao povo chileno dando cabo à própria vida com um fuzil que lhe fora presenteado por Fidel Castro.

Os bombardeios sobre La Moneda cessaram, mas até hoje a poeira não se assentou por completo. Oficialmente, 40 mil foram os torturados e cerca de 3000 os mortos e desaparecidos. Restam ainda várias indagações sobre os bastidores do golpe. Algozes permanecem impunes enquanto a História vai tratando de dar nomes aos assassinos e torturadores anônimos. No entanto, ainda pairam suspeitas sobre a causa da morte do escritor Pablo Neruda, não são conhecidos os mandantes do assassinato do músico Víctor Jara, não foram punidos os responsáveis pelos assassinatos do general constitucionista Carlos Prats e de Orlando Letelier, só para ficar nos nomes mais notórios. Uma certeza, no entanto, se tem hoje: o golpe de 11 de setembro tornou possível a implantação no Chile do neoliberalismo em sua forma puro-sangue, algo que já era buscado desde a década de 50. No segundo quartel do século XX, sob a pressão dos interesses econômicos das grandes corporações, surgiu em alguns setores ligados à

sistema de cassação de direitos por dezessete anos. Esse governo pôs em prática todos os métodos conhecidos para a eliminação física de dissidentes, inclusive desapareções, execuções sumárias de indivíduos e execuções ordenadas judicialmente, sem garantia legal de defesa, tortura indiscriminada e excessiva violência contra pessoas em demonstração pública.²⁶

Hayek chegou a publicar, em 6 de janeiro de 1982, uma carta no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ), respeitado jornal alemão de circulação nacional, que consistia numa crítica a uma charge que esse periódico havia veiculado. A charge sugere que o governo do general Pinochet se caracterizava pelo igual patamar de autoritarismo do governo polonês de então, do general Wojciech Jaruzelsk.

Figura 1: Charge veiculada no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung*



política externa dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha um movimento cuja intenção era encaixar os governos desenvolvimentistas do Terceiro Mundo na lógica binária da Guerra Fria. Para os falcões que enxergavam o mundo apenas de forma bipolar, o nacionalismo seria o primeiro passo rumo ao totalitarismo comunista. Portanto, erradicar o desenvolvimentismo no Cone Sul, que era onde ele havia fincado raízes mais profundamente, tornara-se uma meta. Agências como a Administração para a Cooperação Internacional dos Estados Unidos (mais tarde USAID) estavam engajadas em combater o desenvolvimentismo e o marxismo no plano intelectual, bem como suas influências sobre a economia latino-americana.” Cf. GALEANO, 2013.

²⁶ Reporte en la situación de los derechos humanos en Chile 1985. Organización de Estados Americanos – Comisión Inter-Americana para los Derechos Humanos.

Hayek diz:

Eu só posso protestar nos termos mais fortes contra a charge na página 3 da sua publicação do dia 30 de dezembro, em que os governos da Polónia e Chile são análogos. Ela só pode ser explicada por completa ignorância dos fatos ou calúnia promovida pelo socialismo sobre a atual situação no Chile, o que não teria esperado do Frankfurter Allgemeine Zeitung. Eu acho que todos os participantes da conferência da Mont Pelerin Society, que será realizada no Chile, há algumas semanas, vai concordar comigo que você deve um pedido de desculpas humilde ao governo do Chile por esse erro de fato. Qualquer polonês teria sorte se escapasse para o Chile. (Carta de Thatcher a Hayek del 17 de febrero de 1982, Hayek Collection, box 101, folder 26)

A postura que Hayek expressa na carta revela que o compromisso real do liberalismo é com a ordem espontânea do mercado. Quando os interesses daqueles que ele denomina de independentes, de agentes do livre mercado estão ameaçados, pela soberania da maioria, pela maioria assalariada, a ditadura torna-se uma alternativa. Desse modo, fica evidente que entre os princípios da ordem espontânea do mercado e o da liberdade individual, preconizado enfaticamente por Hayek, o da ordem espontânea do mercado se sobrepõe completamente ao da liberdade individual. Em verdade, Hayek defende uma construção teórica que articula autoritarismo político e liberdade econômica, segundo a qual a liberdade pode “temporariamente” assumir-se como ditadura. O princípio da liberdade individual defendido pelo liberalismo abriga uma dimensão absolutamente abstrata, na medida em que se encontra apartado do princípio da justiça social, pré-condição essencial para assegurar a possibilidade de algum grau de liberdade. A dissociação entre esses dois princípios em Hayek aparece com nitidez no fragmento a seguir:

É certo que ser livre pode significar liberdade de morrer de fome, de cometer erros que redundarão em perdas ou, ainda, de correr riscos mortais. No sentido em que empregamos a palavra, o mendigo sem vintém que leva uma vida precária, baseada na constante improvisação, é, realmente, mais livre que o conscrito com toda sua segurança e relativo conforto. (HAYEK, 1983, p. 14)

Diferentemente da inferência de Hayek, o mendigo sem vintém ou lumpemproletariado está submetido a uma vida densamente precária, exposta à mais absoluta privação da liberdade. Ele encontra-se relegado ao completo abandono pelo poder público e encarcerado pela ausência de alternativa socioeconômica que lhe confira uma existência digna. Entre o universo social

dos pobres e miseráveis e o universo dos “conscritos com toda sua segurança e relativo conforto”, há um abismo em termos de perspectivas socioeconômicas, políticas e culturais; de possibilidades de escolhas desses em relação aos primeiros. Os fatos contam história muito diferente sobre a liberdade dos mendigos. Nesse sentido, é emblemático o livro de Ataíde *Decifra-me ou devoro-te: história oral de vida dos meninos de rua de Salvador*, resultado de uma pesquisa em que a autora entrevistou 121 meninas e meninos, na faixa etária de dez a treze anos, os filhos dos “profissionais da miséria”²⁷. Antagonicamente à inferência de Hayek, a investigação de Ataíde evidencia que:

Há em quase todos os meninos entrevistados muita energia vital, vontade de viver e desejo de melhorar de vida. Há mais opções pelo trabalho e pela integração social do que pela delinquência e pela passividade. Até a idade de 13 e 14 anos, há muita vontade de trabalhar e conseguir um lugar ao sol, embora se perceba que, ano a ano a vida nas ruas, com seus traumas e decepções, aumente nesses meninos a revolta e a consciência da marginalidade. Há uma percepção amarga que se vai consolidando com o passar do tempo: a certeza de que a delinquência é uma das poucas alternativas que restam a cada um daqueles meninos. [...] cada menino, apesar da sua pouca idade, traz seladas no corpo e impressas na mente, marcas de espancamentos, torturas de diversos tipos, fraturas, queimaduras por cigarros, cicatrizes de bala ou faca e, principalmente, histórias comoventes de costumeiros confrontos com policiais e seguranças intolerantes ou mesmo com simples transeuntes nas áreas onde circula, o cotidiano dessas crianças é muito violento. É comparável a um clima de guerra aberta, sem quartel ou possibilidade de fuga. Não há alternativa que não as diretamente ligadas à salvação da própria vida e ao esforço para se manterem ilesas ante o mundo de adversidades, hostilidades e perigos que as espreita dia e noite. [...] São crianças e adolescentes perseguidos por inúmeros e terríveis espectros, ora representados pelos fantasmas da fome insidiosa, do abandono e das carências de toda espécie. Nesta luta continua e desigual, eles só têm vez quando conseguem armar-se psicologicamente de raiva e violência para passar de vítima para agressores. Na reversão da condição de vítima para agressores, esses meninos encontram a saída para seu cotidiano de carência e medo. (ATAÍDE, 1995, p. 170-185).

Assim sendo, o embrutecimento é a alternativa adaptativa que se apresenta para sobreviver ante as condições materiais de escassez e precariedade. Mas em Hayek a liberdade não está relacionada à posição social dos indivíduos; na sua compreensão, a liberdade exige a igualdade perante a lei que conduz à desigualdade material. Para ele, as desigualdades sociais

²⁷ “Os profissionais da miséria foi termo cunhado pela autora para designar o grupo de adultos que pela ausência de capacitação profissional e a escassez no mercado de trabalho, está condenado padecer no limbo do subemprego, ou a marginalizar-se, mergulhado no inferno do desemprego. Sem perspectivas de cidadania, os profissionais da miséria que não tem como investir na própria família, arrastando consigo seus descendentes, inevitavelmente condenados à mesma marginalização social que os estigmatiza. São as condições desumanas de vida desses adultos que, na maioria das vezes, dão origem ao processo de vitimização e absoluta falta de perspectiva a que estão submetidas as crianças das classes populares, porque esses adultos que não podem cuidar de si mesmos não conseguem proteger a prole dos riscos sociais.” Cf. ATAÍDE, 1995, p. 170-185.

resultam do fato de as pessoas serem bastante diferentes. Desta forma, se todas receberem tratamento igual, isso implicará “a desigualdade das suas posições reais e a única maneira de colocarmos essas pessoas em posição de igualdade seria dispensar-lhes tratamentos diferenciados”. Portanto, a “igualdade perante a lei e a igualdade material não são apenas categorias diferentes, mas mesmo conflitantes; podemos obter uma ou outra, mas não as duas ao mesmo tempo” (HAYEK, 1983, p. 94).

Como observa Faria, o sistema jurídico liberal age como

Instância de mediação entre o político e o econômico nas formações sociais capitalistas, nas quais o nível de latência e explosão das contradições é sempre desigual e a pacificação global das tensões é inatingível, o princípio da legalidade é o elemento básico do Estado liberal. Graças a ele, a liberdade formal tem um caráter "negativo" e "defensivo", na medida em que é transformada pelo Estado de Direito em certeza jurídica e garantia individual – dois instrumentos retóricos cuja finalidade prática é garantir as condições de reprodução do padrão de dominação vigente e, ao mesmo tempo, ocultar esse papel mediante a pretensa autonomia e exterioridade do Direito. Esse caráter "negativo" e "defensivo" da liberdade formal, por meio do qual tudo o que não está proibido por lei é automaticamente permitido, não implica apenas o “topos” da “salvaguarda dos direitos” de cada cidadão contra as pressões do Estado (um “topos” que também encerra uma grande contradição, pois, se de um lado tal “salvaguarda” é apresentada como uma garantia contra os eventuais abusos do poder do Estado, de outro ela somente tem condições de funcionar através do próprio Estado). Requer, igualmente, uma estrutura específica de participação política e representação de interesses (a qual, sob o pretexto de institucionalizar a organização das vontades políticas de homens livres e harmonizar suas demandas, atua de fato com a finalidade de neutralizar pressões, descarregar tensões e tornar difusas as resistências à ordem vigente). (FARIA, 1988)

Nesse sentido, a justiça liberal, estritamente jurídica, afinada com os interesses dos proprietários ou dos independentes, como prefere Hayek, rejeita qualquer direito, que não seja oriundo da esfera do mercado. Qualquer conteúdo que considere a justiça social e a igualdade socioeconômica e qualquer relação consubstanciada na solidariedade devem ser sumariamente abolidos. O que confere valor e significado à existência humana sob a lógica capitalista/liberal é a acumulação de riqueza, a acumulação da miséria é mera e inevitável decorrência da “dinâmica espontânea do mercado”.

Na democracia há sempre a possibilidade de ameaça aos interesses dos agentes do mercado, uma vez que os avanços democráticos resultam, em larga medida, da organização e engajamento político dos setores populares, dos trabalhadores assalariados, que infundem tanto temor nos liberais. Estes, diante das conquistas democráticas, tiveram de se adaptar; absorveram

os avanços e, muitas vezes, implantaram-nos a seu modo. Essas adequações não alteraram a essência do liberalismo. Implicaram somente alterações de estratégias, o liberalismo permaneceu vivo e consegue frequentemente impor expressivos obstáculos ou retrocessos às conquistas democráticas, sobretudo àquelas que envolvem avanços no âmbito da justiça social e das desigualdades.

A tensão latente entre a tradição liberal e a democrática reside no fato de a democracia abrigar, mesmo nos marcos do capitalismo, a possibilidade de participação política ampla nos processos sociais, de explicitação de conflitos, de embates políticos no âmbito das contradições sociais, de incorporação de políticas alternativas reparadoras de direitos negados aos trabalhadores e outros segmentos sociais oprimidos ao longo dos tempos. Neste sentido, a democracia traz em si potencial para romper os limites dentro dos quais o liberalismo se encontra circunscrito, embora, no âmbito da formação social capitalista, ela esbarre em profundos obstáculos à superação das injustiças sociais. Contudo, o acúmulo de forças políticas dos trabalhadores, dos movimentos sociais confrontacionais, pode exigir do Estado reivindicações importantes como o alargamento do nível de emprego, a melhor distribuição da renda; ampliação dos direitos trabalhistas, o financiamento público/estatal das políticas sociais; a universalização do acesso à saúde pública de qualidade; a universalização do acesso à educação pública de excelência em todos os níveis de ensino; a taxação das grandes fortunas; a redução da jornada de trabalho; investimentos públicos em programas de habitação e de infraestrutura etc. Em que pese os limites concretos da democracia no âmbito da sociedade capitalista, ela representa uma tensão permanente para os liberais, haja vista a resistência de Hayek ao princípio da vontade da maioria.

1.5 DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL À REABILITAÇÃO DO LIBERALISMO

Diversas conquistas populares marcaram a história do capitalismo, entre elas, a adoção do sufrágio universal (reivindicação histórica dos trabalhadores desde o século XIX), a redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, o direito a férias remuneradas, o direito à aposentadoria, o repouso semanal remunerado etc. Mas a tendência à coordenação, à regulação e à intervenção estatal nas atividades econômicas, que predominou no pós-guerra (1945-1970), impôs a mais sistemática limitação ao liberalismo de toda sua trajetória. Essa tendência teve

como finalidade debelar a crise de superprodução do capital,²⁸ que eclodiu em 1929 e arrastou o mundo capitalista por um longo período de colapso econômico, cujo pico foi 1933. A recuperação econômica orientou-se, em larga medida, pelo diagnóstico keynesiano,²⁹ segundo o qual o desemprego decorria da insuficiência de demanda. Como no cerne da estrutura keynesiana “é o consumo que fornece a força motriz da produção”, os interesses dos trabalhadores e dos pobres tornam-se os catalisadores do interesse universal. Seus desejos particularistas em consumir coincidiram com o interesse geral em produzir. O “povo” constituiu-se na “força hegemônica da sociedade”. O keynesianismo proporcionou a base para o compromisso de classe ao oferecer aos partidos políticos, representantes dos trabalhadores, uma justificação para exercer o governo em sociedades capitalistas (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1988, p. 33).

A adoção dessas políticas de inspiração keynesiana no pós-Segunda Guerra implicou a redefinição do papel do Estado e de sua lógica organizacional e administrativa. Coube a ele maior influência na economia, a partir da provisão de serviços sociais e por meio da elaboração de políticas monetárias e fiscais voltadas ao pleno emprego. Competiu, ainda, ao governo planejar e coordenar as atividades econômicas, a estatização de empresas, sobretudo as dos setores econômicos estratégicos, assim como a criação de meios para promover serviços públicos gratuitos e de qualidade – como água e esgoto, moradia – e direitos trabalhistas e sociais, tais como educação, saúde, transporte e lazer para toda a população. Dessa forma, implantaram-se as políticas anticíclicas de administração da demanda. Se as indústrias estavam produzindo em um nível abaixo de sua capacidade, em relação ao estoque existente de capital

²⁸ “Crise de superprodução caracteriza-se por interrupções periódicas do processo de reprodução ampliada, ocasionadas por uma queda da taxa de lucro, o que determina uma baixa nos investimentos e no nível de emprego: durante essa a crise, o capital empregado na produção de mercadorias não pode ser inteiramente recuperado, porque parte dessas mercadorias já não será vendida, ou só pode ser vendida com prejuízo. As crises de superprodução são uma fase necessária no padrão normal de acumulação capitalista que passa sucessivamente por ascensão, boom, superaquecimento, crise e depressão industriais.” Cf. MANDEL, 1985, p. 412.

²⁹ “A economia keynesiana é a economia da demanda. A oferta de capital e a oferta de trabalho são tomadas como constantes. A oferta de poupança é determinada endogenamente: sempre se iguala ao investimento. Quando a demanda é estimulada, ou por políticas governamentais ou por eventos exógenos, a produção se expande para atender-lá, a renda cresce, assim como a poupança, até que um novo equilíbrio seja alcançado, no qual a poupança novamente se iguala ao investimento num nível mais alto de utilização da capacidade. O nível da produção muda para manter a igualdade entre poupança e investimento. Além disso, como o problema keynesiano é elevar a produção corrente ao nível potencial do estoque de capital existente, a acumulação de capital é completamente ignorada, a ponto de admitir que o novo investimento possa ser positivo ao mesmo tempo em que o estoque total de capital é considerado constante. A economia keynesiana é a economia do “curto prazo”, onde o curto prazo é uma situação mais do que um período de tempo, na qual mudanças cumulativas no estoque de capital podem ser ignoradas. Dado o problema keynesiano, essa hipótese é razoável, mas sua consequência é que esse arcabouço não tem nada a dizer sobre os determinantes do nível potencial de produção, a acumulação de capital ou a produtividade. o problema para as políticas keynesianas é sempre eliminar o hiato entre a produção corrente e a produção potencial, qualquer que seja esta.” Cf. PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1988, p. 35.

e trabalho, a alternativa seria elevar a produção até que ela atingisse seu limite máximo. Assim sendo, o governo teve a atribuição de superar o “hiato do pleno emprego” e de garantir que não haveria descompasso entre homens e máquinas. Surge, daí um novo padrão de acumulação do capital, que faz emergir variantes de sistemas de Estado de Bem-estar Social. Essas variantes decorrem das condições históricas e políticas dos diferentes países ocidentais, assim como das distintas concepções de justiça e igualdade (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1988, p. 37).

Os estudos de Sônia Miriam Draibe, assim como o de José Luís Fiori, identificam três padrões tipológicos de Estado de Bem-estar Social, sintetizados a seguir:

- i) A tipologia “residual” – É um padrão no qual a política social intervém posteriormente. É quando os canais naturais de satisfação das necessidades mostram-se insuficientes. A ação do Estado é apenas pontual, suas práticas têm um caráter seletivo e limitado, ou seja, a ação é focalizada sobre grupos ou indivíduos vulneráveis e cessará sempre que a situação emergencial houver sido superada. Esse tipo de ação, indiretamente, pode estimular por meio do mercado a capacidade de resolver individualmente ou por das famílias os problemas sociais através de estímulos a poupança ou seguros privados. Esse modelo de sistema também é conhecido como liberal. Nesse padrão ou modelo residual, a política social intervém, mas possui o caráter temporalmente limitado. Foi o modelo adotado nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália (FIORI, 1997, p. 135).
- ii) Padrão meritocrático ou particularista – Refere-se a um sistema de Bem-Estar Social conservador, ou seja, “é a premissa que cada um deve estar em condições de resolver suas necessidades, com base no mérito, no seu trabalho dentro de suas capacidades particulares. No entanto, reconhece que existe uma necessidade da intervenção política social para corrigir, mesmo que parcialmente, as grandes distorções geradas pelo mercado ou pela desigualdade de oportunidades”. “Uma concepção segundo a qual o modelo de Bem-estar Social deve complementar as instituições econômicas e sociais”. O caso mais característico é da Alemanha (FIORI, 1997, p.135).
- iii) Modelo “Institucional-Redistributivo ou Socialdemocrata” – Está voltado para a produção e a distribuição de bens e serviços sociais garantidos a todos os cidadãos. Parte da tese de que o mercado não é capaz de realizar por si próprio uma distribuição de tais recursos que reduza a insegurança e elimine a pobreza, a atual ou a futura. Nesse sistema, procurou-se “mesclar mecanismos de garantia de uma renda mínima, regimes

previdenciários gerais que oferecem uma base comum de benefícios de aposentadorias e pensões relativamente independentes das contribuições pretéritas; equipamentos coletivos públicos gratuitos para a prestação universal de serviços essenciais, especialmente os de saúde e de educação e programas de assistência social apoiados na concepção de direito a condições básicas de vida”. Há, também, nesse modelo, a integração e a substituição da renda com equipamentos coletivos públicos gratuitos, ao se ter em vista uma exiguidade dos bens e serviços produzidos com base em critérios mais universalistas. Nesse sistema “a cidadania social é vista como um direito de todos”. Esse modelo compreende o padrão social-democrata. Os países nórdicos foram os que mais adotaram medidas características desse padrão, especialmente, a Suécia (DRAIBE, 1991, p. 3).

iv) Padrão intermediário – Draibe ainda faz alusão a este padrão conhecido também como bismarkiano: trata-se de um padrão híbrido, que combina características dos sistemas bismarkiano e beveridgiano. Predomina na Alemanha, Áustria, França, Bélgica e Holanda. A hibridez do modelo reside no fato de ele combinar o “binômio contrato/seguro social” por meio do qual parte da população passa a “merecer” um benefício futuro, com a premissa “universalista, constituída pelos programas básicos de educação e saúde, em geral estatais e gratuitos, para ampliar as oportunidades e corrigir as diferenças originais”. Nesse padrão, a concepção universalista coexiste com as intervenções emergenciais canalizadas para atender os “grupos necessitados”. A natureza do sistema compõe-se do modelo de “seguro social:³⁰ programas previdenciários amplos”, ancorados em contratos individuais estabelecidos conforme a concepção do regime de repartição, do qual a cobertura está subordinada, principalmente, ao emprego. Resulta, daí a restrição daqueles não inseridos “no mercado formal de trabalho ou que dele participam precária e marginalmente (como os trabalhadores rurais ou as mulheres)”. O atrelamento à esfera laboral implica, frequentemente, a constituição de sistemas de natureza corporativos e estratificados, ao encerrar em si “distintos regimes previsionais criados pelo Estado para diferentes categorias”, notadamente “os trabalhadores, os empregados, os funcionários públicos,

³⁰ “O seguro social se diferencia do padrão de assistência à pobreza, que era caracterizado por uma intervenção residual e discricionária, por garantir a obrigatoriedade das contribuições. Além disso, fornece benefícios padronizados baseando-se para isso em direitos e não na boa vontade estatal, rompendo, assim, a lógica seguida pela assistência que era prestada aos pobres. Neste sentido, a regulação da pobreza e o seguro social seriam estratégias dicotômicas: enquanto que o pobre era considerado um assistido, o trabalhador figurava como o responsável pela proteção que lhe era fornecida, por contribuir para o financiamento da mesma.” PALIER *apud* LAVINAS; COBO, 2009.

os militares etc. – com grandes variações em quantidade e qualidade dos benefícios” (DRAIBE, 1991, p. 3).

Sobre a trajetória das políticas sociais na periferia latino-americana, Fiori apresenta a hipótese de que ela percorreu etapas nitidamente delimitadas, marcadas pelo desenrolar da dinâmica político-econômica internacional e seus efeitos na redefinição da ordem política nos diversos países. Segundo o autor, a maioria dos países do continente, até mesmo os que já haviam implantado uma “legislação social avançada para a época, como era o caso do Uruguai e da Argentina”, passaram “por uma inflexão que se seguiu à crise dos anos 30 e depois outra no pós-guerra” e ainda outra quando, na maior parte dos países do continente, as democracias foram sendo, gradativamente, golpeadas pelas ditaduras civis-militares. Ele sublinha a experiência brasileira, que permite distinguir pelo menos “os dois grandes surtos de expansão dos sistemas de proteção social que ocorreram durante os regimes ditatoriais e sob o governo de coalizões conservadoras”. Inicialmente um de caráter mais corporativista e posteriormente outro de dimensão mais universalista, embora permeado de aspectos marcadamente clientelistas.

Durante um período de quase trinta anos a economia cresceu aceleradamente no mundo todo, com quase pleno emprego e reduzido índice de inflação. A atuação dos Estados Nacionais constituiu um dos elementos mais decisivos para a dinamização da atividade econômica. Ampliou-se, vertiginosamente, os ganhos de produtividade; criando-se, assim, as condições para encadear o processo de alargamento do trabalho formal, o aumento significativo dos salários reais e a elevação dos lucros das empresas e, ao mesmo tempo, o fomento de novos surtos de investimentos. Esse fluxo de crescimento da massa salarial engendra consequentemente a expansão do consumo das famílias.

Na opinião de Hobsbawm os 25 ou 30 anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo de 1950 a 1970, décadas denominadas como a “Era de Ouro” do capitalismo ocidental, foram de extraordinário crescimento econômico e transformação social, que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Nas suas palavras:

Durante os anos 50, sobretudo nos países "desenvolvidos" cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Um primeiro-ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 com o

slogan "Você nunca esteve tão bem", uma afirmação sem dúvida correta. Contudo, só depois que passou o grande boom, nos perturbados anos 70, à espera dos traumáticos 80, os observadores, sobretudo, para início de conversa, os economistas-começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez uma fase única. Buscaram nomes para descrevê-la: "os trinta anos gloriosos" dos franceses (*les trente glorieuses*), a Era de Ouro de um quarto de século dos anglo-americanos (Marglin & Schor, 1990). O dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise. (HOBSEBAWM, 1995, p. 253)

Na compreensão de François Chesnais (1996) a estabilidade e a expansão da acumulação capitalista, nessa fase de acumulação ininterrupta mais longa de toda a história do capitalismo, a única fase desta duração em toda a história do capitalismo, foi assegurada por meio de três fatores essenciais, quais sejam:

i) a consolidação do trabalho assalariado como forma absolutamente predominante de inserção social e acesso à renda;

ii) um ambiente monetário internacional estável, baseado em taxas de câmbio fixas entre moedas soberanas em seu mercado interno, marcado por instituições e mecanismos que criavam um grau significativo de subordinação das finanças às necessidades da indústria; e

iii) a existência de Estados dotados de instituições suficientemente fortes para impor ao capital privado regras de todo tipo, dispondo de recursos que lhes permitiam tanto suprir as deficiências setoriais do investimento privado como fortalecer a demanda agregada. (CHESNAIS, 1996. p. 300).

Fiori também apresenta, com base em análises de diversos trabalhos de Claus Off, quatro grandes pilares que propiciaram o sucesso dos Estados de Bem-Estar contemporâneos. O primeiro deveu-se aos aspectos materiais ou econômicos que surgiram nas seguintes formas:

- da generalização do paradigma fordista;
- da existência de um consenso suprapartidário em torno dos valores do crescimento e do pleno emprego;
- de um consenso paralelo em torno das políticas keynesianas;
- da manutenção de um ritmo de crescimento econômico constante e sem precedentes na história capitalista;
- o que, por causa disso e por sua vez, permitiu ganhos fiscais crescentes que foram alocados por coalizões políticas socialmente orientadas, mesmo quando não fosse o

caso de governos controlados diretamente pelos social-democratas. (FIORI, 1997a, p. 4).

O segundo surgiu em consequência do “ambiente” econômico global criado pelos acordos de Bretton Woods e que abria espaço para uma conciliação entre o desenvolvimento dos Estados de Bem-Estar e a estabilidade da economia internacional, o que John Gerard Ruggie denominou de liberalismo embutido.³¹

O terceiro decorre do “clima” de solidariedade nacional que se instaurou logo após a guerra entre países vencedores e vencidos e, “logo depois, pela solidariedade supranacional gerada pelo novo quadro geopolítico”. A bipolarização mundial durante a Guerra Fria assinalou um novo contexto global, ideologicamente caracterizado pelos conflitos mundiais entre projetos antagônicos de organização econômica e social, “criaram os estímulos ou receios necessários para consolidar as convicções “socialmente orientadas” de todos os governos, aí incluídos os conservadores, os democrata-cristãos e os liberais” (FIORI, 1997a, p. 5).

O quarto ocorre em virtude do “avanço das democracias partidárias e de massa que, pelo menos nos países centrais, onde de fato pode-se falar de Welfare”, possibilitou que a relações de força eleitoral potencializasse o poder e a relevância do pleito dos “trabalhadores e dos seus sindicatos e partidos e dos demais setores sociais interessados no desenvolvimento dos sistemas de welfare states” (FIORI, 1997a, p. 5).

Giovanni Arrighi (1994) ainda ressalta o peso do processo de expansão da economia estadunidense aberta com a Guerra da Coreia, que gerou as condições dos investimentos estratégicos na recuperação dos países da Europa ocidental e do Japão. Ele considera que o rearmamento em massa, ao longo e após a guerra da Coreia, solucionou definitivamente a questão de liquidez da economia mundial. Ressalta que “a ajuda militar a governos estrangeiros e os gastos militares diretos dos Estados Unidos no exterior – ambos os quais aumentaram constantemente entre 1950 1958 – forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir”. Soma-se a isso o fato de o governo estadunidense atuar “como um

³¹ “O termo liberalismo embutido é utilizado por Ruggie para caracterizar o propósito social da ordem econômica do pós-guerra, de conciliação entre o multilateralismo e a estabilidade interna. O liberalismo embutido foi definido crucialmente pelos Estados Unidos, não apenas provendo os recursos materiais necessários para tal definição, mas ocupando o papel de negociador principal do propósito social do arranjo. Isso obviamente fez com que a ordem econômica do pós-guerra fosse moldada a partir dos interesses estadunidenses: o multilateralismo econômico permitiu que o dólar inevitavelmente se tornasse a moeda de paridade com o ouro, e a liberalização econômica promovida beneficiou os mercados americanos e pressionou os devedores.” Cf. MANN, 2013, p. 27.

banco central mundial extremamente permissivo, o comércio e a produção mundiais se expandiram, de fato, numa velocidade sem precedentes” (ARRIGHI, 1994, p. 307).

Essa conjunção de fatores criou as condições decisivas para a consolidação do Estado de Bem-estar Social nas sociedades capitalistas avançadas. Mas o processo de esgotamento do longo ciclo expansivo que marcou o capitalismo regulado, gradativamente, perde seu dinamismo. Segundo Fiori (1997a), os sintomas iniciais de esgotamento manifestaram-se ainda nas décadas de 1960; o mesmo nas estruturas de poder e nas políticas sociais do Estado de Bem-estar Social liga-se ao surgimento teórico/ideológico da nova direita e da nova esquerda nos anos 1960. Os novos conservadores liam o Welfare State como uma “peça no seu diagnóstico da crise dos estados democráticos que já vinham formulando desde a segunda metade dos anos sessenta”. No mesmo período a nova esquerda, em defesa de um projeto de intensificação da “democracia participativa”, considerou o “Estado de Bem-estar Social uma peça central do imenso e anônimo aparelho de Estado responsável por um gigantesco trabalho de ‘cooptação’ e desativação da classe trabalhadora”.

Arrighi observa que a crise do regime estadunidense entre 1968 e 1973 liga-se às três esferas distintas e densamente inter-relacionadas, quais sejam:

- (i) Militarmente, o exército estadunidense entrou em dificuldade cada vez mais séria no Vietnã;
- (ii) Financeiramente,³² o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods;³³

³² “O sistema de taxas de câmbio fixas [domestic credit expansion] (DCE) Bretton Woods baseado em reservas de ouro tinha se mostrado ineficaz. A porosidade das fronteiras dos Estados com relação aos fluxos de capital pressionava o sistema de taxas de câmbio fixas. Os dólares dos Estados Unidos tinham inundado o mundo e escapado ao controle daquele país, sendo depositados em bancos europeus. As taxas de câmbio fixas foram abandonadas, por causa disso em 1971. O ouro não mais poderia funcionar como a base metálica da moeda internacional. Para resolver esta questão que rapidamente complexificava, em 1971 o presidente estadunidense Richard Nixon destrói o esteio fundamental do sistema de Bretton Woods, ao suspender, à revelia dos demais dos países, a conversibilidade do dólar em ouro. Desde então, se inaugura um ciclo conturbado no sistema monetário internacional, gerado pela incerteza quanto à condição ou não do dólar estadunidense manter-se como a moeda-chave; as taxas de juro passaram a ser flutuantes e as tentativas de controlar a flutuação logo foram abandonadas. O liberalismo embutido que gerara altas taxas de crescimento, pelo menos nos países capitalistas avançados depois de 1945, estava claramente esgotado e deixara de funcionar.” Cf. HARVEY, 2005, p. 22.

³³ “O fim de fato das taxas de câmbio fixas e do sistema de Bretton Woods foi oficializado em 1976, em reunião dos principais membros do FMI, realizada em Kingston, na Jamaica. Essa conferência tomou as seguintes decisões: 1) as taxas flutuantes foram legalizadas; 2) o papel de reserva do ouro foi reduzido; 3) as quotas do FMI foram ampliadas, especialmente as dos países da Opep; 4) aumentou-se o financiamento dos países menos desenvolvidos; e, principalmente, 5) cada país assumiu a responsabilidade pela fixação do valor da sua moeda. Assim, a autonomia nacional prevalecia sobre as regras internacionais e os Estados desvinculavam-se das exigências de um sistema de

(iii) A cruzada anticomunista do governo estadunidense começou a perder legitimidade no país e no exterior.

Segundo a sua análise, a crise aprofundou-se aceleradamente, já em 1973, quando o governo dos Estados Unidos recuara em todas as frentes (ARRIGHI, 1994, p. 310).

Diante desses fatores, instala-se a crise fiscal do Estado, comumente determinada pelas condições avessas ao crescimento econômico. Reduz-se, assim, a arrecadação de tributos, mais nomeadamente a tendência à evasão e à sonegação fiscal decorrente do alto grau de fluidez e mobilidade do capital que possibilita às empresas transnacionais ludibriarem os órgãos de fiscalização da arrecadação. Desde a década de 1970 incidiu um processo de degradação da natureza do gasto público, por meio do crescente impacto dos montantes despendidos com pagamento dos juros da dívida pública no volume global dos gastos efetuados pelo Estado.

A deliberação de Paul Volker, presidente do Federal Reserve Bank dos Estados Unidos, de elevar a taxa de juros estadunidenses,³⁴ em outubro de 1979; as crises do petróleo em 1973 e 1979³⁵ e seus impactos na economia; as crises fiscais dos Estados centrais; o retorno da inflação e a recessão econômica acirraram as contradições do modelo keynesiano e semearam o terreno para o capitalismo ingressar em um novo ciclo de acumulação. A crise do Estado de Bem-estar Social resultou da conjunção de múltiplos determinantes de cunho político, social e econômico, que se manifestaram em vários âmbitos da vida econômica, ao desencadear, cronicamente, a queda da produtividade, o aumento acelerado da dívida pública, o déficit da

câmbio fixo, podendo perseguir objetivos próprios, tais como a expansão das exportações, o estímulo da economia ou a defesa contra a importação de pressões inflacionárias.” Cf. GILPIN, 2002, p. 153.

³⁴ “Paul Volker promoveu, no governo Carter, uma mudança draconiana na política monetária dos Estados Unidos. O compromisso de longa data do Estado democrático liberal com os princípios do New Deal, que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas, e tinha o pleno emprego como objetivo central, foi abandonado em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as consequências para o emprego. A taxa de juros, que com frequência fora negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se positiva por ordem do Federal Reserva. A taxa nominal de juros aumentou do dia para noite, depois de algumas elevações e quedas, ficando em julho de 1981 perto dos 20%. Iniciou-se assim profunda uma recessão que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos, além de levar países devedores à beira da falência, dando início a longa dos ajustes estruturais. [...] o choque Volker, como passou desde então a ser conhecido, tem de ser interpretado como medida necessária, mas não suficiente para a neoliberalização.” Cf. HARVEY, 2005, p. 32-33.

³⁵ “Houve, contudo, outra mudança concomitante que também alimentou o movimento de neoliberalização nos anos 1970. A elevação de preços pela OPEP que veio com o embargo do petróleo de 1973 colocou vastas parcelas de poder financeiro à disposição de países produtores de petróleo como a Arábia Saudita, o Kuwait e Abu Dhabi. Sabemos hoje, com base em relatórios das agências de informação britânica, que os Estados Unidos estavam se preparando para invadir esses países em 1973 para restaurar o fluxo do petróleo e baixar os preços. Também sabemos que os sauditas concordaram na época, presumivelmente sob a pressão militar, se não ameaça aberta, dos Estados Unidos, em reciclar todos os seus petrodólares por meio dos bancos de investimento de Nova York.” Cf. HARVEY, 2005, p. 35.

balança comercial, a hiperinflação e a elevação do desemprego. Esse ambiente de esgarçamento dos tecidos sobre os quais o Estado de Bem-estar Social repousou abre espaço para o retorno gradativo do projeto liberal até a conquista de sua hegemonia. A política de ajuste fiscal de natureza ultraconservadora e ortodoxa se impõe aos sistemas de Estado de Bem-estar Social e os governos das mais diversas tendências políticas/ideológicas se rendem ao ideário liberal. Importa entender como o liberalismo constrói sua trajetória até consolidar a sua hegemonia e, também, entender como o liberalismo continua a assegurar seu predomínio após as crises de 2008 e 2011.

A combinação da democracia com o capitalismo apresentou ao longo da história variações, nuances na definição do papel do Estado quanto ao grau de vínculo com os fundamentos liberais, quanto ao nível de privatização interna do Estado e quanto à atuação mais ou menos universalista do poder público. A democracia capitalista, apesar dos limites que a encarceram, traz em si, paradoxalmente, a possibilidade de ultrapassá-los, uma vez que transita no cerne da disputa dos múltiplos interesses sociais. Por certo que o poder econômico se acumula na mão de uma minoria que, pelo fato de concentrar a riqueza, encontra-se muito melhor aparelhada politicamente que os demais grupos sociais para garantir seus interesses. Essa minoria dispõe dos meios para manipular, despolitizar, cooptar, enviesar a leitura da realidade, com vistas a artificializar a democracia. Entretanto, a possibilidade de outros grupos sociais obterem os recursos materiais e humanos necessários para a produção e divulgação de suas ideias está sempre presente. Por certo, também, que não deixa de existir a possibilidade do retrocesso, da ampliação do predomínio político econômico-social dos grupos dominantes, do tsunami conservador. Na medida em que as forças sociais em disputa para consolidar sua supremacia necessitam persuadir a maioria, a arena desse embate persuasivo localiza-se então, em grande medida, no âmbito ideológico. Assim, a consolidação do liberalismo como projeto social hegemônico passou antes pela construção ideológica de sua legitimação. A evidência cabal desse fato é a afirmação de Hayek de que era fundamental a batalha das ideias, e que provavelmente esta duraria ao menos uma geração para ser ganha, não apenas contra o marxismo, mas também contra o socialismo, o planejamento estatal e o intervencionismo keynesiano (HARVEY, 2005, p. 31).

A primeira medida efetiva de Hayek para vencer a batalha das ideias foi a publicação em 1944, do seu livro *Caminho da servidão*. Com essa obra, recebe vários convites para proferir conferências, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. No livro, o autor constata o isolamento dos defensores do liberalismo em um contexto dominado pelo intervencionismo

triumfante e pelas teses de Keynes. Para romper esse isolamento e delinear estratégias para reabilitar o liberalismo, Hayek decidiu convocar os economistas, mas também advogados, filósofos e historiadores para discutir, entre outras coisas, o nexo entre a livre-iniciativa e a ordem concorrencial, os vínculos entre historiografia e educação política, a importância do Estado de Direito. Desde o início, ele tinha em mente a formação de um grupo permanente que, inicialmente, era chamado de Academia Internacional para a filosofia política (DOSTALER, 1999, p. 120-122.).

Dessa forma, a iniciativa seguinte de Hayek para vencer a batalha das ideias realizou-se ainda em 1947, com o encontro em Mont Pèlerin, perto de Vevey, na Suíça. Compareceram ao evento 37 pessoas, das sessenta convocadas por Hayek, entre as quais advogados, filósofos e historiadores. A finalidade do encontro era romper o histórico isolamento do liberalismo em razão da hegemonia keynesiana e, com base nas discussões sobre os fundamentos e convicções liberais, construir estratégias para reerguer o liberalismo. Portanto, desse encontro inaugura o primeiro *think tank* liberal: a Sociedade Mont Pèlerin (Mont Pèlerin Society). Entre os seus membros fundadores, figuravam Maurice Allais, Aaron Diretor, Milton Friedman, Bertrand de Jouvenel, Frank H. Knight, Fritz Machlup, Mises, Michael Polanyi, Karl Popper, Lionel Robbins, Wilhelm Röpke, George Stigler, Francis Trévoux. Além desses participantes, compareceram representantes da Universidade de Chicago, alguns funcionários do alto escalão do governo dos Estados Unidos e da França, como Jacques Rueff, o ex-ministro da Fazenda da França, e três jornalistas, um dos *Readers Digest*, outro de *Fortune* e *Time & Tide*, entre outros. Vinte e quatro dos participantes eram provenientes dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha, nenhum representante dos países periféricos. Encontram-se entre os convidados que não puderam participar da reunião inaugural, mas que posteriormente aderiram à campanha, os seguintes intelectuais: Costantino Bresciani-Turoni, Luigi Einaudi, Eli Heckscher, Walter Lippman, Friedrich Lutz, Arnold Flora, Charles Rist, Daniel Villey. Vários membros dessa sociedade semisecreta vão desempenhar um importante papel no ressurgimento do liberalismo, pois, após três décadas de isolamento, abrem espaço para o enfrentamento teórico e político ao keynesianismo. Para além do núcleo inicial, dos principais arquitetos dessa ressurgência, muitos dos quais foram agraciados com o Prêmio Nobel de Economia, juntaram-se mais tarde à organização que Hayek presidiu de 1947-1960 cerca de quinhentos integrantes de mais de cinquenta países. O grupo Mont Pèlerin reúne-se uma vez por ano em países diferentes, cada reunião é dedicada a um tema (DOSTALER, 1998, p 123-124).

Segundo Harvey, a Sociedade Mont P  lerin contou com financiamento e benefícios políticos, nomeadamente nos Estados Unidos. Um influente grupo de pessoas endinheiradas, “  deres corporativos” radicalmente avessos a qualquer modelo de interven  o e Estado regulado, e também ao internacionalismo, engajaram-se na constru  o de uma oposi  o “aos que viam como um consenso emergente a busca de uma economia mista”. Alarmados com as decorrências políticas, num contexto do pós-guerra, sobretudo em virtude da amplia  o da área de influência soviética e dos rumos tomados pela economia keynesiana construída nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, “estavam prontos a aceitar qualquer coisa – do macarthismo aos bancos de ideias neoliberais – para proteger e aumentar seu poder”. Contudo, até a década de 1970, esse ativismo manteve-se secundarizado tanto na esfera política como no âmbito acadêmico. Somente com a crise do keynesianismo houve, progressivamente, uma penetra  o mais expressiva dessa corrente de pensamento. Desde então, inicia-se a escalada rumo    sua hegemonia política, notadamente, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, “nutrido por vários bem financiados bancos de ideias (rebentos da Mont P  lerin Society, como o Institute of Economic Affairs, de Londres, e a Heritage Foundation, de Washington) ”, similarmente por meio do alargamento de influência na academia, nomeadamente, na Universidade de Chicago, “em que reinava Milton Friedman”. Em 1974, quando Hayek e Friedman ganharam o Prêmio Nobel de Economia, a teoria liberal consolida a sua credibilidade acadêmica. Essa condecora  o, “embora assumisse a aura de um Nobel não tinha nenhuma rela  o com os outros prêmios, estando como estava sob o estrito controle da elite bancária su  a”. A teoria liberal, singularmente, em sua versão monetarista, atingiu um nível de preponderância, de aplicabilidade em um vasto domínio da vida política. No governo Carter, por exemplo, adotou-se o arrefecimento da participa  o do Estado na economia como resposta    situa  o marcada pelos altos índices de infla  o e de desemprego, recorrentes durante a década de 1970. “Mas a dramática consolida  o do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regula  o da política pública no nível do Estado no mundo capitalista avançado ocorreu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em 1979” (HARVEY, 2008, p. 31).

Outro movimento com vistas    reabilita  o da hegemonia liberal consistiu na atua  o de economistas do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, denominados *Chicago Boys*, devido    sua aquiescência às teorias liberais de Milton Friedman, nessa ocasião docente da Universidade de Chicago, convidado para colaborar com a reconstru  o da

economia do Chile.³⁶ O movimento consistiu em um plano de financiamento estadunidense a universitários chilenos para estudar economia na mais declaradamente anticomunista instituição educacional do mundo – a Universidade de Chicago – com a finalidade de expurgar ideologicamente os economistas comunistas latino-americanos, a exemplo de Raúl Prebisch, e difundir o pensamento liberal. A partir da celebração de um acordo/convênio de cooperação com a Universidade Católica do Chile, firmado em março de 1956, efetivou-se um episódio singular de “transferência sistemática de ideologia” dos Estados Unidos para o Chile. Esta transferência foi realizada, explicitamente, por meio da iniciativa deliberada, planejada e executada por três protagonistas-chave, a saber:

- (i) O governo estadunidense, por meio da Administração de Cooperação Internacional do governo dos Estados Unidos (ICA) – International Cooperation Administration – antecessora da Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional;
- (ii) O Departamento de Economia da Universidade de Chicago;
- (iii) A Universidade Católica do Chile. (MUÑOZ, 2002)

O convênio firmado ficou conhecido como “Projeto Chile”. De 1957 a 1970, cem estudantes chilenos estudaram em Chicago, e a partir de 1965 o projeto se expandiu para toda a América Latina, contemplando países como Argentina, Brasil e México. A Universidade de Chicago configurou-se como uma instituição altamente especializada, dispondo de um paradigma estruturado e de um arquétipo para formar um tipo específico de profissional. O primeiro objetivo de afirmação do novo paradigma consistia em esvaziar a influência exercida na região pelas teorias do desenvolvimento propostas pela Cepal. O segundo era experimentar *in loco* as teorias liberais concebidas pela Universidade de Chicago e compartilhadas pelos representantes da ICA dos Estados Unidos. Os agentes da ICA no Chile buscaram interlocutores que lhes permitissem introduzir o experimento de introjetar naquele país as ideias mais extremas da economia de livre mercado, que estavam sendo propostas nos Estados Unidos. O objetivo implícito era ceifar por completo o que se entendia como a ideologia socialista da economia chilena e conduzir ao longo de uma década a mudança da administração econômica do país (MUÑOZ, 2002).

³⁶ Os primeiros americanos a trabalhar no Centro de Pesquisa Econômicas foram os professores: Arnold C. Haeberger, Simon Rottenberg, Martin Bailey e Tom E. Davis, todos os membros corpo do professor efetivos do Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Os economistas graduados na Universidade Católica que lá concluíram os seus estudos são: Sergio de Castro e Victor Florencio Oxenius Fellay, enquanto entre os que lecionam na Universidade do Chile incluem Carlos Clavel, Luis Arturo Fuenzalida e Carlos Massad.

Desse modo, a liberal e ultraconservadora Universidade de Chicago converte-se no principal centro difusor do liberalismo no âmbito acadêmico latino-americano. Os universitários, sobretudo da América Latina, que pretendiam estudar economia no exterior tinham as portas abertas na Universidade de Chicago. Os primeiros alunos ficaram conhecidos como *Chicago Boys*, e suas ideias tiveram enorme impacto sobre os destinos dos países latino-americanos. Os *Chicago Boys* converteram-se em exímios porta-vozes do pensamento econômico liberal, que na América Latina ficou conhecido como “neoliberalismo”. Vários deles engajaram-se no movimento fascista chileno Pátria e Liberdade. Apoiadores do golpe, formularam um programa econômico que orientaria as atuações da junta militar. Esse programa, um volume de quinhentas páginas, ficou conhecido como “O Tijolo”. Dos dez autores de “O Tijolo”, oito eram *Chicago Boys*. O conteúdo desse documento era extremamente análogo ao livro de Friedman *Capitalismo e liberdade* e defendia, entre outras medidas, privatizações, desregulamentações e cortes nos gastos sociais, a clássica tríade do livre mercado (GALEANO, 2013).

Inicialmente, o intento dos *Chicago Boys* não decolou no Chile, como demonstrou o triunfo da coalizão Unidade Popular em 1970. Somente após o golpe de Pinochet essas ideias ecoaram e foram aplicadas. Galeano analisa o papel desempenhado pelos *Chicago Boys* no golpe de Pinochet e na introdução do primeiro experimento neoliberal no mundo, ao tomar como ponto de partida a avaliação do embaixador de Allende em Washington Orlando Letelier. A análise encerra o seguinte teor:

os ‘Garotos de Chicago’, como são conhecidos no Chile, convenceram os generais de que estavam preparados para suprir a brutalidade dos militares com os ativos intelectuais que possuíam”. De fato, no 11 de setembro de 1973, a caserna deu as mãos à austeridade econômica para dar origem a uma das mais violentas ditaduras do Cone Sul. Assim, ao contrário do que muitos pensam, a primeira experiência neoliberal não se deu na Inglaterra de Thatcher ou nos Estados Unidos de Reagan. Nasceu, isso sim, gêmea de uma sangrenta ditadura militar. Em 1977, Pinochet entregou o Ministério das Finanças ao *chicago boy* Sérgio de Castro. Pinochet privatizou de empresas estatais e bancos a jardins de infância e cemitérios, permitiu novas formas de especulação financeira, abriu as fronteiras do país à importação, derrubou tarifas protecionistas, cortou drasticamente gastos do governo, substituiu o ensino público pelos créditos estudantis e privatizou o sistema de seguridade social. Sob uma ditadura, o Chile tornou-se um paradigma do neoliberalismo e os experimentos dos *Chicago Boys* naquele país se converteram no germe de um padrão de economia globalizada e capitalismo sem freios que se espalharia pelo planeta, e ao qual deram o nome de Globalização. (GALEANO, 2013)

A segunda guinada de inspiração liberal do capitalismo implanta-se com a adesão de Margareth Thatcher ao ideário neoliberal, ao procurar ideias mais condizentes com os enfrentamentos das dificuldades econômicas em curso. Thatcher encontra nesse ideário a resposta política para as suas expectativas e se engaja no movimento de reabilitação do liberalismo. Sob a influência do jornalista e empresário Keith Joseph,³⁷ ela se elege na Grã-Bretanha com o inabalável compromisso de alinhar os países britânicos às novas exigências do capitalismo. Após a sua eleição em 1979 atrela as políticas governamentais britânicas ao projeto liberal centrado “na liberalização e na desregulamentação”. Thatcher, em profunda articulação com Ronald Wilson Reagan, transforma e redefine a atividade do Estado, ao repudiar a busca do Bem-Estar Social e sustentar, vigorosamente, a ideia de que as soluções monetaristas “do lado da oferta eram essenciais para curar a estagflação que marcara a economia” (HARVEY, 2005, p. 31).

Importa destacar outra frente da batalha das ideias, fundamental para ascensão do thatcherismo, desencadeada desde 1955, por iniciativa do industrial inglês Anthony Fisher, que empregou parcela de sua fortuna pessoal para formar o Instituto de Assuntos Econômicos (IAE) de Londres, além de investir na criação de diversos outros Institutos Liberais estratégicos. Para Anthony Fisher, o Institute of Economic Affairs conhecia a verdade; sua tarefa era evangelizar (COCKETT, 1995, p. 139). Segundo Milton Friedman: “sem o IAE, duvido que tivesse havido uma revolução thatcherista”.³⁸ Esse industrial engajou-se tenazmente na campanha a favor do livre mercado. Foi o primeiro presidente do Instituto Frazer do Canadá (1974), inaugurou em Nova York o Centro Internacional para Estudos de Política Econômica (1977) e fundou em San Francisco o Instituto Pacífico (1979). Na Austrália, participou da criação do Centro de Estudos Internacionais. Tornou-se um contribuinte notório para a afirmação das ideias de livre mercado na política australiana durante os anos 1980. Margaret Thatcher, em reconhecimento aos “trabalhos prestados” por Anthony Fisher, concedeu-lhe o título de cavaleiro em 1988 (WHEELWRIGHT, 1998).

A proposta liberal do thatcherismo consistiu em abolir por completo as obrigações com o Estado de Bem-estar Social. Isso se traduziu em medidas como a desestatização das empresas públicas, abrangendo as destinadas à moradia popular; a redução dos impostos; o incremento à

³⁷ Keith Joseph – jornalista e empresário inglês, membro do Partido Conservador e polemista bem ativo, com fortes vínculos com o liberal Institute of Economic Affairs.

³⁸ Disponível em <http://pt.encydia.com/es/Sociedade_Mont_Pelerin#cite_note-2/>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

ação dos empreendedores; e a produção de um ambiente regido pelo mercado capaz de atrair “um forte fluxo de investimento externo (particularmente do Japão)”. A notória declaração de Thatcher na qual assevera que: “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais” – e, acrescentou depois, “as suas famílias” –, deixa explícita a defesa do individualismo exacerbado, da propriedade privada e da impossibilidade de se conciliar esse projeto com qualquer forma de solidariedade social. A ofensiva ideológica impressa nesse discurso era inexorável, revela o sentido da mudança: radical, profunda, devastadora e conivente com o alto preço social que esse projeto impunha ao mundo anglo-saxão (HARVEY, 2005, p. 32).

A consolidação da virada liberal completa-se na última metade da década de 1980 e no início da década seguinte. O fim do “socialismo real” e a nova configuração do ambiente financeiro mundial possibilitam ao liberalismo pousar triunfante e soberano, tal qual pretendia Hayek e seus correligionários da Sociedade Mont Pèlerin. A queda do Muro de Berlim (1989) e o desmoronamento do regime soviético (1991) potencializaram a retórica liberal do primado da sociedade organizada pelo mercado e do equívoco fatal da regulação estatal das atividades econômicas.

A partir de então, com o fim das barreiras geográficas, intensifica-se a constituição de mercados livres e amplia-se a possibilidade de auferir vultosos rendimentos de produtividade, fomentados pela concorrência mundial. Inaugura-se um processo de liberalização do comércio em âmbito mundial e de ruptura das atividades reguladas pelos poderes públicos. O fim do “socialismo real” também abriu espaço para um amplo consenso político, em âmbito mundial, em favor da adoção das reformas neoliberais, com os programas de ajuste estrutural (PAEs) aplicados aos países periféricos e semiperiféricos, sob o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e da Organização Mundial de Comércio (OMC). Essas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) compõem um poderio burocrático hegemonizado pelos países ricos,³⁹ dissimulado de autoridade intergovernamental. Elas atuam

³⁹ “Os banqueiros de Wall Street e os líderes do maior conglomerado de empresas estão por detrás dessas instituições globais. Reúnem-se regularmente, à porta fechada com o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio, bem como em inúmeros pontos de encontro internacionais. Nestas reuniões e sessões de consulta, participam igualmente os representantes de poderosos grupos de pressão de empresas globais, tais como a Câmara Internacional de Comércio (CIC) (International Chamber of Commerce – ICC), o Diálogo de Negócios Transatlântico (DNT) (Trans Atlantic Business Dialogue – TABD) (que reúne nos seus encontros anuais os líderes do maior conglomerado de empresas do Ocidente com políticos e funcionários da Organização Mundial de Comércio), o Conselho de Comércio Internacional dos Estados Unidos (United States Council for International Business – USCIB), o Fórum Económico Mundial de Davos, o Instituto Internacional de Finanças (IIF) sediado em Washington e que representa os maiores bancos e instituições financeiras do mundo, etc. Outras organizações semisecretas – que desempenham um papel importante na definição das instituições da Nova Ordem Mundial –

como instituições reguladoras, inseridas no âmago do sistema capitalista, atreladas aos interesses econômicos e financeiros do grande capital, para submeter as economias nacionais ao jugo desses interesses, mediante decisões de cunho intervencionista, que são falaciosamente atribuídas à impessoalidade da ordem espontânea do mercado.

O pacote de austeridade orçamentária determinado pelo FMI por meio do PAE implicou privatizações, liberalizações/desregulações do comércio e foi aplicado em mais de cem países devedores, ou seja, implicou a própria inserção desses países ao projeto neoliberal. Com objetivo de ajustar e de conformar os países periféricos e semiperiféricos aos interesses do mercado mundial, o FMI compeliu as nações a redefinirem o papel do Estado e das suas instituições internas. A soberania econômica desses países esvaziou-se em razão do rígido controle dos IFIs sobre a política monetária fiscal; e sobre o Banco Central e o Ministério da Fazenda. As metas de desempenho estabelecidas pelo FMI deveriam e devem ser cumpridas, rigorosamente, caso contrário os países entram em *default*. Dessa forma, as instituições dessas nações são nulificadas e tuteladas economicamente pelas IFIs, que atuam como uma espécie de governo paralelo, pairando, soberanamente, sobre a sociedade civil, impassíveis às demandas socioeconômicas e políticas da maioria da população desses países (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28-29).

Ianni sintetiza com refinada clareza os impactos dessa reforma neoliberal, ao destacar dois efeitos sociais graves desse processo. Ele verifica que:

Uma das conseqüências mais imediatas, evidentes e generalizadas do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo global é o crescente enfraquecimento ou mesmo evidente dissolução do tecido social. Formas de sociabilidade que pareciam estabelecidas entram em crise, perdem vigência, tornam-se anacrônicas ou mesmo dissolvem-se. Em lugar do partido político, do sindicato, do movimento social e da corrente de opinião pública, coloca-se a mídia como um insólito, mas presente, eficaz e ubíquo "príncipe eletrônico". Muito do que os indivíduos e as coletividades pensam, sentem, imaginam ou fazem relaciona-se direta e indiretamente com a poderosa e ubíqua indústria cultural desenvolvida em âmbito local, nacional, regional e mundial, indústria essa organizada em poderosas empresas, corporações e conglomerados eletrônicos. Em lugar do espaço público, enquanto lugar privilegiado da política, colocam-se os programas de auditório, os eventos da cultura mundial de massa, as competições, os shows, tudo isso crescentemente transnacional.

Em muitos casos, os shopping centers expressam, simbolizam e revelam-se sucedâneos de espaços públicos. Nesses casos, os indivíduos e as coletividades são induzidos a comportar-se de tal modo que o consumismo aparece como uma figuração

incluem a Comissão Trilateral, o grupo Bildeberg e o Conselho para as Relações Estrangeiras". Cf. CHOSSUDOVSKY, 2003, Introdução.

de cidadania. São muitas as evidências de que as formas de sociabilidade que se conheciam estão sendo drástica e generalizadamente modificadas. Está em curso a expansão das formas de sociabilidade determinadas pelo mercado, o consumismo, a organização sistêmica das estruturas mundiais de poder, a dinâmica empresarial, a lógica do capital, a razão instrumental.

Segundo, a Sociedade civil transforma-se em uma nebulosa em busca de redefinição, já que os partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião pública, mídia e igrejas que articulam a Sociedade civil são desafiados a dialogar com um governo e aparelho estatal comprometidos apenas ou principalmente com matéria econômico-financeira; sem esquecer o monopólio da violência, por suas organizações policiais, militares e de informação, em geral alheias e adversas aos sentimentos e aos interesses das classes e grupos sociais subalternos. Isto significa que a Sociedade civil está desafiada a rearticular-se sob outras e novas formas, criando o recriando instituições, organizações e reivindicações em condições de expressar diferentes possibilidades de entendimento e emancipação. (IANNI, 2000)

Sob o impacto das reformas econômicas, emerge uma avalanche de fusões de empresas em corporações, consolida-se, assim, uma geração de financeiras vinculadas aos bancos mercantis: investidores institucionais, corretores de ações, grandes companhias de seguro, administradoras de fundo de pensão etc. Nessa dinâmica as atribuições dos bancos comerciais se enlaçam com as funções dos bancos de investimentos e das corretoras de ações. Esses “gestores de dinheiros” tendem a se distanciar das incumbências empresariais ligadas à economia real e passam a priorizar as transações especulativas. Emerge, assim, um novo universo de transações especulativas com intenso e acelerado fluxo de operações financeiras em âmbito mundial, que esvazia a atividade econômica real e insere a economia mundializada em um circuito crescente de instabilidade (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 15).

Chesnais analisa com profundidade as contradições oriundas desse processo de financeirização da economia, ao distinguir a concepção de globalização da aceção de mundialização do capital.

Nada é mais seletivo que um investimento ou um investimento financeiro que procura rentabilidade máxima. É por isso que a globalização não tem nada a ver com um processo de integração mundial que seria um portador de uma repartição menos desigual das riquezas. Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente. “A economia do arquipélago” da mundialização, a “balcanização” com suas conseqüências geopolíticas muito graves e a marginalização dramática de continentes e subcontinentes, são a consequência da forte seletividade inerente aos investimentos financeiros, mas também aos investimentos diretos quando os grupos industriais se beneficiam da liberalização e da desregulamentação das trocas como movimentos de capitais. A homogeneização, da qual a mundialização do capital é portadora no plano de certos objetos de consumo e de modos de dominação ideológicos por meio das tecnologias e da mídia, permite a completa heterogeneidade e a desigualdade das economias. O fato de que se tenha integração para uns e marginalização para outros,

resulta do processo contraditório do capital na busca de rentabilidade, ao mesmo tempo em que ele determina os limites. Deixando-o por sua conta, operando sem nenhuma rédea, o capitalismo produz a polarização da riqueza em um pólo social (que é também espacial), e no outro polo, a polarização da pobreza e da miséria mais “desumana”. A polarização é uma das expressões do caráter sistêmico dos processos com os quais se tem que negociar. (CHESNAIS, 2001, p. 12-13)

A partir de vultosos financiamentos econômicos e da firme convicção da necessidade de se divulgarem as ideias liberais, foram criadas muitas instituições em todo o mundo, entre as quais a “American Enterprise Institute, fundada em 1943, por empresários que se opunham ao New Deal. Tem como objetivo promover políticas de livre-mercado e funcionar como um centro de difusão da retórica da livre-empresa. Seu trabalho é feito diretamente com os membros do Congresso, a burocracia federal e a mídia. Nos anos 80, empregava cerca de 500 pessoas, produzindo livros, análises e relatórios, e tinha um orçamento de quase US\$ 13 milhões” (GROS, 2003, p. 115); e a Heritage Foundation, fundada em 1973, que conta com mais de 250 pessoas entre executivos e pesquisadores sociais. Tem como objetivo “formular e promover políticas públicas baseadas nos princípios da livre iniciativa, no governo limitado, na liberdade individual, nos valores tradicionais americanos e na forte defesa nacional”. Na mesma linha de intervenção política foram criadas as seguintes instituições ou laboratórios de ideias:

- i) Cato Institute, fundado em Washington em 1977, cuja missão é semelhante aos aludidos anteriores;
- ii) Instituto Manhattan de Pesquisa Política, fundada em 1978;
- iii) Asociación de Instituciones de Promoción y Educación (AIPE), criada em 1984, que tem 450 especialistas entre economistas, jornalistas e cientistas políticos que se especializam na análise da América Latina;
- iv) Fundação Atlas Economic Research, criada em 1981, que desenvolve estudos de apoio financeiro público, seminários, conselhos e acesso a uma rede de líderes que compartilham de compromisso para alcançar uma sociedade livre;
- v) Instituto Ludwig von Mises, com sede em Alburn, Alabama – EUA, uma organização acadêmica liberal dedicada à pesquisa nos campos de economia, filosofia e economia política, com filiais em quase todos os países.

A lista não se limita a essas instituições, as aqui citadas são aquelas que desempenharam papel de destaque em âmbito mundial. Há um número elevado de organizações dedicadas a

reverberarem o ideário liberal em diversos países centrais e periféricos e destinadas não apenas a vencer a batalha ideológica, mas tirar da cena política as correntes de pensamento antagônicas (MUÑOZ, 2002, p. 4-9).

A trajetória da reabilitação do liberalismo na contemporaneidade ainda é bastante obscura. Entretanto, notoriamente, as estratégias pelas quais este ideário logrou penetrar e alterar consciências de milhares de pessoas em todo o mundo adveio, em larga medida, de um movimento, discreto e persistente, cujo ponto de partida foi a Sociedade Mont Pèlerin. A articulação desse movimento em âmbito mundial sob a liderança da Sociedade Mont Pèlerin envolve altos investimentos, na construção de institutos (laboratórios de ideais liberais) inter-relacionada com amplos circuitos de conexão, que abrangem os meios midiáticos, acadêmicos, empresariais e, também, a *intelligentsia* e as suas produções. Tal articulação desencadeada, embrionariamente, por meio da Universidade de Chicago e dos institutos liberais da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos adquire dimensão internacional nos anos 1990. A partir de então, finalmente, a ortodoxia liberal reabilitada difunde-se e conquista sua pretensão de assumir-se como pensamento absoluto e genuíno da humanidade. Nesse sentido, cabe refletir: o autoritarismo, intrínseco à prática liberal, poderia ter se originado da herança absolutista, antagonista histórico do liberalismo?

CAPÍTULO 2 | A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL

Assim como o dinheiro se transforma em dinheiro mundial, o possuidor de mercadorias torna-se cosmopolita. A mercadoria em si e para si é superior a qualquer barreira religiosa, política, nacional e linguística. Sua língua universal é o preço e sua comunidade é o dinheiro. Mas com o desenvolvimento do dinheiro universal em oposição à moeda nacional, o cosmopolitismo do possuidor de mercadoria transforma-se em credo da razão prática em oposição aos preconceitos tradicionais, religiosos e nacionais e outros que entravam o metabolismo da humanidade. Como o mesmo ouro, que chega na Inglaterra sob a forma de “eagles americanas”, e aí se converte em soberano, três dias depois circula em Paris como napoleões, e ao cabo de algumas semanas encontra-se sob a forma de ducados em Veneza [...], fica claro ao possuidor de mercadorias que a nacionalidade is but the guinea's stamp. A ideia sublime que o possuidor de mercadorias tem do mundo inteiro é a ideia de um mercado - do mercado mundial. (MARX, Para a Crítica da Economia Política, 1982, p. 110)

Neste capítulo são tratadas as raízes da hegemonia neoliberal no Brasil, bem como se focaliza o contexto sócio-histórico que propiciou a penetração e a afirmação desse ideário no país. Com esse propósito busca-se traçar um paralelo entre as condições político-econômicas nacionais e internacionais que abriram o flanco para a aplicação do projeto neoliberal no Brasil e a introdução, propagação e legitimação do pensamento hayekiano que permeabilizou o país para as reformas de ajustes econômicos. Nesta direção, trilha-se um longo percurso em que se examinam os seguintes temas:

- i) A desorganização do Sistema Monetário Internacional após a ruptura do Acordo de Bretton Woods, pelo governo de Richard Nixon, em 1971;

- ii) A crise da dívida externa brasileira gerada pelos impactos da desaceleração da economia internacional nos anos 1970 e pela “severa depressão” (HOBBSAWM, 1995, p. 395) global da década de 1980;
- iii) Os acordos firmados entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) na década de 1980 e as condicionalidades impostas por essa instituição financeira para a concessão de novos créditos, para a renegociação e amortização da dívida externa brasileira. Tais condicionalidades introduziram as prescrições da política econômica neoliberal;
- iv) A desarticulação do pacto empresarial militar e o declínio do projeto desenvolvimentista;
- v) O realinhamento político-ideológico e as estratégias dos grupos empresariais para enfrentar a “sociedade dos políticos sem armas” (DREIFUSS, 1989, p. 28);
- vi) A batalha de ideias empreendida pelos Institutos Liberais no Brasil para hegemonizar o pensamento hayekiano e assim abrir passagem para a ascensão do projeto político neoliberal e para o triunfo da ordem burguesa ultraliberal no país.

Interessa compreender de que modo se articularam e confluíram os núcleos político-ideológicos bancados por grandes grupos econômicos, a exemplo dos Institutos Liberais (ILs) com o processo de endividamento do país e os planos de estabilização econômica imposto pelo FMI. Interessa ainda entender como esses acontecimentos se conjugaram com o contexto de transição do Brasil para sociedade política civil, em meio à acirrada disputa travada pelas diversas forças sociais no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte.

Sobre os Institutos Liberais, importa sublinhar que são entidades protagonizadas pelos grupos dominantes, com a finalidade de construir a legitimidade do ideário liberal e assegurar sua afirmação como projeto hegemônico de sociedade. Eles se constituíram durante os anos 1980 como uma rede abarcando vários estados da federação, com sedes em diversas capitais do país, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. De acordo com Gros, os ILs:

[...] surgem no cenário nacional como uma organização com forte influência de modelos externos e como estratégia dos setores de capital mais concentrados e vinculados ao capital financeiro nacional e internacional, com o objetivo de difundir seus valores entre a burguesia e na sociedade em geral. A inspiração externa dos Institutos Liberais seria o movimento neoliberal internacional que se insere na articulação das forças conservadoras no mundo a partir dos anos 70 e 80. A doutrina desse movimento se

fundamenta na Escola Austríaca de Economia, que defende um liberalismo ultraconservador, muito distante das formulações do liberalismo clássico. (GROS, 2003, p. 21)

Mais especificamente, esses institutos no Brasil tiveram como propósito difundir a defesa do livre mercado, da concorrência, da propriedade privada, da desregulamentação econômica, da transferência do patrimônio público para grupos privados, da desconstitucionalização das leis trabalhistas. Para tanto, buscaram inserir-se nas esferas sociais em que se concentram os formadores de opinião, notadamente, nos espaços da grande mídia, da política partidária, do mundo empresarial, da academia, das forças armadas, do sindicalismo e demais organizações sociais.

Gros destaca o período da redemocratização política pós-ditadura empresarial-militar de 1964 como o marco inaugural da conjuntura política brasileira de fortalecimento das organizações políticas patrocinadas por empresários. Segundo a autora, nessa altura da vida política nacional, quando se preparava para elaborar a Constituição de 1988, acirrou-se a disputa entre o campo das forças empresariais e das populares, ambas representadas na Assembleia Nacional Constituinte convocada pela Emenda Constitucional nº 26, de 1985. Esse clima de enfrentamento exigiu maior articulação política das classes empresariais urbanas e rurais para se ajustar à nova ordem institucional democrático-civil em curso.

Nesse cenário surgem várias organizações político-ideológicas empresariais visando “ativar o potencial estratégico da classe”. Algumas tiveram existência passageira, como a União Brasileira de Empresários (UBE); outras permaneceram por período maior, como a entidade Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNB). Já no caso dos Institutos Liberais, algumas filiais operam até os dias atuais, como é o caso do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, criado em 1983.

2.1 RAÍZES DO PENSAMENTO NEOLIBERAL NO BRASIL

O pensamento neoliberal não emergiu e se enraizou na vida social espontaneamente. As ideias não se ancoram no vácuo, sobretudo aquelas cujo cerne abarca as relações sociais, as relações entre Estado e sociedade. No momento em que determinados pensamentos sociais se expressam como hegemônicos, há uma razão material subjacente reverberando essas ideias em espaços cada vez mais amplos.

As políticas neoliberais foram aplicadas no Brasil a partir do governo Collor, no entanto, de acordo com Bielschowsky (2000), a tradição econômica do Brasil até os anos 1930 foi liberal. Desde 1930 a corrente de pensamento liberal no Brasil admitiu algumas medidas anticíclicas, embora continuassem a sustentar a ideia da eficiência do mercado. Para o autor, o prefixo neo significa “o fato de que os liberais brasileiros, em sua maioria, passaram a admitir, na nova realidade pós 1930, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições do mercado, que, segundo reconheciam, afetavam economias subdesenvolvidas como a brasileira”. Os economistas dessa corrente defendiam, em linhas gerais, três premissas fundamentais:

- I. Redução da intervenção na economia brasileira;
- II. Política de equilíbrio monetário e financeiro, evitando-se a discussão dos impactos sobre o nível de renda e emprego;
- III. Ausência de suporte ao projeto de industrialização.

Além dessas premissas, os liberais consideravam que o Brasil tinha vocação agrária, e que os distintos períodos de desequilíbrio da economia decorriam da intervenção frequente do Estado. Advogavam que a estabilidade monetária e financeira obtida pelas forças do mercado geraria setores econômicos mais eficientes. Os principais representantes dessa tendência econômica foram os economistas Eugênio Godin e Otávio Gouvêa de Bulhões. Em 1938 Godin e Bulhões formularam o primeiro programa de curso superior dirigido exclusivamente à Ciência Econômica, na Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde 1944 a Fundação Getulio Vargas constituiu-se no principal núcleo de militância desse grupo (BIELSCHOWSKY, 2000).

Durante a ditadura empresarial militar no primeiro período, entre 1964 a 1968, procuraram-se saídas macroeconômicas mais autossustentáveis, implementaram-se medidas conservadoras tais como: arrocho salarial e concentração de renda. Já entre 1968 a 1973, fase do “Milagre Econômico”, adotou-se um modelo de crescimento acelerado da economia, integração internacional e política de arrocho salarial. A partir de 1977 houve alterações significativas na forma de atuação da classe empresarial, que passou a expressar sua insatisfação com as orientações da política econômica. Os setores do empresariado industrial iniciaram um processo de ruptura com a pauta tradicional, criticaram o poder público pelo atraso na adoção da pauta liberalizante e assumiram uma postura explicitamente favorável à desestatização. De acordo com a avaliação de Dreifuss:

Após doze anos de arbítrio, o empresariado iniciou um esforço para desembarcar do carrossel militar que, em seu autoritarismo exacerbado, havia se tornado disfuncional. Sentindo na pele o peso do estado militar, alguns de seus representantes lançaram, em 1978, o “documento dos oito”. Tal manifesto era assinado por um grupo de paulistas e gaúchos – justamente os eleitos pelo Fórum Gazeta Mercantil como os mais representativos do país – e exigia a aceleração do processo de democratização, abertura econômica e a redução da participação do Estado na economia. (DREIFUSS, 1989, p. 41-42).

Contudo, nos anos 1960 e 1970 ainda não se percebe um projeto aguerrido, vigoroso, voltado para a formulação de uma doutrina neoliberal adaptada às condições da América Latina. Em verdade, nos anos 1970, os *Chicago Boys* se restringiram à disseminação das teses de Milton Friedman e sua adoção nos países onde encontraram situação favorável. Já na década de 1980 houve um movimento com potência suficiente para organizar uma corrente latino-americana em defesa do neoliberalismo. Nessa década se observa o surgimento na América Latina de uma tendência que complementaria a “batalha de ideias” dos pensadores da Sociedade Mont Pèlerin. Como já foi aludido, é nesse momento que entram em cena e ocupam território os Instituto Liberais, primeira organização estratégica de militância intelectual e política, operando em favor da construção da hegemonia do livre mercado.

Sobre a reconfiguração política do mundo empresarial no Brasil dos anos 1980, período da redemocratização, a pesquisa de Diniz (1992) verifica que a profunda alteração na vida econômica e social conduziu à diversificação das formas de participação política. A autora ressalta que essa diversificação surgiu à revelia da estrutura corporativa empresarial, até então predominante, e fragilizou a capacidade de as corporações atuarem monopolisticamente como representação dos interesses de classe.

Passaram a coexistir configurações heterogêneas de ativismo político, que se complementavam numa inter-relação cuja dinâmica era multilateral. Portanto, no decorrer da década de 1980 e início dos anos 1990, a multidimensionalidade de forças políticas cresceu na sociedade brasileira e potencializou as inclinações pluralistas. A tendência ao pluralismo não se limitava à representação empresarial, abarcava também a esfera de atuação da classe trabalhadora, com o surgimento e “propagação de entidades de profissionais liberais, professores, funcionários do setor de serviços e empresas estatais”, entre outras (DINIZ, 1992).

No que se refere, especificamente, ao empresariado industrial, as alterações levaram à intensificação das diferenças e da complexidade das organizações representativas dos interesses de seus principais segmentos. Diante desse cenário, constituíram-se novas entidades como o

Instituto de Estudos para o desenvolvimento Industrial (IEDI), o Pensamento Racional das Bases Empresariais (PNBE) e os já mencionados Institutos Liberais, como os do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

As instituições nascentes abriram novas vias de participação, independentemente da forma tradicional. Seus dirigentes defenderam maior autonomia e liberdade da representação empresarial, bem como a imprescindibilidade de elaborar proposições mais globais que ultrapassassem o domínio de perspectivas setoriais. Do mesmo modo, adotaram programas e procedimentos que transpuseram o pleito por demandas estritamente circunscritas ao universo empresarial interno, preconizaram também “a difusão de valores ligados à defesa da economia de mercado e da livre iniciativa” (DINIZ, 1992).

Torna-se indispensável sublinhar que os Institutos Liberais e as novas entidades das elites econômicas no Brasil surgem também com a necessidade de atuação mais contundente do empresariado ante a desarticulação do paradigma desenvolvimentista. Bielschowsky entende desenvolvimentismo como:

[...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 7)

Tal modelo de desenvolvimento, adotado no Brasil e em diversos países da América Latina, centrava-se no intervencionismo estatal e na industrialização por meio do processo de substituição de importações⁴⁰ e no planejamento econômico. O período desenvolvimentista

⁴⁰ Segundo Bielschowsky (2000, p. 25), “a tese da substituição de importações como processo específico da industrialização latino-americana consiste principalmente na idéia de que o processo é o resultado de uma interação dinâmica entre desequilíbrio externo e as novas demandas por importação, resultantes da expansão industrial, que, em seu turno, advêm do próprio desequilíbrio. O processo se inicia com a substituição de bens finais não duráveis, que envolvem uma tecnologia simples e pouco capital [...] [esse] processo tende a se estender aos setores de bens duráveis finais e de bens intermediários e de capital, necessários ao processo de produção, que as economias periféricas especializadas permanecerão incapazes de produzir até um estágio muito posterior da industrialização. Além disso, a expansão das importações também é indiretamente gerada pelas novas indústrias, já que elas constituem o carro-chefe de crescimento do novo estágio econômico, que envolve uma elevação das necessidades globais de bens estrangeiros”.

alcançou seu predomínio durante o período compreendido entre a década de 1930 e os anos de 1960. Segundo Dulci, as metas principais da plataforma política de João Pinheiro,⁴¹ um expoente mineiro do desenvolvimentismo, incluía oito objetivos: 1) a proteção à indústria; 2) a modernização agrícola; 3) a valorização das cooperativas; 4) a substituição de importações; 5) o reconhecimento do papel do Estado na modernização da economia; 6) o papel fundamental dos bancos no processo de desenvolvimento; 7) a ênfase no papel da educação em seus variados níveis; 8) a busca da especialização industrial em função da dotação de recursos naturais (DULCI, 1999 *apud* PAULA, 2004, p. 277).

A partir dos anos 1970, sucedeu um conjunto complexo de fatos e decisões internas e mundiais, inter-relacionadas, que desmontou esse projeto. Notadamente, as crises do sistema de Bretton Woods e do petróleo impactaram significativamente parte das economias globais ao provocarem uma longa e profunda instabilidade econômica, com baixo desempenho do setor produtivo e elevados índices inflacionários.

Imerso nesse ambiente recessivo marcado pela densa estagnação econômica, o Brasil rompe gradativamente com o padrão de desenvolvimento adotado até então, uma vez que se inaugurará um ciclo de progressiva atrofia do papel do Estado como formulador e executor de políticas econômicas. Para mais, como constata Tavares, as crises do sistema de Bretton Woods e do petróleo:

[...] terminaram gerando modificações dos modelos de desenvolvimento capitalista, dos países central e periférico, com liberalização e financeirização dos mercados mundiais, fortes políticas de ajuste neoliberal nas periferias e aumento do desemprego em vastas regiões do mundo. Para o Brasil e quase toda a América Latina, significou duas décadas perdidas em termos de crescimento, aceleração inflacionária e crises constantes de balanço de pagamentos. (TAVARES, 2007)

Em razão da relevância dessa conjuntura econômica mundial e interna aberta em 1970 para a compreensão da atuação política empresarial nos anos 1980, ocupa-se aqui da análise de alguns fatores que geraram as aludidas crises e provocaram o final da era desenvolvimentista.

⁴¹ “Foi significativo o empreendido por João Pinheiro, sobretudo no referente à modernização do sistema de ensino. João Pinheiro, e políticos ligados a ele, como Afonso Pena, foi um dos líderes do grupo político chamado ‘Jardim da Infância’, identificado com a renovação da plataforma de política econômica no Brasil pela defesa de teses, como a da proteção da indústria nacional. De resto, seja por seus aspectos positivos, seja por seus limites, a trajetória de João Pinheiro condensa o essencial do ‘desenvolvimentismo’ brasileiro, tanto em seus aspectos modernizantes, quanto em sua reiterada incapacidade de distribuir os frutos da modernização.” Cf. PAULA, 2004, p. 257.

Em 1971 o presidente Nixon, premido pelo déficit fiscal e pelo déficit no balanço de pagamentos, ameaçava suspender a conversibilidade do dólar a uma taxa fixa com o ouro, como preparação para a iniciativa de desvalorização do dólar, que começaria em 1973. Já em 1973 o sistema cambial de paridades fixas mas ajustáveis de Bretton Woods foi substituído por um sistema de flutuações. Assim, pós-Bretton Woods, o sistema bancário passa a transacionar empréstimos com taxas de juros reajustáveis, o que, associado com o término das taxas de câmbio fixas, punha em iminente risco de desestabilização econômica os países tomadores de empréstimos.

2.2 A DESORDENAÇÃO FINANCEIRA MUNDIAL E A ASFIXIA ECONÔMICA DOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Os choques do petróleo de 1973-1974⁴² e, sobretudo, o segundo choque do petróleo, datado de 1979, associado à flutuação cambial, abalaram os preços relativos, provocaram inflação e reforçaram excessivamente o protecionismo comercial estadunidense (GILPIN, 2002, p. 348). O ponto nevrálgico dessa crise econômica, também denominada de crise estagflação,⁴³ foram os Estados Unidos,⁴⁴ uma vez que, anteriormente à Revolução do Irã, afigurava-se como sustentáculo garantido de provisão de petróleo para os Estados Unidos ante o clima conflituoso do Oriente Médio. No entanto, após Revolução, todos os pactos negociais que asseguravam o abastecimento sem risco passaram por rupturas. Em vista disso, a economia estadunidense, que tinha no petróleo o maior suprimento de energia desde o início da década de cinquenta, sofreu brutais déficits estruturais.

Em outubro de 1979, Paul Volcker, presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos da América (FED), anunciou a elevação inesperada e exorbitante das taxas de juros, com a finalidade

⁴² Mais detalhes sobre os fatores que desencadearam a crise do petróleo, ver COGGIOLA, 2007, p. 22.

⁴³ Segundo Gonçalves (2014) crise de estagflação é um fenômeno econômico que combina fraco desempenho da produção com significativa pressão inflacionária.

⁴⁴ “A relação dos Estados Unidos com o Irã em 1978 apresentava dados importantes: os investimentos excediam os US\$ 682 milhões, cerca de 50 mil trabalhadores americanos viviam no Irã, as compras militares feitas de fabricantes americanos somaram um montante de mais de US\$ 12 bilhões e os Estados Unidos se tornaram o segundo maior fornecedor de importações não militares do Irã, totalizando US\$ 12.7 bilhões. De acordo com o Departamento de Comércio americano, os investimentos totais de companhias estadunidenses na indústria do petróleo iraniana eram de cerca de US\$ 457 milhões. Já durante o desenrolar da Revolução, em 1979 ocorreu um cancelamento de compras de armamentos americanos de cerca de US\$ 7 bilhões e mais adiante, o Irã anunciou o cancelamento do restante dos pedidos que já solicitados, somando uma perda total equivalente a US\$ 12.5 bilhões.” Cf. FATEMI, 1980 *apud* MARINHO, 2010.

de conservar a função de reserva de sua moeda nacional. A elevação das taxas de juros a patamares nunca antes praticados desativou por completo, em âmbito internacional, o paradigma calcado nas premissas keynesianas. “A partir desta reviravolta de Volcker, os EUA declararam que o dólar se manteria como padrão internacional e que a hegemonia de sua moeda ia ser restaurada”. Segundo Gilpin, a introdução pelos Estados Unidos de uma política de controle da oferta da moeda “mais restritiva”, em 1979, implicou o alastramento da retração da atividade econômica em âmbito mundial. Além disso, “os esforços de conservação da energia por parte das economias centrais provocaram um terceiro choque petrolífero” e profunda redução das rentabilidades “dos exportadores de petróleo, como a Argélia, a Nigéria e o México”. Tais países haviam contraído uma elevadíssima dívida para bancar “projetos de desenvolvimento, subsidiar importações de alimentos e expandir programas assistenciais”. Com a queda “nas receitas do petróleo encontraram-se na impossibilidade de financiar essas dívidas” (GILPIN, 2002, p. 348).

A opção recessiva adotada pelo FED a partir de 1979, centrada em políticas anti-inflacionárias e no controle do elevado déficit comercial, tinha o propósito estratégico de realinhar o mundo capitalista aos interesses estadunidenses. Havia uma interpretação e uma diagnose, especialmente por parte do sistema financeiro privado ianque, segundo a qual a perda de liderança hegemônica dos Estados Unidos se devia à concorrência que a economia estadunidense passou a enfrentar em decorrência de financiamento de investimentos e de projetos em outros países, notadamente os fluxos de capitais norte-americanos aplicados no Japão, na Europa Ocidental e mesmo em alguns países de economias semi-industrializadas. Por essa interpretação, o financiamento de projetos concorrenciais aos da economia estadunidense, via empréstimos, contribuía para a queda de competitividade dos Estados Unidos na indústria de alta-tecnologia, perante grandes economias industrializadas, e mesmo diante de pequenos países exportadores de bens manufaturados e agrominerais (TAVARES, 1983, p. 6; GILPIN, 2002, p. 344).

A elevação acelerada dos juros nos Estados Unidos implicou sorver a liquidez internacional, o que impeliu os mercados financeiros domésticos dos países centrais a fixarem suas taxas de juros a patamares escorchantes e, conseqüentemente, conduziu à bancarrota os países endividados da periferia. A maior parte dos países foi compelida, ante tais circunstâncias, a adotar políticas monetárias e fiscais restritivas, que não debelaram, mas, ao invés disso, aprofundaram a crise inflacionária e a estagnação econômica. Em regra, a inadimplência externa dos países devedores foi tomada como pretexto para prescrição de políticas austeras de ajustamento monetário do balanço de pagamentos desses países, sob o simulacro de combater a

inflação e desconsiderando as condições específicas de cada sociedade com relação à balança comercial, à dívida externa e ao déficit fiscal.

Os impactos da aplicação de política austera estadunidense sobre a economia brasileira acarretaram, desde 1974, um maior vínculo com a economia internacional, cada vez mais deprimida e mais concentrada em uma volatilidade do mercado. Acarretaram também maior dependência externa, devido à preponderância, das exportações de manufaturados, do petróleo importado, da tecnologia estrangeira, do endividamento externo e dos investimentos econômicos diretos. Como observa Gilpin, até boa parte dos anos de 1970 as exportações do mundo periférico e os seus rendimentos aumentavam mais depressa do que as dívidas e os pagamentos de juros, até então imperava o otimismo com o funcionamento do mercado. Entretanto o otimismo diminuiu em

[...] 1979 com a segunda crise do petróleo, provocada pela queda do Xá do Irã. Outro aumento maciço do preço da energia e a adoção de políticas de contenção pelas economias desenvolvidas políticas estas que prejudicaram as exportações de produtos primários pelos países subdesenvolvidos e elevaram rapidamente as taxas de juros - levaram muitas nações devedoras à margem da insolvência. No caso dos maiores devedores, como a Argentina e o Brasil, Segundo Hormats, (1984, p. 168 apud GILPIN, 2002, p. 348) como proporção das exportações a dívida externa cresceu de forma notável, em 70%, de 130% para 200%, e os pagamentos de juros mais do que dobraram como porcentagem das exportações, entre 1976 e 1982 - de 10% para mais de 20% chegando a 50% para a Argentina e perto disso para o Brasil. (GILPIN, 2002, p. 348)

O desempenho da balança comercial brasileira passou, cada vez mais, a depender da expansão das exportações de manufaturados, num cenário desfavorável deprimido pela retração econômica dos países centrais. Não houve, entre 1974 e 1979, a aplicação de uma política energética brasileira planejada que rompesse substancialmente com o padrão adotado de oferta de energia e, para mais, conservou-se o sistema de circulação urbana e rural condicionado aos transportes rodoviários. Não houve investimento na manutenção do sistema ferroviário brasileiro, tampouco na sua ampliação, e assim a malha ferroviária do país foi gradativamente sucateada por meio da subutilização ou, no mais das vezes, pela ausência de utilização até o quase desmonte com o tempo. Optou-se pela permanência e expansão da política energética petrolífera “altamente dependente do petróleo importado e com a oferta de material de transporte centrada nas empresas transnacionais”(GONÇALVES, 1999).

A partir de fins de 1979, o governo estadunidense substituiu a política de saldar suas crescentes despesas com novas emissões de moeda pela política de tomada de empréstimos em

dólares. Desde então, as taxas internacionais de juro (que é o preço do dinheiro) saltaram para a estratosfera. Tal política atingiu diretamente os países endividados em dólares. Tratou-se de uma trama crucial para a estratégia de endividamento externo, uma vez que as despesas com juros da dívida tornaram-se elevadíssimas, acima das despesas com importação de petróleo.

Durante a década de 1980 a economia brasileira mergulha em uma profunda crise. Já no primeiro ano do decênio a inflação chega a índices sem precedentes ao atingir a emblemática taxa anual de 100%. Os indicadores de crescimento da economia apresentavam sinais de desaceleração e, a despeito do aumento dos preços dos importados, o balanço de pagamentos apresentou imenso saldo devedor; começava, assim, a denominada “década perdida”. No ano seguinte a economia sofre uma contração de 4%, o país imerge em uma recessão que persistiria até o segundo semestre de 1982.⁴⁵

A Polônia, desde 1980 asfixiada por uma crise política, social e econômica, contraiu uma dívida externa de aproximadamente 26 bilhões de dólares, culminando, em 1981, na completa incapacidade do país em saldar os seus compromissos com os bancos internacionais. Enredada nessa grave condição, em abril de 1981 a Polónia declara moratória e suspende a transferência de 1 bilhão de dólares em títulos americanos.⁴⁶ Ao sul do Equador, a Guerra das Malvinas arrastou a Argentina a situação financeira semelhante à da Polónia. “O país concretou aproximadamente 2 bilhões de dólares por inadimplência e pleiteava com o Reino Unido a anulação das sanções recíprocas impostas por ocasião da Guerra das Malvinas que a inviabilizavam de saldar os juros cobrados pelos Bancos Ingleses” (CORDEIRO, 2010).

Para mais, em agosto de 1982, as autoridades mexicanas se veem forçadas a suspender pagamento da dívida externa, episódio de maior repercussão nessa conjuntura de bancarrotas. O governo do México declara oficialmente a moratória em 23 de agosto de 1982. Esse fato abala o frágil equilíbrio externo da comunidade financeira internacional. No dia 1º de setembro o presidente do México, José López Portillo, anuncia um pacote de medidas entre as quais: a nacionalização de todos os bancos privados; o controle de câmbios; a valorização do peso em 30% em relação ao dólar; a fixação em 50 pesos para operações comerciais no exterior e 70 pesos para as demais operações; a redução dos juros bancários e o aumento dos rendimentos de

⁴⁵ *Revista Desafios do Desenvolvimento IPEA*, “Anos 1980, década perdida ou ganha?”, ano 9, n. 72, 15/06/2012.

⁴⁶ *El País*. “Nueva moratoria para la deuda exterior de Polonia”. Agências Paris 29 ABR 1981.

cadernetas de poupanças de 4,5% para 20% ao ano.⁴⁷ O discurso proferido por Portillo durante o VI Informe de governo no Palácio Legislativo de San Lázaro, quando anuncia o pacote de medidas, é revelador da grave condição econômica dos países periféricos neste período. José López Portillo justifica o pacote explanando sobre a desordem econômica internacional que penitenciava os países em desenvolvimento. Nas suas palavras:

Tenemos que organizarnos para salvar nuestra estructura productiva y proporcionarle los recursos financieros para seguir adelante; tenemos que detener la injusticia del proceso perverso fuga de capitales-devaluación-inflación que daña a todos, especialmente al trabajador; al empleo y a las empresas que lo generan. Estas son nuestras prioridades críticas. [...] Para responder a ellas he expedido en consecuencia dos Decretos: uno que nacionaliza los bancos privados del país y otro que establece el control generalizado de cambios, no como una política superviviente del más vale tarde que nunca, sino porque hasta ahora se han dado las condiciones críticas que los requieren y justifican. Es ahora o nunca. ¡Ya nos saquearon, México no se ha acabado! ¡No nos volverán a saquear! [...] Los decretos respectivos se publican hoy en el Diario Oficial. Como complemento, someto a la consideración de esta soberanía, iniciativa de ley que convierte al Banco de México en organismo público descentralizado del Gobierno Federal. Con la nacionalización de la banca, se termina la concesión a los particulares, para incorporar el servicio directamente a la Nación. Obviamente, la nacionalización irá acompañada de la justa compensación económica a los actuales accionistas, conforme a derecho.⁴⁸

Os efeitos da moratória do México, segundo maior país devedor da América Latina, seguidos da aplicação do pacote de medidas, deixaram em pânico as autoridades estadunidenses e a comunidade financeira internacional.

Esse conjunto de insolvência compôs um cenário que deixava a nu a profunda insegurança que pairava sobre o sistema financeiro internacional. Como resposta a esse ambiente de incerteza, acirrado com a moratória do México, os grandes bancos privados internacionais restringiram o fluxo de concessão voluntário de novos créditos para os países devedores. Contudo, depositou-se grande expectativa na reunião de Toronto, que se realizaria em início de setembro de 1982, acerca da possibilidade de se reverter a decisão de comprimir a banca internacional e a política de ajustes macroeconômicos austeros monitorados pelo FMI. Essa reversão dar-se-ia mediante a anuência dos representantes dos países credores em aumentar as quotas do Fundo para os membros do

⁴⁷ Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - Segunda-feira, 6 de setembro de 1982. Ano XCII - Nu 151 Disponível em: <memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1982_00151.pdf>. Acesso em: 9 de agosto 2016.

⁴⁸ Carmona Doralicia, Dávila, Memoria Política de México. López Portillo nacionaliza la banca y establece el control de câmbios. Disponível em: <www.memoriapoliticademexico.org/Efemerides/9/01091982.html>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

G24.⁴⁹ Contudo, na reunião em Toronto com as autoridades econômicas do G24, realizada em setembro, antecedendo o Encontro Anual do Comitê Interino do FMI, Donald T. Regan, secretário do Tesouro estadunidense, emitiu uma declaração rejeitando a proposta de aumentar as quotas do Fundo, defendida pelos países devedores. Rejeitou também a ideia de constituição de um “fundo de crise”, ou seja, um fundo de emergência para socorrer os países membros do G24 com desequilíbrio de balanço de pagamento.

Já no encontro do Comitê Interino do FMI, também em Toronto, a delegação estadunidense encontrava-se isolada e as negociações avançaram mal e parcamente com relação às quotas. Os Estados Unidos rejeitaram o percentual sugerido pelos europeus, sob a argumentação de que a abundância de crédito poderia desencadear um surto inflacionário. A representação estadunidense acenou com a possibilidade de um aumento de no máximo 15% das quotas, condicionado à implementação pelos países devedores de programa de ajustes macroeconômicos austeros. Quanto à criação do fundo de crise os Estados Unidos recusaram integralmente. Em razão das discordâncias entre as rígidas posições defendidas pelos Estados Unidos e as defendidas pelos países europeus, as decisões foram adiadas para abril de 1985, em Washington.

A frustração ante a ausência de decisões na Reunião de Toronto intensificou o ambiente de pessimismo, esse cenário de incertezas, momento de grande pânico do sistema financeiro internacional e profunda crise econômica. O peso dessa crise recaiu principalmente sobre países da periferia, circunscritos a uma política de enxugamento progressivo da liquidez proporcionada pelos bancos internacionais. A introdução dessa política inviabilizou o prosseguimento da

⁴⁹ O Grupo dos 24 (G24) foi criado em 1971 como um capítulo do grupo dos 77 (G77), agrupamento de países em desenvolvimento e emergentes, sendo constituído pelos seguintes países: Argentina, Argélia, Brasil, Colômbia, Congo, Costa de Marfim, Egito, Etiópia, Filipinas, República Gabonesa, Gana, Guatemala, Índia, Iran, Líbano, México, Nigéria, Paquistão, Peru, África do sul, Sri Lanka, Síria, Trinidad e Tobago, Venezuela. O propósito do G24 é coordenar as posições dos países membros em questões monetárias e de desenvolvimento econômico, visando fortalecer a representação dos interesses desses países nas negociações sobre a reforma do sistema monetário internacional (instituições de Bretton Woods), e especialmente sobre a reforma da governança do FMI. O grupo, oficialmente denominado Intergovernmental Group of Twenty-Four on International Monetary Affairs and Development, não é um órgão do Fundo Monetário Internacional, embora este abrigue a secretaria do G24. As reuniões do G24 ocorrem, geralmente, duas vezes por ano e antecedem as reuniões do FMI, de modo a permitir que o grupo prepare a sua agenda. As reuniões plenárias do G24 são conduzidas por diretores do FMI e do Banco Mundial, além de funcionários graduados do sistema ONU. Os assuntos são inicialmente discutidos pelos representantes e posteriormente, em nível ministerial, com a aprovação de um documento que expressa a opinião consensual dos países membros. O documento ministerial tem a forma de comunicado público, apresentado em conferência de imprensa, no final das reuniões. Embora o G24 seja estritamente limitado a 24 países membros, qualquer país do G77 pode participar das suas discussões. A China é convidada especial desde as reuniões de 1981.

rolagem “espontânea” da dívida externa e conduziu a maioria absoluta das sociedades latino-americanas à nomeada “crise da dívida externa”.

Mais especificamente, o que se estabeleceu imediatamente após a moratória mexicana foi uma prática de reprogramação e refinanciamento das dívidas externas, disciplinada e fiscalizada pelo FMI, encarregado de garantir o pagamento total dos juros da dívida. Para tanto, bancos credores privados agilmente unificaram as suas ações ao organizarem uma coordenação cartelizada e eficiente para operar no processo de renegociação dos compromissos pendentes e venderem novos empréstimos; endossados pelo FMI e pelos governos dos países centrais.

O cartel dos credores privados foi estruturado por meio de pequenos Comitês de Assessoramento Bancário das negociações da dívida externa, integrados pelos bancos com maior participação na concessão de empréstimos e o cartel dos países (Clube de Paris). Cada comitê de assessoramento ficou encarregado de negociar, sob a outorga dos credores, os termos e as cláusulas do acordo firmado caso a caso com o país devedor. Os comitês atuavam como veículos de interlocução com as instituições financeiras internacionais, especialmente com o FMI; operavam em estreito alinhamento com esses organismos e com os governos dos países centrais. Além do mais, eram incumbidos de concentrar os dados sobre a situação dos países endividados e sobre a condição econômica internacional; afora a tarefa de coordenar os acordos com os países devedores e elaborar a Minuta de Entendimento, a ser apreciada e chancelada pelos outros bancos (SAMPAIO JR., 1988, p. 13-14).

A articulação dos bancos credores privados possibilitou aos comitês negociar unilateralmente a dívida com os governos dos países latino-americanos. Em sentido contrário, o tratamento caso a caso com os países tomadores de empréstimos, adotado pelos bancos credores, impossibilitou a atuação articulada dos governos dos países devedores e, como resultado, afastou-os da condição que tornaria mais equilibrada a correlação de forças no processo de negociação. Ante as novas estratégias, estabelecidas consensual e arbitrariamente pelos países credores, os problemas de balanço de pagamentos dos países periféricos, ainda que decorrentes de condições internacionais produzidas pelas economias centrais, seriam resolvidos por meio de reformas de ajustes econômicos internos austeros e com suporte financeiro externo ínfimo.

Outra particularidade desse novo marco de renegociações foi a imposição dos credores para que as dívidas privadas fossem garantidas pelos governos dos países periféricos, incluindo as retroativas. Essa medida desconsiderou solenemente o fato de os bancos terem concedido empréstimos de livre vontade, à revelia dos governos, e de os empréstimos embutirem cobrança

antecipada de prêmios adicionais para cobrir possíveis riscos, inserida no ato da celebração do contrato. A partir de 1982 a ação articulada dos cartéis de bancos credores privados com as instituições financeiras internacionais e com os governos dos países centrais permitiu exigir pesados ajustamentos econômicos dos países da América Latina.

Conforme observa Gonçalves, a rigidez do novo processo de negociação contrastava com os procedimentos dos anos 1930. Àquela altura os diversos países da América Latina interromperam total ou parcialmente o serviço de suas dívidas, o que favoreceu seu dinamismo econômico e sua industrialização, enquanto, no caso da pós-moratória do México, o pagamento dos serviços da dívida passa a ser compulsório. Ademais são prescritos para os países latino-americanos pacotes de estabilização com pesadas e diversas condicionalidades, entre elas: redução do gasto público, políticas monetárias restritivas, ajuste da taxa de câmbio, eliminação de medidas de proteção, ou seja, a radical liberalização das importações, privatização de empresas públicas, desregulamentação da economia doméstica. Os países latino-americanos premidos pela decisão de cumprir os compromissos financeiros anteriormente contraídos com os bancos credores recorreram ao FMI e se submeteram às condições impostas por esse conluio.

2.3 BRASIL – DA CRISE DA DÍVIDA ÀS PRESCRIÇÕES NEOLIBERAIS

A condição de insolvência mexicana e da cessação de pagamentos da Argentina decorrente da drástica redução de recursos externos aos países periféricos agora pairava sobre a economia brasileira. O Brasil, maior devedor da América Latina, tinha uma situação financeira considerada de alto risco pelos credores internacionais, em razão da crescente vulnerabilidade de suas contas e de seu elevado nível de endividamento. O país, principalmente a partir do final dos anos 1980, passou a concentrar uma dívida de curto prazo volumosa, cuja quantia é desconhecida, não obstante as avaliações sugerirem montante mais elevado que os US\$ 1 bilhões declarados antes de setembro de 1982 (TAVARES, 1983). A partir do segundo semestre de 1982 a crise da dívida instalou-se no Brasil, com a suspensão de novos créditos e da renegociação da dívida existente, realizada caso a caso pelo FMI.

Mais especificamente no caso brasileiro, houve o corte de 42% no volume líquido de empréstimos bancários. De US\$ 165 bilhões em 1981, reduziu-se para somente US\$ 95 bilhões. Como observou Biondi “a dívida externa brasileira não apenas passou a ser a maior do mundo,

no final de 1982, como bateu recordes de crescimento: quase 38%” (BIONDI, 1983). O Brasil ingressou, a partir de então, em uma brutal contração da economia, em larga medida determinada pelo baixíssimo desempenho das exportações brasileiras, que apresentou em 1982 uma queda de US\$ 3,1 bilhões, fenômeno que não se verificava desde o começo dos anos 1960.

A magnitude da crise econômica aberta em 1982 não se restringiu à atividade de exportações; atingiu, simultaneamente, os volumes de importações. Ao mesmo tempo que o saldo da balança comercial registrava níveis inferiores a US\$ 1 bilhão, indicando baixo comportamento das exportações, as importações também despencaram nesse ano. Ao final de 1982 o Balanço de Pagamentos brasileiro registrava um déficit de US\$ 8,8 bilhões e somente US\$ 3,9 bilhões em reservas internacionais (CERQUEIRA, 1997, p. 26-30). O déficit em transações correntes subiu de US\$ 11,4 bilhões em 1981 para US\$ 16,3 bilhões em 1982, equivalentes a 6% do PIB.⁵⁰ A dívida externa brasileira, quase toda contratada a taxas de juros flutuantes, passou de US\$ 43,5 bilhões em 1978 para US\$ 61,4 bilhões em 1981 e US\$ 70,2 bilhões em 1982.⁵¹

Nos meses de outubro e novembro de 1982, o Tesouro estadunidense efetuou, sigilosamente, em caráter de antecipação, o desembolso de US\$ 1,25 bilhão ao Brasil. Ainda em dezembro, foram liberados mais US\$ 250 milhões, como atestam o pronunciamento do senador Roberto Saturnino⁵² em sessão plenária do Senado. O governo dos Estados Unidos tomou a iniciativa e também persuadiu o Banco de Compensações Internacionais (BIS) a contribuir com US\$ 1,2 bilhão, a título de empréstimo-ponte, até que se concluíssem as negociações com o FMI e essa instituição financeira autorizasse o empréstimo. No final de 1982, o Banco do Brasil em Nova York viu-se impossibilitado de fechar seu balancete, uma vez que havia a menos US\$ 50 milhões. Esse fato gerou grande transtorno, recorrendo-se ao Citibank, ao Morgan e ao Bankers Trust para reunir os valores necessários ao fechamento da compensação.

Nesse ambiente de profunda insuficiência de divisas,⁵³ o país ingressou em um novo padrão de refinanciamento da sua dívida externa, não obstante as recorrentes alegações da equipe

⁵⁰ *Valor Econômico*, “A mãe de todas as crises do Brasil”, 10.8.2012. Um relato do início da crise da dívida do ex-ministro Ernane Galvêas externa em 1982 a Cláudia Safalet.

⁵¹ *Valor Econômico*, “A mãe de todas as crises do Brasil”, 10.8.2012. Um relato do início da crise da dívida do ex-ministro Ernane Galvêas externa em 1982 a Cláudia Safalet.

⁵² Vide Anexo 1, com transcrição da sessão legislativa do Senado sobre o assunto.

⁵³ Divisa: expressão empregada para designar diferentes categorias de papel negociável: divisas-bancáveis e não bancáveis. De um modo geral entende-se por divisas os valores comerciais sobre o estrangeiro; saques, cheques, títulos provenientes de empréstimos públicos, ou de governo a governo.

econômica do governo descartando as conjecturas sobre um acordo com FMI,⁵⁴ em novembro de 1982. Encerradas as eleições, o Poder Executivo brasileiro declarou seu propósito de recorrer ao FMI para obter a liberação do máximo de recursos possíveis. Essa decisão pressupunha a absoluta conformidade com as condições impostas pelas organizações financeiras internacionais para a renegociação da dívida brasileira (CAVALCANTI, 1987). Apoiado em declarações de Ernane Galvêas, Batista Jr. sustenta que autoridades brasileiras consideravam:

[...] o acerto com o Fundo Monetário Internacional uma condição necessária para que fosse retomado o fluxo de recursos externos, até então interrompido, e iniciado o processo de renegociação da dívida externa brasileira. Na verdade, o acordo com o FMI não foi mais do que um aspecto do processo de renegociação da dívida. Pode-se admitir inclusive que a decisão de recorrer ao FMI tenha sido resultado da insistência dos credores externos em colocar a intervenção do Fundo como condição prévia para qualquer plano de financiamento e acordo de renegociação com o Brasil. (MARQUES; BATISTA JR., 1984)

Segundo Munhoz (1983, p. 42-43), o Brasil foi à rodada de negociações com os bancos privados, após a autorização do Fundo, sem nenhum poder de barganha. Desde a paralisação das operações dos bancos internacionais depois de Toronto, o Brasil “esgotara todas suas reservas internacionais e as disponíveis no Banco do Brasil no exterior”, necessitando recorrer a empréstimo de emergência, “à base de favores”, situação que colocava o país, cada vez mais, refém das exigências austeras do FMI e sinalizava para os credores que a economia havia se esgotado. Assim, o projeto elaborado pelo Brasil, quando reabrem as negociações com bancos privados, contou com a participação de assessores internacionais, a maior parte ligada aos próprios bancos credores.

Em janeiro de 1983 Ernane Galvêas, ministro da Fazenda de então, assinou a primeira das sete Cartas de Intenções com o FMI, em que solicitava, oficialmente, a anuência do FMI para um programa de ajustes. Por meio dessa Carta, o Brasil apresentou aos bancos credores quatro projetos abrangendo um valor global de US\$ 25,3 bilhões, que visavam ao reescalonamento e ao refinanciamento da dívida externa. Os projetos tornaram-se identificáveis por sua numeração. O Quadro 1 a seguir sintetiza os quatro projetos.

⁵⁴ Vide Anexo 2, com transcrição da sessão legislativa do Senado sobre o assunto.

Quadro 1

Pacote financeiro apresentado aos bancos privados internacionais

<i>Projeto 1: Novos empréstimos de longo prazo - em moeda, "dinheiro novo".</i>
➤ Formalizado com o Acordo Credit and Guaranty Agreement em 25/02/1983. ➤ Consistia na liberação de novos empréstimos na ordem US\$ 4,4 bilhões para o Brasil no ano de 1983, para pagamento de juros que venciam no mesmo ano. Esse projeto seria coordenado pelo <i>Morgan Guaranty</i> e participariam dele 176 bancos credores. Os recursos seriam liberados em 4 parcelas a tomadores internos, se privados devidamente especificados pelo Banco Central do Brasil, nos meses de março, junho, setembro, dezembro.
<i>Projeto 2: Renovação de empréstimo de médio / longo prazo a vencer em 1983</i>
➤ Formalizado com o Acordo <i>Deposit Facility Agreement</i> em 25/02/1983. ➤ O Projeto estipulava o refinanciamento das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos devidos pelo Brasil (e agentes privados) com vencimento no ano de 1983. Coordenado pelo Citibank previa o refinanciamento de US\$ 4,6 bilhões do total de US\$ 7,2 bilhões devidos pelo prazo de oito anos. Reescalonamento de US\$ 4,0 bilhões (posteriormente elevado para US\$ 4,3 bilhões) das amortizações relativas a empréstimos com prazos acima de 360 dias.
<i>Projeto 3: Manutenção de linhas de crédito comercial de curto prazo – ligados à cobertura de importações brasileiras.</i>
➤ Não houve acordo formal. Os compromissos se deram por meio de um Commitment Telex do Banco Central do Brasil. ➤ Manutenção dos níveis de 30/06/1982 dos créditos comerciais ao Brasil, mediante a renovação do valor para o ano de 1983. Valor alcançado de aproximadamente US\$ 10 bilhões. Essas linhas tinham a função de fornecer crédito comercial ao país, por intermédio de depósitos em bancos brasileiros operando no exterior, para financiar importações brasileiras. Coordenado pelo Chase Manhattan. ➤ Esta negociação envolveu 174 instituições. A meta deste projeto acabou sendo superada ao alcançar US\$ 10,4 bilhões.
<i>Projeto 4: Restauração dos financiamentos interbancários aos bancos brasileiros localizados no exterior.</i>
➤ Não houve acordo formal. Os compromissos se deram por meio de um Commitment Telex do Banco Central do Brasil. ➤ Restauração dos depósitos interbancários nas agências de bancos brasileiros no exterior nos patamares de junho de 1982, US\$ 9,4 bilhões (posteriormente a meta foi reduzida para US\$ 7,5 bilhões) no final de 1982, os depósitos interbancários haviam se reduzido para US\$ 6,9 bilhões. Coordenado pelo Bankers Trust. ➤ Teve a participação de 260 bancos. Contudo, apesar de o Brasil oferecer taxas de juros superiores às de Mercado, alcançou apenas US\$ 610 bilhões.

* Quadro sistematizado pela autora com base nos dados extraídos das fontes apresentadas em SAMPAIO JR., 1988, p. 327; MUNHOZ, 1983, p. 43.

A missão técnica do Fundo Monetário Internacional emitiu parecer favorável à Primeira Carta de Intenções. Não obstante, advertiu que a nova lei salarial ainda permanecia preservando poder de compra dos salários. Diante dessa constatação, enfatizou que o governo precisaria adotar céleres medidas para diminuir os salários reais no âmbito do setor público, assim como introduzir uma política monetária bastante austera, com vistas a aumentar a rotatividade do trabalho e promover a retração dos salários reais no setor privado (SAMPAIO Jr., 1988, p. 340-344).

Os credores tiraram proveito do fato de realizarem as negociações em um contexto no qual a correlação de forças se revelava extremamente desfavorável aos devedores. Os contratos passaram a ser realizados dentro de uma nova institucionalidade de financiamento internacional. Institucionalidade essa unilateralmente vantajosa para os credores, expressa em cláusulas contratuais inequívocas. Segundo Sampaio Jr. (1988, p. 340-344), as cláusulas mais características desse marco institucional que se estabelece foram as seguintes:

- a cláusula de *cross-default* – que visava proteger os bancos internacionais contra a possibilidade de suspensão dos pagamentos. Autorizava, nesses casos, a utilização de recursos do devedor nos bancos participantes da negociação para liquidar suas dívidas.
- a “cláusula de uniformidade” – cujo objetivo era impedir que os devedores realizassem liquidações laterais e assim quebrassem a coesão dos credores. Para tanto, os acordos continham a cláusula que proibia outro acordo financeiro com os bancos participantes ou com instituições fora do âmbito do comitê oferecendo condições mais vantajosas do que as assinadas com o próprio comitê;
- a *initiative clause* – tinha como finalidade garantir o cumprimento do acordo por parte dos devedores. Para isso, permitia aos bancos credores tomarem a iniciativa de romper o acordo em caso de descumprimento de uma de suas cláusulas;
- a *events of default* – estabelecia determinadas condições em que os bancos podiam exigir o pagamento das amortizações e dos juros nos termos originalmente contratados.

Ademais, por imposição dos bancos privados, os acordos celebrados entre os países devedores e os comitês assessores subordinaram-se à alçada jurídica da instância de Nova York. Concretamente, ao se sujeitarem aos regulamentos contratuais dos Estados Unidos,

os governos dos países devedores renunciaram sua soberania, uma vez que aceitaram, em caso de demanda judicial sobre os contratos, que as deliberações fossem tomadas por tribunais estadunidenses.

Imbuídos do propósito de garantir a adoção de um programa de ajustamento pelo país devedor, os bancos atrelaram a renegociação da dívida à entrada no FMI. Mesmo quando os países devedores não estavam aplicando os programas de ajustamento supervisionados pelo FMI, exigia-se algum tipo de controle e fiscalização dessa instituição. Os critérios impostos pelo Fundo aos devedores obedeceram em sua formulação a duas premissas basilares, quais sejam:

- i. “a concepção de que a função do financiamento é fornecer recursos para viabilizar o ajuste ordenado do balanço de pagamentos e não para financiar o desenvolvimento econômico” (SAMPAIO JR., 1988, p. 327).
- ii. “os programas de ajustamentos são formulados à luz dos interesses conjuntos dos países-membros” (SAMPAIO JR., 1988, p. 327).

Desse modo, ao assinar a Carta de Intenções o governo brasileiro submeteu-se às condições regidas por essas premissas, materializadas em metas austeras abrangendo diversos setores econômicos. No relatório da Comissão técnica do FMI ficaram explícitos os compromissos que o governo brasileiro se atribuiu. O Quadro 2 sintetiza os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a primeira Carta de Intenções:

Quadro 2

Compromissos assumidos com FMI pelo governo brasileiro na Primeira Carta de Intenções

<i>No setor de preços e renda</i>	
➤	Em 1983, os preços dos derivados de petróleo e trigo deveriam ser substancialmente elevados. Até o final do programa, as autoridades eliminariam integralmente o subsídio ao trigo.
➤	Durante os três anos do ajustamento o subsídio aos produtores do açúcar seria paulatinamente reduzido, sendo que no final de 1985 o subsídio remanescente seria transferido do orçamento monetário para o fiscal.
➤	Os demais preços e tarifas controladas pelo setor público seriam reajustados de modo a evitar toda forma explícita ou implícita de subsídio. O governo também se comprometeria a reduzir a participação do setor público no financiamento e aquisição dos produtos agrícolas.
➤	A política salarial seria alterada. A Carta de Intenções não explícita, no entanto, o sentido da modificação, restringindo-se apenas a afirmar que era necessário adotar uma política destinada ao aumento de emprego.
<i>Na área fiscal</i>	
➤	Com exceção do Norte e Nordeste, os incentivos fiscais seriam reduzidos e, eventualmente, eliminados.
➤	Antes da aprovação do final do programa de ajustamento pela Diretoria Executiva do Fundo, o governo aumentaria as alíquotas de alguns tributos e tarifas.
➤	Durante 1983, o governo submeteria ao Congresso Nacional um projeto de reforma tributária, visando aumentar a distribuição da arrecadação para os Estados, melhor a equidade do sistema e criar incentivos para a exportação e para formação de poupança e investimento.
➤	O Sistema de Previdência Social seria administrado de maneira a assegurar sua autossuficiência financeira.
➤	O governo tomaria medidas para reduzir os gastos da administração direta. Além da contração das despesas com pessoal, o executivo federal diminuiria as transferências orçamentárias para as empresas estatais e instituiria rígidas regras para controlar os gastos do Tesouro Nacional.
➤	O governo tomaria medidas para promover o rebaixamento da remuneração no setor público e a contenção dos aumentos reais de salários no setor privado.
➤	As autoridades deveriam restringir o acesso dos governos estaduais e municipais aos recursos das instituições financeiras domésticas. Medida que viria a constituir-se no principal instrumento de controle do déficit público dessas unidades governamentais.
➤	A Carta de Intenções anunciava um programa de privatização das estatais. As empresas que permanecessem subordinadas ao setor público seriam administradas com base em critérios de funcionamento ajustados às regras de mercado.
➤	No momento em que as circunstâncias políticas fossem propícias, o governo deveria valer-se do ensejo para adotar o modelo de livre negociação entre empregados e empregadores e eliminar a indexação dos salários aos preços.
<i>Setor monetário-financeiro</i>	
➤	Em 1983, à exceção das regiões Norte e Nordeste, os juros dos créditos agrícolas seriam no mínimo iguais à inflação.
➤	O relatório do Fundo destacava que, até a conclusão do programa, os juros do crédito agrícola deveriam ser equivalentes às taxas de mercado.
➤	Até 1985, o governo liberalizaria o funcionamento do mercado financeiro extinguindo os controles sobre as taxas de juros e sobre a alocação de recursos.
➤	A política monetária e creditícia seria conduzida por meio da manipulação de instrumentos convencionais.
<i>Na área de comércio exterior e câmbio</i>	
➤	Assim que a situação do balanço de pagamento permitisse restrições quantitativas às importações seriam significativamente reduzidas.
➤	No caso de uma evolução; favorável do dólar estadunidense, a política de desvalorização do cruzeiro em relação a esta moeda não seria alterada, pois se aproveitaria a situação para acelerar a redução das restrições cambiais introduzidas na segunda metade de 1982.
➤	Até a conclusão do acordo o Brasil eliminaria as restrições cambiais e promoveria uma profunda reforma tarifária. O documento da missão diz que “todas as restrições deveriam ser eliminadas nesse período”.

** Quadro sistematizado pela autora com base nos dados extraídos na íntegra da tese de SAMPAIO JR., 1988, p. 340-344.

Como constata Marques e Batista Jr. (1984), a Carta de Intenções constituiu o mais importante “documento oficial de programação econômica de curto e médio prazos. Qualquer esforço de compreensão da situação da economia brasileira passa, necessariamente por uma análise crítica cuidadosa de seus objetivos e diretrizes centrais”. A mudança de orientação econômica produzida a partir da política de ajuste externo abarcava uma etapa de três anos (1983-1985). O programa de ajuste subordinou-se às determinações do acordo com o FMI, as quais requeriam, substancialmente, a submissão da política econômica doméstica aos preceitos intransigentes do Fundo, durante três anos. A ajuda financeira estava condicionada ao cumprimento dos critérios de desempenho das metas, razão pela qual o Brasil prestou contas periódicas ao FMI sobre o seu desempenho econômico. O descumprimento das metas implicava a suspensão da liberação dos montantes previstos no acordo, a exemplo do que aconteceu em abril de 1983.

Em fevereiro de 1983, o governo brasileiro selou a segunda Carta de Intenções com o FMI. O relatório da missão do Fundo alusivo a esse documento conservava o teor confiante da primeira Carta, todavia ampliava o número de reservas e apresentava algumas indicações sobre as precauções necessárias para assegurar o acompanhamento sistemático do programa. Em que pese a apresentação entusiástica do programa brasileiro pelo diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, e o parecer extremamente positivo da missão técnica, a apreciação feita pelos diretores executivos do FMI foi demasiadamente precavida. Ainda que os integrantes da diretoria por unanimidade tivessem se manifestado favoráveis à ratificação do acordo ampliado, o programa de ajustamento brasileiro foi alvo de um conjunto de ressalvas de cunho liberalizante, entre as quais:

- (i) a adequação do funcionamento das empresas estatais às regras de mercado;
- (ii) a modernização do sistema financeiro, assunto que deveria ser examinado na revisão de programa seguinte, prevista para junho;
- (iii) a implementação do modelo de livre negociação salarial;
- (iv) a antecipação do cronograma de liberalização do comércio externo e das operações cambiais, matéria que também deveria fazer parte da pauta de negociações da primeira revisão do acordo;
- (v) a necessidade de se manter o desempenho do setor público permanente e, rigorosamente, acompanhado;

(vi) a recomendação de que a Diretoria do Fundo fosse notificada semanalmente das medidas tomadas pelo governo brasileiro, com a finalidade de repassar, integralmente, os efeitos da desvalorização cambial aos custos dos produtos (SAMPAIO JR., 1988, p. 340-344).

A avaliação dos diretores-executivos do Fundo sobre o programa de ajustamento tinha grande influência, não somente porque a Diretoria-Executiva era única esfera deliberativa sobre autorização de acordo ao país devedor, mas também pelo fato de suas considerações e propostas servirem de parâmetro para direcionar as novas negociações da missão com o governo do país devedor.

Já em abril de 1983, o presidente do Banco Central comunicou a deliberação do FMI de interromper a liberação da segunda parcela do empréstimo até que se apurassem as razões da ausência de cumprimento de determinadas metas de desempenho. Além da meta fiscal, os tetos fixados pelas autoridades monetárias para os ativos domésticos líquidos e para o déficit global do balanço de pagamentos haviam sido exorbitados. Evidenciou-se, assim, antes de completar dois meses, o grau de inexequibilidade do acordo firmado em janeiro e retificado em fevereiro.

Em razão de as metas previstas no adendo à Carta de Intenções se revelarem inexecutáveis em curto espaço de tempo, já no mês de julho de 1983, a inspeção do FMI anunciou que o país estava executando de forma insatisfatória as metas. Informou também que por esse motivo a solicitude dos bancos credores em negociar com o Brasil ficara comprometida. A equipe econômica do governo tentou, em vão, discutir os critérios de mensuração e as necessidades de financiamento do setor público, mas o FMI suspendeu a segunda parcela do empréstimo ampliado. Os banqueiros sustentaram o que haviam combinado no acordo de Nova York. Para mais, valeram-se da acurralada situação financeira brasileira para reduzir brutalmente as linhas de crédito comercial e restringir as operações interbancárias. Em vista disso, o Brasil perdeu cerca de US\$ 5 bilhões, concentrou US\$ 3,7 bilhões de atrasados e deixou de pagar o empréstimo-ponte contraído com o BIS. Assim, o país chegou à condição de asfixia econômica absoluta.

Em setembro de 1983 foi celebrada a terceira Carta de Intenções, assinada em uma circunstância de cessão absoluta. A estratégia de negociações visava à liberação de recursos distribuídos para três projetos: Projeto I • US\$ 1,6 bilhões por parte do FMI e de US\$ 6,5 bilhões pelos bancos comerciais; Projeto II • US\$ 5,3 bilhões; Projeto III • US\$ 10,3 bilhões.

A condição para o desembolso exigia que as autoridades governamentais assumissem, entre outros compromissos, os seguintes:⁵⁵

- (i) suprimir as restrições às remessas de lucros ao exterior pelas empresas estrangeiras (reivindicação antiga das multinacionais);
- (ii) eliminar as restrições ao pagamento ao exterior a título de *royalties* pela exploração de direitos de propriedade industrial e aos pagamentos por *know-how*, assistência técnica e científica (outra reivindicação das multinacionais);
- (iii) estabilizar a inflação, por meio do reajuste dos salários abaixo da inflação;
- (iv) diminuir, até o final de 1984, o déficit público em 3,9% do PIB, dos quais 1,3% ainda em 1983;
- (v) expurgar a correção monetária para contribuir com a quebra das expectativas inflacionárias e reduzir o déficit público;
- (vi) elevar o superávit comercial de US\$ 8 bilhões para US\$ 9 bilhões até o ano seguinte;
- (vii) elevar o reajuste das taxas de juros nos financiamentos das exportações que passariam dos 40% para 60% ao ano;
- (viii) aumentar em cinco pontos percentuais o compulsório dos bancos comerciais sobre depósitos à vista e o compulsório dos bancos de investimentos sobre depósitos a prazo;
- (ix) cortar 5% no total das despesas correntes das empresas estatais.

Em novembro de 1983 foi assinada a quarta Carta de Intenções. Nos meses de março e de setembro de 1984 foram chanceladas, respectivamente, a quinta e a sexta Carta de Intenções. Os obstáculos mais significativos para o cumprimento das metas estipuladas nas cartas de intenções prendiam-se à nova concepção de financiamento condicionada à necessidade de ajuste austero (GONÇALVES; BAUMANN, 2015. CERQUEIRA, 1997, p. 26-30). A partir da interrupção dos empréstimos dos bancos privados internacionais, mais precisamente entre 1983

⁵⁵ FMI: CARTAS NA MESA: O Brasil tem sete cartas de intenções - não cumpridas - com o FMI, e uma oitava em fase de elaboração. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/2686/3/2686.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016. Cf. também SAMPAIO JR., 1988, p. 171-175.

e 1984, abriu-se o flanco para uma ingerência mais profunda e eficaz da comunidade financeira na condução da política econômica brasileira, “na capacidade de autodeterminação da política econômica” (SAMPAIO JR., 1988, p. 113). Essa ingerência não se limitou à política econômica – a qual se subordinou inteiramente ao rígido padrão de concessão de novos empréstimos, estabelecido pelo cartel dos bancos privados internacionais –, mas condicionou também o processo de execução das medidas, que foi integralmente definido pelo FMI e sistematicamente controlado por esse organismo financeiro internacional.

Os compromissos assumidos pelo governo revelaram a nova política preconizada pelos banqueiros internacionais para a concessão de recursos. Os credores procuraram resolver as dificuldades de retomada do crescimento da economia mundial por meio da imposição aos países periféricos devedores de um projeto centrado em medidas de natureza fiscal e monetária, que subordinaram os sistemas financeiros domésticos aos interesses unilaterais de reestruturação do sistema monetário internacional. Esse projeto se contrapôs ao projeto desenvolvimentista de industrialização com endividamento, de substituição de importações. Esse novo paradigma conduziu as sociedades periféricas a um enorme retrocesso em função do desmonte gradativo da economia interna, da diminuição do setor público, da abertura econômica nacional à ciranda financeira e da transnacionalização do capital.

Em razão da natureza demasiadamente retrocedente e arbitrária das imposições do FMI, a equipe econômica do governo deparou-se com enorme resistência interna à renegociação da dívida com a comunidade financeira internacional. O programa de ajustamento só foi inteiramente adotado no momento em que segmentos conservadores da sociedade, até então contrários à terapêutica do FMI, redefiniram sua posição ao considerarem que essa adesão seria única opção capaz de impedir o caos econômico e o perigo de uma convulsão social com graves implicações de natureza institucional e política. Ao formarem essa convicção, eles passam a defender o pacto com o FMI e com a comunidade financeira internacional.

Os equívocos praticados na elaboração na primeira fase de negociação da dívida intensificaram ainda mais a fragilidade externa, gerando, em 1983, a crise cambial de maior magnitude da trajetória recente do Brasil. Para mais, a anuência em aprovar dispositivos contratuais demasiadamente austeros aguçou os problemas internos provocados pela dívida externa. Os critérios extremamente rígidos, sobretudo os pactuados na primeira e na segunda Carta de Intenções, não só impossibilitaram a execução das metas de desempenho, como também se converteram no paradigma de ajuste recessivo que foi aplicado pelo FMI nas rodadas

de negociações posteriores para impor condicionalidades mais onerosas e liberalizantes. A exemplo da terceira Carta de Intenções, que “foi assinada no clima de capitulação incondicional” (MELLO; BELLUZZO, 1983, p. 12).

As negociações de todas as cartas de intenções, sem restrição, estabeleceram metas de desempenho irrealizáveis, o que inviabilizou o resultado pretendido pelo FMI, conduzindo o governo à condição de negociador de mão-posta perante o Fundo, cada vez mais refém das imposições dos credores. Além de exigir das autoridades governamentais a realização de verdadeiro malabarismo para impedir uma interrupção do programa de ajustamento. Não é exagerado afirmar que esse processo hipotecou gradativamente a sociedade brasileira, que ingressou em uma trajetória de subalternidade por endividamento. A partir da adoção das metas e parâmetros que compõem as denominadas condicionalidades dos acordos do FMI, a política econômica capitalista liberal assumiu progressivamente seu predomínio no Brasil e na América Latina, e o ideário liberal afirmou-se também paulatinamente como visão de mundo hegemônica.

2.4 A RUPTURA DO PACTO EMPRESARIAL MILITAR E A REORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO DAS ELITES DOMINANTES

A crise da dívida externa desestruturou profundamente a economia brasileira na década de 1980. Esse período foi marcado pela inflação aguda, pelo aumento da dívida pública e pela incapacidade do país de promover o crescimento da economia. No âmbito social, a década caracterizou-se pelo aumento da concentração de renda e de riqueza, pela redução do poder de compra da classe trabalhadora, pela elevação da taxa de desemprego e pela ampliação expressiva das desigualdades sociais. O governo Figueiredo, enredado em uma política de forte retração fiscal, reduziu expressivamente os investimentos necessários às políticas sociais. No campo político, observaram-se a deslegitimação do regime ditatorial e os avanços e os recuos que caracterizaram o processo de transição para o “Estado de direito”, ou dos parques direitos. Por efeito dessa profunda crise econômica e social do país, desagregou-se o pacto de classes articulado pela grande burguesia interna e externa somadas a setores médios,⁵⁶ o qual deu

⁵⁶ “Em 1964, dá-se a recomposição do sistema de dominação através de um golpe de classe, pela via da intervenção militar-empresarial, após mais um suposto fracasso dos partidos. Uma composição empresarial, desenvolvida na década de 50, chega a controlar as rédeas da máquina gerencial-estatal, formando um novo bloco de poder, através

origem ao golpe de 1964.⁵⁷ Também entra em colapso o modelo de acumulação desenvolvimentista, centrado em investimento público, capital externo e capital privado nacional. O colapsar desse pacto social e do desenvolvimentismo impôs desgaste terminal à ditadura empresarial militar. Abriu-se, a partir de 1984, um momento de intensas mobilizações populares exigindo a democratização do país. Abriu-se também um ambiente de acirradas disputas entre projetos econômicos antagônicos, cujo cerne do debate era a redefinição do papel do Estado. A década de 1980, imersa nesse clima, configurou-se como marco de mudanças no âmbito econômico político-ideológico e institucional do país.

A respeito das recorrentes crises fiscais no Brasil sob o modelo desenvolvimentista, Fiori levanta a seguinte hipótese:

[...] quando estas crises "fiscais" internas coincidiram com crises financeiras internacionais — como ao fim dos grandes ciclos de expansão capitalista —, o “encilhamento financeiro” do Estado foi completo, alterando a rota do desenvolvimento e modificando seu padrão de financiamento. Esses momentos parecem coincidir na história brasileira com crises políticas que impuseram profundas e radicais transformações do Estado, atingindo suas funções, sua própria institucionalidade, indo além dos governos e regimes políticos. (FIORI, 1990, p. 142)

O Brasil dos anos 1980 parece atestar a hipótese levantada por Fiori. O país experimentou, sob o regime ditatorial, quase 20 anos de ciclo econômico expansivo, centrado no padrão de desenvolvimento por meio de endividamento externo. Contudo, na década de 1980, mergulha em profunda crise fiscal interna, decorrente da crise financeira internacional. Essa crise econômica produziu ruptura no pacto social de sustentação da ditadura, impondo mudanças econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas e institucionais. Na esfera econômica, o fim do ciclo expansivo acirrou o debate a respeito da relação entre o Estado e o mercado. Acirrou, além disso, o tensionamento provocado pelo processo de “socialização das perdas” advindas da crise da dívida, que gerou grande insatisfação entre os assalariados e maior organização política da classe trabalhadora e das massas populares. Abriu-se uma nova configuração da correlação de forças entre esses grupos sociais e o empresariado. Tal cenário de crise econômica e embates políticos aferrados concorreu para desencadear uma ofensiva

de ‘elites orgânicas’ nacionais e internacionais. A Sociedade Político Empresarial consolida suas posições.” Cf. DREIFUSS, 1989, p. 41.

⁵⁷ A ditadura, como afirmar Florestan Fernandes (1986, p. 10), foi o meio de impedir que a revolução social e democrática interferisse na eclosão do capitalismo monopolista.

contra o Estado por parte do empresariado. Sendo assim, a reforma do Estado assumiu a centralidade na agenda da transição política. Como constata Florestan Fernandes:

A inquietação burguesa sobe, enquanto a cotação do governo para a grande burguesia cai. Para conquistar vantagens relativas, os grandes empresários nacionais precisariam abocanhar as empresas estatais, dispor de uma política amena e gradativa de tratamento da dívida externa (uma composição com FMI e os banqueiros internacionais) e uma reviravolta séria do governo diante da amortização da dívida interna. Tudo isso é impraticável, pois o sócio estrangeiro é mais forte e paralisa o governo e, doutro lado, a pequena burguesia, as classes médias e, principalmente, as classes trabalhadoras investem na direção contrária, imobilizando o governo. (FERNANDES, 1986)

Os indícios expressivos de desagregação entre o empresariado⁵⁸ e o governo remontam ao período imediatamente posterior às eleições para governadores de novembro de 1982, quando o governo anuncia oficialmente que abriria negociações com o FMI. Essa iniciativa contradizia as reiteradas declarações governamentais que garantiam que não assinaria acordo com o Fundo. Em razão dessa decisão, irrompeu-se uma súbita agitação empresarial cujo foco era crise. Eles recriminaram a forma como as autoridades governamentais atuaram com relação à questão da dívida externa.

Ademais, cogitaram apresentar outras opções por meio de conferências, simpósio e mesmo por intermédio da grande mídia. Em fevereiro de 1983, a repentina redução do câmbio, desconsiderando mais uma vez as declarações oficiais, gerou, no início de abril, um ciclo de intensas manifestações de resistências, realizadas por contingentes de desempregados, trabalhadores em greve e massas populares, em vários estados da federação. Esse ciclo provocou um ambiente de pânico no meio empresarial e nos setores conservadores da classe média sob o espectro da convulsão social. Agrega-se a esses acontecimentos o insucesso da equipe econômica do governo em traçar um plano alternativo para evitar, em maio do mesmo ano, a suspensão do desembolso de recursos pelo FMI. A conjunção desses fatos aprofundou a distância que se estabelecia, desde 1982, entre os administradores do pacto desenvolvimentista e o grande empresariado local (SALLUM JUNIOR, 1994). A partir de então, desencadeou-se a crise que levou ao declínio da ditadura empresarial-militar ou da “Sociedade Política Armada”, como denomina Dreifuss (1989).

⁵⁸ Emprega-se aqui, nesta parte do capítulo 2, o termo empresariado, em lugar de burguesia, pelo fato de tomar como referência a análise de Dreifuss, que utiliza essa categoria.

A transição para a “Sociedade dos Políticos Desarmados”, conforme definido por Dreifuss (1989, p. 26), obedeceu a um processo longo, complexo e sem rupturas. No âmbito político prevaleceu a mudança parcial e controlada, que alijou completamente as classes populares. Apesar das intensas mobilizações das Diretas Já, a sucessão presidencial – marco da passagem do governo militar para o civil – transcorreu mediante processo tutelado pelos militares. A eleição submeteu-se a um procedimento, arbitrário, seguro e restritivo: o sufrágio indireto no Colégio Eleitoral. Essa forma de transição resultou, em larga medida, da fobia que os movimentos políticos sociais de resistência provocam nas elites econômicas, nas classes dirigentes. Além do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), diversas e expressivas organizações populares constituídas no início dos anos 1980 confrontaram e abalaram a ditadura empresarial-militar. Cabe sublinhar entre estas organizações: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Comissão de Direitos Humanos, as comissões de fábrica, as Comunidades Eclesiais de Base, as associações de bairro, os movimentos sociais étnico-raciais, feministas, de lutas pela moradia. Esses movimentos foram decisivos para alterar a correlação de forças políticas e trouxeram consigo o “germe de uma nova forma política popular de democracia no Brasil” (FERNANDES, 2014, p. 54), entretanto, não impediram que as elites empresariais assegurassem continuísmo do mesmo grupo no poder após 1985.

Segundo Fernandes (2014, p. 91), o governo José Sarney “representa a ditadura militar sob vestes civis, cumprindo o cronograma político traçado na conspiração da transição transada”. O mote da Aliança Democrática,⁵⁹ “conciliação” e “pacto social”, cumpriu o papel de amortecer as mobilizações da classe da trabalhadora, as greves de diversas categorias

⁵⁹ Três meses após a rejeição da Emenda Constitucional Dante de Oliveira (Emenda das Diretas), no dia 25 de abril de 1984, firmou-se um acordo entre a Frente Liberal, uma dissidência do PDS, partido de apoio à ditadura, e o PMDB. O objetivo deste acordo era articular a chapa de oposição que iria concorrer ao Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. O resultado desta aliança foi a formação da chapa composta por Tancredo Neves (PMDB) e o senador José Sarney, ex-líder do PDS, presidente e vice-presidente respectivamente. A partir da constituição da aliança PMDB-PFL organizou-se também a coligação de partidos de oposição reunidos na Aliança Democrática. No dia 7 de agosto de 1984 a Aliança Democrática lançou o manifesto Compromisso com a nação, com as propostas que alicerçaram a candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney. Em um dos seus dispositivos, os signatários comprometiam-se a convocar uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana. O arranjo político PMDB-PFL propiciou à oposição, protagonizada pelo PMDB, eleger Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. A chapa vitoriosa obteve 480 votos, contra 180 dados a Paulo Maluf (PDS). Após sua eleição à Presidência da República, Tancredo Neves proferiu um discurso no plenário da Câmara dos Deputados no qual convocava toda a sociedade ao debate constitucional, com o propósito de que se construísse um consenso acerca da futura Carta. Mas, na véspera da posse, Tancredo Neves veio a óbito, motivo pelo qual assumi o cargo, em março de 1985, o ex-líder do partido de apoio à ditadura, o vice José Sarney. A posse de José Sarney (para o mandato 1985-1990) foi o marco inaugural da sociedade dos políticos desarmados, denominada Nova República.

profissionais, dos movimentos das massas populares, bem como garantir a supremacia dos interesses empresariais na Assembleia Constituinte. Como afirma Florestan Fernandes:

O “pacto social” que o governo manipula com tamanha tortuosidade vale pelo que é. Um meio canhestro para desmobilizar o movimento popular que anseia por uma revolução democrática, através da elaboração de uma constituição que passe o Brasil a limpo; um meio medíocre de subjugar os partidos da ordem e a maioria parlamentar a conveniências e interesses inconfessáveis reforçar a capacidade de intervenção governamental em favor de uma conciliação capitalista que confira prioridade aos alvos nacionais e imperialistas da grande burguesia, na construção de um modelo “liberal” de constituição. Desmobiliza a massa popular, as classes trabalhadoras, as organizações sindicais, os partidos operários etc., de um lado, e aumenta as probabilidades de ação conjugada dos donos do poder na defesa de seus privilégios, sob a versão brasileira de capitalismo selvagem da periferia. A melhor estratégia consiste no ataque. As classes burguesas usam o paradigma através do governo e atacam com um pacto social inconcebível, em um momento desafortunado e contra um inimigo que já não é tão inocente para aceitar tais manobras de perfídia política. As massas populares e os trabalhadores possuem um lugar para travar essa batalha, embora com conhecidas e descomunais desvantagens: o Congresso Constituinte! (FERNANDES, 2014, p. 48-49).

No processo constituinte a força política dos movimentos da classe trabalhadora e das massas populares ficou fragilizada ante os procedimentos legislativos adotados, a formação do centrão⁶⁰ e a avassaladora superioridade numérica de constituintes alinhados às elites empresaria. Dos 559 constituintes, apenas 120 eram progressistas autênticos. Como constata Dreifuss, os dirigentes empresariais se prepararam, antecipadamente, para assegurar a sua supremacia na batalha da correlação de forças, agora travada no campo “pluralista e de jogo aberto” da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). O empresariado se engajou tenazmente para reabilitar ou constituir organizações empresariais, dada a premência de continuarem a intervir no processo decisório governamental. Essa tarefa requeria “ativar o potencial estratégico de classe” para além dos “diversos e tradicionais órgãos de estudo e análise econômica ou de assessoria e lobby”, do trabalho propagandístico e “político dos sindicatos

⁶⁰ “Designação dada ao grupo suprapartidário, com parlamentares do PFL, do PMDB, do PDS, do PTB, do PL e do PDC, com perfil conservador, criado no final de 1987 para dar apoio ao presidente José Sarney. Foi a sua criação que permitiu às propostas conservadoras ganharem mais espaço na Constituinte. Isto ocorreu por meio de um projeto de resolução que alterou as normas regimentais que organizavam os trabalhos constituintes. A sua existência permitiu que os pontos de interesse do governo Sarney (sistema de governo presidencialista e mandato de cinco anos) vingassem e sacramentou, ao cindir o PMDB, o fim da Aliança Democrática entre PMDB e PFL. Com o fim dos trabalhos constituintes, o ‘Centrão’ entrou e declínio e seus principais expoentes, durante o processo eleitoral de 1989, aproximaram-se de Fernando Collor.” Cf. PT na luta da Constituinte nº 10, Brasília, out. 1988, p. 1.

patronais e outras organizações, mesmo mais amplas, como a Ação Empresarial e o Movimento Nacional da Livre Iniciativa” (DREIFUSS, 1989, p. 49).

Nesse sentido, o empresariado buscou, para “ativar o potencial estratégico de classe”, segundo o autor, a atuação dessas organizações como instâncias “pivôs das classes empresariais”. Os pivôs, na visão dreifusiana, referem-se às organizações provisórias com objetivos limitados e alvos imediatos. Eles atuam como “instrumentos de alcance tático-operacional” cuja atribuição é delinear a ação necessária para uma dada situação conjuntural, visando, por exemplo, no contexto em tela, influir na conformação e conseqüentemente nas decisões da ANC e no resultado da eleição para governadores em 1986. Cabem a essas organizações “discernir meios e métodos, para apoiar os giros e as evoluções político-ideológico de sua categoria social”. Os pivôs não são instâncias de formulação de estratégias nem de concepção de projetos políticos, “mas do seu bom desempenho depende o sucesso de uma ação coletiva posterior e mais ampla, já que preparam o terreno para a emergência de estruturas mais ‘densas’, do ponto de vista da ação classista” (DREIFUSS, 1989, p. 50). O cientista político destaca os mais engajados pivôs empresariais que atuaram no período na ANC, a saber; Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); União Brasileira de Empresários (UBE); Câmara de Estudos e Debates Econômicos Sociais (Cedes), Instituto Liberal (IL).

Quadro 3

Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)

Histórico	A CNF foi instituída em 25 de outubro de 1985. Na primeira reunião, participaram oito entidades fundadoras, a saber: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP); Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL); Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI, então denominada AMECIF); Associação das Empresas Distribuidoras de Valores (ADEVAL); Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias (ANCOR); Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID); Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA); e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).
Mantenedores	Conjunto de 280 empresas do sistema financeiro privado – bancos comerciais e de investimentos; corretoras; distribuidoras de valores, instituições de créditos imobiliários; leasing e empresas financeiras.
Principais Lideranças	Gestão (1985 1987): Pres. Roberto K. Bornhause: Vice-Pres. Carlos Brandão: (Presidente da Andima gestão) Membros Natos: 1. Alberto Alves Sobrinho (Presidente da Ancor); 2. Anésio Abdalla (Presidente da Abecip); 3. Carlos Tafl (Presidente da Abel); 4. Jairo José Isaac (Presidente da Acrefi); 5. Ney Castro Alves (Presidente da Adeval); 6. Ronaldo Cezar Coelho (Presidente da Anbid).
Objetivos	1. Coordenar as associações de classes representado empresas financeiras, com vistas a permitir uma ação unificada político- institucional, frente aos poderes constituídos, à mídia e outros setores, e ao público em geral, em defesa de seus legítimos interesses” (Jornal do Brasil, 05/12/1986, apud Dreifuss, 1989, p.52). 2. Orientar, coordenar, defender e representar os interesses das instituições financeiras em nível nacional. 3. Colaborar para o fortalecimento e desenvolvimento harmônico das instituições financeiras em todas as regiões do país. 4. Cooperar para a evolução econômica do país, observados os princípios da livre iniciativa e da economia de mercado. 5. Patrocinar a solidariedade entre as categorias econômicas do sistema financeiro, compondo e harmonizando seus interesses. 6. Promover, perante os diversos setores de atividade econômica do País, órgãos de comunicação, usuários dos serviços das entidades filiadas e público em geral, a divulgação das atividades do sistema financeiro nacional no contexto social. (Fonte: CNI http://www.cnf.org.br/atuacao)

Fonte: DREIFUSS, 1989, p. 74-75; CASTILHO, Alceu Luís de. *Partido da Terra, como os políticos conquistam o território brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

Quadro 4

União Brasileira de Empresários (UBE)

Histórico	Fundada em junho de 1986 e depois de mais de um ano de inatividade, a UBE foi reanimada em 1987. Não há presidente, mas um coordenador, substituído anualmente. O primeiro foi o presidente da CNI, senador Albano Franco (PMDB-SE). (Fonte: Antônio Oliveira Santos, coordenador da UBE. Folha de S.Paulo 13/11/1987)
Mantenedores	A UBE é dirigida por um colegiado formado pelas cinco confederações nacionais patronais (do Comércio, da Indústria, da Agricultura, dos Transportes Terrestres e das Instituições Financeiras) e pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil. Estão associadas à UBE 91 entidades empresariais, além das confederações, e cada uma contribuem anualmente com doze salários mínimos. Para o grande público, a face mais visível da UBE até agora é a campanha contra a estabilidade que está sendo veiculada nas televisões com o ator Stênio Garcia como protagonista. Segundo a UBE, a verba para a campanha saiu do orçamento da CNI, mas não foi revelada. Antônio de Oliveira Santos disse que a repercussão da campanha foi positiva, mas a entidade não pretende fazer novas campanhas.
Principais Lideranças	1-Abram Szajman; 2-Agrário Marques Dourado; 3-Aldo Alberto Lorenzetti; 4-Alfredo E. Mello; 5-Aloísio de Andrade Farias; 6-André de Botton; 7-Anésio Abdalla; 8-Ângelo Calmon de Sá; 9- Antônio de Pádua R. Diniz; 10-Antônio E. I. de Andrade; 11- Antônio Ermínio de Moraes; 12 -Armando Monteiro Filho; 13- Arthur Antônio Sendas; 14- Arthur João Donato; 15- Augusto Braga Filho; 16- Bernardino Rios Pim; 17-Carlos Alberto Vieira; 18-Carlos Antich; 19-Carlos Brandão; 20-César Rogério Valente; 21- Délio Sampaio Filho; 22-Elias Bufoical; 23-Emílio Odebrecht; 24-Erling S. Lorenzetti; 25-Fábio de Salles Meirelles; 26-Flávio Teles de Menezes; 27-Giulite Coutinho; 28- Gustavo Perez Queiroz; 29- Hélio Smidt; 30- Hiram Reis Corrêa; 31-Ivan Müller Botelho; 32-Jacques Eluf; 33-Jair Coser; 34-Jayme Sirotsky; 35-João Evangelista da C. Tenório; 36-Jones Santos Neves Filho; 37-Jonice S. Tristão; 38-Jorge Elias Zahran; 39-Jorge Oscar de Mello Flores; 34-Jorgem Amorim B. da Silva; 35-José Afonso Sancho; 36-José Alencar Gomes da Silva; 37-José E. Mindlin; 38-José Eduardo de A. Vieira; 39-José Eduardo Guinle; 40-Juvenalito G. de Andrade; 41-Laerte Setúbal Filho; 42-Lázaro de Mello Brandão; 43-Leonídio Ribeiro Filho; 44-Luís Carlos Mandelli; 45- Luís Eulálio de B. Vidigal Filho; 46-M. F. Nascimento Brito; 47-Marcos Magalhães Pinto; 48-Marcus Vinícius P. de Moraes; 49-Mário Amato; 50-Maurício Biagi Filho; 51- Meton Soares Júnior; 52-Norberto Ingo Zadrozny; 53-Olavo E. Monteiro de Carvalho; 54-Orlando Moscozo B. de Araújo; 55-Ornar Fontana; Paulo de Queiroz; 56-Oswaldo Antunes Maciel; 57-Paulo Diederichsen Vidares; 58-Pedro Conde; 59-Renato Ticoulat Filho; 60-Roberto Rodrigues de Almeida; 61-Sebastião Ubson Carneiro Ribeiro; 62-Sérgio Andrade de Carvalho; 63-Sérgio Augusto Ribeiro. 64-Sérgio F. Quintella; 65-Theophilo de Azeredo Santos; 66-Thiers Fattori Costa; 67-Victor D'Araujo Martins; 68-Walter Moreira Salles; 69-Werther Annicchino. (Fonte: Gazeta Mercantil 7/11/ 1987)
Objetivos	1. Unificar a ação política dos empresários divididos em várias entidades nacionais, e tentar reverter, no plenário do Congresso constituinte, a tendência estatizante consagrada em vários artigos do projeto de Constituinte que está sendo votado pela Comissão de Sistematização.
	1. Seu intento é tão-somente influir, como o fazem as demais forças sociais, na preservação no texto constitucional de uma política social e econômica que preserve a livre iniciativa e evite a adoção de dispositivos que inviabilizem a vida empresarial e imponham discriminações hostis ao desenvolvimento da economia nacional. Sua ação seria tão legítima quanto a dos sindicatos e confederações de trabalhadores e a aglutinação das entidades que compõem a União seria idêntica à organização da CUT e da CGT (Fonte: Antônio Oliveira Santos, coordenador da UBE. Folha de S.Paulo 13/11/1987 e Jornal do Brasil – 11/11/1987)

Fonte: DREIFUSS, 1989, p. 58-65; Sítio do Senado:

[http://www2.senado.leg.br/bdsf/browse?type=subject&value=Uni%C3%A3o%20Brasileira%20de%20Empresarios%20\(UB\)](http://www2.senado.leg.br/bdsf/browse?type=subject&value=Uni%C3%A3o%20Brasileira%20de%20Empresarios%20(UB))
Acesso dias diversos)

Quadro 5
Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes)

Histórico	Fundada em 1980
Mantenedores	50 empresas e associações, nacionais e transnacionais. Orçamento em 1986: 1,2 milhões de cruzados
Principais Lideranças	1º Presidente - Renato Ticoulat Filho 1-Afonso Celso Pastore; 2 Amaury Temporal (pres. da Conf. das Associações Comerciais do Brasil); 3.André de Botton(Grupo Caemi/MBR); 4.Antônio Ermínio de Moraes (grupo Votorantim) ; 5.Carlos Viacava. 6.Delfin Neto (ex-Min), 7.Guilherme Afif Domingos(candidato a deputado federal pelo PL, ex-pres.da Assoc.Comercial de SP e vice-pres. da Indiana Seguros); 8.Jorge Gerdau Johanpeter (pres.do grupo Gerdau); 9.Luiz Boccalato (pres. da Cia. Paulista de fertilizantes.); 10.Luiz Eulálio Vidigal (grupo Cobrasma, ex-pres. da Fiesp); 11. Mário Henrique Simonsen(ex-Min); 12.Olacyr Francisco de Moraes (Rei da soja,latifundiário do estado MS e proprietário do Banco Itamaraty); 13.Paulo Rabello Castro(FGV de SP); 14.Paulo Yokoto ; 15.Renato Ticoulat Filho(ex-pres. Soc. Rural Brasileira –SRB); 16.Roberto K. Bornhausen (Unibanco, pres. Febraban e Fenabran); 17. Romeu Chap Chap (pres. do Cons. Consultivo do Sind. das empresas de Construção e Administração de Imóveis de SP).
Objetivos	A Cedes estava engajada no reordenamento político e econômico do país que decorreria da ANC, “numa proficua batalha ideológica”. (FILHO, Senhor, 14/10/1986, <i>apud</i> Dreifuss, 1989, p. 52). O propósito era transformar Cedes em uma “tribuna onde será transmitida ao gove rno a proposta de um novo Brasil, utilizando como canal a opinião pública”. (CASTRO, O Globo, 12/10/1986, <i>apud</i> Dreifuss, 1989, p. 52). “Estamos criando uma consciência de classe” (CASTRO, Senhor, nº 291.14/10/1986, <i>apud</i> Dreifuss, 1989, p. 52)

Fonte: DREIFUSS, 1989, p. 50-56.

Quadro 6

União Democrática Ruralista - UDR

Histórico	Surgiu no Rio Grande do Sul oriunda do Pacto de Resistência Rural. Criada em maio de 1985, se autodissolveu oficialmente no início dos anos 90. A UDR incorporou entidades de representação patronal, nomeadamente a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Os grandes proprietários de terra se organizaram contra a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária e contra as medidas institucionais implementadas pelo governo Sarney. Surgiu da iniciativa de grandes empresários rurais, notadamente os criadores de gado.
Mantenedores	A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) Os Leilões de gado foram utilizados como fonte da arrecadação de recursos. No primeiro leilão foram destinados 1.680 animais à UDR, doados por fazendeiros. Os revendedores de adubos, máquinas e implementos agrícolas cederam seus comerciais nas emissoras de rádio e televisão como chamamento aos leilões e às reuniões da UDR na Capital e Interior. Em meados de 87, dispunha de sedes em 15 estados da federação, um total de 40 regionais e mais de 40 mil associados, contando com vultosos recursos. Contava com uma retaguarda administrativa e financeira que lhe permitia circular e se fazer presente nacionalmente, além de manter uma estrutura de assessores e consultores jurídicos, apoio logístico, política de propaganda agressiva e bem montada, com uso intenso do <i>marketing</i>.
Principais Lideranças	Presidente: Ronaldo Caiado. Vice-presidente: Roosevelt Roque dos Santos; Tesoureiro Jairo Andrade. Membros regionais: 1-Udelson Nunes Franco (seção Mineira); 2-Rubens de Jorge Melo (Seção do Maranhão); 3- Ana Maria Ferreira Leite Pinto (Regional Guaratinguetá); 4- Salvador Sidney Farina (líder pecuarista, ex-presidente da Sociedade Goiana de Pecuária e publicitário da área do agronegócio em Goiás); 5-Jayme Olímpio (Goiás) 6-Constantino da Cunha Guimarães (Goiás) 7-Geraldo Macedo (Goiás); João Branco (Regional do Acre). Em Belo Horizonte a UDR buscou o apoio dos médicos ruralista (fazendeiros formados em medicina). No Rio Grande do Sul contou o apoio do Gilberto Scopel Moraes, médico e ruralista.
Objetivos	Defender a livre iniciativa e o direito inalienável da propriedade. Pretendia crescer separado das tradicionais associações de proprietários rurais; num empenho que objetivava lutar, com todas as armas contra as tentativas de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. As primeiras metas da UDR foram no sentido de visavam à união ruralista para exigir do poder público o fim das mudanças políticas burocráticas em favor da reforma agrária que consideravam “demagogia de papel” e também exigir uma política agrícola. Buscou constituir uma boa bancada de representantes na ANC e no parlamento. Eleger representantes para os cargos de governadores, para promover uma agenda que incluía Além da contrarreforma agrária, o perdão às dívidas de agricultores, a expansão de terras cultiváveis no País e a oposição à ampliação de terras indígenas. A UDR tinha como principal papel, na Assembleias Constituinte, opor-se a qualquer proposição sobre a reforma agrária e combater as ocupações de terras por trabalhadores rurais.

Fonte: DREIFUSS, 1989, p. 74-75; CASTILHO, 2012.

2.5 LINHAS AUXILIARES EXTERNAS – AS ELITES PENETRAM NO MOVIMENTO SINDICAL

Afora os pivôs políticos-ideológicos já aludidos por Dreifuss, ele ainda sublinha a estratégia do empresariado destinada a “formar e incentivar” dirigentes sindicais de trabalhadores que se dedicam mais na “defesa do capital do que na luta pelos direitos das categorias que representam”. Esta estratégia visou “preparar um pessoal para que servisse de base de manobra no meio operário” (DREIFUSS, 1989, p. 64). O autor denomina esta modalidade de ação política de “linhas auxiliares externas”. Trata-se da tentativa do empresariado de procurar obter colchão de apoio social, mediante cooptação de direções sindicais representativas, para assegurar a estabilização do quadro econômico.

No contexto da transição política da ANC, as linhas auxiliares externas consistiram em desqualificar as intervenções do campo cutista e atenuar os ataques dos trabalhadores à redução dos gastos sociais, à autorregulação do mercado, à desregulamentação dos direitos trabalhistas, à livre negociação entre patrões e empregados, à desestatização. Mas, para além desse intento, as linhas auxiliares externas tiveram como objetivo criar meios pelos quais os trabalhadores introjetassem essas propostas, formassem a convicção de que essas medidas iriam ao encontro de seus interesses e passassem a defendê-las. Dessa forma, compor-se-ia o pacto social alicerçado na colaboração de classe. Para tanto o empresariado buscou abrir canais de inserção no âmbito das organizações políticas da classe trabalhadora. Assim, procurou “realçar figuras ditas moderadas no meio sindical” (DREIFUSS, 1989, p. 65) como Antônio Pereira Magaldi, Antônio Rogério Magri, Luiz Antônio de Medeiros, suscetíveis ao aliciamento empresarial, diferentemente das lideranças mais combativas da CUT e do PT.

Segundo Dreifuss, o expoente máximo do sindicato de colaboração de classe foi Antônio Pereira Magaldi. Dirigente com uma trajetória de alinhamento à ditadura empresarial-militar, ele articulou o Movimento Sindical Democrático (MSD), braço sindical do campo governista.⁶¹ Magaldi personificou o arquétipo do pelego por excelência, ao prestar-se

⁶¹ “O MSD, com forte atuação entre os comerciários, também recebia o apoio de industriais da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), de outros grupos empresariais e tinha contato com políticos conservadores, como Adhemar de Barros, Herbert Levy e Carlos Lacerda. Antônio Pereira Magaldi, presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio de São Paulo e vice-presidente da Confederação dos Trabalhadores do Comércio, representava a principal liderança sindical na organização. Com o apoio do IPES e do IADESIL, o MSD organizava conferências e cursos de orientação sindical, voltados para o aprendizado do “sindicalismo livre”. 138 No Rio de Janeiro, a AFL-CIO contava com o apoio de uma entidade semelhante chamada Resistência

devotadamente ao papel de colaborador da repressão e desarticular agrupamentos reformistas ou revolucionários no âmbito do movimento sindical. Ele presidiu interinamente, de 1961 a 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC). Ao longo desse período a CNTC assumiu uma postura de combate às forças trabalhistas e comunistas que dirigiam o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A partir de 1970 integrou a diretoria da confederação. Representou a CNTC no XVI Congresso Mundial da Federação Internacional de Empregados e Técnicos (FIET), realizado em Dublin, Irlanda. Nesse mesmo ano foi reeleito para a comissão executiva dessa entidade. Também foi membro dos conselhos regionais do Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo (Senac-SP) no triênio 1975-1977.

Em 1985, Magaldi criou em articulação com o empresariado a central sindical “União Sindical Independente (USI), cujo lema era ‘Deus, propriedade privada e livre empresa’ e o seu princípio básico era o combate a toda ideologia estranha ao Sindicalismo” (GIANOTTI, 2002). Em razão da postura moderada e supostamente “apolítica”, da ausência de posicionamento político-ideológico trabalhista ou classista e da sua baixa inserção no sindicalismo nacional, a USI teve participação secundária na greve geral de 12 de dezembro de 1986, organizada pela CUT e pela CGT. Essa central teve lugar secundário no âmbito sindical, assim como nas negociações para a construção de um pacto social durante o governo de José Sarney. Entretanto, a USI foi fundamental para “emergência de dirigentes na órbita empresarial – como Antônio Rogerio Magri e Luiz Antônio Medeiros” (DREIFUSS, 1989, p. 62).

Antônio Rogerio Magri, caudatário do sindicalismo de colaboração de classe, militou no movimento sindical em 1977, quando se tornou vice-presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (Stieesp).

Em 1978 Magri chegou à presidência da entidade, que contava com aproximadamente 20 mil sindicalizados, manteve-se na direção central no decorrer de 12 anos sucessivos. Afora o cargo de Presidente ele assumiu a secretaria geral do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), instituto fundado em 1963, financiado pelo Departamento de Estado estadunidense. Mais, especificamente, a mantenedora do ICT era a

Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL), organizada por Deocleciano Cavalcanti e Ary Campista e também financiada pelo IPES, dirigida por Floriano da Silveira Maciel.” Cf. CORRÊA, 2013, p. 54.

USAID⁶² e IPES, com orientação técnica e administrativa da American Federation of Labor e do Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO)⁶³.

A AFL-CIO, por sua vez, tem sido financiada pelo Instituto Americano para Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL)⁶⁴ e pelo National Endowment for Democracy, instituição criada pelo governo Reagan, que enviou, em 1985, o montante de US\$ 935.450 para atividades sindicais no país com o propósito de domesticar líderes sindicais/trabalhadores para servir ao capital no Brasil. Conforme análises de Dreifuss, fundamentada em duas matérias da *Gazeta Mercantil*, o vínculo estreito de Magri com o ICT implicou administrar:

[...] uma farta verba anual destinada pela AFL-CIO estadunidense, para o desenvolvimento de um movimento sindical livre, independente e apartidário. Os recursos chegam ao Brasil através do Iadesil e do Free Trade Union Instituto. Conta com apoio de uma efetiva estrutura técnica e, fundamentalmente, com muito dinheiro, administrado, anualmente, um orçamento que beira os “2 milhões de dólares entre contribuições sindicais e verba para realizar curso de formação, vindas dos Estados

⁶² A Agency for International Development (AID), também conhecida pela sigla USAID, foi criada a partir de uma decisão do Senado Americano, o Foreign Assistance Act de setembro de 1961. A partir daquele momento, os tradicionais programas de assistência externa dos Estados Unidos foram separados em militares e não-militares. Assim, em 3 de novembro de 1961, a foi criada AID por um decreto do presidente John F. Kennedy, tendo sido dirigida, de novembro de 1961 até julho de 1962 por Fowler Hamilton e posteriormente por David Bell. A AID passou a ser responsável pela coordenação de "assistência externa financeira" do governo dos Estados Unidos. A ênfase dos programas seria baseada em "programas de desenvolvimento econômico e social de longo prazo". Desse modo, o projeto da Aliança para o Progresso foi incluído dentro da burocracia da AID, sob a chefia de Teodoro Moscoso. A AID possui escritórios espalhados por diversos países do mundo, contando com "assessores técnicos" que auxiliam os governos nacionais na implementação dos projetos de "desenvolvimento".

⁶³ “A AFL-CIO, poderosa central sindical estadunidense, surgiu no ano de 1955, da união das duas organizações sindicais mais importantes nos Estados Unidos, AFL e CIO, passaram a ser a maior confederação do país. De modo geral, a fusão dessas duas associações deve-se ao processo de burocratização e “desradicalização” do movimento sindical norte-americano, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial.¹⁷ Durante décadas, os considerados “radicais” e comunistas foram afastados dessas duas organizações.” Cf. CORRÊA, 2013, p. 54.

⁶⁴ Para viabilizar a realização desses projetos voltados aos sindicatos latino-americanos, a AFL-CIO criou, ainda no ano de 1961, o American Institute for Free Labor Development (AIFLD), conhecido no Brasil como o Instituto Americano para o Sindicalismo Livre (IADESIL). Imbuído da missão de espalhar as sementes do sindicalismo “livre e democrático”, o IADESIL era a primeira das outras três organizações voltadas para o desenvolvimento da política internacional da AFL-CIO durante a Guerra Fria. No Brasil, além de bloquear a atuação das lideranças sindicais tidas como comunistas ou antiamericanas, o objetivo do IADESIL era promover a implantação do modelo contratualista de negociações coletivas por meio da atuação de uma federação nacional de trabalho, nos moldes da AFL, apoiada e patrocinada por organizações internacionais. As negociações diretas com os empregadores deveriam substituir, de modo gradativo, o já consolidado sistema corporativista de trabalho. Com esse propósito, o IADESIL lançou um programa de educação no Brasil a fim de formar novas lideranças capazes de implantar e desenvolver o modelo sindical norte-americano. Os trabalhos eram voltados à organização de cursos, palestras, visitas e intercâmbios entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos. Na prática, essas ações contavam com o apoio dos setores mais anticomunistas e conservadores do movimento sindical brasileiro. Muitos dos chamados “pelegos”, que viriam a ter papel importante durante a ditadura civil-militar instalada em 1964, participaram das atividades promovidas pelo IADESIL e mantinham vínculos estreitos com o sindicalismo norte-americano. (CORRÊA, 2013, p. 13-14)

Unidos”. Embora outras fontes estimem que ele receba 1 milhão de dólares por mês, Magri desmente e acrescenta que se recebesse de fato esta quantia, “teria em minhas mãos todo movimento sindical brasileiro”. (DREIFUSS, 1989, p. 67, grifo do autor)

A partir de sua fundação, em 1963, até os anos 1980, “o ICT promoveu vários cursos básicos de formação que abrangeram 67 mil sindicalistas. Para mais, “3 mil sindicalistas passaram pelo curso residencial de maior duração” (TRÓPIA, 1987). Nos anos 1980, em decorrência desse intenso processo de formação sindical fomentado pela ICT, 50% dos dirigentes sindicais que atuavam no Brasil tinham sido preparados pelo instituto. A entidade promoveu nesse período 72 mil cursos regionais e interestaduais. Da programação do curso constavam ensinamentos de administração financeira dos sindicatos, cooperativismo e direito de greve, análise do desenvolvimento das lutas operárias. O número de vagas por curso era de 25 a 30 principiantes de diversas regiões brasileiras, que frequentavam o curso por recomendação de dirigentes de entidades sindicais (DREIFUSS, 1989, p. 67).

O empresariado conseguiu significativa vitória, em 1986, quando Medeiros assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), substituindo Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), que naquele momento se licenciava para presidir a CGT. A ascensão de Medeiros à presidência do SMPSP foi imediatamente abraçada pela mídia e pelo governo Sarney. Os jornais de grande circulação abriram espaço destacado tanto para Medeiros quanto para Magri como a melhor expressão do líder sindical, haja vista a coluna semanal de Medeiros, veiculada desde a segunda metade dos anos 1980 no jornal *Notícias Populares*, e as diversas entrevistas concedidas pelos dois dirigentes a diversos periódicos de grande tiragem no país. Com acesso irrestrito aos veículos de comunicação de massa, a dupla Medeiros e Magri pôde propalar o ideário liberal do “sindicalismo de resultados” cuja proposta é um sindicalismo anticomunista, pacífico, pragmático, colaboracionista, adepto da livre negociação entre patrões e empregados, explicitamente alinhado à lógica do capital, comprometido apenas com reivindicações econômicas imediatas, palpáveis e corporativistas.

Medeiros foi alçado pelo governo Sarney à condição de interlocutor oficial dos metalúrgicos no pacto social e de presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), criada em 5 de agosto de 1988. Mas foi como presidente da CNTM, entidade representativa de 108 sindicatos e cinco federações de metalúrgicos, que Medeiros conseguiu articular efetivamente no campo sindical a coalizão dos setores conservadores. Essa coalizão contribuiu para ampliar significativamente a correlação de forças do campo

empresarial na ANC, para a aprovação de suas propostas conservadoras. Também permitiu assegurar o cerco constituinte às proposições do âmbito democrático popular de caráter mais radicalmente antiautoritárias, tais como: a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o direito de greve, a liberdade e autonomia sindical, a reforma agrária, aposentadoria com base no critério exclusivo do tempo de serviço, apresentadas pelo PT e pela CUT.

Dessa forma, consolidou-se a composição do colchão de apoio social tão almejado pelas classes empresariais para legitimar gradativamente o ideário liberal. A composição permitiu às forças conservadoras atravessar o interstício entre o Governo Sarney e a eleição presidencial de 1989 com relativa estabilidade, visto que a classe trabalhadora estava cindida pela política de colaboração com o capital, adotada por fração expressiva do movimento sindical.

O colchão de apoio social significou:

[...] Zerar os conflitos, afastar os riscos da luta de classes, para, enfim, chegar-se a uma constituição liberal, estéril e pasteurizada”. [...] uma conciliação capitalista que confira prioridade aos alvos nacionais e imperialistas da grande burguesia, na construção de um modelo “liberal” de constituição. Desmobiliza a massa popular, as classes trabalhadoras, as organizações sindicais, os partidos operários etc., de um lado, e aumenta as probabilidades de ação conjugada dos donos do poder na defesa de seus privilégios, sob a versão brasileira de capitalismo selvagem da periferia. (FERNANDES, 2014, p. 48)

2.6 INSTITUTOS LIBERAIS – O LABORATÓRIO DE IDEIAS E A BATALHA IDEOLÓGICA NEOLIBERAL NO BRASIL

Entre os pivôs elencados por Dreifuss, os Institutos Liberais (ILs) foram os que mais especificamente se dedicaram à organização da hegemonia neoliberal no Brasil. O IL, como mencionado antes, foi criado em 1983, no Rio de Janeiro, por um conjunto de empresários e intelectuais adeptos do ideário liberal, com a finalidade de propagar o pensamento liberal no Brasil entre o empresariado e formadores de opinião. Mas, tão logo o Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL-RL) iniciou suas atividades, verificou-se a necessidade de expansão para outros estados da federação, em razão de as especificidades regionais dificultarem a sua inserção no país.

Nessa perspectiva, buscou-se aumentar o número de mantenedores e ampliou-se a entidade por meio de estrutura seccional de institutos análogos no Distrito Federal e nos

seguintes estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Ceará. Essa configuração possibilitou “a constituição de núcleos municipais no interior dos diferentes estados, núcleos esses filiados aos respectivos Institutos das capitais estaduais e de acordo com o princípio federativo”.⁶⁵ Com a expansão dos Institutos Liberais para os estados, foi preciso instituir um conselho nacional. Estabeleceu-se que todos seriam regidos pelo mesmo estatuto e que teriam a mesma denominação Instituto Liberal. Os ILs constituíram-se como uma organização de natureza jurídica sem fins lucrativos e, conforme determinação estatutária, proibiu-se o vínculo político-partidário.⁶⁶

Importa sublinhar que o pensamento neoliberal não emergiu e se enraizou na vida social espontaneamente. As ideias não se ancoram no vácuo, sobretudo aquelas cujo cerne abarca as relações sociais, as relações entre Estado e sociedade. No momento em que determinados pensamentos sociais se expressam como hegemônicos, há uma razão material subjacente reverberando essas ideias em espaços cada vez mais amplos. Entretanto não é a mera repetição discursiva que confere eficácia à introjeção do pensamento que se busca afirmar. O pensamento dominante cria um campo lexical e semântico, atribuindo a cada um de seus termos uma justificativa prática e uma explicação pseudocientífica para torná-los acreditáveis como realidade, como arcabouço explicativo imprescindível, pleno de sentido e infalível, de uma realidade que se pretende elucidada. Assim sendo, as ideias dominantes não emergem de meros mecanismos linguísticos, mas de processos sociais que as tornam acreditáveis. Processos esses alicerçados em conteúdo que encobrem o real, mas tomam o seu lugar. Esses conteúdos são apreendidos como verdade formando subjetividades.

No caso específico da afirmação do ideário neoliberal, engendrou-se uma “batalha de ideias”. Mais precisamente deflagrou-se um movimento político-ideológico, estratégico e tático, articulado e planejado pedagogicamente em âmbito mundial, orientado para conquistar, consolidar e preservar a hegemonia do livre mercado. Os Institutos Liberais inserem-se nesse movimento de forte teor ideológico e organizam no Brasil o primeiro polo difusor do conteúdo marcadamente neoliberal. Eles atuaram como polo aglutinador de diferentes frações da burguesia, com o objetivo de idealizar, materializar e sustentar o triunfo neoliberal no Brasil. Trata-se de laboratório de ideias que articulou um movimento intelectual irradiador do

⁶⁵ Sítio do Instituto Liberal do Rio de Janeiro: <https://www.institutoliberal.org.br/>. Acesso em dias diversos.

⁶⁶ Sítio do Instituto Liberal do Rio de Janeiro: <https://www.institutoliberal.org.br/>. Acesso em dias diversos.

pensamento neoliberal no Brasil, que deflagrou nos anos 1980 e 1990 uma “guerra de posição”, no sentido gramsciano⁶⁷ do termo.

A função dos ILs pode ser compreendida como a de um movimento político-ideológico engajado em estruturar, enraizar e hegemonizar um pensamento capaz de realizar a contraposição à concepção de economia capitalista regulada pelo Estado. Como foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho, o pensamento neoliberal sustenta que a interferência do Estado, direta ou mediante empresas estatais, impede a liberdade dos indivíduos. Por essa razão é fundamental preservar o capitalismo como economia de mercado, pois qualquer possibilidade fora da órbita do mercado condena os indivíduos inexoravelmente à servidão. Os ILs partiram dessa premissa sectária, dogmática, de que somente há viabilidade para o Brasil mediante a adoção e o aprofundamento do programa neoliberal. Esta foi a ideia-chave para a conquista de consciências.

Em certa medida, a atuação dos Institutos Liberais correspondeu no Brasil ao que foi o processo de reabilitação do liberalismo desencadeado pela Sociedade Mont Pèlerin em 1947, guardadas, evidentemente, as devidas proporções com relação ao local e ao contexto sócio-histórico dos anos 1980, muito mais permeável à penetração do pensamento liberal. A instituição dedicou-se inicialmente à tradução, edição, publicação de livros e de panfletos, divulgando ideias, pressupostos teóricos e acepções alusivas ao liberalismo. Mas, principalmente, ocupou-se de apresentar e preconizar as concepções dos expoentes da Escola Austríaca de Economia. Posteriormente, passou a promover palestras, colóquios e seminários com o mesmo propósito de disseminar o ideário liberal. Os Institutos Liberais, assim como a Sociedade Mont Pèlerin, cumpriram a tarefa de longo e médio prazo de formar consciência, de formar subjetividades para a construção da hegemonia do livre mercado.

Rigorosamente, os Institutos Liberais são uma organização política engajada em desenvolver atividades de pesquisa, formulação e transmissão das ideias neoliberais, portanto desempenham funções políticas mais complexas do que as dos pivôs. Além da função de transmissão do pensamento neoliberal, os ILs operaram como laboratório de ideias, de pesquisas, de planejamento e consultoria das concepções da Escola Austríaca, orientada à

⁶⁷ “Gramsci diferenciou duas formas de luta política: a “guerra de manobra”, que ocorre quando as partes em oposição se enfrentam diretamente, em eleições ou em outros confrontos, e a “guerra de posição”, que ocorre na medida em que os atores políticos desenvolvem as suas posições ideológicas, condição essencial para a vitória na guerra de posição (Stefancic; Delgado, 1996). Recentemente, vários autores têm demonstrado como os conservadores estadunidenses conduziram uma guerra de posição muito bem-sucedida nos últimos 30 anos, através da ação de uma rede de *think tanks* financiados por doações generosas de fundações mantidas pelas grandes empresas (Domhoff, 1979; Davis, 1981; Nash, 1996; Stefancic; Delgado, 1996; Usseem, 1979; Vogel, 1983; Weiss, 1992).” Cf. GROS, 2003, p. 18.

realidade política e sócio-histórica brasileira. Em consonância com esse ativismo político, os Institutos Liberais traduziram e publicaram obras da Escola Austríaca de Economia, literatura até então pouco conhecida no Brasil, entre elas: *O caminho da servidão* e *Direito, legislação e liberdade*, de Friedrich Hayek.

Os ILs congregaram inicialmente empresários de diversos estados que se identificaram com o liberalismo, figuras de projeção econômica e política como: Jorge Gerdau Johannpeter (RS), Jorge Simeira Jacob (SP), Roberto Bornhausen (SP), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (RJ), Sérgio Andrade de Carvalho e Winston Ling (RS). Todavia, a entidade estendeu-se para além de um agrupamento empresarial, uma vez que arregimentou para seus quadros indivíduos de diversas ocupações, abarcando advogados economistas, estudantes, jornalistas, médicos, professores etc.

As atividades dos Institutos Liberais foram financiadas, ao longo de sua trajetória, por vários mantenedores, entre os quais se destacam: Aços Villares, Banco Itaú, Coopersucar, Banco de Boston, Dow Química, Gradiente, Nestlé, Philco, Sharp, Votorantim, (primeiros mantenedores), e posteriormente pelas empresas: Amil Assistência Médica Internacional, Arno, Banco Bamerindus, Banco Bozano Simonsen, Banco Fenícia, Bombril, Bradesco, Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Companhia Antártica Paulista, Citibank, Companhia Nestlé Indústria e Comércio, Construtora Norberto Odebrecht, Eucatex Indústria e Comércio, Indústrias Gradiente, Rhodia, Indústrias Votorantim, White Martins, TV Globo, Unibanco Corretora de Seguros, Varig, Vasp e Xerox do Brasil.

A partir da ANC os Institutos Liberais priorizaram ações na área jurídica, mediante a ampliação de vínculos com advogados, magistrados, professores e alunos das Faculdades de Direito, bem como com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), realizando seminários e debates entre juristas e empresários (GROS, 2003, p. 288). O debate da ANC intensificou a batalha pela conquista de consciências empreendida por esses laboratórios de ideias. Os Institutos Liberais, em estreita articulação com os pivôs empresariais, desencadearam pujante campanha em oposição à conquista dos direitos trabalhistas na Constituinte. Os ILs julgavam o texto constitucional, promulgado em 1988, a despeito de avançar acerca dos direitos de propriedade e da economia de mercado, por conter inúmeras imperfeições ao não limitar o poder de intervenção estatal. A insatisfação dos ILs com a nova carta constitucional foi expressa pelo ex-presidente do IL-SP Ney Prado. Ele argumentou que:

A Constituição dita "cidadã" é um documento provocativo, criativo, mas, por suas características, desestabilizador da vida nacional. Não há exagero em afirmar que seu advento provocou enorme insegurança jurídica, dificultou a governabilidade, inibiu negócios e investimentos, sem falar nos conflitos sociais que gerou. [...] assim também no campo político: não perceberam o declínio das ideologias. Não viram que o debate do fim de século não seria mais entre a esquerda e a direita, mas entre o velho e o novo, o ineficiente e o eficiente. Ignoraram ainda que o gigantismo do Estado passava a ser mais um fator de atraso que um agente do progresso.⁶⁸

Os ILs investiram intensamente na revisão constitucional de 1993, prevista no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que “estabelecia a realização do processo de revisão constitucional após decorridos cinco anos da promulgação da Constituição federal”. Imbuídos do propósito de reformar o texto constitucional, adequando-o à lógica do livre mercado, os Institutos formularam, no começo dos anos 1990, um conjunto de Diretrizes de natureza liberalizante para a reforma da Constituição brasileira, enunciado no documento “Diretrizes para a revisão constitucional” (1993).

A partir de 1989 os Institutos Liberais adotaram uma prática mais densamente doutrinadora, ao ofertar cursos de economia e filosofia política, de extensão cultural. O Instituto também passou a realizar colóquios, palestras e seminários sobre a conjuntura econômica, social e política de então. A aposta dos liberais estava na revisão constitucional de 1993, quando confiavam poder reverter algumas medidas da “Carta Cidadã”. Ademais, os Institutos Liberais buscaram penetrar na alta esfera das Forças Armadas por meio de conferências, palestras na Escola de Guerra Naval, na década de 1990. Também ministraram palestras nos cursos de formação de oficiais da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, na Escola Superior de Guerra e no Clube Militar.⁶⁹

Nos anos 1990, os ILs passaram a publicar os periódicos *Ideias Liberais e Políticas Alternativas* e ainda organizaram o *Think Tank* (CASIMIRO, 2011, p. 54). Além dessas atividades, publicaram mensalmente o periódico *Notas*, destinado a analisar projetos de lei e dispositivos constitucionais de acordo com a lógica do livre mercado. As publicações eram enviadas aos congressistas visando municiar os debates em pauta no parlamento. As *Notas* tratavam dos seguintes assuntos: Constituição brasileira e o Estado de direito, Lei de Diretrizes

⁶⁸ Nossa Carta Magna nasceu na contramão da história. Revista Consultor Jurídico, 04 de outubro de 2008, 12h4. Artigo originalmente publicado na edição de sábado (4/10) do jornal Folha de São Paulo. Com o título “Um entrave ao desenvolvimento do país”)

⁶⁹ IL Notícias, vários números, 1992-1997.

e Bases da Educação Nacional, propostas de emendas constitucionais, reforma fiscal, revisão constitucional, monopólio da Petrobras (GROS, 2003, p. 141). De acordo com Gros:

Até 2001, foram publicadas mais de 80 edições dessas Notas, discutindo todo tipo de políticas públicas, desde a nova Constituição brasileira, as leis de greve, do inquilinato e da educação, até a privatização da Previdência Social. A publicação Notas — Avaliação de Projetos de Lei tem uma tiragem de cinco mil exemplares, que são distribuídos para as associações de classe, órgãos de imprensa, autoridades governamentais e parlamentares. Essa publicação do Instituto Liberal do Rio de Janeiro é patrocinada por empresas locais e pelo Center for International Private Enterprise (CIPE) dos EUA. Dedicado à promoção internacional dos princípios da democracia e do livre-mercado, o CIPE¹² financia também a realização desses policy papers em instituições liberais de outros países da América Latina (IL Notícias, n. 1, 1991). (GROS, 2003, p. 141)

No início dos anos 1990, o Instituto Liberal de São Paulo promoveu atividades de publicação das ideias neoliberais no âmbito da grande mídia sob o patrocínio do Grupo Fenícia o IL-SP. Para isso criou concurso nacional denominado Prêmio Fenícia de Imprensa que consistia em premiar as melhores matérias e reportagens que abordassem apologeticamente o liberalismo. Em 1994 o concurso foi suspenso em razão do corte de patrocínio. Além do mais, em 1991, para alcançarem maior inserção midiática, os Institutos Liberais inauguraram a estação Rádio Livre – programa de rádio transmitido semanalmente por 49 emissoras do interior de São Paulo e em 11 estados do país. A programação do Rádio Livre compunha-se de notícias econômicas e entrevistas e a emissora permaneceu no ar entre 1990 e 1994, sob o patrocínio do Unibanco. Com o corte do patrocínio no final de 1994, o programa deixou de ser veiculado (GROS, 2003, p. 133).

Na mesma direção, para conseguirem maior inserção midiática, os ILs, em 1995, empreenderam uma força-tarefa a fim de distribuir quinzenalmente artigos e reportagens para 100 jornais do estado de São Paulo (*Informe Liberal*, mar. 1995). Entre os anos de 1990 e 1992, o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul transmitiu para todo o estado o programa de televisão *O Rio Grande questiona*. O programa exibia entrevistas com representantes do empresariado, autoridades governamentais, dirigentes sindicais, lideranças políticas e outras personalidades, que receitavam a adoção de medidas liberais como as únicas capazes de superar qualquer das questões do país abordadas nas entrevistas.

O Instituto Liberal de São Paulo, em 1993, organizou a Semana da Cidadania, no parque Ibirapuera. O projeto envolveu a participação de 114 entidades civis de trabalho voluntário,

grupos culturais e órgãos governamentais. A programação era composta de estandes para a prestação de serviços, apresentações culturais e palestras proferidas no Fórum da Cidadania. Foram produzidas sete “cartilhas da cidadania”, cada uma tratando de um aspecto específico da vida de um cidadão, tendo como base a concepção de cidadania ressignificada pelo neoliberalismo.⁷⁰ Entre elas está a cartilha da Turma da Mônica, concebida e produzida em parceria com o cartunista Maurício de Sousa Produções e o IL-SP, sob o financiamento do Bradesco, do Citibank, Unibanco, Metalac e Shopping Eldorado, com uma tiragem de 500 mil exemplares, destinada a crianças. Na sequência do evento, foi criado, como resolução da Semana da Cidadania, o projeto Fórum Permanente da Cidadania (GROS, 2003, p. 139).

Cabe sublinhar que a aceção de cidadania constituiu uma relevante contribuição estratégica dos Institutos para o processo de conquista de hegemonia neoliberal. Como explica magistralmente Poulantzas (1971), o Estado de tipo capitalista apresenta como traço de sua singularidade o fato de a dominação propriamente política de classe jamais estar presente sob a forma de uma relação política de classes dominantes nas suas próprias instituições. O Estado, compreendido como superestrutura jurídico-política capitalista, com o objetivo de executar, incessantemente, sua atribuição como reprodutor da ordem, produz dois efeitos de caráter ideológico: o efeito do isolamento e o efeito de representação da unidade, quais sejam:

- I. O primeiro transforma, por meio de efeito produzido pelo aparelho jurídico, de isolamento completo das relações econômicas, os agentes sociais, integrantes de uma classe social, em indivíduos singulares, cidadãos portadores de direito, sujeitos livres e iguais entre si.
- II. O segundo consiste na faculdade do Estado de ignorar as divisões de classe assumindo-se como a representação da unidade social em um corpo político, o povo-nação. Compete ao Estado mostrar-se como a unidade política de uma luta econômica. Dessa forma, a instância política se liberta da econômica, e conforma a sociedade civil, como se fosse distinta do Estado, com independência específica do político. O Estado afigura-se como autônomo, como representante e guardião do “interesse geral”, interesses esses de fato econômicos de caráter concorrencial e divergente.

⁷⁰ INSTITUTO LIBERAL. 1983-1993: os primeiros dez anos. Rio de Janeiro: Conselho Nacional dos Institutos Liberais, 1993. *Apud* CASIMIRO, 2011, p. 82.

Assim sendo, encobrem-se o traço político de classe intrínseco ao Estado e seu vínculo estrutural com as relações de produção. Segundo Poulantzas, a contradição mais grave do Estado capitalista reside no fato de ele transformar os interesses da burguesia em interesses de toda a sociedade, fazendo subentender que todos os indivíduos pertencem a essa classe social.

Dessa forma, a acepção de cidadania, alardeada à exaustão pelos ILs, cumpre a função estratégica de encobrir o traço político de classe intrínseco ao domínio do capital. A visão de cidadania e de suas primas irmãs cooperação voluntária e empreendedorismo, de que o mercado faz parte da natureza humana, tão caras à lógica neoliberal, desconsidera os vínculos entre o lugar que os indivíduos ocupam nas relações de produção e as condições materiais concretas de suas vidas. A introjeção visões despolitiza e arrefece o antagonismo de classe latente que confere aos trabalhadores e aos movimentos sociais a capacidade de luta contra o capital. Também desloca o confronto político por conquistas sociais dos trabalhadores para a colaboração de classe, chegando ao cúmulo de setores organizados da classe trabalhadora admitirem perdas de direitos históricos sob o argumento falacioso de que estes direitos constituem privilégios.

As atividades desenvolvidas pelos Institutos Liberais ao longo das décadas de 1980 e 1990 revelam o grau da abrangência de sua intervenção política. A entidade promoveu em todo o país mais de quinhentos eventos acadêmicos de distintas modalidades, a saber: seminários colóquios, palestras, conferências. Reuniu também expositores de reconhecimento nacional e internacional ligados à Escola Austríaca de Economia, como: Antônio Delfim Neto, Francisco Dornelles, Gustavo Krause, Máilson da Nobrega, Marcílio Marques Moreira, Márcio Moreira Alves, Osiris Silva, Nelson Jobim, Roberto Campos, James Buchanan (Prêmio Nobel de Economia em 1986), Israel Kirzner e Jesus Huerta de Soto.

Sobre a atuação dos Institutos Liberais nas décadas de 1980 e 1990, interessa salientar algumas análises de Casimiro. Segundo o autor, os “ILs desenvolveram estratégias discursivas com ênfases distintas e específicas em cada caso, para as duas conjunturas compreendidas no nosso recorte temporal” o que não representou ruptura (CASIMIRO, 2011, p. 180). As evidências mostram um foco mais expressivo “em estratégias teóricas e defensivas nos anos de 1980”, momento sócio-histórico em que o ideário neoliberal não se afigurava como projeto hegemônico no Brasil. Nesse período, os Institutos Liberais assumiram uma linha de atuação mais centrada na divulgação dos “princípios filosóficos do pensamento liberal” e dos “pensadores da Escola Austríaca de Economia e da Escola de Chicago”, o que não significou

ausência de debate de elementos mais peculiares ou de intervenções “propositivas e organizativas”, mas, houve a prudência estratégica de não priorizar “à análise de temas empíricos que pudessem transparecer uma possível postura antipopular” (CASIMIRO, 2011, p. 180).

Cuidou-se de escamotear o enfrentamento dos conteúdos prescritivos das reformas neoliberais. O jogo político aberto propondo a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, a disciplina fiscal e a redução dos gastos públicos; a aplicação de uma política monetária rígida, com metas de inflação; e a desmobilização de movimentos sociais e sindicais ameaçariam as parcas conquistas da classe trabalhadora e exporiam, logo de saída, o traço “elitista e antipopular” do ideário neoliberal, colocando obstáculo ao trajeto dos Institutos Liberais rumo à conquista da hegemonia.

Os intelectuais dos ILs sabiam que a adoção das prescrições liberalizantes representaria o desmonte das políticas sociais e trabalhistas, que sequer se consolidaram no Brasil, como nos países da Europa ocidental e do Norte europeu, onde o Estado de Bem-estar Social assegurou à maioria da classe trabalhadora condições econômicas e sociais mais dignas. A aplicação do austero receituário neoliberal significaria aprofundar a miséria, a pobreza, a desigualdade social e todas as mazelas decorrentes do impacto da intensificação desse desequilíbrio econômico social. Por essa razão o processo de construção da legitimação ideológica implicou um processo contínuo e gradativo dos intelectuais que consistiu na capacidade de realizar os interesses específicos da classe dominante como universais. Conforme constata Casimiro, os intelectuais dos ILs:

[...] reconhecem esse impasse abertamente, quando dizem que suas ideias poderiam soar, "à primeira vista", como "impopulares", mas que, na verdade, seriam o único caminho seguro (por certo doloroso, mas necessário) para que as massas pudessem ter acesso às condições de vida que tanto almejavam, e que a proposta de que o Estado se encarregasse do assunto, que, à primeira vista, poderia parecer lógica e justa, na verdade era precisamente a causa de nosso atraso. Mas, como estavam na defensiva, não ousaram dizer quais seriam as medidas concretas a serem tomadas para que suas concepções teóricas se traduzissem em realidade, naquela conjuntura específica. Como exemplo dessa condição, poderia soar completamente antiestratégico assumir um discurso enfático em relação à "reforma da Previdência", ou em "flexibilização da CLT" naquela conjuntura, com os movimentos sociais em pé-de-guerra para que suas reivindicações se transformassem em direitos constitucionais. (CASIMIRO, 2011, p. 181)

Já nos anos 1990 altera-se a correlação de forças políticas em âmbito internacional, em decorrência do desmonte do socialismo e do triunfo soberano do capitalismo apresentando-se como a única possibilidade de organização da vida social. A partir de então surgiu um ambiente mundial mais permeável à penetração das ideias neoliberais. Nesse contexto, os Institutos Liberais adotaram estratégias mais explícitas e combativas de ações. Seus discursos passam a apresentar teor contundentemente prescritivo em defesa da desregulamentação dos mercados, da abertura comercial e financeira, do equilíbrio das contas públicas, da privatização das empresas estatais, da desconstitucionalização das leis trabalhistas, da flexibilização dos vínculos entre capital e trabalho e da desregulamentação do Estado. Como ressalta Casimiro (2011, p. 181), “a construção da hegemonia configura-se como um processo contínuo, que depende tanto de posições defensivas, como ativas, como na guerra de posição e movimento na concepção gramsciana”.

O programa neoliberal foi adotado no Brasil a partir dos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a conquista dessa ascensão decorreu, em larga medida, de uma longa batalha de ideias, de um movimento político ideológico ininterrupto desencadeado pela grande mídia e pelos aparelhos privados de hegemonia desde a década de 1980. Uma batalha de ideias travada em todos ambientes em que o pensamento neoliberal poderia reverberar. Esse combate estratégico viveu adaptações permanentes, mas pautou-se por um processo persuasivo sistemático de promover a ortodoxia de Friedrich von Hayek e Milton Friedman, a qual enunciava o projeto político radical para a construção de uma nova hegemonia burguesa ultraliberal. A batalha metódica e incessante dos ILs no Brasil difundindo a ortodoxia hayekiana, replicada em todos os espaços no qual poderia se reproduzir, contribuiu decisivamente para que o neoliberalismo alcançasse sua hegemonia no país. Paradoxalmente, no entanto, como observa Casimiro, os Institutos Liberais na década de 1990:

[...] conseguiram, em alguns casos, estabelecer a ideologia neoliberal como evidente ou inevitável, sob a lógica do pensamento único, por outro lado, acabou enfraquecendo a própria mobilização do Instituto Liberal, como descrito pelo fundador do instituto José Luiz Carvalho. Para grande parte dos liberais e os próprios mantenedores do IL, a “batalha estava ganha” e não era mais tão necessário investir seu capital e energia para a difusão do neoliberalismo no Brasil. Essa condição levou a declínio das ações do instituto e a um paulatino fechamento dos Institutos Liberais estaduais, restando atualmente, apenas o Instituto Liberal do Rio de Janeiro. As lutas simbólicas travadas na conjuntura de consolidação da Nova República. (CASIMIRO, 2011, p. 182-183)

De acordo com informações do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL-RJ), a partir de meados da década de 2000, em decorrência “de problemas administrativos, os Institutos Liberais foram sendo reincorporados ao IL-RJ e fechando suas filiais”. O Instituto Liberal do Rio Grande do Sul converteu-se em Instituto Liberdade. Também nesse mesmo período foram constituídos várias entidades independentes em defesa do neoliberalismo, como o Instituto Mises Brasil, os Institutos de Formação de Líderes, o Instituto Millenium, o Instituto Liberal do Nordeste, o Instituto Ordem Livre, Estudantes pela Liberdade, todos atuantes em parceria com IL-RJ.

O projeto de construção da hegemonia neoliberal empreendido pelos Institutos Liberais pautou-se por um trabalho formativo calcado na organização e articulação metódica de suas ações e de suas estratégias de dominação, atuando em profunda sintonia com outros laboratórios do pensamento neoliberal internacionais engajados no movimento desencadeado pela Sociedade Mont Pélerin. Os Institutos Liberais funcionaram como o primeiro laboratório formulador e irradiador do discurso legitimador do ideário neoliberal no Brasil. Ademais, conquistaram a adesão de fração expressiva das elites políticas, empresariais, intelectuais/acadêmicas cuja atuação como elaboradores e divulgadores das teses hayekianas, adequadas à realidade brasileira, abriu largo espaço para a aplicação efetiva da reforma estrutural no país. Esse movimento de contrarrevolução neoliberal, como argumenta Melo:

[...] foi algo mais complexo que o mero resultado de uma conspiração da Sociedade de Mont Pélerin, constituindo-se num verdadeiro movimento de restauração de classe, articulado internacionalmente através de instituições acadêmicas, mas também de centros de aglutinação de interesses como a Business Roundtable, a Heritage Foundation (rebento da Sociedade Mont Pélerin), e fundações como a Smith Richardson, Olin e Scaife – esta última, financiadora de uma série televisada do célebre livro de Friedman, e que leva o mesmo nome deste, *Free to choose* (Liberdade de escolha). Dispositivos como o Instituto of Economic Affairs (IEA) – um think tank fundado pelo sir Antony Fisher sob a influência de Hayek –, a que a própria Thatcher atribuía importância na formação de suas convicções,⁹ exerceram papel importante na construção da hegemonia do neoliberalismo. (MELO, 2015, p. 8)

Toda a estrutura argumentativa do pensamento neoliberal convergiu para induzir à convicção de que somente a ordem do livre mercado é capaz de assegurar a liberdade dos indivíduos e a perpetuação da humanidade. Sob o fetiche da ordem espontânea do mercado sedimentou-se a racionalidade neoliberal, como totalidade social, como visão de mundo. Abriu-se assim, o espaço para as novas formas de dominação política imperialista, requeridas pelas tendências de reprodução e de acumulação do capital em âmbito mundial pós crise dos anos 1970.

CAPÍTULO 3 | OS LABORATÓRIOS DE IDEIAS LIBERAIS E A NOVA HEGEMONIA BURGUESA

Este capítulo trata da consolidação da Agenda neoliberal no Brasil, pactuada no Consenso de Washington, bem como do engajamento político dos *technopols* na aprovação do Plano Real, programa que redefiniu a economia nacional e inseriu o Brasil na nova dinâmica de acumulação do capital como país neoliberal periférico. Examina também o papel desempenhado pelos laboratórios de ideias liberais na legitimação do ideário neoliberal. Analisa-se o processo de edificação de redes de organizações que operam, em âmbito global, na fabricação de modelos ideológicos cognitivos, transmitidos em escala transnacional, regional/continental e nacional. Nessa perspectiva, focaliza-se o poder e o papel desempenhado pelas redes Atlas, Hacer, Relial e FIL. Investiga-se, por fim, a atuação de entidades liberais no Brasil, notadamente, Estudantes pela Liberdade, Movimento Brasil Livre, Fórum da Liberdade e Instituto Millenium.

3.1 INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ECONOMY, FMI, BANCO MUNDIAL E O CONSENSO DE WASHINGTON

As prescrições ortodoxas neoliberais ganharam força política e foram incorporadas ao conluio denominado Consenso de Washington. Em 1989, o International Institute for Economy,⁷¹ que opera em Washington e integra uma cadeia de laboratórios de ideias, promoveu

⁷¹ “O Instituto Peterson de Economia Internacional (PIIE) é uma instituição de pesquisa privada, sem fins lucrativos e não partidária dedicada ao estudo rigoroso e intelectualmente aberto da política econômica internacional. Desde 1981, identificamos e analisamos uma ampla gama de desafios econômicos internacionais, abordagens de políticas e ideias práticas para ajudar a tornar a globalização benéfica e sustentável para a população dos Estados Unidos e do mundo. QUARTEL GENERAL: Nossa sede premiada em Washington, DC hospeda uma equipe realizada de pesquisadores, bolsistas e profissionais. Às vezes, nos relacionamos com *think tanks* na China, na Europa e em outros lugares para ampliar o escopo de nossa pesquisa e comentários. FUNDAÇÃO INTELECTUAL: Nossa pesquisa forneceu a base intelectual para muitas das principais iniciativas políticas internacionais das últimas três décadas e meia. A PIIE é amplamente reconhecida pelo seu êxito em antecipar as questões emergentes e sua prontidão para apresentar respostas práticas em formatos úteis e acessíveis para informar e moldar o debate público. Sua audiência inclui funcionários e legisladores do governo, líderes empresariais e sindicais, gerentes e funcionários de organizações internacionais, estudiosos universitários e seus alunos, especialistas de outras instituições de pesquisa e organizações não-governamentais, mídia e público em geral. A agenda do Instituto enfatiza o comércio e o investimento internacionais, as taxas de câmbio e as finanças internacionais, a política macroeconômica e a resposta às crises, a globalização e o bem-estar humano e os estudos

naquela cidade uma conferência cujo mote era “A Nova Governança Global”. Esse evento teve como objetivo realizar um balanço das políticas neoliberais e efetivar um acordo de ajustamento estrutural dos países periféricos, destinando-se prioritariamente aos países da América Latina.

Participaram do evento representantes dos seguintes organismos financeiros internacionais: Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Também tomaram parte na conferência enviados oficiais do Departamento do Tesouro dos EUA e do Congresso estadunidense, porta-vozes da comissão do Federal Reserve e de diversas entidades estadunidenses, representantes de várias entidades envolvidas com questões da América Latina, diretores/colaboradores de inúmeros laboratórios de ideias de política econômica e tecnocratas de todo o mundo (BATISTA, 1994).

Nesse evento, avaliou-se “a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e ao Peru” (BATISTA, 1994) e estabeleceu-se um conjunto de prescrições denominado Consenso de Washington, que se difundiu mundialmente. Aprovou-se, desse modo, o pacote de medidas neoliberais que o governo estadunidense obstinadamente prescrevia, por intermédio dos organismos financeiros internacionais, como critério para a concessão de novos créditos externos, renegociação e amortização de dívidas, via acordos bilateral ou multilateral. O encontro tratou, mais especificamente, de dez temas, apresentados a seguir:

- i) Disciplina fiscal;
- ii) Mudanças nas prioridades de gastos;

de área das principais regiões econômicas. O pessoal do Instituto tem conhecimentos únicos nas principais economias, com especial referência à China, à União Europeia, à Índia, ao Japão, à Coréia, à Rússia e ao Oriente Médio, bem como aos próprios Estados Unidos e seus vizinhos, Canadá e México. PRIORIDADES ATUAIS: Entre as prioridades atuais estão os acordos comerciais regionais e o investimento multinacional, notadamente a TPP; A transição do modelo de crescimento da China e seu impacto sobre a economia mundial; Opções de política macroeconômica após a crise financeira; Globalização, desigualdade e ajustamento do mercado de trabalho; Estabilidade financeira e reforma, incluindo a análise custo-benefício da regulação global dos bancos versus não bancos; Intervenções cambiais e reforma do sistema monetário internacional; Modelos práticos de crescimento para a Europa, Japão e Estados Unidos; E os possíveis regimes de gestão da migração, das alterações climáticas e da economia das transições democráticas. PIIE EVENTOS: Os eventos do Instituto reúnem uma variedade diversificada de especialistas internacionais do governo, empresas e comunidade política para engajar em um diálogo construtivo. Nós empregamos ajudas audiovisuais, gráficos interativos, e meios sociais para aprofundar a compreensão do público das edições.” (Fonte: sítio do Instituto Peterson de Economia Internacional (PIIE), <<https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://piie.com/&prev=search>>, tradução nossa)

- iii) Reformas tributárias;
- iv) Liberalização financeira, especialmente das taxas de juros;
- v) Busca e manutenção da estabilidade de preços e taxas de câmbio competitivo;
- vi) Liberalização do comércio, abrindo para a entrada de investimentos estrangeiros direto;
- vii) Privatizações;
- viii) Desregulamentação;
- ix) Garantir os direitos de propriedade privada;
- x) Propriedade intelectual.

Os fatos parecem indicar que o acordo/consenso já estava definido *a priori*, antes da conferência, como a justificativa de John Williamson revela. Segundo John Williamson, economista do Institute for International Economics, o termo “Consenso de Washington” foi cunhado por ele, em 1989, ocasião em que ainda redigia o documento de referência para a conferência convocada pelo instituto. A proposta era realizar um balanço das velhas medidas e ideias de desenvolvimento econômico adotadas na América Latina desde a década de 1950. De acordo com Williamson, os organizadores do evento julgavam tais acepções políticas e econômicas ultrapassadas. Ademais, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) já há muito tempo as considerava suplantadas. Williamson relata que:

A fim de tentar garantir que o plano de trabalho para a conferência tivesse um conjunto de questões de interesse comum, elaborei uma lista de dez diretivas que pensei ter a relativa anuência de todos em Washington [os mais influentes núcleos e esferas de poder estabelecidos em Washington] como requeridas para o conjunto da América Latina, e com o nome de "Consenso de Washington". Quinze anos mais tarde, seria convidado a escrever sobre a história de um termo que se tornou o centro de acirrada controvérsia ideológica. (WILLIAMSON, 2004, p. 1)

Por esse relato, fica claro que os mais influentes núcleos e esferas de poder estabelecidos em Washington já haviam definido, antes do evento, que na América Latina todos os países deveriam adotar as mesmas diretivas. Em verdade, embora a América Latina tenha sido o alvo prioritário, o Consenso de Washington materializou a perspectiva estadunidense a respeito dos rumos da política econômica em âmbito mundial, traçada para os países periféricos. O acordo

mirava como alvo principal a América Latina devido ao fato de que na região, naquele período, se encontravam os países mais endividados. A esse conluio estabelecido pelo núcleo duro da dominação global deu-se o nome de Consenso de Washington. Conforme determinou-se nesse acordo, os países periféricos deveriam ter como meta prioritária a estabilização monetária.

Segundo Fiori (1996), o acordo exigiu para a estabilização, no campo macroeconômico, a aplicação de um programa de equilíbrio fiscal, de austeridade fiscal absoluta e extremada, o que requereu necessariamente a redução em níveis elevadíssimos dos gastos públicos e das reformas administrativas, previdenciárias e fiscais. Sob a égide dessas diretrizes econômicas, prescreveu-se que a política fiscal se subordinaria à política monetária. Para viabilizar a estabilização era imprescindível uma política fiscal rigorosa com a adoção das seguintes medidas:

- i) Cortes nos investimentos públicos;
- ii) Redução de salários dos funcionários públicos;
- iii) Demissões;
- iv) Flexibilização do mercado de funcionários públicos;
- v) Supressão das contribuições sociais, reforma da previdência social.

Em segundo plano de prioridade das propostas e das reformas, determinou-se naquele "Consenso" a obrigatoriedade de desonerar fiscalmente o capital para assegurar a elevação da sua concorrência no mercado internacional, sem amarras e aberto. Nessa direção, a alternativa possível para pequenas empresas localizadas nos países da periferia foi deixar-se levar por esse processo de elevação da competitividade, o que implicaria as seguintes iniciativas;

- i) Desonerar fiscalmente;
- ii) Flexibilizar os mercados de trabalho [sofisma para precarização, desemprego em massa, subemprego];
- iii) Reduzir a carga social com os trabalhadores;
- iv) Diminuir os salários.

No terceiro plano de prioridade o consenso propunha a ruptura com o "modelo arcaico" de substituição de importações. Nessa linha, prescrevia as reformas estruturais a seguir:

- (i) Desregulação dos mercados, sobretudo o financeiro e o do trabalho. Essa medida já havia sido adotada em quase todos os países da América Latina;
- (ii) Privatização, de preferência selvagem;
- (iii) Abertura comercial;
- (iv) Garantia do direito de propriedade, sobretudo na zona de fronteira, isto compreendia os serviços, a propriedade intelectual etc.

Em verdade, o Consenso condicionou explicitamente a compra de novos empréstimos no mercado internacional, as renegociações das dívidas, as amortizações ao orçamento fiscal equilibrado. Apertou-se, assim, o cerco para que os países periféricos aderissem às prescrições de Washington. Os mais poderosos núcleos de poder de Washington estabeleceram os novos padrões de políticas econômicas e de reformas para a América Latina. Padrões esses ajustados aos interesses dos centros econômicos dominantes mundiais e requeridos desde o início dos anos 1980.

Importa sublinhar, entretanto, que não há correlação evidente entre política de estabilização econômica e as prescrições de privatizações e de abertura comercial exigidas aos países devedores periféricos pelo acordo firmado na capital do imperialismo. Essas duas medidas, fundamentais do receituário de Washington, portanto, cumpriram tão somente o propósito de aprofundar o grau de dependência desses países às economias centrais. Dessa forma, o “Consenso” consumou o propósito neoliberal de ampliar a pilhagem sobre as economias periféricas, de intensificar a sujeição dessas sociedades ao esquema brutal de espoliação, exigido pela nova dinâmica de acumulação do capital, a partir da crise do final dos anos 1970.

Efetivamente, o Consenso de Washington estabeleceu a agenda política econômica do Brasil e dos demais países latino-americanos, bem como definiu o programa de longo prazo, que deveria ser aquele adotado como política de governo pelas autoridades latino-americanas a partir da década de 1980, ajustando esta região do continente à lógica do capitalismo neoliberal, mais precisamente ao modelo econômico neoliberal periférico. Em toda a América Latina, afora Cuba, introduziram-se as reformas contidas no Consenso, em um ambiente político-ideológico de afirmação da doutrina dogmática hayekiana.

Segundo Batista (1994), no caso específico do Brasil, as prescrições neoliberais tornaram-se sinônimo de modernidade e foram assumidas integralmente por expressiva fração das elites intelectuais, políticas e empresariais. A pressão para que “as reformas comerciais liberalizantes” fossem adotadas se inicia no governo Reagan, mediante coação efficientíssima e abundantes recursos, humanos e financeiros, das agências internacionais e do governo estadunidense.

De acordo com Batista (1994), a Fiesp, mediante o documento intitulado “Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno”,⁷² expressou o alinhamento do empresariado representado por essa entidade com a agenda de reformas prescritas em Washington. A proposta da Fiesp contém um tema que o Consenso de Washington não explicitou, mas que aborda o documento do Banco Mundial de 1989, denominado “Trade Policy in Brazil: the Case for Reform”. No documento se define a inserção da economia brasileira no movimento de acumulação capitalista em âmbito mundial como país remetido à reprimarização da exportação. Paradoxalmente, a organização mais expressiva da indústria paulista se curvou passivamente às determinações retrocedentes da desindustrialização. Nas palavras de Batista:

Exemplo desse processo de cooptação intelectual é o documento publicado em agosto de 1990 pela Fiesp, sob o título “Livre para crescer - Proposta para um Brasil moderno”, hoje na sua 5ª edição, no qual a entidade sugere a adoção de agenda de reformas virtualmente idêntica à consolidada em Washington.

A proposta da Fiesp inclui, entretanto, algo que o Consenso de Washington não explicita, mas que está claro em documento do Banco Mundial de 1989, intitulado “Trade Policy in Brazil: the Case for Reform”. Aí se recomendava que a inserção internacional de nosso país fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação. Vale dizer, o órgão máximo da indústria paulista endossa, sem ressalvas, uma sugestão de volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários, como o foi até 1950. Uma área em que os preços são cadentes - são hoje, em termos reais, 40% em média inferiores aos de 1970 - em virtude do notável volume de subsídios concedidos a seus produtores agrícolas pelos países desenvolvidos, da ordem de US\$ 150 bilhões de dólares por ano, e da revolução no setor de materiais que vem reduzindo substancialmente o uso de matérias-primas naturais por unidade de produto obtido. (BATISTA, 1994, p. 101)

Sob a entusiástica defesa e articulação das elites econômicas, as prescrições de Washington foram adotadas no Brasil como programa de governo ao longo da década de 1990, mais concretamente a partir do governo Collor, sustentado pelos partidos

⁷² “Livre para crescer” proposta para um Brasil moderno” (Fiesp, 1990), reeditado em vários anos consecutivos.

reacionários/conservadores, representados, notadamente, no PFL de ACM e de Bornhausen. A coalizão abarcou, além do apoio de distintas frações da burguesia, a “fração superior da classe média brasileira que é uma aliada importante da grande burguesia e do imperialismo” (BOITO Jr., 2006, p. 281). Essa parcela da classe média nega o Estado de Bem-estar Social, cuja proteção social ela não necessita, mas com a qual é obrigada a contribuir por meio de pagamento de imposto, para compor esse fundo social.

As estratégias político-ideológicas neoliberais vulnerabilizaram a capacidade de combatividade dos partidos de esquerda, que não conseguiram neutralizar a contento a avalanche desse ideário. Parcela significativa da intelectualidade do país integrou a aliança conservadora/reacionária, reorganizada desde a candidatura de Collor, inclusive, e, sobretudo FHC, quando assumiu o Ministério das Relações Exteriores e posteriormente o cargo de ministro da Fazenda, no governo de Itamar Franco. Desde então, FHC integra-se à coalizão política, agora reorganizada para ajustar-se à ordem do capital, que historicamente sustentou o poder conservador no Brasil. A propósito, a indicação de FHC para ocupar o Ministério da Fazenda ocorreu durante seus contatos com banqueiros internacionais, quando estava em viagem oficial aos Estados Unidos como ministro das Relações Exteriores, em 19 de outubro de 1993.

Além da expressiva coalizão conservadora/reacionária e da dificuldade da esquerda de barrar a onda neoliberal, muito provavelmente a ampla adesão ao pacote de Washington deveu-se também, em larga medida, ao fato de ele se configurar como política de condicionalidade, como o novo padrão para a negociação da dívida imposto pelas agências financeiras internacionais, nomeadamente FMI e Banco Mundial.

Outro fator que parece ter contribuído para essa submissão incondicional ao pacote foram as atuações políticas de grupos de PhDs latino-americanos em economia titulados em universidades estadunidenses, que retornam aos seus países e passam a exercer cargo na esfera governamental. No caso brasileiro, os tecnocratas que compuseram a equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso parecem atestar essa hipótese. A trajetória apresentada no conciso currículo do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG)⁷³ revela a forte influência liberalizante na formação desses novos protagonistas da economia brasileira e o profundo vínculo dessas figuras com os organismos financeiros internacionais.

⁷³ Sítio Casas das Garças, disponível em: <<http://iepecdg.com.br/>>.

Destacam-se aqui os currículos dos seis PhDs em economia que ocuparam cargos públicos relevantes no governo FHC.⁷⁴

- (i) André Lara Resende - Senior Visiting Fellow da Universidade de Columbia. Sócio-diretor da Lanx Capital Investimentos. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (abr/1998 a nov/1998), diretor do Banco Central do Brasil, negociador-chefe para a dívida externa brasileira e assessor do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi também diretor do Banco de Investimentos Garantia, do Unibanco e do Banco Matrix. B.A. em Economia pela PUC-Rio e Ph.D. em Economia pela Massachusetts Institute of Technology.
- (ii) Arminio Fraga Neto - Sócio fundador da Gávea Investimentos, empresa fundada por ele em agosto de 2003 e sediada no Rio de Janeiro. Membro do Group of Thirty, do Conselho Consultivo Internacional do China Investment Corporation (CIC) e do Council on Foreign Relations, além de membro de conselhos de diversas fundações filantrópicas. Foi presidente do Conselho de Administração da BM&F Bovespa. No período de março de 1999 a dezembro de 2002, presidiu o Banco Central do Brasil. Anteriormente, foi diretor-gerente da Soros Fund Management em Nova York, diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, vice-presidente da Salomon Brothers, Nova York, e economista-chefe e gerente de Operações do Banco Garantia. Foi professor do curso de mestrado da Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, da School of International Affairs da Universidade de Columbia e da Wharton School. Tem publicado largamente nas áreas de finanças internacionais, macroeconomia e política monetária. Recebeu seu Ph.D em Economia pela Universidade de Princeton em 1985, bem como seu B.A. e M.A. em economia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1981.
- (iii) Edmar Lisboa Bacha - Sócio fundador e diretor do Instituto de Estudos em Política Econômica/Casa das Garças. Nascido em Lambari, Minas Gerais.

⁷⁴ Informações extraídas do sítio do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças. Disponível em: <<http://iepecdg.com.br/associados/andre-lara-resende/>>. Acesso em: novembro de 2016.

Em 1993/94, foi membro da equipe econômica do governo, responsável pelo Plano Real. Foi também presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Anbid (atual Anbima). Entre 1996 e 2010, foi consultor sênior do Banco Itaú BBA. Foi professor de economia na PUC-Rio e em outras universidades brasileiras e americanas. Tem diversos livros e artigos publicados sobre economia brasileira e latino-americana e sobre a economia internacional. É bacharel em economia pela UFMG e Ph.D. em economia pela Universidade de Yale, EUA.

- (iv) Gustavo Henrique de Barroso Franco - Sócio e diretor executivo da Rio Bravo Investimentos e professor no Departamento de Economia da PUC-Rio desde 1986. Foi presidente e diretor de assuntos internacionais do Banco Central do Brasil e secretário adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda (1993-1999). Foi membro da equipe responsável pelo Plano Real. Participa de diversos conselhos de administração de consultivos. Seus escritos podem ser encontrados em sua home page: www.econ.pucrio/gfranco. Bacharel (1979) e mestre (1982) em economia pela PUC-Rio e PhD (1986) pela Universidade de Harvard.
- (v) Pedro Sampaio Malan - Presidente do Conselho Consultivo Internacional do Itaú Unibanco e professor do Departamento de Economia da PUC-Rio. Foi ministro da Fazenda, presidente do Banco Central e negociador-chefe para a Dívida Externa. Foi diretor executivo do Banco Mundial, do BID, do Centro de Empresas Transnacionais da ONU e do DIESA da ONU. Engenheiro pela PUC-Rio e PhD pela Universidade da Califórnia/Berkeley.
- (vi) Pérsio Arida - Sócio do banco BTG Pactual. Foi pesquisador do Institute for Advanced Study, Princeton (1978-1979), professor da USP (1979-1981), professor da PUC-Rio (1980-1984), pesquisador do Woodrow Wilson Center, Smithsonian Institute, Washington, DC (1984-1985). Secretário de Coordenação Econômica e Social do Ministério do Planejamento (1985), diretor da área bancária do Banco Central do Brasil (1986), presidente do BNDES (1993-1994), presidente do Banco Central do Brasil (1995).

Bacharel em economia pela USP (1975) e Ph.D. em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (1992).

Entre os integrantes desse grupo há diversos traços comuns, apresentados a seguir:

- (i) Afora Edmar Bacha, que se graduou em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Pêrsio Arrida, que se formou em economia pela Universidade de São Paulo, todos os demais realizaram a sua formação acadêmica na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ);
- (ii) À exceção de Pedro Malan, que se graduou em engenharia elétrica pela PUC-Rio, todos os demais cursaram economia;
- (iii) Todos eles são PhDs por universidades estadunidenses;
- (iv) Todos integram ou integraram o corpo docente do Departamento de Economia da PUC-Rio, criado em 1963, com o desmembramento da Escola de Sociologia e Política da universidade;
- (v) Todos eles têm fortes vínculos com bancos ou instituições financeiras.

Possivelmente, essa formação acadêmica tenha contribuído para o posicionamento político e ideológico desse grupo e para a estreita afinidade intelectual existente entre eles. A influência que as academias estadunidenses exercem na formação de estudantes de economia latino-americanos que posteriormente passam a ocupar cargos-chave nos governos de seus países é notória, haja vista os *Chicago Boys*. O economista estadunidense Albert Fishlow, docente emérito de Berkeley, ao ser entrevistado no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em 21 de fevereiro de 2000, e indagado sobre o então ministro da Fazenda Pedro Malan, seu ex-aluno, refere-se a diversos ex-alunos latino-americanos de diferentes nacionalidades que assumiram cargos de relevância no poder público em seus respectivos países, conforme se depreende do seguinte trecho da entrevista:

Carlos Eduardo Lins e Silva: Ele [Pedro Malan] é seu aluno mais famoso, professor?
 Albert Fishlow: Não, eu tenho outros alunos... ministro [...], da Colômbia. Hoje em dia, o ministro [...] é meu aluno também.
 Carlos Eduardo Lins e Silva: Que nota o senhor dá para o ministro Malan hoje?
 Albert Fishlow: E o presidente do México [Vicente Fox, presidente entre 2000 e 2006] foi meu aluno. O presidente da Costa Rica, Miguel [Rodríguez Echeverría, presidente

entre 1998 e 2002], foi meu aluno. Então, eles aprenderam muitas coisas, espero, e o que eles fazem depende do ponto de vista deles.⁷⁵

Esse relato é revelador da influência ideológica das universidades estadunidenses no processo de formação da alta esfera governamental latino-americana, notadamente na assimilação de concepções econômicas predominantemente liberais para solucionar as questões econômico-sociais da região. A designação de economistas titulados pelas instituições estadunidenses para assumir postos estratégicos nos governos dos países latino-americanos não é um ato fortuito. Na América Latina, diversos economistas capacitados nos Estados Unidos assumiram o enfrentamento da batalha de ideias e alinharam a economia de seus países ao programa de ajustamento do FMI e do Banco Mundial. Eles foram deliberadamente escolhidos para comporem as equipes econômicas de diversos governos da região. Esses economistas ocuparam cargos definidores da vida política e econômica de seus países não apenas na América Latina, mas em vários países de economias periféricas. Como observa Fiori (1997b), Williamson os apelidou de *technopols*:

[...] economistas capazes de somar ao perfeito manejo do seu “mainstream” (evidentemente neoclássico e ortodoxo) à capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda e as mesmas políticas do “Consensus”, como é ou foi o caso, por exemplo, de Aspe e Salinas no México, de Cavallo na Argentina, de Yegor Gaidar na Rússia, de Lee Teng-hui em Taiwan, Manmohan Singh na Índia, ou mesmo Turgut Ozal [...].

Os *technopols* brasileiros também mantêm estreita conexão com integrantes do sistema financeiro internacional, notadamente com o Tesouro estadunidense, o FMI e o Banco Mundial. Importa sublinhar que eles tiveram atuação destacada na formulação do Plano Real. Merece evidência o fato de Pérsio Arida e André Lara Resende terem escrito o artigo cujo título é “Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil” (Inflação Inercial e Reforma Monetária no Brasil), hoje considerado a raiz teórica do Plano Real. Esse artigo foi originalmente apresentado em Washington, em dezembro de 1984, num seminário também promovido pelo Institute for International Economic, o mesmo que organizou o Consenso de Washington.⁷⁶

⁷⁵ Texto completo da entrevista de Albert Fishlow no programa *Roda Viva* da TV Cultura de 21 de fevereiro de 2000 disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/202/entrevistados/albert_fishlow_2000.htm>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

⁷⁶ Artigo disponível no sítio do Departamento de Economia da PUC-RIO: <<http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/show/1148>>. Acesso em: novembro de 2016.

André Lara Rezende e Pêrsio Arida também arquitetaram uma dolarização dissimulada para a economia brasileira, a Unidade Real de Valor (URV), que valia 1 dólar americano. A URV foi editada via medida provisória em 28 de fevereiro de 1994. Os economistas Edmar Bacha e Gustavo Franco, do Banco Central, integraram a equipe econômica que elaborou o Plano Real, editado em 1º de julho de 1994, com o lançamento da nova moeda, o Real (R\$).

3.2 O SEMINÁRIO DO INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS EM 1993: OS *TECHNOPOLS* E O PLANO REAL

De acordo com Fiori (1997b, p. 11):

Entre os dias 14 e 16 de janeiro de 1993, o Institute for International Economics, destacado “think tank” de Washington, tendo à frente Fred Bergsten, reuniu cerca de cem especialistas em torno do documento escrito por John Williamson, “In Search of a Manual for Technopols” (“Em Busca de um Manual de ‘Tecnopolíticos’”), num seminário internacional cujo tema foi: “The Political Economy of Policy Reform”.

O seminário teve como objetivo debater as “circunstâncias mais favoráveis e as regras de ação que poderiam ajudar um *technopol* a conquistar a sustentação política necessária para concluir com êxito o programa de estabilização e de reforma econômica que o próprio Williamson apresentou em 1989 no Consenso de Washington, isto é, um plano único de ajustamento das economias periféricas”. As discussões foram realizadas “com executivos de governo, dos bancos multilaterais e de empresas privadas, junto com alguns acadêmicos” que debateram com “representantes de 11 países da Ásia, África e América Latina” (FIORI, 1997b, p. 11-12).

Williamson sintetizou, em seu documento introdutório, as indagações e hipóteses centrais concernentes às dificuldades características de cada uma das etapas do plano e sobre as soluções alternativas identificadas pelos diferentes países para superá-las. Esse debate realizou-se em razão de o próprio Williamson ter reconhecido os nefastos impactos sociais e econômicos do programa de “austeridade e liberalização sobre as economias e populações nacionais” (FIORI, 1997b, p. 19). Ele reconheceu também que esse programa, por seu caráter austero, gerava obstáculos aos apoios eleitorais e à sustentação política de “governo minimamente estável”, visto que em todos os países onde foi aplicado provocou graves desequilíbrios sociais. Diante desse dado de realidade, constatou-se que havia obstáculos

concretos à conquista de “credibilidade desse programa junto ao empresariado, seu aliado indispensável, e pior ainda, junto aos trabalhadores” (FIORI, 1997b, p. 19).

Conforme explana Fiori (1997b), o estudo comparativo de J. Nelson e S. Haggard sobre um grupo de 25 países que antecederam o Brasil na adesão ao Consenso de Washington, análise que o seminário considerou na sua avaliação, concluiu que:

- i) Na maioria dos países que já aplicaram as políticas e fizeram as reformas recomendadas não houve a esperada recuperação dos investimentos;
- ii) O apoio empresarial, interno e externo, não passa do entusiasmo retórico para a cooperação ativa, indispensável inclusive para a primeira etapa da estabilização sem ter garantias sobre as reformas liberalizantes;
- iii) Como consequência, aliás, todos os países que lograram vencer a etapa da estabilização contaram com uma ajuda externa politicamente orientada; no caso chileno, 3% do PIB durante cinco anos, de ajuda pública mais um aporte equivalente, durante três anos, por parte dos bancos comerciais; 5% do PIB durante cinco anos no caso da Bolívia; 2% do PIB durante seis anos no caso do México, etc. (FIORI, 1997b, p. 19).
- iv) Mesmo quando obtiveram ajuda externa e se estabilizaram, essas economias “reformadas” atravessaram profundas recessões, perdas significativas da massa salarial e aumento geométrico do desemprego, os famosos “custos sociais” da estabilização.
- v) Mesmo onde houve retomada do crescimento, esse tem sido lento e absolutamente incapaz de recuperar os empregos destruídos pela reestruturação e abertura das economias;
- vi) No caso das experiências bem-comportadas, as etapas de estabilização e reformas tomaram de três a quatro anos cada uma, e até uma década para a retomada efetiva do crescimento.

A conclusão apresentada no item iv permite depreender, como expõe Fiori, que:

[...] a longa espera pelos eventuais resultados positivos das políticas e reformas preconizadas pelo FMI e Bird demandam uma estabilização prolongada da situação de poder favorável às reformas. Solução que desemboca, entretanto, num novo problema: o da viabilização eleitoral duradoura da coalizão "reformista". Eis aí a questão: como fazer com que o povo compreenda e apoie por um longo período de tempo, e apesar de sua dura penalização, a verdade dos "technopols"? Ou em termos mais diretos: nestas condições, como ganhar eleições e manter tanto tempo uma sólida maioria no Congresso Nacional? (FIORI, 1997b, p. 19)

O desenlace desse nó górdio de conferir legitimidade às políticas neoliberais intrinsecamente impopulares por seu elevado custo social recaía em uma nova questão, qual seja: a “viabilização eleitoral duradoura da coalizão reformista”. Uma vez privado de base política no âmbito doméstico, o imperialismo dos dias atuais desmoronaria em muitas sociedades. Portanto, era estrategicamente crucial construir base de sustentação do projeto neoliberal nos países, ainda que não fosse uma adesão popular maciça.

O documento de Williamson enunciava como condição mais propícia para legitimação do projeto de Washington as situações em que:

- i) O programa consegue ser ampliado depois de alguma grande catástrofe (guerra ou hiperinflação) capaz de minar toda e qualquer resistência;
- ii) Os *technopols* conseguem defrontar-se com uma oposição desacreditada ou desorganizada;
- iii) Quando [os *technopols*] dispõem de uma liderança forte capaz de “insularizá-los”[isolar a oposição] com relação às demandas sociais (FIORI, 1997b, p. 13).

Mas essas condições não poderiam prescindir da construção antecedente de uma forte aliança de poder capaz de fazer valer-se das situações favoráveis e avocar para si, por um dilatado período de tempo, as rédeas de governos ancorados em consistente superioridade parlamentar. Certamente, essa condição foi avaliada como imperativa para imprimir a confiabilidade necessária “aos atores que realmente interessam, neste caso: os ‘analistas de risco’ das grandes empresas de consultoria financeira, responsáveis, em última instância, pela direção em que se movem os capitais globalizados” (FIORI, 1997b, p. 13).

Nesse sentido, como deduziu Fiori, o “Plano Real não foi concebido para eleger FHC, foi FHC que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e dar viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial” (FIORI, 1997b, p. 14).

A própria indicação de FHC para ocupar o Ministério da Fazenda, como já mencionado neste estudo, ocorreu durante seus contatos com banqueiros internacionais, quando estava como chanceler em viagem oficial aos Estados Unidos, em 19 de outubro de 1993. Portanto, como argumenta Filgueiras (2006), o Plano Real não foi uma estratégia avulsa de redefinição da economia brasileira, visto que se vincula a um projeto de realinhamento global do capitalismo, experiência que já vinha ocorrendo em outros países, como Argentina e México.

Efetivamente, o Plano Real foi a consolidação do Consenso de Washington no Brasil por meio de um pacote de medidas que expressa o modelo econômico neoliberal periférico, adotado no país até os dias atuais. Modelo cujas diretrizes se concentram nas seguintes políticas econômicas:

- (i) Ajuste fiscal;
- (ii) Fixação de taxas de juros elevadíssimas;
- (iii) Regime de superávit primário;
- (iv) Autonomia operacional do Banco Central;
- (v) Metas de inflação;
- (vi) Privatizações;
- (vii) Regime de câmbio flutuante;
- (viii) Desconstitucionalização da legislação trabalhista;
- (ix) Captura do Estado para atender os interesses do grande capital nacional e internacional;
- (x) Reforma previdenciária e tributária.

Dessa forma, o Plano Real cumpriu o receituário do Consenso de Washington, como constata Filgueiras (2006, p. 31):

[...] esse plano não é, meramente, um programa de estabilização solitário, pois se articula a um projeto maior, de redefinição da economia brasileira e de sua inserção na nova (des)ordem internacional, conforme o ideário do Consenso de Washington. Portanto, a política de estabilização daí decorrente tem impactado, entre outras coisas, no redesenho da estrutura do Estado, na sua forma de atuação na economia e na reestruturação e desnacionalização de diversos setores econômicos; nas relações internacionais, comerciais e financeiras, do país e, cada vez mais, na redefinição das relações trabalhistas e no perfil do mercado de trabalho.

Conforme explicitado, está claro que o neoliberalismo no Brasil e na maioria dos países da América Latina foi um processo consolidado a partir do Consenso de Washington. Embora nos anos 2000 partidos de tradição de esquerda tenham ascendido ao poder em muitos países da América do Sul, esse fato não significou uma ruptura com as prescrições liberalizantes do Consenso. No Brasil os governos petistas mantiveram-se caudatários da pauta de Washington, como atestam diversas medidas, a exemplo:

- i) da Reforma Previdenciária do governo Lula aprovada em 11 de dezembro de 2003;
- ii) do aumento da meta do superávit primário de 2003, que passou de 3,75% do PIB para 4,25% do PIB;
- iii) de os governos Lula e Dilma terem mantido as privatizações legadas por FHC, inclusive preservando os contratos leoninos que asseguram alta lucratividade aos novos monopólios privados, e nem sequer investigaram os casos de corrupção mais rumorosos que envolveram o processo de privatização (BOITO Jr., 2006, p. 281);
- iv) da legislação criada pelo governo Lula para as parcerias público-privadas (PPPs) para serviços públicos e de infraestrutura, que consiste em processo de privatização. São os grandes grupos econômicos que monopolizam o acesso à exploração dos serviços de infraestrutura, com o privilégio de terem, conforme estabelece a legislação das PPPs, a lucratividade assegurada em lei – estando prevista a suplementação de dinheiro público para os empreendimentos que não atingirem a “lucratividade esperada (BOITO Jr., 2006, p. 281);
- v) da política de desregulamentação financeira, associada à política de juros altos e de estabilidade monetária;
- vi) da privatização dos hospitais universitários e implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH),⁷⁷ que representa séria ameaça ao Sistema Único de Saúde;

⁷⁷ Segundo a Frente Crítica Implantação da EBSERH, “quem acompanhou o debate sobre a saúde pública no Brasil já ouviu falar sobre Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), empresa pública de direito privado criada pela Lei nº 12.550/2011 para administração dos hospitais universitários. De acordo com o texto da Lei, a Empresa tem como finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública”.

Entretanto, movimentos em defesa da saúde pública, universal, de qualidade e gratuita, como a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, da qual o CFESS faz parte, têm criticado a implantação da EBSERH, afirmando

- vii) da aprovação, em 11 de janeiro de 2016, da Lei 13.243, que trata do estímulo ao desenvolvimento científico. Essa lei abre o flanco para a privatização da pesquisa e da extensão nas Instituições Públicas de Ensino Superior, o que revela o quanto o governo tem cedido espaço para a iniciativa privada, na perspectiva da aproximação com o mercado;⁷⁸
- viii) da privatização dos aeroportos Tancredo Neves, em Confins (MG) Antônio Carlos Jobim no Galeão (RJ), Santos Dumont (RJ), Viracopos (SP), Guarulhos (SP), Congonhas (SP), Brasília (DF).

Entretanto os governos petistas, a despeito de não romperem com as políticas liberalizantes do Consenso de Washington, adotaram uma orientação neoliberal menos dogmática em comparação com os governos neoliberais que os precederam. Durante os mandatos de Lula e Dilma Rousseff também foram aplicadas medidas de:

- i) recuperação do salário mínimo e transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo;
- ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada;
- iii) apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais;
- iv) efeitos econômicos anticíclicos – para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica. (BOITO Jr.; BERRINGER, 2013)

Retome-se a questão central deste estudo, que é o desenlace desse nó górdio da conquista da legitimidade das políticas neoliberais, uma vez que elas implicam alto custo social para classe trabalhadora. Cabe indagar como o projeto econômico neoliberal periférico, de

que a Empresa representa uma séria ameaça para o Sistema Único de Saúde (SUS), já que propõe um modelo privatista de gestão hospitalar.

⁷⁸ Informação extraída dos documentos da Fração UC/ Sinasefe e do ANDES-SN. Cabe complementar essa informação acrescentando que a referida Lei, além de aumentar as vias de privatização da educação pública, flexibiliza o regime de Dedicação Exclusiva (DE) do magistério federal. O código modifica a Lei 12.772/2012, que regula a carreira docente, possibilitando que empresas privadas paguem, por meio de fundações de apoio, bolsas a docentes. Outra mudança é o aumento da carga horária máxima destinada à pesquisa, extensão e inovação, que passa de 120h/ano para 416h/ano. O preço de tal barganha é o desmonte das estruturas públicas do Estado brasileiro, seja por privatizações – vulgo "concessões" –, seja pela transferência de recursos públicos à iniciativa privada, e agora através da privatização do conhecimento.

caráter intrinsecamente impopular, galgou a sua escalada rumo à hegemonia e como o ideário neoliberal se converteu no *ethos* dos tempos atuais. O processo de legitimação tanto do projeto econômico como do ideário neoliberal seguramente guarda um vínculo umbilical com os laboratórios de ideias liberais. Evidentemente que esse processo se liga primordialmente ao ambiente sócio-histórico propício à fecundação desse pensamento.

3.3 HAYEK E A BATALHA DE IDEIAS

A gênese do pensamento neoliberal – como já foi examinado no primeiro capítulo desta tese – remonta à segunda metade da década de 1940, mais precisamente a 1947. Nessa época a lembrança da catástrofe proveniente da crise de 1929 e da grande depressão econômica gerada pelo liberalismo ainda se encontrava retida na memória histórica dos que a vivenciaram. Como observa Hobsbawm:

Provavelmente nada demonstra mais a globalidade da Grande Depressão e a severidade de seu impacto do que essa rápida visão panorâmica dos levantes políticos praticamente universais que ela produziu num período medido em meses ou num único ano, do Japão à Irlanda, da Suécia à Nova Zelândia, da Argentina ao Egito. Contudo, não se deve julgar seu impacto apenas, ou mesmo principalmente, por seus efeitos políticos de curto prazo, por mais impressionantes que muitas vezes tenham sido. Trata-se de uma catástrofe que destruiu toda a esperança de restaurar a economia, e a sociedade, do longo século 19. O período de 1929-33 foi um abismo a partir do qual o retorno a 1913 tornou-se não apenas impossível, como impensável. O velho liberalismo estava mono, ou parecia condenado. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectual política. O comunismo marxista era uma. [...]. Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe. (HOBSBAWM, 1995, p. 111, 115)

Uma vez que nesse contexto sócio-histórico a tendência da política econômica direcionava-se predominantemente para a regulação das atividades, as ideias neoliberais não floresceram. Como constata Marx (2011, p. 35): “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Por esse motivo, as ideias formuladas por essa corrente de pensamento nos anos 1940 mantiveram-se no plano teórico por diversas décadas. Somente após a crise do final dos

anos 1970 elas encontraram terreno permeável ao seu florescimento. Hayek tinha consciência dessa dificuldade na época em que formulou suas ideias, portanto alertava para o fato de que:

A Batalha final contra o poder arbitrário ainda está por vir a luta contra o socialismo e em prol da abolição de todo poder coercitivo de dirigir esforços individuais e distribuir deliberadamente seus frutos. Espero chegar o momento em que esse caráter totalitário e essencialmente arbitrário de todo socialismo seja tão amplamente compreendido quanto o comunismo e do fascismo e em que, por conseguinte, as barreiras contra toda tentativa de obtenção desses poderes totalitários sob qualquer pretexto terão aprovação geral. (HAYEK, 1985, v. 3, p. 158)

E mais: “[...] era fundamental a batalha das ideias, e que provavelmente esta duraria ao menos uma geração para ser ganha, não apenas contra o marxismo, mas também contra o socialismo, o planejamento estatal e o intervencionismo keynesiano” (HAYEK *apud* HARVEY, 2008, p. 31).

Hayek tinha clareza que um projeto de tamanha dimensão requeria planejamento, criação de várias associações Mont Pèlerin em escala mundial como aparato formador de opinião pública. Requereria ainda um movimento, uma cruzada, que envolvesse o engajamento de acadêmicos, da intelectualidade e daqueles que ele denominava de “vendedores de ideias de segunda mão”, quais sejam: professores, jornalistas e representantes da mídia (HAYEK, [s.d.]).

[...] chamei impiedosamente de ‘vendedores de ideias de segunda mão’: professores, Jornalistas e ‘representantes da mídia’, os quais, captando boatos nos corredores da ciência, denominaram-se representantes do pensamento moderno, como se fossem pessoas superiores por conhecimento e virtude moral a todos os que têm grande respeito pelos valores tradicionais, pessoas cujo autêntico dever é oferecer novas idéias ao público - e que, para fazer com que sua mercadoria pareça nova, precisam zombar de tudo o que é convencional.

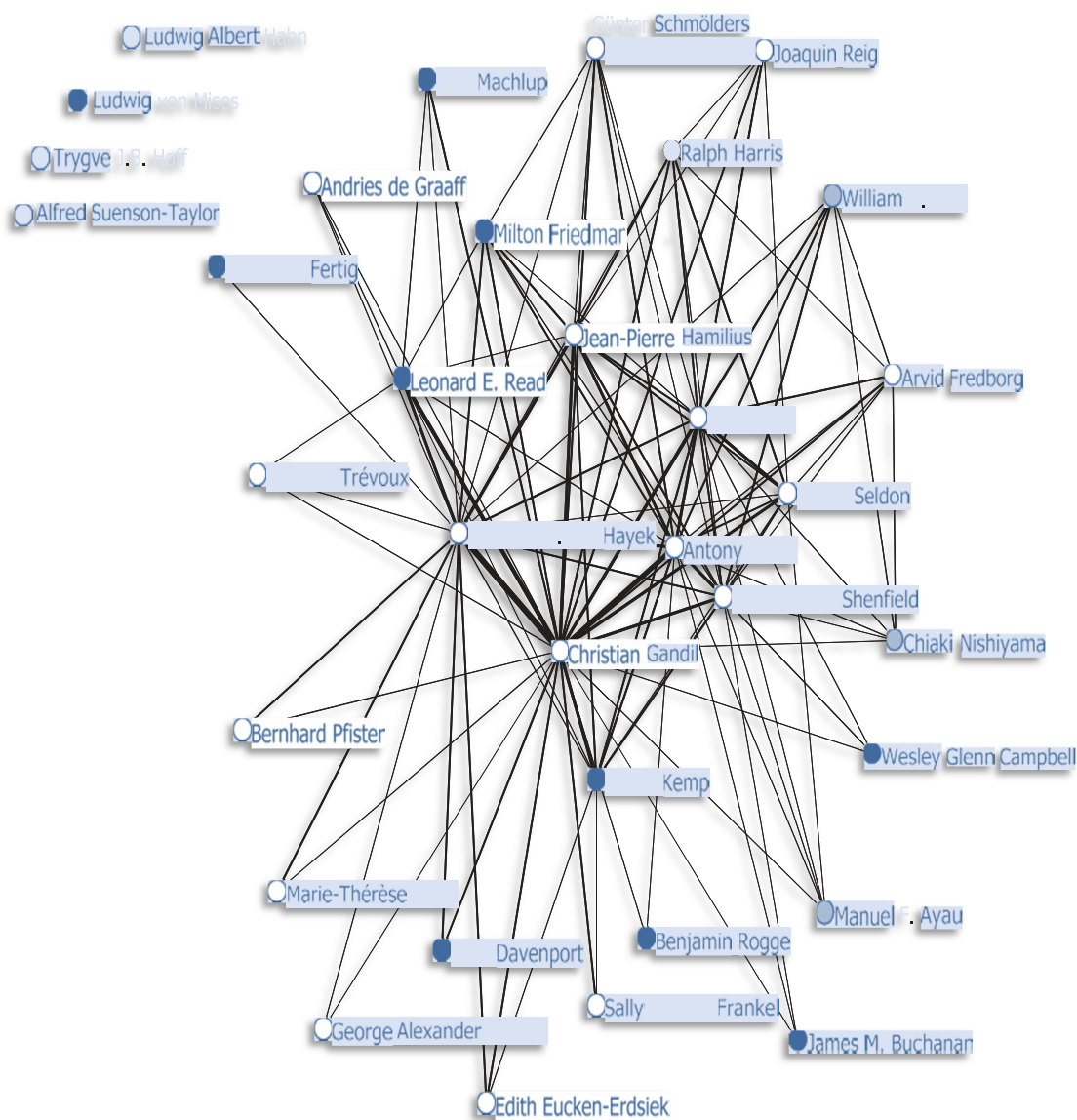
Hayek julgava que a intelectualidade dispunha de capacidade ímpar para persuadir a opinião pública por meio de condicionamentos cognitivos e políticos. Em razão dessa consideração argumentou que:

Necessitamos de líderes intelectuais que estejam dispostos a trabalhar por um ideal, por menor que sejam as perspectivas de sua realização em curto prazo. Eles devem ser homens que estejam dispostos a aderir aos princípios e lutar por sua plena realização, todavia, ainda condições remotas [...] A principal lição que o verdadeiro

liberal deve aprender com o sucesso dos socialistas é que foi a sua coragem de ser utópico que lhes valeu o apoio de intelectuais e, conseqüentemente, uma influência sobre a opinião pública que a cada dia torna possível o que parecia recentemente totalmente improvável. (HAYEK, 2012, p. 15)

Os aplicados discípulos de Hayek seguiram rigorosamente as orientações do mestre e permearam o terreno para o florescimento neoliberal, seja como visão de mundo, seja como projeto econômico. Seguramente o triunfo da batalha de ideias se deveu em larga medida aos laboratórios de ideias liberais. Eles deram sequência ao movimento estratégico de luta de ideias iniciado pela Associação Mont Pèlerin, construindo redes de laboratórios de ideias liberais destinadas à obra de construção e perpetuação da hegemonia neoliberal, em âmbito transnacional. A Figura 1 representa os discípulos de Hayek, os participantes das reuniões na Sociedade Mont Pèlerin 1947-1986.

Figura 1: Lista de participação nas reuniões na Sociedade Mont Pèlerin (1947-1986).



Fonte: Listas de participação na reuniões na Sociedade Mont Pèlerin 1947-1986, The road from Mont pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective em Liberaal Archief, Ghent, e Hoover Institution. Disponível em: <<http://centredelanguages.ens-lyon.fr/anglais/espace-etudiants/retire/the-transatlantic-circulation-of-ideas-and-policies/class-6-the-making-of-neoliberalism/Philip%20Mirowski%20-%20Dieter%20Plehwe%20-%20The%20Road%20from%20Mont%20Pelerin.pdf>> . Acesso em: outubro/novembro 2016.

3.4 DA ASSOCIAÇÃO MONT PÉLERIN ÀS REDES DE LABORATÓRIOS DE IDEIAS: A FUNDAÇÃO DE PESQUISA ECONÔMICA ATLAS

Segundo a organização TheBestSchools.org, o último levantamento realizado nos Estados Unidos revelou que existem naquele país 1.984 *think tanks*, quase um terço do total de laboratórios de ideias do mundo. A TheBestSchools.org sustenta que essas entidades se dedicam permanentemente à pesquisa de soluções para uma multiplicidade de “problemas do mundo” dentro dos princípios básicos do sistema capitalista. Para tanto constroem arcabouços argumentativos que defendem e pressionam para que haja mudanças de políticas nos âmbitos local, estadual, federal e mundial.

Alguns laboratórios de ideias, como o Brookings Institution ou a Heritage Foundation, tornaram-se reconhecidos por sua atuação e forte inserção na grande imprensa. Outras organizações têm uma inserção midiática mais tímida, algumas delas publicam seus próprios artigos e livros para um público específico, mas em proporção considerável. Esses laboratórios são patrocinados por grandes corporações econômicas para formular teorias, investigar, ficcionar e distorcer a realidade para assegurar os interesses de seus financiadores ao transmitir e propagar essas formulações. É preciso compreender a abrangência da atuação desses múltiplos laboratórios de ideias, pois eles não operam de forma isolada, exercem exercendo sua ação por meio de extensas redes em escala global, que apoiam política, financeira e intelectualmente diversas organizações.

A Fundação de Pesquisa Econômica Atlas (Atlas Economic Research Foundation), por exemplo, é uma rede de laboratório de ideias de conexão transnacional, com sede em Washington, EUA, de grande inserção na América Latina. Essa organização foi criada com o propósito de “promover em âmbito mundial a disseminação das ideias liberais, como as ideias de liberdade”.⁷⁹ A Atlas foi fundada pelo empresário Anthony Fisher em 1981 e incorporada ao *think tank* British Institute of Economic Affairs, também fundado por ele em 1955. A partir de então “realmente começou a ser construída a rede da Europa para a América do Norte, da América do Norte para a América do Sul e para até mesmo a Ásia e a África”.⁸⁰

⁷⁹ Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/assets/uploads/misc/a-preface-and-contents-jk-final-4.pdf>>. Acesso em dias diversos.

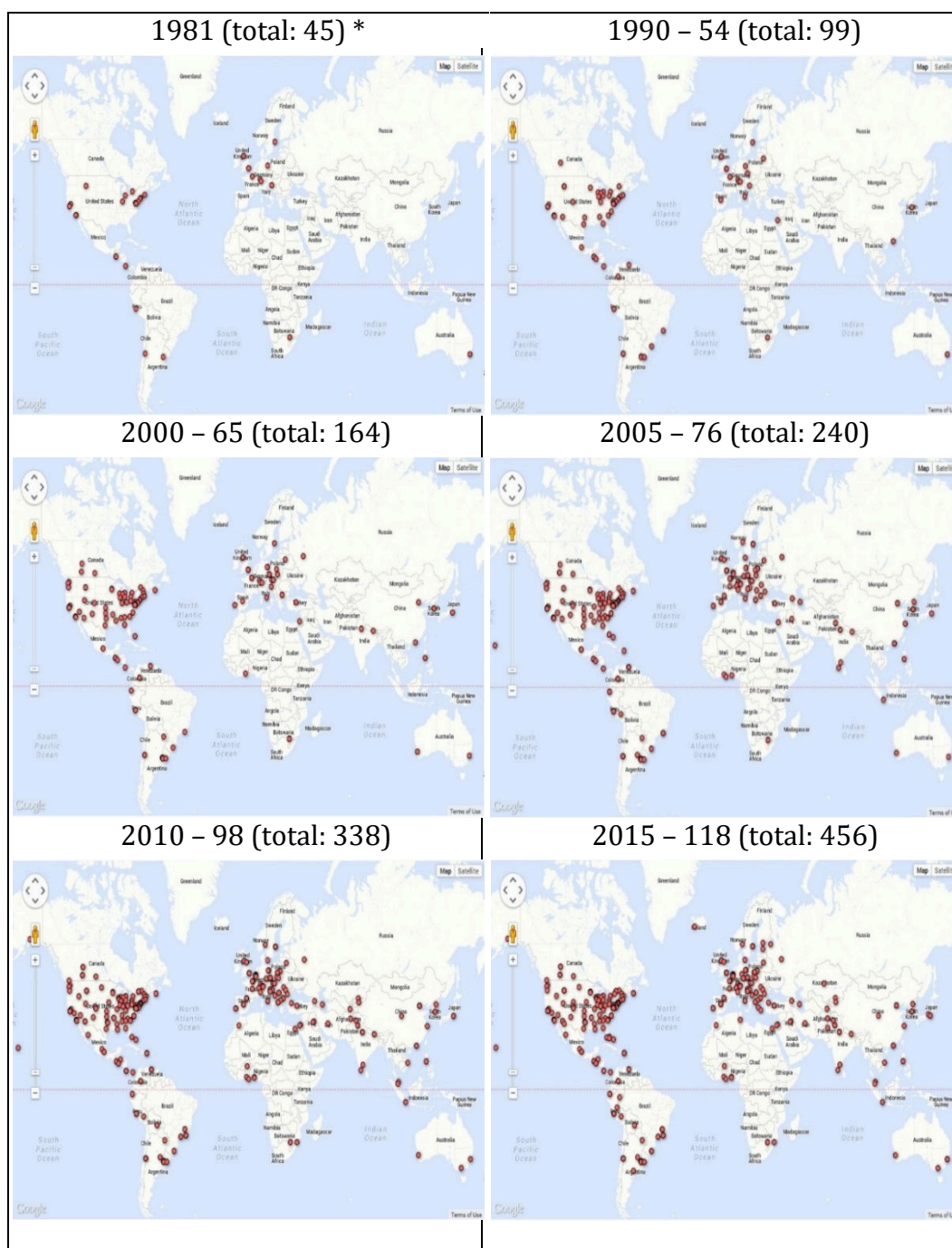
⁸⁰ BLUNDEL, John L. The life and work of Sir Antony Fisher. Disponível em: <<https://iea.org.uk/blog/the-life-and-work-of-sir-antony-fisher>>. Acesso em dias diversos.

A Atlas atuou, durante um longo período, como a principal rede de transferência de fundos e de diversos recursos no âmbito transnacional para fomentar a disseminação das ideias e das políticas neoliberais. Como o principal objetivo da Atlas é institucionalizar o processo de subsídio para a criação de novos laboratórios de ideias liberais, para esse fim, presta apoio financeiro, de infraestrutura, fornece treinamento de líderes, subsídios e distribui prêmios e auxílios.⁸¹

No momento inicial do processo de constituição de sua rede, a Atlas desempenhou atividades sistemáticas de consultoria e treinamento das novas organizações. Essa organização forneceu um corpo de profissionais aptos para orientar as tarefas de elaboração de estatutos dos novos institutos; assim como para instruir sobre a formação de conselhos de diretores, de conselhos de curadores, instâncias essas muitas vezes integradas por membros da própria Atlas. Os profissionais da fundação também atuaram preparando as novas organizações para a elaboração do plano de ação, plano de orçamento e para iniciar projetos de pesquisa e publicação. Fomentou ainda a realização de conferência, palestras, seminários, colóquios e cursos, sobretudo em âmbito regional, com vistas à disseminação do pensamento liberal e expansão da Rede. Essas iniciativas foram fundamentais para a constituição e consolidação da órbita global da Atlas. Devido a sua bem-sucedida expansão, desde 2008, o nome do site foi alterado – de AtlasUSA.org para AtlasNetwork.org –, embora mantenha o nome Atlas Economic Research Foundation como registro legal da entidade. A Figura 2 mostra esse processo de expansão de 1981 a 2015.

⁸¹ Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/grants-awards/grants>>. Acesso em dias diversos.

Figura 2: A expansão tempo-geográfica da Atlas *think tank*



Fonte: Djelic, Marie-Laure e Mousavi, Reza. “Constructing an organizational architecture for the transnational diffusion of ideologies – the case of Atlas and neoliberalism”, ESSEC Business School, Paris, 2016.

A formação de uma rede global composta por inúmeros laboratórios de ideias destinados à fabricação de ardis discursivos e de estratégias cada vez mais sofisticadas de persuasão do pensamento e do programa neoliberal foi o resultado da trajetória obstinada e sistemática da Atlas. O diretório global da fundação atualmente é composto por 448 instituições em todo o mundo, sendo 79 na América Latina e Caribe, como mostra a Figura 3.

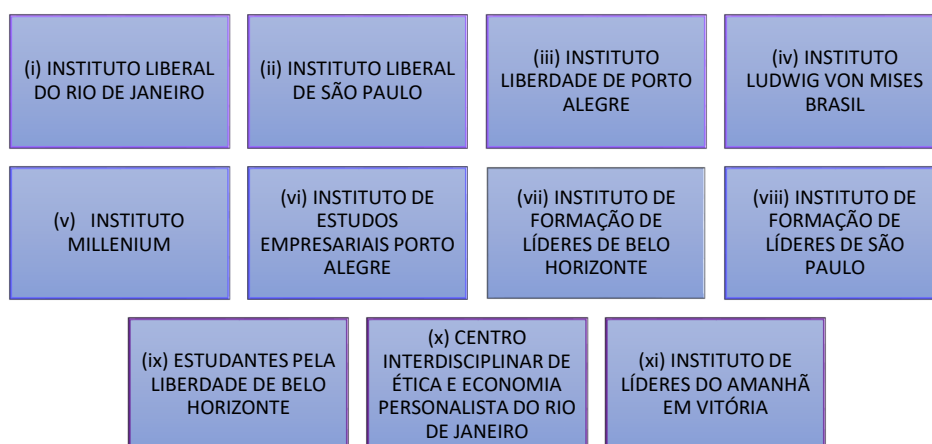
Figura 3: Diretório Global da Atlas



Fonte: Sítio da Atlas. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>>. Acesso em dias diversos.

Os laboratórios de ideias ligados à Rede Atlas não são organizações associadas da fundação, e sim organizações parceiras inseridas em uma vasta rede transfronteiriça, na qual a Atlas é o núcleo. No Brasil os laboratórios de ideias parceiros da Rede Atlas estão apresentados na Figura 4.

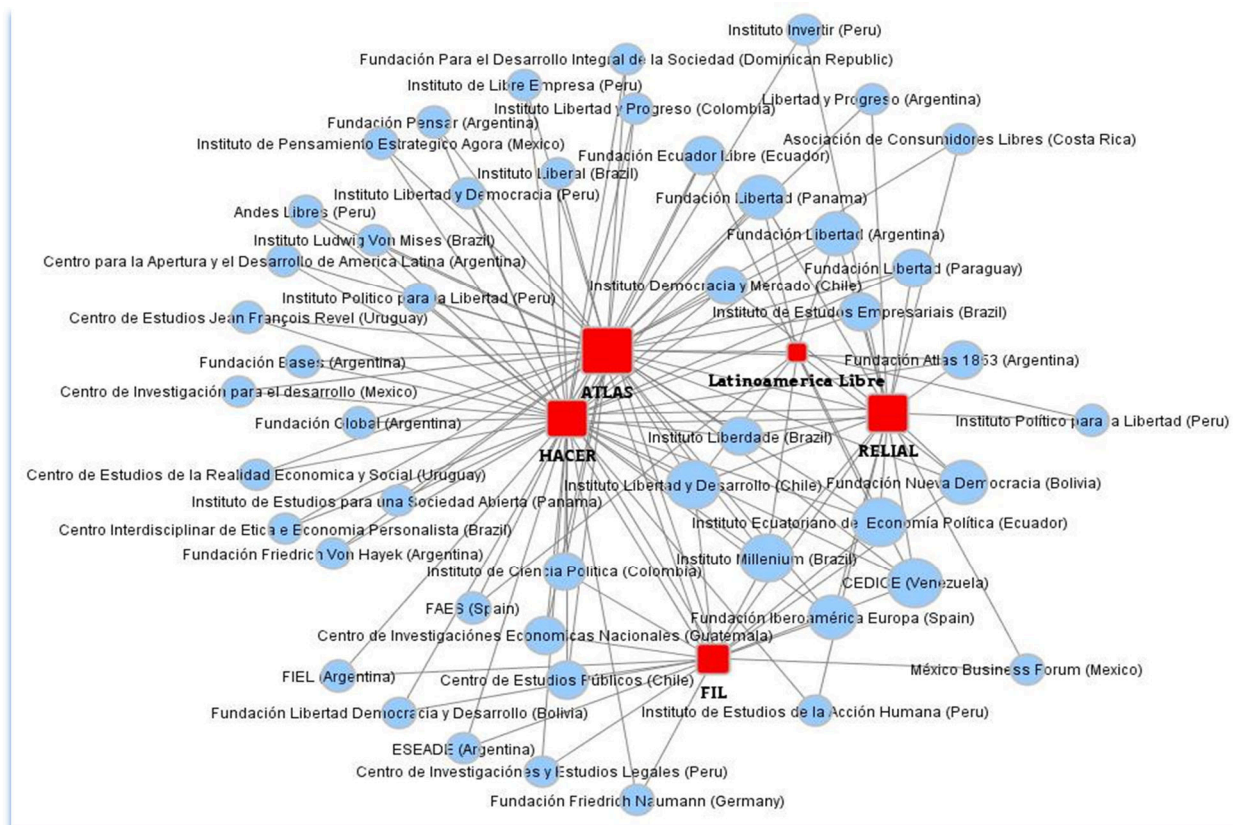
Figura 4: Parceiros da Rede Atlas no Brasil



Fonte: Sítio da Atlas. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/3>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016

A Atlas é conectada a diversas redes latino-americanas de laboratórios de ideias neoliberais. A Figura 5 representa os integrantes das redes Centro Hispano-Americano de Pesquisa Econômica (Hacer), da Rede Liberal para a América Latina (RELIAl), da Fundação Internacional pela Liberdade (FIL) e da Latinoamérica Libre.

Figura 5: Círculo de associações da Rede Atlas



Fonte: CHAFUEN, Alejandro. US: Think Tanks And The Power of Networks (Think Tanks e o poder das redes.) HACER American News 24/02/2014. Disponível em: <<http://www.hacer.org/usa/us-think-tanks-and-the-power-of-networks-by-alejandro-chafuen/>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

Importa fazer uma breve sinopse dessas redes para elucidar o nível de entrelaçamento existente entre elas e a Atlas, notadamente na América Latina e mais especificamente no Brasil. O Centro Hispano-Americano de Pesquisa Econômica (Hacer), fundado em 1996, com sede em Washington DC, é uma organização sem fins lucrativos dedicada a promover o estudo de questões pertinentes aos países da América hispânica, bem como de hispânicos americanos que vivem nos Estados Unidos, especialmente como eles se relacionam com os valores de liberdade pessoal e econômica, governo limitado sob o Estado de Direito, e responsabilidade individual.

A rede Hacer opera predominantemente nos países da América do Norte e do Sul e é composta de 108 laboratórios de ideias, entre os quais vários estão associados também à Rede Atlas (Figura 6). O presidente da Atlas, Alejandro Chafuen, integra o Conselho Curador do Hacer, o que evidencia a estreita aproximação entre as duas entidades. Os relatórios de notícias do Hacer fornecem em fluxo contínuo matérias recentes sobre as políticas governamentais dos países latino-americanos. Essas informações chegam de laboratórios de ideias parceiros da América Latina e são veiculadas em inglês e espanhol.

O Hacer criou um blog de notícias cujo foco são as reformas econômicas na América Latina. Reformas essas que têm como paradigma o Chile do governo Pinochet, como revela as informações do próprio sítio eletrônico do Hacer, com seguinte teor:

A Transformação Econômica do Chile:
Neste projeto, desenvolvido pela HACER a pedido da Fundação de Pesquisa Econômica da Atlas e Libertad y Desarrollo do Chile, criamos um blog repleto de notícias com uma grande seleção de artigos em inglês sobre a transformação econômica do Chile, uma referência de sucesso para o resto do mundo em desenvolvimento para aspirar, estudar e, esperamos, imitar.⁸² (Grifo nosso)

O sítio do Hacer mantém conexão com vários blogs na América Latina e especificamente no Brasil com os seguintes:

- Instituto Ludwig Von Mises Brasil (Português)
- Instituto Olavo de Carvalho (Português)
- Marcio Coimbra (Português)
- Mídia Sem Máscara (Português)
- Nadando contra o Mar Vermelho (Português)
- Olavo de Carvalho (Inglês/Português)
- Plínio Correa de Oliveira (Português)

⁸² Sítio do Hacer. Disponível em: <<http://www.hacer.org/special-projects/>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

Figura 6: Lista completa dos *thinks tanks* associados ao Hacer

Acton Institute (EUA)	AIPE Carlos Ball (Venezuela)	Andes Libres (Peru)	Associação Nacional de Fomento Econômico (Costa Rica)	Fundação de Pesquisa Econômica Atlas (EUA)	CEDICE (Venezuela)	Centro de Estudos Econômicos e Sociais (Guatemala)	Centro de Estudos Jean François Revel (Uruguai)	Centro de Estudios da Economia Social e Social (Uruguai)
Centro de Estudios Legais contra o Terrorismo e Vítimas (Argentina)	Centro de Estudios Libertad e Responsabilidade (Argentina)	Centro de Estudios Públicos (Argentina)	Centro de Estudios Públicos (Chile)	Centro de Estudios Públicos (Peru)	Centro de Investigación para o Desenvolvimento (México)	Centro de Investigación de Medios y Sociedad Andes (Chile)	Centro de Investigações Econômicas Nacionais (Guatemala)	Centro de Investigações Sobre a Livre Empresa (México)
Centro de Pesquisas e Estudos Legais (Peru)	CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ETICA E ECONOMIA PESSOAL (BRASIL)	Centro para a Apertura e Desenvolvimento da América Latina (Argentina)	Centro de Implementação de Políticas Públicas (Argentina)	Centro de Pensamiento Primero Colômbia (Colômbia)	Centro Paraguayo para a Promoção da Economia e da Justiça Social (Paraguai)	Site do CEP em inglês (Chile)	CIPE (EUA)	Circulo de Empresarios (Espanha)
Clase Media (Peru)	Comissão Argentina Pro Derechos Humanos em Cuba (Argentina)	Coordenadora por A Inversão eo Trabalho do Equador (Equador)	Coordenadora para a Inversão eo Trabalho (Peru)	Democracia & Desarrollo Internacional (Peru)	Eseade (Argentina)	FIEL (Argentina)	FORES (Argentina)	Foro Libre (México)
Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	A Fundação Friedman para a Escolha Educacional (EUA)	Fundação Atlas 1853 (Argentina)	Fundação Bases (Argentina)	Fundação Burke (Espanha)	Fundación Civitas (Bolívia)	Fundação Ecuador Libre (Equador)	Fundação Federalismo e Liberdade (Argentina)	Fundacion Friedrich Naumann (México)
Fundação Friedrich Von Hayek (Argentina)	Fundação Global (Argentina)	Fundação Iberoamérica Europa (Espanha)	Fundação Internacional para a Liberdade (Espanha)	Fundación Internacionalismo Democrático (Colômbia)	Fundação Jovenes Lideres (Argentina)	Fundação Libertad (Argentina)	Fundação Libertad (Panamá)	Fundação Libertad (Paraguai)
Fundação Libertad Democracia e Desenvolvimento (Bolívia)	Fundação para a Análise e os Estudios Sociais - FAES (Espanha)	Fundação Para o Desenvolvimento Integral da Sociedade (República Dominicana)	Fundacion Pensar (Argentina)	Fundación Pensar Peru (Peru)	Fundação Rafael del Pino (Espanha)	Fundacion Rafael Preciado Hernandez (México)	Fundação para o Futuro da Liberdade (EUA)	Grupo Refundar (Argentina)
Instituto Independente (EUA)	Instituto de Estudios Humanos (EUA)	Instituto Accion (Peru)	Instituto Acton Argentina (Argentina)	Instituto Cultural Ludwig Von Mises (México)	IEEP (Equador)	Instituto de Ciência Política (Colômbia)	Instituto de Estudios da Ação Humana (Peru)	Instituto Democracia y Mercado (Chile)
INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (RS BRASIL)	Instituto de Estudios Estratégicos e Políticos Públicos (Nicarágua)	ISA (Panamá)	Instituto Juan de Mariana (Espanha)	Instituto de Libre Empresa (Peru)	Instituto de Pensamento Estratégico Agora (México)	Instituto Libertad (Inglês-Português)	INSTITUTO LIBERAL (RIO DE JANEIRO - BRASIL)	INSTITUTO LIBERDADE (BRASIL)
Instituto Libertad (Costa Rica)	Instituto Libertad y Progreso (Colômbia)	INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL (BRASIL)	INSTITUTO MILÊNIO (BRASIL)	Instituto Peruano de Economia (Peru)	Instituto para a Liberdade e a Análise de Políticas (Costa Rica)	Instituto Libertad y Democracia (Peru)	Instituto Libertad y Desarrollo (Chile)	Instituto Político para a Liberdade (Peru)
Centro Internacional de Reforma das Pensões (Chile)	Sociedade Internacional para a Liberdade Individual (EUA)	Libremente.net (Argentina)	Libro Libre (Costa Rica)	Liceo.org (Argentina)	Site em inglês da LyD (Chile)	Notoria Sociedad Libre (Bolívia)	Organizacion por la Democracia Liberal en Venezuela	Instituto de Pesquisa do Pacífico (EUA)
Peru Liberal (Peru)	Peruventures (Peru)	Poesia y Política (Nicarágua)	Motivo Instituto de Políticas Públicas (EUA)	RELIAL (América Latina)	Respublica (Argentina)	O Fundo para Estudos Americanos (EUA)	O Leadership Institute (EUA)	Fundação Vernon K. Kriebel (EUA)

Fonte: Sítio do Hacer. Disponível em: <<http://www.hacer.org/>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

Por meio do Hacer a Atlas está ligada à Rede Liberal para a América Latina (Relial). Essa organização, com sede na Cidade do México, é presidida atualmente por Rocío Guijarro e tem como conselheiro honorífico Mario Vargas Llosa. A Relial foi criada em 2004 com o apoio da Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade da Alemanha. A estrutura organizacional da Relial é formada por uma junta diretiva composta pela presidência, vice-presidência e cinco diretores. Todos os integrantes da junta diretiva ocupam cargos de direção em entidades associadas à Relial.

A Relial é composta por 36 entidades liberais de 18 países (Figura 7). A entidade se concebe como promotora do elo “mais representativo das organizações liberais na região” latino-americana. A partir de outubro de 2009, passou a veicular informações e índices sobre a economia de mercado e sobre o livre comércio na América Latina. Conforme discorre o Relatório de 2016 dessa rede, “todos os especialistas de todas as nossas organizações debatem a situação política, econômica e social da região”. Eles “trocam boas práticas e experiências” as quais são sistematizadas e “replicadas na região”.⁸³

Segundo Alejandro Chafuen, presidente da Atlas:

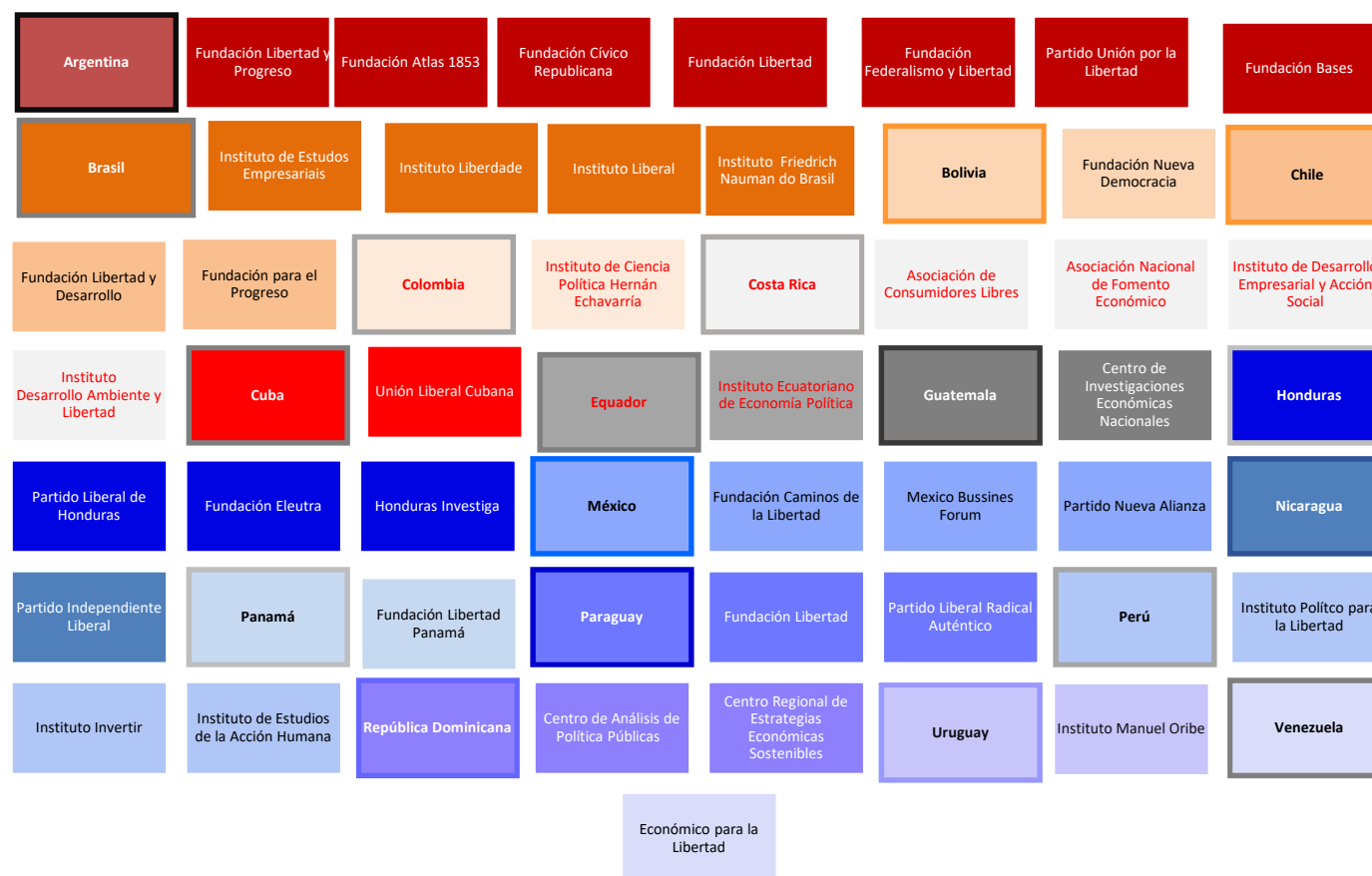
A Rede Liberal para a América Latina (RELIAL) com aproximadamente 40 membros e mais de 12 organizações associadas, é uma das redes mais fortes da América Latina. Sua missão é tornar-se uma "rede liberal beligerante e eficiente que ajude a converter a América Latina numa região caracterizada por democracias liberais e sociedades prósperas, comprometidas com os princípios da liberdade, da responsabilidade individual, do respeito à propriedade privada, à economia de mercado e do primado do Estado de direito e da paz, a fim de elevar o nível de vida na região. (CHAFUEN, 2014)

A Relial assume a postura de guardiã por excelência da economia de mercado na América Latina. A sua pretensão, conforme seu sítio eletrônico, é “consolidar o liberalismo como o eixo sobre o qual são tomadas decisões e ações políticas na América Latina”.⁸⁴ Ela se incumbe de operar como a organização baluarte da batalha ideológica neoliberal. Para tanto, dedica-se a converter a América Latina em uma região plenamente integrada aos ditames da propriedade privada e da economia de mercado.

⁸³ Sítio da Relial. Disponível em: <<http://relial.org/uploads/biblioteca/6d9fec3da7528c752e4a15889583739f.pdf>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

⁸⁴ Sítio da Relial. Disponível em: <<http://relial.org/sitio/mision-vision-y-principios>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

Figura 7: Os membros da Relial por país



Fonte: Sítio da Relial. Disponível em: <<http://relial.org/sitio/miembros-de-la-red>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

A Fundação Internacional pela Liberdade (FIL) foi fundada em um seminário realizado em 2003, quando líderes de laboratórios de ideias liberais da América Latina e dos EUA se reuniram na Espanha por iniciativa da Fundação Ibero-americana e Europa (FIE). A sua criação foi uma reação ao fenômeno denominado Maré Rosa – termo cunhado por Francisco Panizza, acadêmico uruguaio da London School of Economics, para nominar o ciclo que emerge na América do Sul, nos anos 2000, de sucessivos governantes de trajetória de esquerda, “quebrando” o dogmatismo neoliberal da década anterior. Portanto, a FIL origina-se da ação ofensiva dos laboratórios de ideias liberais transnacionais, destinada a bloquear a ascensão de governos oriundos de partidos de tradição de esquerda na América do Sul.

O escritório da FIL está localizado na cidade de Rosário, município da província de Santa Fé, na Argentina. O seu presidente é Mario Vargas Llosa e o presidente da Rede Atlas, Alejandro Chafuen, integra o Conselho de Administração da fundação. Essa rede tem por finalidade “influenciar a agenda internacional para apoiar os seus institutos e fundações na difusão das ideias e fornecer informações sobre a realidade latino-americana e suas relações com os Estados Unidos, com a Espanha e com a Europa”. Para tanto, atua ativamente divulgando sua opinião em grandes debates de âmbito internacional. Essa é caracterização da FIL, organização que “adota uma estratégia de combate no campo das ideias aos valores que ameaçam a liberdade, a democracia e a tolerância”.⁸⁵

A FIL possui uma estrutura político-administrativa complexa que compreende uma junta diretiva composta por 19 diretores; um conselho acadêmico constituído por 34 conselheiros; um diretório associado integrado por 33 membros; um conselho empresarial formado por 16 conselheiros e um comitê de comunicação constituído por 3 componentes. Em todas essas instâncias atuam representantes de organizações latino-americanas, europeias e estadunidenses. Atualmente existem 37 entidades associadas em 18 países compondo a Rede FIL (Figura 8).

Os propósitos da FIL evidenciam, para além da postura político-ideológica dessa organização, a sua veia hayekiana comprometida com a batalha de ideias em âmbito transfronteiriço, articulando laboratórios de ideias liberais e fechando apertando o cerco para o socialismo, o Estado de Bem-estar Social e até mesmo para os projetos neoliberais menos ortodoxos.

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.fundacionfil.org/objetivos.php>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

Figura 8: Os membros da FIL por país



Fonte: Sítio da FIL. Disponível em: <<http://www.fundacionfil.org/entidades>>. Acesso em: novembro/ dezembro de 2016.

Segundo o sítio da rede Latinoamérica Libre (América Latina Livre), essa organização se ocupa de “análises políticas e econômicas a partir da perspectiva de uma sociedade livre”. O seu “objetivo é criar um mecanismo para monitorização contínua da situação política e econômica de diferentes países da América Latina, promovendo a discussão e divulgação”. A América Latina Livre considera que é “relevante conhecer e aprofundar em questões e debates na região”. Por essa razão, dispõe de “uma extensa rede de colaboradores acadêmicos e centros de estudo importantes, o que permite” que a Rede tenha um “olhar mais atento às realidades desta análise do continente”.⁸⁶

O sítio da rede Latinoamérica Libre presta poucas informações sobre a organização. Não há informação sobre a história da Rede, e as metas e as propostas são enunciadas de forma demasiadamente, vaga e imprecisa. As entidades a ela associadas, cujos registros constam no sítio, estão apresentadas na Figura 9.

Os filósofos Plehwe e Fische, no artigo “Redes de think tanks e intelectuales de derecha en América Latina”, de 2013, esclarecem que:

[...] a rede América Latina Livre é uma rede menor de think tanks da Unión de Partidos Latinoamericanos (UPLA). A coalisão regional de partidos da UPLA foi fundada em 1992 com sede em Santiago de Chile, resultado da união de partidos conservadores tradicionais e de partidos ligados aos regimes ditatoriais do século passado, assim como, os partidos e os novos movimentos da direita (neoliberal). Entre eles se encontram a Aliança Republicana Nacionalista (Arena), de El Salvador; Ação Democrática Nacionalista, da Bolívia; Renovação Nacional e União Demócrata Independente (UDI), do Chile; e entre os exemplos de novas formações, a Proposta Republicana (PRO) da Argentina. Desde início do século, a aliança e sua rede de think tanks tem se dedicado a combater a «Maré Rosa».

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.latinoamericalibre.org/>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

Figura 9: Os membros da Rede Latinoamérica Livre



Fonte: Sítio da América Latina Livre. Disponível em: <http://www.latinoamericalibre.org/>. Acesso em: outubro/novembro.

Essas redes de laboratórios de ideias liberais exercem uma ação ofensiva e beligerante contra as ideias e projetos políticos que se opõem à ordem espontânea do mercado. Essa ofensiva não se processa apenas por meio da grande mídia, mas, sobretudo mediante as miríades de redes liberais, que se imbricam localmente, regionalmente, globalmente e se complementam, gerando uma dinâmica veloz de fomento à produção de ideias, de táticas e de estratégias que municiam em fluxo contínuo a artilharia da batalha ideológica.

A batalha protagonizada por essas organizações envolve o engajamento não apenas do empresariado, mas de lideranças políticas e religiosas; de discentes de diferentes níveis de ensino; de diversos profissionais que atuam em atividades ligadas à formação de opinião como: acadêmicos, economistas, jornalistas, publicitários, advogados, juristas, docentes, artistas. Os materiais publicitários produzidos por esses laboratórios de ideias compreendem: edição de livros, pesquisas de cunho acadêmico, tradução de livros e artigos, periódicos, folhetos, cartilhas. As atividades de divulgação são por meio de congressos, fóruns, simpósios, seminários, colóquios, conferências e até mesmo cimeira.

O processo formativo é induzido mediante programas de treinamento, de financiamento de pesquisas, de concessão de bolsas, de prêmios. A Atlas, por exemplo, tem programa de prêmios de modalidades distintas de premiações, entre os quais o Prêmio Templeton Liberdade Award.⁸⁷ Segundo o sítio da Atlas, a denominação é em homenagem ao legado do investidor e filantropo Sir John Templeton. O Prêmio Templeton Liberdade, concedido anualmente, identifica e reconhece as contribuições mais excepcionais e inovadoras para a compreensão da livre-iniciativa, bem como as políticas públicas que incentivam a prosperidade, inovação e a realização humana.

Outra modalidade de premiação é o Prêmio Memorial Internacional Sir Antony Fisher, instituído em 1990, em homenagem ao fundador da Atlas. Contempla-se nessa modalidade a organização que publicou um livro, revista, relatório, monografia ou estudo que, na opinião de um painel de juízes externos, teve impacto demonstrável e deu a maior contribuição para a compreensão pública da sociedade livre. Com o propósito de explicar o conteúdo das contribuições premiadas, selecionou-se nessa investigação duas premiações, concedidas em 2016, apresentadas a seguir.

- (i) O Instituto Lituano Free Market (LFMI) recebeu o prêmio Templeton Freedom Award de US\$ 100.000 pelo livro didático, lançado em agosto de 2016, *Horas de Economia*. A proposta do compêndio é expor os conceitos de economia de mercado para escolas secundárias. O livro foi aprovado oficialmente pelo Ministério da Educação e Ciência do país e seu registro como um manual recomendado já foi adotado como parte do currículo nacional obrigatório por mais de 60% das escolas da Lituânia, alcançando aproximadamente mais de

⁸⁷ Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/grants-awards/awards>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

20.000 alunos. Segundo a Atlas, essa iniciativa de premiação foi um instrumental para esse sucesso.

- (ii) O Instituto Manhattan recebeu o Prêmio Memorial Internacional Sir Antony Fisher de US \$ 10.000 pelo livro *Disinherited: How Washington Is Betraying America's Young* (Deserdados: Como Washington está traindo jovens estadunidenses), produzido por Diana Furchtgott-Roth e Jared Meyer. Eles “explicitam a situação dos jovens estadunidenses que foram sobrecarregados pelo vasto sistema de dívida do governo estadunidense, de direitos e de regulamentos incapacitantes”. A obra é dividida em três seções principais, nas quais se examinam as políticas e leis que colocam os jovens em desvantagem. De acordo com autores, Medicaid⁸⁸ e a Segurança Social colocam encargos financeiros sobre os jovens americanos. Eles consideram ridículo, entre outras regulações, a fixação do salário mínimo, uma vez que, na visão desses autores, tais regulações constituem obstáculo ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho, impactando sua capacidade de viver de forma independente, iniciar uma família e colocar dólares na economia. Roth e Meyer argumentam que tanto o ensino primário como o ensino secundário não preparam os estudantes para a fase mundial da concorrência acadêmica, ao mesmo tempo que conduzem os cidadãos a mais e mais dívidas.⁸⁹

Esses prêmios demonstram não só o caráter político ideológico da Atlas e das redes e laboratórios de ideias liberais que a compõem, mas o propósito absolutamente socializante de toda essa miríade de organizações que operam em grau de coesão metodicamente orquestrada, controlando e moldando as sociedades, formando indivíduos para compreender a vida humana completamente desconectada das relações sociais

O compêndio que expõe os conceitos do livre mercado, matéria que já compõe o currículo escolar do ensino médio na Lituânia, também integra o currículo escolar brasileiro, como a disciplina empreendedorismo. Esse conteúdo parte de uma concepção que obscurece a

⁸⁸ “Medicaid é uma Política e um Programa estadunidense que fornece cobertura de saúde para milhões de americanos, incluindo elegíveis adultos de baixa renda, crianças, mulheres grávidas, adultos idosos e pessoas com deficiência. O programa Medicaid é administrado por estados, de acordo com os requisitos federais. O programa é financiado conjuntamente pelos Estados e pelo governo federal.” Extraído do sítio da Medicaid. Disponível em: <<https://www.medicaid.gov/medicaid/index.html>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016)

⁸⁹ Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/grants-awards/awards>>. Acesso em: novembro/dezembro de 2017.

noção de classe social e, portanto, das relações sociais de dominação e subordina os processos educativos aos interesses da dinâmica de acumulação do capital. O empreendedorismo é acepção que parte da ideia falaciosa segundo a qual todas as pessoas são por natureza empreendedoras e que o sucesso ou o fracasso profissional delas é inteiramente de responsabilidade individual.

No Brasil os componentes curriculares da base nacional comum são os seguintes: Português, Educação Física, Empreendedorismo Social, Matemática, História, História Afro-Brasileira e Indígena, Espanhol, Marketing, Artes. Cabe ressaltar que nem se considerou nessa investigação a “Contrarreforma do Ensino Médio do governo Temer”. O texto foi encaminhado ao Congresso pelo Governo Federal no dia 22 de setembro, via Medida Provisória 746/2016, que estabelece parâmetros para a reforma do ensino médio brasileiro. Essa proposta tem caráter muito mais neoliberal, individualista e mercadológico que os parâmetros vigentes, retirando do currículo as disciplinas de Sociologia, Filosofia, Arte e Educação Física.

Na segunda modalidade de premiação da Atlas os autores do livro *Deserdados* invertem completamente as razões pelas quais os jovens não encontram emprego, ao atribuírem à regulação do sistema de saúde, à seguridade social e à fixação legal do salário mínimo a responsabilidade pelo desemprego juvenil. Ao fazerem essa interpretação, desconsideram fatores fundamentais para essa análise, por exemplo, o processo de financeirização da economia, que reduz significativamente postos de trabalho, e o movimento de reorganização do trabalho com a introdução do toyotismo, que restringe significativamente a demanda por força de trabalho e em contrapartida intensifica o labor dos trabalhadores empregados. Ademais, negam a importância dos vínculos empregatícios, como o salário estabelecido por contrato e as contribuições para seguridade social arrecadadas periodicamente de forma a assegurar ao trabalhador o direito à aposentadoria e ao sistema de saúde público, condições mínimas de proteção para a existência digna dos trabalhadores.

Por fim, cabe sublinhar a avaliação de Alejandro Chafuen, presidente da Atlas, sobre a eficácia das redes de laboratórios liberais para o triunfo das batalhas de ideias:

Qual a eficácia destas redes para ajudar a vencer as batalhas pela liberdade? Temos poucos estudos independentes, mas na região com a qual tenho mais familiaridade, as Américas, um estudo de Karin Fischer & Dieter Plehwe, patrocinado pela Fundação Friedrich Ebert e publicado no “State of Nature” (Estado de Natureza), um periódico online, reconheceu várias redes aqui mencionadas por terem ajudado a parar a maré em direção a uma América Latina mais socialista. Ele conclui: “O que é mais

importante é compreender que os vários laboratórios de ideias não são operações isoladas. Devido à incorporação de cada uma das organizações numa rede abrangente, o total é maior do que a soma das partes individuais. (CHAFUEN, 2014)

Atesta o poder desempenhado pelas redes de laboratórios de ideias liberais a atuação do Instituto Manhattan na definição de políticas de segurança estadunidense. De acordo como Wacquant (1999) – na obra “A prisão da miséria” que analisa o Estado penal – o Manhattan Instituto, disseminou de Washington e de Nova York para diversos países da Europa a visão segundo a qual:

“a excessiva generosidade das políticas de ajuda aos mais pobres seria responsável pela escalada da pobreza nos Estados Unidos: ela recompensa a inatividade e induz à degenerescência moral das classes populares, sobretudo essas uniões ‘ilegítimas’ que são a causa última de todos os males das sociedades modernas – entre os quais a violência urbana”. (WACQUANT, 1999, p. 14)

A atuação do Instituto Manhattan foi decisiva para que essa visão se alastrasse transnacionalmente, em ritmo vertiginoso, e legitimasse a relação de policiais com as classes mais pobres da população sob o bordão da “tolerância zero”, em benefício da segurança dos setores médios e altos da sociedade. Dessa forma, foi possível justificar e insuflar a violência militar explícita contra os verdadeiros e os hipotéticos infratores; os menores infratores; os desempregados e subempregados; os miseráveis; os negros; os imigrantes e todas as outras frações que compõe a denominada “classe perigosa”.

3.5 A OFENSIVA NEOLIBERAL CONTRA A MARÉ ROSA

No início da década passada, quando ganharam as eleições e assumiram os governos de seus países presidentes oriundos de partidos de tradição de esquerda ou nacionalista,⁹⁰ os protagonistas do neoliberalismo encontraram-se ameaçados e apreensivos. Como reação ao que

⁹⁰ Venezuela, Hugo Chavez (1999- 2013); Argentina, Néstor Kirchner(2003-2007), Cristina Kirchner(2007-2015); Brasil Lula (2003-2010), Dilma Rousseff (2011 a agosto de 2016);Uruguai, Tabaré Vázquez (2005 -2010), José Mujica (2010-2015), Tabaré Vázquez (2015 aos dias atuais); Michelle Bachelet (2006- 2010) (2014 aos dias atuais); Equador, Rafael Correa (2007 aos dias atuais); Paraguai, Fernando Lugo (2008 a 22 de junho de 2012)

se denominou de Maré Rosa,⁹¹ os dirigentes de vários laboratórios de ideias que atuam na região, como Alejandro Chafuen, Mario Vargas Llosa, Axel Kaiser, articularam a ofensiva na América Latina, ampliando a rede com a FIL. Em 2007 foi produzida uma coletânea com o título *El Chile que viene de dónde venimos, dónde estamos y a dónde vamos* e em 2008 foi elaborado o livro *La fatal ignorância: La anorexia cultural de la derecha frente al avance ideológico progressista*, livro reeditado em 2012 e em 2014 por iniciativa da Fundación para el Progreso. As obras tratam dos desafios a serem enfrentados tendo em vista o avanço das forças denominadas por eles de populistas e das táticas e das estratégias para barrar esse fenômeno. Na apresentação do segundo livro Chafuen relata que:

[...] lembro-me claramente de uma reunião, em 2011, no apartamento de Mario Vargas Llosa, em Madri, quando a nossa Fundação Atlas teve a sorte de atrair este escritor ilustre para intensificar e dar um novo matiz ao nosso trabalho em defesa da liberdade. Ele Mario disse: "Eu acho que temos que nos concentrar em dois países, Chile e Peru. Chile, porque as mudanças são irreversíveis e servem como um exemplo para os outros países; Peru, porque uma má escolha pode arruinar tudo." (KAISER, 2014, p. 17-20, grifo nosso)

Nos dois livros evidencia-se como o Chile se tornou, para os protagonistas do neoliberalismo na América Latina, a grande referência do ajuste liberalizante na região “O Chile poderia “converter-se em uma referência para diversos círculos liberais na América Latina” (KAISER, 2014). No entanto, as obras também revelam a frustração dos liberais diante do governo Bachelete. As tendências da política Bachelete “mostram um claro retorno do estatismo e quase nenhuma defesa do liberalismo”. Considera-se que “o Chile falhou ao seguir as forças estrangeiras que conspiram contra ele, ao acreditar em intelectuais e políticos socialistas”. Os autores avaliam que, ao aderir à tendência de voltar gradualmente ao socialismo, o Chile perdeu o papel de projeção natural na região. Advertem que a “liberdade merece a eterna vigilância” e que são “as ideias e a hegemonia cultural que, em última instância, inclina o curso da evolução social para a paz e prosperidade ou para a tirania e miséria” (KAISER, 2014, p. 19-22).

Kaiser responsabiliza os liberais pelo avanço progressista, em razão de eles avaliarem equivocadamente que a batalha no Chile já estava ganha. Ademais, convoca os liberais para a

⁹¹ O termo Maré Rosa designa também a mudança dos partidos de esquerda, já não tão vermelhos, pois vários deles abandonam fundamentos, as raízes da esquerda marxista e incorporam parte significativa da agenda do Consenso de Washington.

luta por legitimidade das ideias e valores que são capazes de tirar o Chile definitivamente da mediocridade. Para o autor essa tarefa exige alternativas reais e convincentes, requer energia suficiente para desenvolver análises críticas das ideias progressistas e a articulação de um projeto autêntico.

Ao concluir, Kaiser lança uma indagação provocativa:

Alguns acreditam que as ideias liberais, dos Chicago Boys, só pedem ganhar em ditaduras. Creio que essa afirmação é completamente falsa, embora uma coisa seja clara as ideias liberais e certos valores – jamais poderiam ganhar em democracias se não tiver coragem para a batalha intelectual correspondente. Se as ideias de esquerda continuarem avançando, não se espera mais que a clássica mediocridade latino-americana como destino (KAISER, 2014, p. 19-22)

A mesma investida proposta para o Chile – o pupilo dos olhos dos neoliberais na América Latina – estende-se à região como um todo, o que significa desestabilizar politicamente os “governos populistas” e reconduzir ao poder governos liberais puro-sangue. No entanto, as estratégias neoliberais envolvem muito mais do que a recondução dos liberais ao poder, implica formar convicções, requer socializar para uma visão de mundo segundo a qual a injustiça social seja compreendida como condição inevitável das inatas diferenças humanas. Nessa acepção algumas pessoas são por índole diligentes, laboriosas, expeditivas, hábeis; outras, opostamente, são por genealogia indiligentes, indolentes, ineptos, inexpressos.

Com relação ao Brasil, a Atlas faz a seguinte análise sobre a investida contra os governos petistas. Os associados da Rede Atlas no Brasil dedicaram-se durante anos:

[...] preparando as ideias de liberdade para estar presentes neste momento, para fornecer um farol de razão e esperança em meio a uma turbulenta tempestade política e econômica.[...] A opinião pública brasileira mudou significativamente nos últimos anos”, disse Diogo Costa, presidente do instituto brasileiro Instituto Ordem Livre . “Através das organizações liberais, movimentos sociais, meios de comunicação social e novas lideranças políticas, vemos que as ideias liberais clássicas entram no debate público. Políticos de alto nível de partidos tradicionais têm respondido a esta mudança no clima de opiniões. Eles agora estão discutindo como reduzir o tamanho do Estado como uma forma de combater a corrupção e restaurar o crescimento econômico. Ainda é cedo para ver os frutos práticos da batalha das ideias, mas é cada vez mais claro que os campeões da liberdade estão ganhando terreno”.

Sugerem a Maré Rosa ao avaliarem que “Não basta estar farto do sistema, precisamos apresentar uma visão clara do que a substituiria”.

As acusações de corrupção contra a presidente Dilma Rousseff inspiraram protestos generalizados e uma suspensão de seu cargo por pelo menos 180 dias depois que mais de dois terços do Senado votaram para iniciar um processo de impeachment. Esse tipo de processo independente é um componente crucial do Estado de Direito, mantendo líderes poderosos ao mesmo padrão de justiça que qualquer outro cidadão. Se esse julgamento achar Rousseff culpado de corrupção, isso estabeleceria um precedente para a justiça e transparência na governança e criaria novas oportunidades para a reforma. De fato, o presidente interino, Michel Temer, está adotando medidas encorajadoras para levar o governo brasileiro a uma direção mais responsável, como o congelamento dos níveis de gastos e a contenção do crescimento orçamentário desbocado.

Ainda,

Precisamos de uma reforma política, bem como reduzir os "partidos políticos" que existem apenas para obter uma parcela de financiamento público", disse Rodrigo Constantino, presidente do Instituto Liberal, sócio da Atlas Network . "Também é muito importante aplicar o Estado de Direito, para que as pessoas percebam que é caro infringir as leis. Se abrimos nossas fronteiras comerciais, privatizamos nossas empresas estatais e usamos o Estado apenas para investir em justiça e educação - com vales - que mudariam nosso destino. Mas é mais fácil dizer do que fazer, e primeiro temos de lutar contra a nossa cultura e todas aquelas pessoas que se aproveitam do status quo, especialmente os sindicatos [trabalhistas].

3.6 A ATUAÇÃO LABORATÓRIOS DE IDEIAS LIBERAIS NO BRASIL

Segundo levantamento realizado em 2016 pelo acadêmico James McCann,⁹² professor sênior de Estudos Internacionais na Universidade da Pensilvânia, existem atualmente na América Latina 769 laboratórios de ideias (Tabela 1).

⁹² McGANN, James. 2016 Global Go To Think Tank Index Report. Philadelphia: University of Pennsylvania. Disponível no endereço http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=think_tanks. Acesso outubro/novembro de 2016)

Tabela 1: Número de Laboratórios de ideias na América Latina e Caribe

Número de laboratórios de ideias na América Latina e Caribe	
Anguilla	1
Antigua e Barbuda	2
Argentina	138
Aruba	1
Bahamas	2
Barbados	9
Belize	4
Bermuda	3
Bolívia	59
Brasil	89
Chile	44
Colômbia	40
Costa Rica	37
Cuba	19
Dominica	3
Equador	18
El Salvador	13
Granada	1
Guadalupe	5
Guatemala	12
Guiana	4
Guiana Francesa	1
Haiti	2
Honduras	9
Ilhas Caimão	1
Ilhas Turcas e Caicos	1
Ilhas Virgens Britânicas	1
Ilhas Virgens (EUA)	1
Jamaica	6
Martinica	2
México	61
Montserrat	1
Nicarágua	10
Panamá	12
Paraguai	27
Peru	33
Porto Rico	6
República Dominicana	31
São Cristóvão e Névis	1
Santa Lúcia	3
São Vicente e Granadinas	1
Suriname	3
Trinidad e Tobago	12
Uruguai	21
Venezuela	20

De acordo com McCann, essas entidades podem ser categorizadas conforme as características apresentada no Quadro 7.

Quadro 7: Categorias de laboratórios de ideias por afiliações

Autônomo e independente	Entidades que têm independência em relação a qualquer grupo de interesse ou doador, e autonomia em sua operação e relação ao financiamento governamental.
Quase independente	Organizações que têm autonomia em relação ao governo, mas são controladas por um grupo de interesse, doador ou agência contratante que fornece a maior parte do financiamento e tem influência significativa sobre as operações do <i>think tank</i> .
Filiado ao governo entidade governamental	Organizações que fazem parte da estrutura formal do governo.
Quase governamental	Organizações financiadas exclusivamente por subvenções e contratos governamentais, mas não integram a estrutura formal do governo.
Universidade afiliada	Centros de pesquisa de políticas em uma universidade.
Partido político afiliado	Organizações formalmente afiliadas a um partido político.
Corporativo (para lucro)	Organizações de pesquisa de políticas públicas com fins lucrativos ou organizações que simplesmente operam com fins lucrativos.

Fonte: McGANN, James. 2016 Global Go To Think Tank Index Report. Philadelphia: University of Pennsylvania. Disponível no endereço http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=think_tanks. Acesso outubro/novembro de 2016)

A maior parte dos laboratórios de ideias liberais no Brasil se enquadra nas categorias de quase independentes ou afiliados a partidos políticos. A maioria se identifica como organização civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade incentivar e promover os ideais liberais, a liberdade individual, o direito de propriedade, a economia de mercado. Neste estudo foi possível contabilizar aproximadamente 49 organizações neoliberais que atuam no Brasil, incluindo movimentos liberais menos estruturados, mas destinados a fomentar a batalha de ideias (Figura 10).

Figura 10: Laboratórios de ideias liberais que atuam no Brasil.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI);	Centro Interdisciplinar de Ética economia Personalista;	Estudantes pela Liberdade;	Fórum da Liberdade;	Fórum dos jovens empreendedores;	Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade no Brasil;	Fundação Liberdade e Cidadania;
Fundação Roberto Marinho;	Instituto Liberal de São Paulo;	Institute for International Trade Negotiations (ICONE);	Instituto Atlântico;	Instituto Capitalismo Consciente;	Instituto Carl Mager;	Instituto Casas das Garças;
Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais: ICONE;	Instituto de Estudos Empresarias;	Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte;	Instituto de formação de Líderes de São Paulo;	Instituto de Formação de Líderes do Rio de Janeiro;	Instituto de Líderes de Alta Performance de Alagoas;	Instituto de Líderes do Amanhã;
Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial;	Instituto Fernando Henrique Cardoso;	Instituto Gerdau;	Instituto liberal de Manaus;	(Instituto Liberal de Minas Gerais;	Instituto Liberal do Centro-oeste;	Instituto Liberal do Nordeste;
Instituto Liberal do Rio de Janeiro;	Instituto Liberdade do Rio Grande do sul;	Instituto Liberdade e Justiça;	Instituto Ling;	Instituto Mercado popular;	Instituto Millenium;	Instituto Mises do Brasil;
Instituto Ordem Livre;	Instituto País Melhor;	Instituto Teotônio Vilela;	Instituto Teotônio Vilela;	Instituto Rothbard	Instituto Votorantim;	Juventude democrata;
Movimento Brasil completo;	Movimento Brasil Eficiente;	Movimento Brasil Livre;	Movimento Escola sem Partido;	Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)	Espaço democrático Fundação para Estudos de Formação Política do PSD	Tradutores de Direita

3.6.1 Estudantes pela Liberdade e o Movimento Brasil Livre (MBL)

A Atlas patrocina no Brasil, conjuntamente com outras redes e laboratórios de ideias, estudantes, jovens latino-americanos para se engajarem na batalha ideológica de desgastarem e de apertarem o cerco aos governos considerados de esquerda, empunhando os anacrônicos bordões liberais revestidos de uma nova retórica. Em 2016, o Estudantes pela Liberdade no Brasil – fundador do Movimento Brasil Livre – recebeu da Atlas e da rede Students for Liberty, da qual é associada, aproximadamente, R\$ 300 mil para investir na batalha contra os governos populistas.⁹³

Segundo informações contidas no sítio desse laboratório de ideias, a sua criação teve início em 2010, a partir do “blog no qual Juliano Torres e Anthony Ling escreviam conteúdos”. A entidade desenvolveu como primeiro projeto uma revista acadêmica, chamada *Estudos Pela Liberdade*. A essa altura, “dois grupos faziam parte da organização: o Círculo de Estudos Roberto Campo e Círculo Bastiat, um na URGs e outro na Faculdade Pitágoras”. No Seminário de Verão do Instituto Ordem Livre, em 2012 – organizado por Diogo Costa, Magno Karl e Elisa Martins – Juliano Torres, Anthony Ling e os outros integrantes do grupo criaram “um projeto mais elaborado para mudar a vida dos estudantes nas universidades brasileiras”. Para tanto, deram “início às atividades de uma organização focada na divulgação das ideias de liberdade”. Essa empreitada foi assumida por Juliano Torres, que contou com colaboração de “Anthony Ling, Lino Gill, Pedro Menezes e Mano Ferreira”.⁹⁴

Em entrevista à repórter Mariana Amaral – por ocasião do Fórum pela Liberdade em 2015 – Juliano Torres, o diretor executivo do Estudantes pela Liberdade (EPL), explicita a ligação entre o EPL e o Movimento Brasil Livre (MBL). Ele explica que o Movimento Brasil Livre (MBL) foi uma legenda cunhada pelo EPL para possibilitar a sua atuação nas manifestações do Passe Livre em 2013, resguardando as normas das “organizações americanas

⁹³ Segundo o Sítio do Students For Liberty, é uma rede em rápido crescimento de estudantes pró-liberdade de todo o mundo, Nossa missão é educar, desenvolver e capacitar a próxima geração de líderes da liberdade. Somos a maior organização estudantil libertária do mundo. Conseguimos isso através de uma estratégia de capacitação, identificando os principais líderes estudantis e treinando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades. O que começou como um pequeno encontro de jovens líderes tornou-se um movimento internacional de estudantes com milhares de líderes em todo o mundo e com operações em todos os continentes habitados. Os números acima representam o impacto da SFL desde sua fundação. Disponível em: <<https://www.studentsforliberty.org/#regions>>. Acesso em: dezembro de 2016.

⁹⁴ Sítio Estudantes pela Liberdade. Disponível em <<http://www.epl.org.br/sobre/>>. Acesso em: dezembro de 2016.

que são impedidas de doar recursos para ativistas políticos pela legislação da receita americana (IRS) ”. Juliano relata que:

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil likes na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguiiri] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. (AGÊNCIA PÚBLICA. Marina Amaral. A nova roupa da direita, 23 de junho de 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: dezembro de 2016.

Esse relato evidencia como esses laboratórios de ideias liberais investiram vigorosamente no desgaste do governo Dilma. Eles não apenas se engajaram nas manifestações de junho de 2013, mas a insuflaram. Permite também inferir que o movimento de 2013 permeou ideologicamente o caminho para o movimento pró-impeachment, desencadeado em 2015, fomentado pelo Movimento Brasil Livre, que aglutinou as forças conservadoras do país e pôs em marcha o golpe, em atuação articulada com seus correligionários, que operam em outras organizações liberais.

3.6.2 O Fórum da Liberdade

O Fórum da Liberdade é um evento realizado sob o auspício do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e, segundo informações do sítio, em “2013, foi reconhecido pela Revista *Forbes* como o maior espaço de debate político, econômico e social da América Latina”. O Fórum tem o expresse propósito de fomentar alternativas objetivas de explicar e replicar as ideias de livre mercado ao público jovem universitário. Nessa perspectiva, promove debates com notórios palestrantes liberais como: Luis Felipe Pondé, Diogo Costa, Demétrio Magnoli, Mário Mesquita, Alejandro Chafuen e Ronaldo Caiado. Dessa forma, oferece uma

“contribuição imprescindível, nessa batalha, mediante a cobertura maciça da mídia nacional ao Fórum da Liberdade”.⁹⁵

O evento propiciou, até os dias atuais, a exposição de “300 palestrantes, sendo 103 deles estrangeiros, cinco ganhadores do Prêmio Nobel”, quais sejam: James Buchanan, Gary Becker, James Heckman, Douglass North e Mario Vargas Llosa. Contou também com a presença de “sete chefes de Estado, de 53 lideranças políticas nacionais e internacionais e de 16 ministros de Estado, além de lideranças empresariais, acadêmicos e estudiosos”. O Fórum congrega “anualmente um público médio de 5.000 pessoas e mais de 200.000 acessos no Fórum da Liberdade On-line, sendo que destes, mais de 150.000 são por meio das redes sociais – Facebook, Twitter e YouTube”. O Fórum também é compartilhado “por mais de 25 mil fãs no Facebook, os vídeos do YouTube tiveram mais de 77.000 visualizações e a transmissão ao vivo atinge mais de 100 mil acessos no mês de realização do evento”.⁹⁶

Cabe destacar o papel emblemático desempenhado pelo 28º Fórum da Liberdade,⁹⁷ realizado em 2015, cujo caráter político apoteótico, em razão da conjuntura do país, revela o nível de articulação e o grau de beligerância da batalha ideológica neoliberal. O evento foi realizado nos dias 13 e 14 de abril de 2015, na PUC-RS, em Porto Alegre, num auditório de 2 mil lugares, totalmente repleto. O 28º Fórum contou inclusive com a participação de Alejandro Chafuen, presidente da Atlas. Os patrocinadores oficiais do evento foram: Souza Cruz, Gerdau, Ipiranga e RBS (afiliada da Rede Globo).

A apresentadora radialista guatemalteca Gloria Álvarez⁹⁸ proferiu discurso⁹⁹ veemente performático em defesa do ideário liberal no qual enalteceu o egoísmo como condição humana inexorável, “todos somos egoístas”, “movidos por interesses próprios”, “motivações próprias”.

⁹⁵ Sítio do Fórum da Liberdade. Disponível em: <<http://forumdaliberdade.com.br/home/sobre-o-forum/>>. Acesso em: dezembro de 2016.

⁹⁶ Sítio do Fórum da Liberdade. Disponível em: <<http://forumdaliberdade.com.br/home/sobre-o-forum/>>. Acesso em: dezembro de 2016.

⁹⁷ Sobre o evento ver a reportagem magistral produzida por AGÊNCIA PÚBLICA. Marina Amaral. A nova roupa da direita, 23 de junho de 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>.

⁹⁸ A repórter Mariana Amaral informa que: Gloria Álvarez, filha de pai cubano e mãe descendente de húngaros, não representa nada exatamente novo. A grande diferença é a linguagem. O MCN (movimento a que ela pertence) recebe “fundos de algumas das maiores empresas da elite empresarial tradicional, conta o jornalista investigativo Martín Rodríguez Pellecer, diretor do site guatemalteco Nómada, parceiro da Pública. Cf. AGÊNCIA PÚBLICA. Marina Amaral. A nova roupa da direita, 23 de junho de 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: novembro/dezembro de 2016.

⁹⁹ O discurso de Gloria Alves está disponível em <

Ela apresenta a expressão “egoísmo racional” e ressalta que a negação dessa condição egoística é uma hipocrisia. Reforça a defesa do egoísmo sob o argumento de que pessoas como Stálin, na União Soviética; como Kim Jong-il, na Coreia do Norte; Fidel Castro, em Cuba; Hugo Chávez, na Venezuela; exemplos daqueles que buscaram construir sociedades desprovidas de egoísmo, criaram organizações nas quais só eles puderam ser egoístas. Gloria enfatiza que “a riqueza não se transfere, se cria”, que a única forma de criar riqueza é a cabeça” e ilustra a afirmativa com o exemplo do sucesso do empreendedor de Bill Gates e da J.K Rowling. Parafraseado Hayek, assevera que a melhor imagem de propriedade privada é o corpo, e a segunda a mente, “com eles podemos tudo”. Ela tece críticas às políticas de cotas sob a justificativa de que “não existem minorias, a menor minoria é o indivíduo, e o que melhor serve a ele [indivíduo] é a meritocracia”.

Na sua explanação explica que hoje a contraposição é república *versus* populismo, e não *versus* socialismo, porque a “batalha entre direita e esquerda já está obsoleta, cansada. Sublinha que um esquerdista intelectualmente honesto tem de reconhecer que a única forma de criar riqueza é o emprego e que um direitoista do século 21 que já se modernizou tem de reconhecer que a sexualidade, o uso de drogas, são problemas de cada um. Glória enaltece a meritocracia e as instituições da república pelo equilíbrio de poder e assevera que os populistas, assim como os direitoistas antiquados, não são a “autoridade moral do universo”.

A apresentadora afirma que o problema da América Latina é psicológico e mental, decorre do populismo, que incutiu uma compreensão distorcida vitimizadora dos indivíduos. Compreensão essa que “joga a culpa dos problemas da América Latina nos espanhóis, nos ianques” e assim mina a “autoestima”, tira dos jovens a condição psicológica de salvar suas vidas. Glória imputa o processo de transmissão da ideia vitimizadora à atuação de professores que admiram Che Guevara, marxistas, comunistas ressentidos. Eles são responsáveis por tornar os indivíduos vitimados inseguros, desencorajados para assumirem riscos e se tornarem empreendedores.

Por fim, a apresentadora conclama a todos a refletir sobre a possibilidade de construir “a República sonhada, rompendo o complexo de inferioridade [...] e assumindo com responsabilidade o compromisso cívico que nasce da nossa condição de homens e mulheres livres”. A missiva da exposição da guatemalteca é clara:

- (i) A principal minoria é o indivíduo, todos somos minorias;

- (ii) Todo poder ao indivíduo;
- (iii) A solidariedade é sinônimo de hipocrisia e de filantropia;
- (iv) Povo é uma mera abstração, é somente uma palavra que os populistas utilizam para manipular as massas;
- (v) Os direitos sociais requerem impostos extorsivos dos governos sobre os indivíduos;
- (vi) A riqueza não se transfere, a riqueza se cria a partir da cabeça;
- (vii) Os populistas, que no léxico liberal designa socialistas; comunistas; nacionalistas; intervencionistas; keynesianistas; esquerdistas, são aqueles espertinhos, enganadores, lobos em pele de cordeiros, inimigos da liberdade;
- (viii) A utopia liberal que, Hayek considerava a construção essencial para o triunfo da batalha de ideias, é apresentada por Glória como a República do egoísmo consciente.

3.6.3 O Instituto Millenium (Imil)

Neste estudo, destaca-se, entre os laboratórios de ideias do Brasil, o Instituto Millenium, tendo em vista a sua forte inserção política e midiática, característica que confere a essa organização posição de protagonista na batalha de ideias liberais no país.

O Imil foi criado formalmente em 2006, durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre, pelo *technopol* de Washington Armínio Fraga, para ser um centro de ideias liberais no Brasil. O instituto é uma organização político-empresarial mantida por líderes de grandes corporações – Gerdau; Globo; Pottencial Seguradora, uma das empresas de Salim Mattar, dono da locadora de veículos Localiza; Abril; Banco Pactual; Bank of America Merrill Lynch; grupo Évora, dos irmãos Ling;¹⁰⁰ grupo Ultra; Hélio Beltrão.¹⁰¹

¹⁰⁰ William Ling participou da fundação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) em 1984, que, formado por jovens líderes empresariais, organiza o Fórum da Liberdade desde a primeira edição; seu irmão, Wiston Ling, é fundador do Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul; o filho, Anthony Ling, é ligado ao grupo Estudantes pela Liberdade, que criou o MBL. AGÊNCIA PÚBLICA. Marina Amaral. A nova roupa da direita, 23 de junho de 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: novembro/dezembro de 2016.

¹⁰¹ AGÊNCIA PÚBLICA. Marina Amaral. A nova roupa da direita, 23 de junho de 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: novembro/dezembro de 2016.

De acordo com informações do sítio da organização, o Imil é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária, com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o *think tank* promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo.

Com o propósito de aproximar ainda mais essa organização de importantes grupos formadores de opinião, como os estudantes universitários e os jornalistas, foram desenvolvidos pelo Instituto Millenium, desde 2012, os seguintes projetos:

- (i) Imil na Sala de Aula - leva especialistas a universidades de todo o país para debater com os alunos temas de relevância no cenário nacional, sempre atrelados aos valores do instituto.
- (ii) Millenium nas Redações - promove encontros com imprensa. O objetivo é contribuir para o fortalecimento da liberdade de expressão, por meio da promoção de uma visão mais crítica e independente.

A estrutura política administrativa do Imil é formada pelas seguintes instâncias: Câmara de Mantenedores, Câmara de Fundadores, Conselho de Governança, Conselho Fiscal e Comitê Gestor. As figuras apresentadas a seguir identificam a composição de cada uma dessas instâncias.

Figura 11: Câmara de Mantenedores do Imil



Fonte: Sítio do Imil. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/camara-de-fundadores-curadores/>. Acesso em: novembro/dezembro de 2016.

Figura 12: Câmara de Fundadores



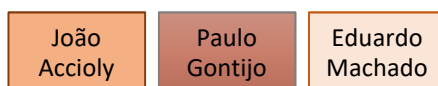
Fonte: Sítio do Imil. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/camara-de-fundadores-curadores/>. Acesso em: novembro/dezembro de 2016.

Figura 13: Conselho de governança



Fonte: Sítio do Imil. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/camara-de-fundadores-curadores/>. Acesso em: novembro/dezembro de 2016.

Figura 14: Conselho Fiscal



Fonte: Sítio do Imil. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/camara-de-fundadores-curadores/>. Acesso em: novembro/dezembro de 2016.

Figura 15: Comitê Gestor



Fonte: Sítio do Imil. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/camara-de-fundadores-curadores/>. Acesso em: novembro/dezembro de 2016.

Segundo informações prestadas pelo sítio do Imil, todas as suas atividades são planejadas e aprovadas pelo Conselho de Governança e pelo Conselho Fiscal em reuniões periódicas. Atividades como seminários, palestras e encontros são organizadas pelo Millenium por todo o país e são cobertas pela imprensa e publicadas no portal. Os eventos realizados pelo Imil contam com o apoio de um corpo de 200 especialistas de diversas áreas do conhecimento (vide Figura 16). Ademais, as entidades dispõem de uma equipe de convidados composto por figuras de inserção na grande mídia, economistas liberais de notoriedade, cineastas, empresários, acadêmicos, renomados (vide Figura 17).

Figura 16: Corpo de especialista do Imil

Adilson Luiz Gonçalves	Adriano Pires	Afonso Vieira	Ailton Benedito de Souza	Alberto Benegas Lynch	Aldo Dorea Mattos	Alexandre Barros	Alexandre Coutinho Pagliarini	Alexandre Magno Aguiar	Alexandre Ribenboim	Alexandre Schwartzman	Alfredo Marcolin Peringer	Altamir Tojal	Alvaro Cerqueira	Aluizio Falcão Filho	Amaury de Souza (in memoriam)	Anderson Oliveira
Andre Filipe Zago	Andrés Cañizales	Andrés Oppenheimer	Antenor Barros Leal	Anthony Ling	Antonio P. Mendonça	Armando Castelar Pinheiro	Arnaldo Niskier	Arthur Barrionuevo	Arthur Rozenblit	Bernardo Bonjean	Bernardo Santoro	Bernardo Weaver	Bolívar Lamounier	Bruno Garschagen	Bruno Meyerhof Salama	Carlos Pereira
Carlos Pio	Carlos U. Pozzobon	Carlos Werneck	Cecilia Sosa	Cesário Ramalho	Clara Sodrê	Claudio Considera	Claudio Shikida	Clovis Panzarini	Costábile Nicoletta	Cristiano Cechella	Cristiano Rosa de Carvalho	Daniel Garcia	Daniel Uhr	David Borensztajn	Denis Alves Guimarães	Diogo Costa
Diogo Ramos Coelho	Dirceu Martins Pio	Edmar Bacha	Eduardo Chemale Selistre Pena	Eduardo Machado	Eduardo Szazi	Eduardo Viola	Eleno Mendonça	Elisa Lucena Martins	Eugenio Hainzenreder Junior	Fabio Giambiagi	Fabio Dias da Silva	Fabio Pereira Ribeiro	Felipe Quintana	Fernando Bertuol	Fernando Dolabela	Fernando Luis Schuler
Fernando Steinbruch	Fernando Veloso	Flavio Morgenstern	Gabriela Mafort	Gil Castello Branco	Gilberto de Mello Kujawski	Gustavo Binenbojm	Gustavo H. B. Franco	Gustavo Grisa	Gustavo Ioschpe	Gustavo Leipnitz Ene	Haroldo Monteiro da Silva Filho	Hector Leis	Helio Beltrão	Helio Zylberstajn	Henrique Sartori	Ives Gandra
Jacques Veloso de Melo	Javier El-Hage	João Accioly	João Antonio Wiegerinck	João Batista Araujo e Oliveira	João Cristofolini	João Luiz Mauad	João Manoel Pinho de Mello	João Paulo de Lima Braga	João Ricardo Moderno	João Mellão Neto	João Victor Guedes	Jorge Caldeira	Jorge Eduardo Scarpin	Jorge Maranhão	José Carlos Cavalcanti	Jose Pio Martins
Jose Vicente Santos de Mendonça	José Carlos Sepúlveda	José Márcio Camargo	José Nêumanne Pinto	José Paulo Grasso	José Álvaro Moisés	Juarez Dietrich	Judith Brito	Julio Hegedus Netto	Kleber Luiz Zanchim	Leandro Callegari Coelho	Leandro Mello Frota	Leandro Narloch	Leandro Piquet Carneiro	Leila Harfuch	Leonardo Paz Neves	Leticia do Amaral
Leôncio Martins Rodrigues Netto	Lourdes Sola	Lucas Varnieri Rosa	Lucia Helena Salgado	Luciana Yeung	Luciano Garrido	Luciano Timm	Luis Lopes Diniz Filho	Luiz Felipe D'Ávila	Luiz Felipe Lampreia (in memoriam)	Luiz Fernando Reginato	Luiz Roberto Calado	Luís Eduardo Schoueri	Marcel van Hattem	Marcello Averbug	Marcelo Henriques da Brito	Marcelo Hermes-Lima
Marcelo Madureira	Marcelo Mello	Marcio Coimbra	Marco Antonio Rocha	Marcos Sawaya Jank	Marcos Troyjo	Marcus André Melo	Marcus Teixeira	Marcus Vinicius Motta	Maria Alejandra Madi	Margaret Tse	Maria Carolina Zanette	Mario Ernesto Humberg	Mario Vargas Llosa	Martim Vasques da Cunha	Mauro Rodrigues da Cunha	Michel Alcoforado
Moacyr Góes	Monica Baumgarten de Bolle	Murillo de Aragão	Maria Lúcia Victor Barbosa	Mário Antônio Guerreiro	Naércio Menezes	Nelson Barrizzelli	Ney Carvalho	Nicolau da Rocha Cavalcanti	Nivaldo Cordeiro	Nuno Coimbra Mesquita	Odemiro Fonseca	Patricia Blanco	Patrícia Carlos de Andrade	Paulo C. Coimbra	Paulo Gontijo	Paula Guedes
Paulo Guedes	Paulo Moura	Paulo Roberto de Almeida	Paulo Tafner	Pedro Cavalcanti Ferreira	Pedro Mello	Pedro Rafael	Pedro Sette Câmara	Priscila Pereira Pinto	Rafael Borim	Raul Velloso	Renato Pacca	Ricardo Bernhard	Ricardo Castanheira	Ricardo Diniz	Ricardo Koboldt de Araujo	Ricardo Pechansky Heller
Ricardo Santos Gomes	Roberta Fragoso	Roberto Abdenur	Roberto Carvalho de Medeiros	Roberto DaMatta	Roberto Luis Troster	Roberto Pereira D'Araujo	Roberto Rachewsky	Roberto Salone	Roberto Schaeffer	Roberto Soares Garcia	Rodrigo Constantino	Rodrigo R. Coutinho	Rodrigo Tellechea Silva	Rodrigo Tiraboschi	Rolf Kuntz	Ronald Otto Hillbrecht
Ronaldo Balassiano	Ronaldo Campos Carneiro	Rubem de Freitas Novaes	Rubens Barbosa	Samuel Kinoshita	Samuel Pessoa	Sandro Schmitz	Sandro Vaia	Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr	Sergio Lazzarini	Sergio Lewin	Sergio Vale	Sérgio Tostes	Silverio Zebral	Simon Schwartzman	Solange Ferreira de Moura	Solange Srour Chachamovitz
				Sueli Angarita	Telma Darn	Thales Michel Stucky	Thobias Zamboni	Ubiratan Iorio	Vítor Wilher	Wagner Vargas	Yoani Sánchez	Zeina Latif				

Fonte: Sítio do Imil. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/camara-de-fundadores-curadores/>. Acesso em: novembro/dezembro de 2016.

Figura 17: Relação da equipe de convidados do Millenium

Adeodato Neto	Ali Kamel	Alvaro Vargas Llosa	Andre Franco Montoro Filho	Anselmo Heidrich	Carlos Alberto Di Franco	Carlos Alberto Montaner	Carlos Alberto Sardenberg	Carlos Magno Xavier
Christopher Sabatini	Claudia Costin	Cora Ronai	Demétrio Magnoli	Denis Rosenfield	Edson Ronaldo Nascimento	Eduardo Zimmer Sampaio	Eugenio Bucci	Eugenio Mussak
Everardo Maciel	Fábio Ostermann	Gaudencio Torquato	Guilherme Fiuza	Guilherme Malzoni Rabello	Gustavo Guida Reis	Helio Gurovitz	Igor Barenboim	Ilan Goldfajn
J.R. Guzzo	Joel Pinheiro da Fonseca	Jorge Gerdau	Jose Andres Lopes da Costa	Jose Eli da Veiga	Jose Piñera	José Marcio Mendonça	José Padilha	Lilian Zieger
Lucas Mendes	Luis Gomez	Luiz Alberto Machado	Luiz Eduardo Vasconcelos	Luiz Leonardo Fração	Mailson Ferreira da Nóbrega	Marcelo Côrtes Neri	Marcos Cintra	Mario Cesar Flores
Mary Anastasia O'Grady	Merval Pereira	Mozart Neves Ramos	Nelson Motta	Oscar Vilhena	Paulo Areas	Paulo Brossard (in memoriam)	Paulo Feldmann	Paulo Kramer
Pedro Malan	Percival Puggina	Renato Lima	Renato Skaf	Ricardo Amorim	Ricardo Galuppo	Rodrigo Mezzomo	Thor Halvorssen	Tom Palmer
Vicente de Paulo Barretto		Wagner Lenhar						

Fonte: Sítio do Imil. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/camara-de-fundadores-curadores/>. Acesso em: novembro/dezembro de 2016.

O aporte financeiro assegurado pelas mantenedoras e doadores, a estrutura política administrativa, o corpo de especialistas e convidados aliado a um conjunto incessante de atividades desenvolvidas em âmbito nacional, todos esses requisitos conferem ao Imil a condição de laboratório de ideias intelectualmente mais sofisticado e melhor instrumentalizado para realizar a batalha ideológica liberal atualmente no Brasil.

O papel estratégico de relevo do Millenium no fomento e na difusão do ideário neoliberal, mais especificamente da economia de mercado no Brasil, deve-se em larga medida à atuação de intelectuais orgânicos da economia de mercado (os *technopols* de Washington), notadamente Armínio Fraga, Gustavo Franco, Pedro Malan, de empresários brasileiros ligados ao grande capital e de empresários ligados à grande imprensa, como Ali Kamel, diretor-geral de Jornalismo e Esportes da Rede Globo. O instituto contribui assim, significativamente, para a disseminação e institucionalização das prescrições neoliberais no Brasil.

Além disso, o Instituto Millenium dispõe de um sítio bem constituído, que divulga as suas próprias produções e replica matérias jornalísticas de diversos órgãos de imprensa, sobretudo do jornal *Estado de São Paulo*. Possivelmente, seja esse, diferentemente das demais organizações, o papel por excelência desse instituto. Em verdade, há um forte vínculo de

articulação e de complementariedade entre os diversos laboratórios de ideias liberais, e provavelmente distintas organizações liberais atuem mais em outras frentes dessa mesma batalha, por exemplo, dedicando-se a treinamento de jovens; realizando formação de líderes; organizando fóruns de debates; ofertando cursos de graduação e pós-graduação; produzindo e veiculando informações atualizadas do Brasil para municiar redes internacionais.

O Imil, assim como a miríade de laboratórios de ideias liberais, rejeita e desqualifica o arcabouço acadêmico da esquerda e contrapõe-se a ele fabricando e legitimando produções de saberes, como se fossem a própria racionalidade econômica, alinhados à agenda de Washington e ao movimento ideológico neoliberal internacional. As matérias veiculadas no link conteúdo/artigo do sítio Millenium evidenciam com clareza esse alinhamento. Vale examinar duas matérias disponíveis no referido link, cujos temas são obstinadamente defendidos pelos neoliberais:

- (i) Governo Temer e as prescrições para superação da crise econômica;
- (ii) Flexibilização da legislação trabalhista.

O tema (i) é tratado em entrevista concedida por Armínio Fraga ao jornal *Estado de São Paulo*. A pergunta central da enquete era: “O País melhorou depois do impeachment?” e “O governo de Michel Temer segue na direção certa?”. Ele responde: “A mudança foi impressionante. O Brasil, como estava, ia quebrar três vezes mais.”

Na sequência da entrevista ele defende a agenda na linha do “consenso” de 1989:

O ideal seria fazer o ajuste mais rápido, mas está atuando dentro do que é possível no campo político a essa altura do jogo. A agenda é boa. A PEC do teto do gasto (Proposta de Emenda Constitucional 241) é um avanço extraordinário. Ainda assim, exige a reforma da Previdência, se não o teto não fica de pé. Mas eu acho que vai precisar de mais reformas. [...] se aprovar a reforma da Previdência no primeiro trimestre, vai ter tempo para fazer mais e não vejo porque parar. Acho muito boa a ideia de discutir as questões trabalhistas. O Estadão, aliás, publicou uma fantástica matéria sobre isso. Ali está tudo o que precisa ser feito. A reforma tributária é outra.¹⁰² (Grifos nossos)

¹⁰² Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/divulgacao/entrevistas/mquina-de-crescimento-quebrou/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

O tema (ii) refere-se a outra matéria, veiculada também no *Estado de São Paulo*, qual seja: “Flexibilização da CLT pode ajudar a impulsionar a economia, segundo especialistas”. Nesse texto jornalístico tece-se crítica mordaz ao que se nomeia de “rigidez das leis trabalhistas brasileiras”. A estrutura do artigo é intercalada com breves pareceres de vários “especialistas”, todos obviamente favoráveis à flexibilização da legislação trabalhista. O empresário David Neeleman, fundador da Azul, expressa as suas dificuldades com a legislação trabalhista. Ele explica que pretendia criar um call center remoto, no qual os trabalhadores atenderiam as ligações da clientela em suas próprias casas. A proposta permitiria a mulheres com filhos pequenos, além de aposentados e estudantes, organizar a jornada de trabalho de acordo com a sua disponibilidade. Essa proposta tão “avançada” não pôde ser executada em razão do rigor da legislação trabalhista brasileira.

Na sequência José Pastore – professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio do Estado de São Paulo – afirma que a legislação é anacrônica: “Hoje, boa parte da lei perdeu o sentido, porque as condições de trabalho, de tecnologia e de produção mudaram completamente”.

Almir Pazzianotto Pinto, ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), enfatiza que “O empresário deve ter o direito de administrar o seu negócio sem sofrer intervenções do Ministério Público, da Justiça trabalhista e do Ministério do Trabalho”. Alega que a “determinação com que a Justiça do Trabalho cultua a CLT” expressa “certa politização” da questão desde a Constituição de 1988, característica que se intensificou nos governos petistas. Prossegue nessa linha de argumentação recriminando: “No Brasil, ao contrário do que diz a Constituição, não há livre iniciativa”, sustenta que: “A livre iniciativa está sob o controle rigoroso de pessoas que querem transformar o Brasil de capitalista em socialista, por meio de decisões judiciais.

Gilmar Mendes reforça a argumentação ao asseverar que: “O Tribunal Superior do Trabalho é, em sua maioria, formado por pessoal que poderiam integrar um tribunal da antiga União Soviética”. Para mais, levanta suspeita afirmando que: “A mim, parece (que tenha ocorrido) um certo aparelhamento da Justiça trabalhista e do próprio TST, por segmentos desse modelo sindical que se desenvolveu no País”. Por fim, são apresentados os pontos centrais do projeto 4.962/2016, do deputado Julio Lopes (PP-RJ), que altera a redação do artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A matéria termina com a seguinte avaliação:

Como na PEC dos gastos, que depende da reforma da Previdência para funcionar, a reforma trabalhista dependerá da reforma sindical para alcançar seus objetivos (veja os gráficos). Sem a adoção do pluralismo sindical e o fim do imposto sindical, que financia entidades patronais e de trabalhadores com contribuições compulsórias, o novo desenho que se pretende dar para as relações de trabalho no País não passará de uma quimera. Mesmo que a reforma sindical seja implementada em seguida, para não tumultuar o debate sobre as mudanças trabalhistas, a vez da reforma sindical terá de chegar.¹⁰³ (Grifos nossos)

As matérias veiculadas nos sítios dos laboratórios de ideias liberais apresentam os mesmos conteúdos. Com grau maior ou menor de sofisticação argumentativa, essas entidades se aglutinam em torno da agenda neoliberal. À proporção que essas organizações operam, vão inscrevendo ideologicamente pensamentos, opções e convicções. Elas formam padrões de comportamento, pontos de vista, enfoques, pareceres e concepções, reguladas em âmbito nacional e internacional. Essa formação gradativa abarca um conjunto significativo de pessoas, conjunto esse que se eleva rapidamente em dimensão de massa.

A força operacional desses laboratórios consiste em sistematizar, alinhar e padronizar uma visão de mundo sob a qual a função do Estado se restringe em apenas assegurar os meios de reprodução do capital, requeridos pelos setores hegemônicos da burguesia, ou seja, reduzir o Estado à esfera dos interesses do capital financeiro nacional e internacional.¹⁰⁴ Isso não significa que grandes empresas ligadas ao setor industrial não se beneficiem das prescrições neoliberais e, portanto, defendam esse projeto.¹⁰⁵

Como já exposto no capítulo anterior deste estudo, a atuação dos cartéis de bancos credores internacionais formados em razão da crise financeira no início dos anos 1980 operaram – amparados pelo governo estadunidense via FMI e Banco Mundial – profunda extorsão financeira nos países periféricos devedores. Extorsão realizada por meio da introdução de um modelo de renegociação e concessão de novos empréstimos, alicerçado em uma política de

¹⁰³ Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/blog/flexibilizacao-da-clt-pode-impulsionar-a-economia-segundo-especialistas/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

¹⁰⁴ “[...] a fração do capital que se valoriza conservando a forma dinheiro” (CHESNAIS, 1997, p. 31)

¹⁰⁵ “[Mesmo aquelas empresas que] respeitarem a legislação trabalhista também usufruem, mesmo que indiretamente, por meio de seus fornecedores e da prática da subcontratação, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos custos que essa desregulamentação propicia; a ‘mercadorização’ de direitos e de serviços como saúde, educação e previdência também atende, de modo variado, diferentes setores da burguesia. [...] ela estimula a expansão dos negócios de uma nova fração burguesa que denomino ‘nova burguesia de serviços’, beneficiária direta do recuo do Estado na área dos serviços básicos. [...] a ‘mercadorização’ reduz os gastos sociais tradicionais do Estado, atendendo à pressão do grande capital para apropriar-se do orçamento público.” Cf. BOITO Jr., 2007.

juros escorchantes e ajuste fiscal. Esse modelo de transferência excessiva de recursos dos países periféricos devedores para os credores não só assegurou a recuperação econômica dessas corporações financeiras cartelizadas, como também imprimiu uma nova dinâmica no processo de acumulação do capital, como explica Chesnais:

[...] grosso modo, de 1982 a 1994, no decorrer da qual a dívida pública foi o mecanismo principal da criação de créditos e o serviço dos juros da dívida, o principal mecanismo de transferência de receitas em benefício da renda. Esta transferência foi tanto mais alta que as taxas de juros reais positivas pagas sobre os títulos da dívida pública foram elevadas. Já se falou, a propósito, dos Estados Unidos, mas é preciso ampliar os conceitos. O “poder das finanças” foi construído sobre o endividamento dos governos, que permitiu a expansão ou, mesmo em países como a França, a ressurreição dos mercados financeiros. É uma das fontes da força econômica e política imensa adquirida pelas instituições financeiras que é comum a todos os países da OCDE, praticamente sem exceção. Ela repousa na sobre imposição do capital e das receitas elevadas e o financiamento para empréstimo junto aos mercados financeiros dos déficits orçamentais. Sob o efeito de taxas de juros superiores e mesmo muito superiores à inflação e ao crescimento do PIB, a dívida pública faz “bola de neve”. Ela é geradora em seguida de pressões fiscais altas sobre as receitas menos móveis e mais fracas, de austeridade orçamentária e de paralisia das despesas públicas. (CHESNAIS, 2001)

Nessa nova dinâmica de acumulação capitalista, no âmbito doméstico o capital financeiro logrou de completa liberalização e na esfera internacional pôde desfrutar de poder praticamente absoluto de movimentação. Essa condição privilegiada exigiu a adoção de várias contrarreformas reguladoras do desmonte da legislação precedente e a regulação de outra institucionalidade. O alinhamento a essa nova ordem institucional implicou acordos pactuados internacionalmente, regionalmente, como o Consenso de Washington, e, no caso específico dos países da América Latina, atuação política obstinada dos *technopols* de Washington, alguns dos quais militam como intelectuais orgânicos do Instituto Millenium.

No plano das ideias coube e cabe aos laboratórios de ideias o processo de desatar o nó górdio neoliberal, qual seja: legitimar uma vida social de privação e de escassez para maioria da população mediante contrarreformas que beneficiam a classe burguesa, que representa apenas 2% do total das famílias brasileiras e percentualmente detém 37,4% da massa da renda nacional.¹⁰⁶

¹⁰⁶ *Jornal Estado de São Paulo*, “Classe A tem maior fatia da renda do País Estudo dos economistas”. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,classe-a-tem-maior-fatia-da-renda-do-pais,10000007285>>. Acesso em: dezembro de 2016. A matéria refere-se aos estudos de Adriano Pitoli, Camila Saito e Ernesto Guedes, com base em dados divulgados pela Receita Federal 2016, e revela que 2,5 milhões de famílias da classe A são

Armínio Fraga, na referida entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*, é indagado sobre as perspectivas para a eleição de 2018 e responde:

O meu temor é que surja um populista moralista vendendo um caminho sem sacrifício. Aliás, não gosto quando falam que cada um precisa dar a sua cota de sacrifício para fazer o ajuste, para tirar o país da recessão. Fica parecendo que existe uma saída sem sacrifício – e isso não existe. Nesse ambiente, pode surgir um vendedor de ilusões que piore ainda mais tudo que está aí.¹⁰⁷ (Grifo nosso.)

Essa afirmação suscita a seguinte questão: a cota de sacrifício recairá sobre todas as classes sociais? Os empresários ligados ao grande capital se submeterão a alguma restrição que implique a redução das suas taxas de lucro? Prescrever, genericamente, cotas de sacrifício parece sugerir que todos os grupos sociais arcarão com cotas iguais. Ainda mais falacioso é omitir o fato de que há uma classe social beneficiária da contrarreforma enquanto outra, a classe trabalhadora, é subtraída, paga o ônus da crise, com a perda de todos os seus parques direitos sociais e trabalhistas e com o seu empobrecimento.

Nessa perspectiva, o nó górdio do neoliberalismo significa transformar a barbárie em uma persuasiva utopia. Como dizia Hayek, “aprender com o sucesso dos socialistas a coragem de ser utópico”. A utopia neoliberal é a liberdade, seus defensores opõem o intervencionismo à liberdade, consideram qualquer tipo de intervenção do Estado algo opressivo. Cabe à utopia neoliberal encobrir o caráter essencialmente classista desse ideário, ostentando a insígnia da liberdade como direito que somente o liberalismo porta e, portanto, dos quais os liberais são seus únicos baluartes. Nessa acepção, a liberdade é o direito inalienável ao egoísmo, como bem expressou a guatemalteca Glória Álvares no Fórum da Liberdade de 2015.

responsáveis por 37,4% do total da renda nacional – contra 16,7% apontado pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/divulgacao/entrevistas/mquina-de-crescimento-quebrou/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

REFLEXÕES FINAIS

Uma constatação importante para reflexão nesta seção é sobre a distinção entre liberalismo e democracia. A meu ver, não há qualquer identidade entre essas duas tradições, uma vez que o liberalismo nasce como justificação teórica da dominação burguesa, é uma corrente de pensamento legitimadora da propriedade privada, da expropriação dos produtores diretos de seus meios de produção. Portanto, o liberalismo, diferentemente da democracia, é, por sua natureza, antagônico ao princípio de igualdade.

O escopo subjacente ao corpo teórico liberal consiste em resguardar os proprietários dos meios de produção daqueles que somente possuem a sua força de trabalho e, assim, manter a dinâmica de acumulação e de reprodução do capital. Trata-se em última instância de formar a convicção nos indivíduos de que o princípio da igualdade é injusto e que a desigualdade encerra em si um caráter de justiça conferido pelo merecimento. Há, portanto, um vínculo umbilical entre a tradição liberal e a hegemonia burguesa. É dessa relação de dominação que o liberalismo se ocupa, encobrindo as suas contradições.

A democracia liberal é sustentada, em larga medida, pelo sistema jurídico, que possibilita dissimular a divisão de classe. Esse fenômeno explica-se pela sensação de pertencimento das classes subalternas ante a representação do Estado como Estado nação que presumivelmente abarca todos os proprietários e não proprietários, produzindo a ideia de que todos são iguais perante a lei. Nesse sentido, diferentemente das sociedades escravista e feudal, em que os desiguais eram tratados juridicamente de forma desigual, na esfera jurídica capitalista os desiguais são tratados como se fossem iguais e aptos a exercer legitimamente atos de vontade.

A democracia liberal na esfera do político é o local da burocracia que toma o formal pelo real e, conseqüentemente, inverte o real pelo formal. É a instância das normas hierarquizadas, das tarefas estabelecidas com base nos níveis de saber, no merecimento, na ocultação das informações. É o campo por excelência da organização do controle social, da repressão, da governança, do simulacro do sufrágio universal e da representação política que supostamente permite a participação de todos no processo decisório público. Consiste no aparato cujo fim é a dominação do público pelo privado, a inversão que possibilitou mascarar a realidade por uma falsidade tida como necessária e universal.

A instância da produção da consciência na democracia liberal é o âmbito da ideologia, no complexo social, ocupa-se de estabelecer a conexão mediadora entre a estrutura econômica e a superestrutura (instituições, políticas e jurídicas). Como opera fora das restrições do âmbito institucional, a esfera da produção de ideias atua como uma instância intermediária que impulsiona as instituições, políticas e jurídicas, que, por sua vez, provocam impactos sobre a estrutura econômica. Por excelência, é o campo da representação de ideias, da naturalização da desigualdade, da ocultação das contradições e da justificação da racionalidade do capital.

A ausência dessa mediação provocaria uma subjugação explícita dos setores dominantes mediante a imposição instantânea e dura de seus interesses, aniquilando as próprias acepções de leis e de política. Sem a esfera da produção de ideias, as normas legais mais toscas se estabeleceriam e o sistema de justificação e adequação à ordem estaria esvaziado. A dominação política ficaria, então, exposta, revelando as contradições sociais da preservação da hegemonia burguesa.

Os laboratórios de ideias liberais atuam exatamente nessa esfera intermediária disseminando o ideário neoliberal. A batalha de ideias protagonizada por Hayek nos anos 1940 ganhou intensidade após a eclosão econômico-financeira do final dos anos 1970, quando começa a definir-se uma reconfiguração da hegemonia burguesa, processo que se consolida com o desmonte do denominado “socialismo real” em 1989.

Nas décadas de 1970 e 1980, o movimento político-ideológico desencadeado por Hayek intensificou-se, foram criados diversos laboratórios de ideias, que atuaram elaborando e desenvolvendo políticas públicas fundadas nos princípios da liberdade individual, do livre mercado, do Estado limitado. Eles produziram livros, análises e relatórios, só o laboratório de ideias Heritage Foundation, fundado em 1973, conta com mais de 250 pessoas entre executivos e pesquisadores sociais.

Ainda há muito mais a se decifrar sobre o percurso da reabilitação do liberalismo na contemporaneidade. Todavia, inegavelmente, a batalha de ideias hayekiana triunfou soberana, penetrou e alterou consciências de centenas de milhares de pessoas em todo o mundo. O grau de coesão desse movimento em âmbito mundial deveu-se aos altos investimentos na construção de uma rede de laboratórios de ideias liberais poderosamente conectada, que abarca os meios midiáticos, acadêmicos, empresariais, bem como a intelectualidade e as suas produções. Dessa

forma, o dogmatismo liberal reabilitado difunde-se como a única racionalidade planetária, como pensamento absoluto e genuíno da humanidade.

Nessa lógica, cabe indagar: o autoritarismo, intrínseco à prática liberal, poderia ter se originado da herança absolutista, antagonista histórica do liberalismo?

Na mesma tônica do dogmatismo hayekiano, a crítica de Hayek ao socialismo revela uma postura de suspeição e aversão à linhagem socialista, que faz lembrar a hostilidade do fascismo no período entre-guerras. Diferentemente do que presume Hayek, a tradição socialista não surge movida pelos “sentimentos sórdidos”, pela “aversão aos que estão em condições melhores”, tampouco pela “simples inveja”. Essa tradição emerge na Europa ocidental durante a primeira metade do século XIX e consolida-se a partir de 1848, com o materialismo histórico de Marx e Engels, cuja mira é entender o capitalismo e buscar possibilidades de superação da miséria, da pobreza, da desigualdade, em todas as suas manifestações, decorrentes da exploração sustentada pela acumulação ilimitada de capitais, nas relações de produção capitalista.

Hayek desconsidera o alto preço pago pela classe trabalhadora para erguer, consolidar e preservar o capitalismo, que ele prefere designar como “ordem espontânea de mercado”. Desconsidera também toda a significativa contribuição da matriz teórica marxiana, que porta consigo o mérito de dissecar os traços constitutivos mais complexos e ocultos do capitalismo, bem como seus deletérios impactos sobre a vida social. Além disso, nega todo tributo do processo investigativo dessa linhagem que desnudou a dinâmica singular de acumulação ilimitada do capital. Um dos pilares clássicos dessa construção teórica acha-se na seguinte passagem de *O Capital*:

Na relação imediata entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto há que se buscar o segredo mais profundo, o cimento oculto de todo o edifício social, e, por conseguinte da forma política que a relação de soberania e dependência adota; em uma palavra, a base da forma específica que o Estado adota em um período dado. Isto não impede que a mesma base econômica apresente, sob a influência de inumeráveis condições empíricas distintas, de condições naturais, de relações sociais, influências históricas exteriores, infinitas variações e matizes, que só poderão ser esclarecidos por uma análise dessas circunstâncias empíricas. (MARX. *O capital*, 2013, livro 3, p. 775-776)

Por essa matriz explicativa, a relação capitalista de produção remonta ao fenômeno histórico do século XVIII, na Inglaterra, quando um contingente de camponeses é expropriado da terra e um número significativo de artesões vai à bancarrota. Há um processo de imigração em massa de trabalhadores livres para os espaços urbanos. Despojados dos seus bens, são empurrados, gradativamente, para a mais indigna das explorações: a mercantilização de si próprio em troca da sua sobrevivência física. Nesse percurso, o trabalhador converte-se em mercadoria ao dispor do capital. Situada no outro polo da estrutura social, a burguesia, possuidora do capital e, conseqüentemente, dos meios da produção material, reúne as condições para comprar essa força de trabalho a ser empregada na produção de mercadorias. No processo de compra e venda da força de trabalho como mercadoria, dois requisitos se estabelecem: primeiro o trabalhador labora sob o controle dos capitalistas, a quem pertence o seu trabalho. A força de trabalho é uma mercadoria que pertence ao capitalista, não ao trabalhador. O outro requisito é que tudo que o trabalhador produzir durante o período do contrato pertencerá ao capitalista (HARVEY, 2013, p. 121).

Sob a hegemonia do capital, o proletário é a nova classe explorada; tornam-se trabalhadores assalariados restringidos a artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos às vicissitudes da concorrência e a todas as flutuações do mercado (MARX, 2007, p. 46). O valor da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção dos meios de sobrevivência do trabalhador (alimentação, vestimenta, habitação, etc.), ou seja, é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral (MARX. *O capital*, 2013, livro I, p. 245-246). Assim, o valor de todas as mercadorias necessárias à reprodução do trabalhador liga-se às condições de vida de um dado tempo histórico e de certo padrão sociocultural determinado. Entretanto, o valor da força de trabalho, pago em forma de salário, é sempre inferior ao tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria. A diferença entre o valor que o trabalhador recebe pela venda de sua força de trabalho e o valor do labor incorporado à mercadoria gera a produção de mais valor.

Nessa relação entre capital e trabalho, o operário, além de produzir o seu valor como força de trabalho, tem de produzir mais-valor, que é a forma singular de extração de lucro, por meio do trabalho excedente no modo de produção capitalista. O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de

mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadoria (MARX. *O capital*, 2013, livro I, p. 255-263). Como o objetivo do trabalho convertido em mercadoria é produzir bens, durante o próprio processo de produção de bens está corporificado como se efetuará a distribuição da riqueza: o capital ficará com o mais-valor e os trabalhadores, reduzidos ao quinhão dos salários. Assim, a exploração não está localizada no baixo valor do salário, mas sim em sua própria essência. Mesmo no âmbito do comércio e circulação de mercadorias, o lucro é extraído de uma parcela do mais-valor que o industrial desapropria do proletário e transfere ao comerciante. Ao vender a mercadoria, o comerciante retirará desse lucro uma quantia para pagar o seu trabalhador assalariado. Sendo assim, o salário dos trabalhadores do comércio advém da fração do mais-valor transferido ao comerciante pelo produtor. Como analisa Marx:

[...] todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos. Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX. *O capital*, 2013, livro I, p. 720-721)

A condição da classe operária na Inglaterra no século XIX é a elucidação mais concreta dessa análise de Marx. Essa condição de profunda penúria é retratada por Engels em seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Também a biógrafa Mary Gabriel, em seu livro *Amor e capital*, sintetiza esta brutal realidade social por meio de coletâneas de relatos de biógrafos sobre a visita de Marx e Engels aos populosos bairros operários de Manchester e Londres, durante as seis semanas passadas na Inglaterra em 1945.

O quadro traçado é trágico; quase quinhentas mil pessoas trabalhavam na indústria têxtil na Inglaterra, as cidades de Manchester e de Londres eram os centros industriais do ocidente. A produção doméstica já havia sido substituída pelo sistema fabril em grande escala. Os trabalhadores eram meros apêndices das máquinas e a sua própria família pertencia às fábricas. Especialmente aos sábados, os trabalhadores faziam filas para receber salários, que muitas

vezes eram insuficientes para as pequenas despesas, a base da alimentação era a batata. As habitações eram cortiços onde se amontoavam vários moradores. Em Manchester, as moradias geralmente eram porões, ao passo que em Londres eram domicílios verticais, mas ambas insalubres, com pouca ou nenhuma iluminação e insuficientemente aquecidas.

As condições de trabalho na Inglaterra de então contribuíram decisivamente para a fragilização do equilíbrio orgânico dos operários, provocando acidentes e enfermidades profissionais. O horário de trabalho diversas vezes atingiu dezessete horas; não havia férias, o salário era o estritamente necessário para a sobrevivência física do trabalhador e dos seus. Havia alta incidência de doenças pulmonares, entre elas a tuberculose. A febre tifoide acometia grande número dos pobres e indigentes. Ademais, o atendimento em caso de doença ou acidente era demasiadamente precário. Assevera Engels que, por meio do estudo de vários registros e notificações oficiais, seria possível comprovar o assassinato social praticado na Inglaterra. O ar impregnado das fábricas, a umidade dos locais do labor, o esgotamento físico e mental dos operários, a alargada jornada de trabalho, o trabalho infantil, muitas vezes noturno, em larga medida, acarretavam a mortalidade precoce dos proletários, como expõe o funcionário de saúde pública de Manchester, o Dr. Lee:

Comprovou que nessa cidade a duração média de vida na classe abastada é de 38 anos, ao passo que na classe operária é de apenas 17 anos. Em Liverpool, é de 35 anos para a primeira e 15 para a segunda. Disso se conclui, portanto, que a classe privilegiada tem uma expectativa de vida (have a lease of life) mais de duas vezes maior do que a de seus concidadãos menos favorecidos. (MARX. *O capital*, 2013, livro I, p. 872)

O expediente intensivo de labor nas fábricas conduziu à redução e perda da convivência dos pais com seus filhos. As mães sedavam os filhos com ópio até voltarem do trabalho. As crianças eram utilizadas nas indústrias desde os seis anos de idade. A princípio, apenas as crianças abandonadas em orfanatos eram entregues aos patrões para trabalharem nas fábricas. Com o passar do tempo, as que tinham famílias eram inseridas no mesmo trajeto, submetidas a longos e extenuantes períodos de trabalho e, portanto, privadas completamente de sua infância. Os salários também eram parcos, equivalentes à quinta parte da remuneração dos adultos. A jornada correspondia a uma carga horária de quatorze horas por dia, uma vez que se iniciava às cinco horas da manhã e finalizava às dezenove horas. Para mais, os locais de trabalho eram insalubres, as situações eram precárias, as crianças estavam expostas a acidentes fatais e a várias enfermidades. A longa jornada gerava exaustão, o que causava nas crianças lentidão na

execução de atividades ao final do dia. Corretivos como murros e diversas violências eram aplicados para coibir a distração. O atraso das crianças nas fábricas era punido, assim como conversas durante expediente, e as evasões eram consideradas transgressões. Dessa maneira, o capitalismo nutriu-se não apenas da sangria do trabalho de adultos, mas analogamente do infantil. E. P. Thompson, na obra *A formação da classe operária inglesa*, verifica que:

A relação clássica de exploração da Revolução Industrial é despersonalizada, no sentido de que não admite qualquer das antigas obrigações de mutualidade – de paternalismo ou deferência, ou de interesses da ‘Profissão’. Não há nenhum sinal do preço ‘justo’, ou do salário justificado em relação a sanções sociais ou morais, como algo oposto à livre atuação das forças no mercado. O antagonismo é aceito como intrínseco às relações de produção. Funções de gerência ou supervisão demandam a repressão de todos os atributos, à exceção daqueles que promovam a expropriação do máximo de mais-valia do trabalho. Esta é a economia política que Marx dissecou n’*O Capital*. O trabalhador tornou-se um ‘instrumento’ ou uma cifra, entre outras, no custo. (THOMPSON, 1987, p. 28)

A indagação que emerge ao se examinar o pensamento hayekiano sobre justiça social é se todas essas condições geradas pelo capitalismo, que ele denomina de ordem espontânea do mercado, devem ser preservadas a despeito da extorsão, da miséria material e moral a que o capital submete a humanidade. As análises dos socialistas encontram-se desprovidas de fundamento em dados concretos; apresentam-se desconectadas da realidade? Os trabalhadores devem apenas trabalhar e esperar que os sábios desígnios do livre mercado lhes confirmem melhores condições? Hoje, transcorridos dois séculos da Revolução Industrial, qual o custo social que o capital impôs e impõe à maioria da humanidade? Sobre esse custo, Antonio David Cattani constata que:

Jamais na trajetória da humanidade, houve tamanha criação material: bens e serviços abundantes e de melhor qualidade, inovações que proporcionam mais conforto, mais saúde, possibilidades de fruição de novas dimensões de vida, a disponibilidade de aparatos tecnológicos que facilitam os deslocamentos e as comunicações dos indivíduos. Porém, o preço a pagar revelou-se absurdamente alto. A lógica inexorável do princípio da acumulação ilimitado e da concentração do capital leva à destruição da natureza e ao crescimento das desigualdades socioeconômicas de modo indigno. Mas, sobretudo, a forma capitalista de produção continua baseada no princípio de fungibilidade física e intelectual do trabalho vivo, organizado e disciplinado em condições desinteressantes e estressantes que levam ao embotamento da inteligência, à alienação de muitos para benefícios de poucos. (CATTANI *apud* DAL ROSSO, 2008, p. 7)

Decorridos dois séculos da Revolução Industrial, o quadro da pobreza e da miséria nos dias atuais, em âmbito mundial, é alarmante. Os indicadores sobre a condição de pobreza e indigência da população mundial nos três últimos anos (2013-2016) constituem a evidência empírica incontestável da análise de Marx sobre a acumulação capitalista; geradora a um só tempo de riqueza num polo e de miséria num outro. De acordo com o *Relatório Mundial sobre o Trabalho Infantil 2015* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 168 milhões de crianças trabalham, das quais 120 milhões têm entre cinco e quatorze anos. Os estudos revelam que o número de adolescentes de quinze a dezessete anos em trabalhos perigosos totaliza 47,5 milhões, somando 40% de todos os trabalhadores nessa faixa etária. Um claro indicador do déficit de trabalho decente para essa faixa etária é que adolescentes com idades entre quinze a dezessete anos em trabalhos perigosos representam mais de um quarto (28%) de todas as crianças em trabalho infantil.

Segundo estudos da organização internacional Save the Children, morrem no mundo, por ano cerca, de seis milhões e trezentas mil crianças. Essas mortes ligam-se aos altos fatores de riscos nos quais as mães se encontram imersas, por exemplo, a má nutrição, a falta de acesso aos cuidados básicos de saúde durante a gravidez ou mesmo a maternidade precoce. No mundo verifica-se pelo menos sete milhões de gestações em adolescentes por ano. Em âmbito mundial, as taxas de mortalidade dos menores de cinco anos são de 46 mortes para cada 1 mil nascidos vivos. Mas esses dados não revelam o fato de a sobrevivência infantil estar umbilicalmente associada à situação socioeconômica familiar e desconsideram as condições de pobreza e a vida insalubre nos bairros marginalizados. Cerca de 156 milhões de crianças são raquíticas, em consequência de subnutrição e infecções. Aos seis anos de idade, as crianças pobres já se encontram em situação de desvantagem em termos de aquisição de vocabulário e fluência da linguagem oral.

A população mundial está estimada em 7,3 bilhões, entre os quais cerca de 795 milhões têm desnutrição crônica, ou seja, um em cada nove habitantes do planeta não tem alimentos suficientes. Conforme o levantamento global da Unicef e da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em junho de 2015, uma em cada três pessoas no mundo, isto é, aproximadamente 2,4 bilhões de indivíduos, ainda não tem acesso a serviços de saneamento básico e água potável. Cerca de 40% da população global não tem acesso a serviços de saúde. Em 2013, mais de 860 milhões de pessoas vivem em favela, índice superior aos 725 milhões registrados em 2000. Em algumas cidades, até 80% da população vive em favelas.

Aproximadamente cinquenta e cinco milhões de novos habitantes de bairros degradados foram adicionados à população mundial desde 2000. A África subsaariana tem uma população favelada de 199,5 milhões; Sul da Ásia, 190,7; Ásia Oriental, 189,6; a América Latina e o Caribe, de 110,7 milhões; o Sudeste Asiático, 88,9 milhões; o Oeste da Ásia, de 35 milhões e o Norte da África, 11,8 milhões. Segundo informações do Encontro Internacional das Pessoas sem Moradia Estável, ocorrido em Roma em 2014, há cerca de um bilhão de pessoas sem teto em todo o mundo. A população brasileira em 2015 é de 204 milhões, dos quais 11,7 milhões moram em favelas, o que equivale ao quinto estado do Brasil em população.

Atualmente, cerca de 1,3 milhão de habitantes do planeta não tem acesso a eletricidade, uma em cada cinco pessoas (num total de 2,6 bilhões) dependem de lenha, carvão e outros combustíveis para cozinhar e para se aquecerem. O Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015, da Unesco, registra existência de 781 milhões de adultos não alfabetizados no mundo. De acordo com o Relatório Desenvolvimento Humano 2014, em termos globais, 1,2 milhão de pessoas (22%) vive com menos de US\$ 1,25 por dia. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que existam pelo menos 12,3 milhões de pessoas submetidas a trabalho forçado em todo o mundo e no mínimo 1,3 milhão na América Latina em 2014.

A riqueza dos 1% da população subiu de 44% do total de recursos mundiais em 2009 para 48% no ano passado, segundo estudos da organização não governamental britânica Oxfam, divulgado em 2014. O grupo estima que em 2016 esse patamar pode superar 50% se o ritmo atual de crescimento for mantido. A concentração de riqueza, segundo a Oxfam, também se verifica entre os 99% restantes da população mundial; essa parcela retém hoje 52% dos recursos mundiais. Porém, destes, 46% estão nas mãos de cerca de um quinto da população. Isso representa que a maior parte da população é detentora de apenas 5,5% das riquezas mundiais; o patrimônio individual médio dos membros desse segmento é de US\$ 3.851 (cerca de R\$ 10.000) em 2014. Entre aqueles que integram o segmento dos 1% mais ricos, o patrimônio era de US\$ 2,7 milhões (R\$ 7 milhões).

Conforme levantamento divulgado em outubro de 2014 pelo banco Credit Suisse sobre a prosperidade global, detectou-se que “a riqueza total global cresceu para um novo recorde, ao subir de US\$ 20,1 trilhões entre meados de 2013 e meados de 2014 – um aumento de 8,3% – para chegar a US\$ 263 trilhões”. E essa abundância é concentrada na mão de apenas 0,7% da população adulta do mundo, que detém 44% (US\$ 115 trilhões) da riqueza global. No planeta,

há 128,2 mil pessoas com mais de US\$ 50 milhões cada uma, sendo que metade delas possui ao menos US\$ 100 milhões cada uma. A maior concentração dessas pessoas encontra-se na América do Norte; somente nos Estados Unidos elevou para 9,5 mil o número de megarricos entre os anos de 2013 e 2014. As cem maiores fortunas do mundo totalizam US\$ 842.900 bilhões, segundo dados da revista *Forbes*, publicados em 5 de agosto de 2015.

A leitura desse conjunto de indicadores permite compreender nitidamente a dinâmica da concentração de riqueza em uma ponta e, concomitantemente, a acumulação da miséria na outra extremidade; basta confrontar os dados de uma e de outra. A dinâmica do capital de acumulação ilimitada de concentração e de internacionalização legou à humanidade um planeta profundamente injusto, marcado por uma população corroída, pela intensificação e aviltamento do labor, pelo trabalho cativo, pela ignorância, pela degradação e pelo embrutecimento.

O sentido dessa longa digressão é mostrar como, historicamente, o socialismo se atrelou a uma perspectiva de justiça social, na medida em que buscou compreender a natureza da desigualdade social e visou a sua superação, bem como a das demais contradições geradas pelo capitalismo. Em vista disso, o pensamento socialista, ao problematizar os saberes dominantes, ocupou-se e segue a ocupar-se de um vasto e fecundo campo de temas relevantes e densos, entre os quais: a dinâmica de acumulação do capital; as crises econômicas e seus impactos; a exploração e o lucro; os antagonismos de classes e a correlação de forças e interesses em disputas; as razões pelas quais os trabalhadores não se revoltam, continuamente, contra a exploração e a dominação no capitalismo; a noção de hegemonia e a crise de hegemonia no interior do bloco no poder; o fardo social do nosso tempo histórico; as relações de trabalho; a relação entre trabalho e alienação; as relações entre os países centrais e os periféricos; o fetichismo da mercadoria; o poder político e classes sociais; as estruturas políticas de poder e dominação; o papel do Estado no capitalismo; os aparatos ideológicos empregáveis e seus efeitos; a organização política da classe trabalhadora e a emancipação humana. Em vista disso, oferece diversas chaves investigativas consistentes para a apreensão de fenômenos da vida social na contemporaneidade.

A relevância da tradição socialista afigura-se também nas suas variantes interpretativas, que compõem um vasto arcabouço categorial, inexaurível de possibilidades argumentativas, indispensáveis aos dias atuais, cuja marca é o alheamento dos valores humanos e o aniquilamento dos vínculos de solidariedade. Há que destacar que a tradição socialista, embora apresente limites, não paralisou ante a complexidade dos fenômenos sociais, mas,

contrariamente, dedicou-se e dedica-se, exaustivamente, ao entendimento de suas morfologias, ainda que não tenha alcançado a compreensão plena desses fenômenos, nem a apreensão de todas as suas dimensões. A despeito das controvérsias presentes no interior dessa tradição, ela contribui substantivamente para um mundo menos opaco, submisso, acrítico, resignado, e convoca ao engajamento dos sujeitos na construção de sua própria história.

A construção da teoria hayekiana, diferentemente da socialista, apresenta uma acepção sobre a evolução do mercado e a sua faculdade autocéfala de alcançar o equilíbrio, mas desprovida de exegese congruente de suas implicações e tendências. A construção teórica de Hayek, inextricavelmente ligada à acumulação do capital, ignora o pesado fardo imposto à classe trabalhadora para manter o curso da “ordem espontânea do mercado”. Para mais, admite a desigualdade social e a considera um fenômeno contra o qual é inútil lutar. Paradoxalmente, o “moderno racionalismo intelectual” que Hayek refuta nos socialistas encontra-se patente em sua epistemologia destoadada da realidade social, centrada na defesa irrestrita e imperativa da ordem espontânea do mercado como a única e inexorável opção civilizatória. Conforme precisamente anuncia Adam Przeworski, as transformações econômicas expressas na concepção de Hayek vinculam-se a:

[...] um projeto intelectual, um projeto traçado no interior do universo acadêmico norte-americano e cuja forma é dada por instituições financeiras internacionais. Buscam-se com essas transformações efeitos radicais, com a plena inversão de todas as relações sociais vigentes. Elas oferecem uma panaceia, um elixir mágico que, uma vez tomado, curará todos os males. Substitua-se “nacionalização dos meios de produção” por “propriedade privada” e “plano” por “mercado” e a estrutura da ideologia poderá permanecer intacta. Talvez as revoluções retirem sua forma dos próprios sistemas contra os quais se dirigem. (PRZEWORSKI, 1993, p. 209)

Importa indagar qual é o sentido mais preciso do termo mercado, tendo em vista o caráter ambíguo que reveste esse vocábulo. O termo carrega consigo conotações que não são neutras, mas que, opostamente, visam construir uma imagem mitificada e simultaneamente abstrata e vaga de mercado. Por esse motivo, interessa interrogar quais as características que definem essa formulação. Nesse sentido, François Chesnais apresenta uma contribuição preciosa para caracterizar a noção de mercado na contemporaneidade. Para ele:

O “mercado” é a palavra que serve hoje para designar pudicamente a propriedade privada dos meios de produção; a posse de ativos patrimoniais que comandam a

apropriação sobre uma grande escala de riquezas criadas por outrem; uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e de competitividade e nas quais somente as demandas monetárias solventes são reconhecidas. As fusões-aquisições dos últimos anos empurraram o processo de concentração a níveis que pareciam impossíveis até vinte anos atrás. Atrás do eufemismo do “mercado”, encontram-se formas cada vez mais concentradas de capital industrial e financeiro que detêm um poder econômico sempre maior, que inclui uma capacidade muito forte de “colocar em xeque o mercado”, “curto-circuitar” e cercar os mecanismos da troca “normal”. Um terço do comércio mundial resulta das exportações e das importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que têm o estatuto de sociedades transnacionais, enquanto que o outro terço tem a forma de trocas ditas “intragrupos”, entre filiais de uma mesma sociedade situadas em países diferentes ou entre filiais e a sede principal. Estas trocas não são “livres”, mas altamente planejadas. Elas não se efetuam no “mercado”, mas no espaço privado interno dos grupos, e são faturadas a “preços de transferência” internos, fixados, sobretudo de modo a escapar o quanto for possível do imposto. (CHESNAIS, 2001, p. 7-28).

Importa também considerar que a partir do final dos anos 1970 os laboratórios de ideias liberais passam a se constituir como o espaço aglutinador e articulador da militância burguesa para travar a luta de classes. Essas miríades de organizações são espaços ideológicos mantidos com recursos financeiros elevados de grandes corporações econômicas, que fabricam munições políticas e ideológicas destinadas a armar estrategicamente a burguesia para enfrentar a disputa pela hegemonia. As redes de laboratórios de ideias liberais, por meio de interconexões com as entidades parceiras distribuídas pelo mundo, instrumentalizam a batalha ideológica burguesa do centro do poder imperialista para o resto do planeta. Elas edificaram, aprimoraram e potencializaram o que Dreifuss denominou de “A Internacional Capitalista”. O enfrentamento a essa batalha ideológica encadeada sincronicamente implica necessariamente em decodificar as indagações levantadas por Dreifuss:

[...] será que sabemos a respeito do jogo mais profundo e sutil dos poderosos? Como é que os indivíduos dominantes numa sociedade se organizam e desenvolvem a luta política, destinada a perpetuar seus privilégios ou conquistar novas posições? Como desarmam e cooptam, anulam e liquidam seus adversários ou neutralizam e desviam as questões em pauta? Como é que uma classe traduz suas capacidades estruturais (o predomínio econômico na esfera da produção, sua formação intelectual e seu acervo cultural, suas ligações pessoais e vínculos familiares ampliados) em capacidades político-organizacionais? (DREIFUSS, 1986, p. 21)

No trilha aludido por Dreifuss, ao investigar os laboratórios de ideias liberais, este estudo pretendeu trazer alguma chave de compressão que contribua para a construção do projeto contra-hegemônico e decifrar em alguma dimensão o jogo dos poderosos.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. *Decifra-me ou Devoro-te: História Oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. São Paulo; Edições Loyola, 1993.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa *et al.* *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.p37-72.

_____. *Pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BIONDI, Aloysio. Brasil enfrenta a pior situação. *Folha de S.Paulo*, sábado, 27 de agosto de 1983.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 6. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOITO Jr., Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro. In: CAETANO (Org.). *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Rev. Sociol. Polit.* [on-line], n. 28, p. 57-73, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104>>. Acesso em: dezembro de 2017

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Rev. Sociol. Política* [on-line], v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>>. Acesso em: outubro de 2016.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil (1983 - 1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal*. Dissertação (Mestrado), UFJS, São João del-Rei, 2011.

CASTILHO, Alceu Luís de. *Partido da Terra, como os políticos conquistam o território brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTI, Carlos Brandão. *Transferência de recursos e substituição da dívida externa por dívida interna*. Brasília, UnB, set. 1987, mimeo.

CERQUEIRA, Ceres Aires. *Dívida Externa Brasileira: Processo Negocial 1983-1996*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1997. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CHAFUEN, Alejandro. US: Think Tanks And The Power of Networks. HACER American News 24/02/2014. Disponível em: <<http://www.hacer.org/usa/us-think-tanks-and-the-power-of-networks-by-alejandro-chafuen/>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Revista Outubro*, São Paulo, Instituto de Estudo Socialistas, EDUSP, n. 5, p. 7-28, 2001.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das Reformas do FMI e Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial*. Lisboa: Caminho, 2003.

COGGIOLA, Oswaldo. *A Revolução Iraniana*. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

CORDEIRO, Fábio Cereda. *O FMI, a política interna dos EUA e a crise da dívida dos anos 80*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CORRÊA, Larissa Rosa. *"Disseram que voltei americanizado": relações sindicais Brasil – Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978)*. 2013. 353f. Tese (doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho: intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DE PAULA, João Antônio. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. *Pesquisa & Debate* - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 15, n. 2, 2004.

DINIZ, Eli. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. In: DINIZ, Eli (Org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: Editora da UFSC, Idacon, 1982.

DINIZ, Eli (Org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: Editora da UFSC, Idacon, 1982.

DINIZ, Eli. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 7, n. 20, p. 31-46, 1992.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Empresários e Constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. In: CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (Org.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

DOSTALER, Gilles. Hayek et sa reconstruction du libéralisme. *Cahiers Sociological Research Papers*, Montreal: Departamento de Sociologia da UQAM, n. 32, p. 120-122, 1999.

DRAIBE, Sônia Miriam. *O Sistema de proteção social no Brasil*. Campinas: UNICAMP, NEPP, 1991.

DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista: estratégia e tática do empresariado (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

_____. *O jogo da direita na Nova República*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.

ENGUITA, M. F. *Prólogo à edição espanhola de Pensamientos sobre la educación*. Madrid: Ediciones Akal, 1986. p. 9-23.

FARIA, José Eduardo. Ideologia e função do modelo liberal de direito e estado. *Lua Nova*, n. 14, p. 82-92, 1988. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451988000100008>>. Acesso em dias alterados

FATEMI, Khosrow. "The Iranian Revolution: Its impact on the economic relations with the United States". *International Journal of the Middle East studies*, v. 12, n. 3, p. 303-317, nov. 1980.

FEIJÓ, Ricardo. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek*. São Paulo: Nobel, 2000.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar. 1986.

FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política* /Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

FIORI, José Luís. O consenso de Washington. Conferência apresentada no Seminário 50 Anos de História da Revolução na América Latina. Mimeo. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

_____. Estado de Bem-estar Social: padrões e crises. *Physis*, v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997a.

_____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes. 1997b.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *O processo de substituição de importações*. São Paulo: LCTE, 2009.

GALEANO, Eduardo Hughes. O 11 de setembro chileno e os Chicago Boys. *Observadores Sociais*, 12 de setembro de 2013.

GANEM, Ângela. Crítica à leitura hayekiana da História: a perspectiva da ação política de Hannah Arendt. *Nova econ.* [online]. 2009, vol.19, n.2, pp. 267-284. Disponível <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000200003/>. Acesso em: abril de 2015.

_____. Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 11, n. 22, novembro de 2012.

GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: UnB, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização produtiva, investimento externo direto e empresas transnacionais no Brasil: uma perspectiva histórica*. Trabalho apresentado à Associação Brasileira de Pesquisa em História Econômica, São Paulo, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/globaprodutivaivesextdireto.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTD, 2014.

GONÇALVES, Reinaldo; BAUMANN, Renato. *Economia internacional: teoria e experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Trad. C. N. Coutinho et al. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GROS, Denise Barbosa. Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República. *Teses FEE*, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, n. 6, 2003.

GROS, Denise Barbosa. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n. 54, p. 143-145, fev. 2004.

HAYEK, Friederich August von. *A Arrogância Fatal: Os Erros do Socialismo*. [s.d.]. Disponível em www.libertarianismo.org/livros/fahaarroganciafatal.pdf. Acesso em: março/outubro 2015.

_____. *Os fundamentos da liberdade*. Universidade. Tradução de Anna Maria Capovillae; José Ítalo Stelle. São Paulo, Visão, 1983.

_____. *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. Normas e Ordem. São Paulo: Visão, 1985. v.1.

_____. *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política - A miragem da justiça social*. São Paulo: Visão, 1985. v. 2.

_____. *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política - A ordem política de um povo livre*. São Paulo: Visão, 1985. v. 3.

_____. Los Intelectuales y el Socialismo. Traducido al español por Guillermo Villalba. Foro Libertario y Students For Liberty, 2012. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2012/05/Hayek-Los-Intelectuales-y-el-Socialismo11.pdf>>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HILL, Christopher. Uma revolução burguesa. *Revista Brasileira de História*, v. 4, n. 7, p. 7-32, 1984.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. O declínio do Brasil-nação. *Estud. av.* [online]. 2000, v. 14, n. 40, p. 51-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300006/>. Acesso em: agosto 2015.

INCE, Onur Ulas. John Locke and Colonial Capitalism. *Western Political Science Association Conference*, Hollywood, CA, March 2013.

KAISER, Axel. La anorexia cultural de la derecha frente al avance ideológico progressista. 3ªed. Editora Union/Fundación para el progreso: Santiago-Chile: 2014

LÉGÉ, Philippe. Hayek: penseur génial ou incohérent ?, *L'Economie politique*, n. 36, octobre 2007.

LENNON, Thomas. M; LARIVIÈRE, D. Antnony. A correspondência entre Locke e Molyneux. *Discurso*, n. 31, p. 157-200, 2000.

LESSA, Sérgio. Identidade e individuação. *Revista Katálisis*, v. 7, n. 2, p. 147-157, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6843/6324/>>. Acesso em: junho de 2015.

LOCKE, John. Memorandum on the reform of the poor law. In: FOX BOURNE, R. H. *The life of John Locke*. London: King, 1876. v. 2.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *Segundo tratado do governo: ensaio sobre a verdadeira origem, alcance e finalidade do governo civil*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

_____. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

_____. *Alguns pensamentos acerca da educação*. Tradução Madalene Requixa, Coimbra: Alameda, 2012.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. São Paulo: Idéias & Letras 2006.

MACPHERSON, Crawford Brough. *A teoria política do individualismo possessivo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MANN, Michael. 2. *The postwar global order*. In: The sources of social power. Globalizations, 1945-2011. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Vol. 4.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARINHO, Alicia de Moraes Pimentel Havana. ESTADOS UNIDOS: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 4, n. 7, 2010.

MARQUES, Maria Silvia; BATISTA JR., Paulo Nogueira. A terceira versão do acordo Brasil-FMI. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 2, n. 2, abr./jun.1984.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital - Crítica da economia política*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I: O processo de produção do capital.

_____. *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes : a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas.)

MELLO, J. M. C.; BELLUZZO, L. G. M. Introdução. In: FÓRUM GAZETA MERCANTIL. (Org.). *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. 1. ed. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1983.

MÉSZÁROS, István, *Para além do capital rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A educação para além do capital*. Tradução Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLYNEUX William *The Case of Ireland being bound by Acts of Parliament in England*, Stated 1698. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/1769/>>. Acesso em: Março/Junho 2014.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Negociações com os bancos - A urgência na redefinição de objetivos. Fórum Gazeta Mercantil (ed.). FMI x Brasil: a armadilha da inflação. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 42-43, 1983.

MUÑOZ, Leopoldo A. *La invasión neoliberal en Chile*. CEME - Centro de Estudios Miguel Enríquez - Archivo Chile. 2002, p. 4-9. Disponível em: <<http://www.archivo-chile.com>>. Acesso em dias alternados

PAULA, João Antônio de. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. *Revista História Econômica. História de Empresas*, Hucitec/ABPHE, São Paulo, v. 1, 2002.

PLEHWE, Dieter; FISCHER, Karin. Redes de think tanks e intelectuales de derecha en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, n. 245, mayo-junio de 2013. Disponível em: <www.nuso.org>. Acesso em: outubro/novembro de 2016.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. Tradução Rita Lima. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael. O Capitalismo Democrático na Encruzilhada. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22, outubro 1988.

PRZEWORSKI, Adam. A falácia neoliberal. *Lua Nova - Estado, reformas e desenvolvimento*, São Paulo, n. 28-29, 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100009/>>. Acesso em: Julho/Agosto 2016.

_____. “A social-democracia como um fenômeno histórico” In: _____. *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUBIN, Isaak Illich. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SALLUM JUNIOR, Brasília. Transição política e crise de estado. *Lua Nova* [online]. n. 32, p. 154-157, 1994. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451994000100008>>. Acesso em: 5 de setembro de 2016.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *O padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984*. 365f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

SAMPAIO JR., Plinio de Arruda. Auge e declínio da estratégia cooperativa de reciclagem da dívida externa. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 25, 1989.

SILVA, Tatiana Teixeira da. *Os Think Tanks e sua influência na política externa dos EUA - a arte de pensar o impensável*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SILVEIRA, Luciana. *Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium*. (Dissertação em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

TAVARES, Maria da Conceição. A crise financeira global. *Revista de Economia Política*, v. 3, n. 2, abr.-jun. 1983.

TAVARES, Maria da Conceição. *Aula inaugural do curso “Desenvolvimento Brasileiro”*, organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 28 ago. 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Tradução Renato Busato Neto; Cláudia Rocha de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. v. 2.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Paris: Raisons d'Agir, 1999.

WILLIAMSON, John. A short history of the Washington Consensus. Paper commissioned by Fundación CIDOB for a conference. From the Washington Consensus towards a new Global Governance, Barcelona, Sept. 24-25, 2004. Disponível em: <<https://piie.com/publications/papers/williamson0904-2.pdf>>. Acesso em: novembro de 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O império do capital*. Tradução Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXOS

Anexo 1

Anais do Senado 1ª e 2ª Reuniões, 1ª 13ª Sessões. 47ª Legislatura, Senado Federal Subsecretaria de Anais, Brasília, 19 FEV./15 MAR. 1983. Diário do Congresso Nacional - Seção II , p.012-013.

O Sr. Roberto Saturnino - Agradeço a atenção de V. Ex. É que hoje soubemos, pela leitura dos jornais, que esse mais novo empréstimo-ponte que o Brasil teria conseguido com a visita do Presidente Reagan. Empréstimo ponte, ou em linguagem popular, se poderia dizer um. "vale". O Brasil anda fazendo "vales" pelo mundo afora, empréstimos para fechar as contas deste ano e serem descontados no próximo ano, em função dos créditos que tivermos. Este empréstimo que foi anunciado com a vinda do Presidente Reagan, um empréstimo condicionado ao _ pedido do Brasil ao Fundo Monetário Internacional, uma coisa ligada a outra, é um empréstimo para ser resgatado tão logo o FMI abra seu crédito ao Brasil. Esse empréstimo já teria começado a ser utilizado, a primeira- e a segunda parcela já teriam sido sacadas, o que significa que a decisão de recorrer ao Fundo Monetário Internacional também já havia sido tomada, porque se o empréstimo era vinculado à decisão de ir ao Fundo, o que confirma a nossa informação de que essa decisão foi tomada em setembro, no momento da reunião de Toronto, quando foi declarada a insolvência da Nação brasileira perante seus credores do mundo. Esta informação foi sonegada, simplesmente. Não apenas se fez uma omissão sobre essa importantíssima informação, porque as conseqüências [sic] dessa operação sobre a Nação e a população brasileira todos nós calculamos; não apenas houve uma omissão, como houve uma desinformação, houve a negação, porque _ se imaginava que isso poderia prejudicar os planos, as perspectivas eleitorais do PDS. Então, mentiu-se. A autoridade mentiu, a autoridade informou erradamente, propositadamente, não apenas sonegou a informação, mas deu a informação contrária, de que não se cogitava, quando a decisão já estava tomada. Agora, se monta assim esse espetáculo que mais parece uma farsa. Pois se tudo já está decidido, o que está fazendo, aqui, essa missão? O que veio fazer o Presidente Reagan com esse empréstimo-vale de um bilhão e duzentos milhões de dólares? Fica a Nação estupefata de como agem as pessoas responsáveis perante a opinião pública, perante a opinião brasileira. O SR. Paulo Brossard- Nós sabíamos que essas coisas estavam sendo feitas; nós sabíamos que as medidas econômicas estavam começando a ser tomadas, conforme o modelo, o figurino e as exigências

do Fundo Monetário Internacional. Nós anunciamos que isto se daria depois do dia 15. Infelizmente não estávamos enganados, infelizmente não estávamos equivocados. Mal passaram as eleições, parece incrível que tenha havido de parte de um Governo uma mistificação dessa natureza e destas proporções, começam então as práticas, aquelas práticas que tantas vezes foram antevistas nesta Casa por V. Ex.^a•, inclusive, por outros Senadores e tantas vezes negadas. Só nós da Oposição no nosso misaneísmo [sic] não víamos a maravilha que o mundo inteiro contemplava quando analisava o desenvolvimento econômico e a saúde das finanças brasileiras. Estamos pagando aqui e agora o que foi feito à revelia da Nação por um Governo que pretendeu dispensar e efetivamente dispensou a Nação da participação do Governo. Recordo-me, Sr. Presidente, que em 1977 completavam-se os mil dias nos quais a Ferrovia do Aço deveria estar pronta.

Anexo 2

Anais do Senado 1ª e 2ª Reuniões, 1ª 13ª Sessões. 47ª Legislatura, Senado Federal Subsecretaria de Anais, Brasília, 19 FEV./15 MAR. 1983. Diário do Congresso Nacional - Seção II, p. 0102.

O Sr. Luiz Cavalcante - Permite V. Ex.^a. um aparte? O SR. Humberto Lucena - V. Ex.^a. me dá a honra, com muito prazer. O Sr, Luiz Cavalcante - Muito obrigado. Meu aparte vem a propósito de uma declaração anterior de V. Ex.^a quando se referiu a reiteradas e enfáticas declarações de eminentes figuras do Governo negando que o País jamais recorreria ao FMI. E a propósito disso, tenho em mãos uma publicação oficial, editada pela Secretaria do Planejamento. b uma entrevista do Sr. Ministro Delfim Netto a jornalistas do grupo Liberal, Belém do Pará, em 31 de agosto de 1982, mas a publicação foi distribuída - está a data aqui- em dezembro de 1982. Pois bem, a página 19 tem esta enfática e peremptória declaração do titular da Secretaria do Planejamento: "O Brasil tem todas as condições para honrar a dívida externa, ainda porque ela é muito bem distribuída no tempo". Acho que vale a pena repetir: "O Brasil tem todas as condições para honrar a dívida externa, ainda mais porque ela é muito bem distribuída no tempo". Infelizmente, os fatos repudiaram, totalmente, a declaração-ministerial. Haja vista que, no dia 6 de janeiro, o País oficialmente emitiu uma carta de intenções ao FMI pedindo socorro. Muito obrigado a V. Ex.^a. .

Anexo 3

Biografias *technopols* brasileiros

Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

ANDRÉ LARA RESENDE

Nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1951, filho do jornalista e escritor Oto Lara Resende e de Helena Pinheiro Guimarães. Seu avô materno, Israel Pinheiro, foi revolucionário de 1930, constituinte de 1946, deputado federal por Minas Gerais entre 1946 e 1956, prefeito do Distrito Federal de 1960 a 1961, e governador de Minas Gerais de 1966-1971. Seu tio materno, Israel Pinheiro Filho, foi deputado federal por Minas Gerais entre 1967 e 1971.

Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 1973, fez o mestrado em economia na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, concluindo o curso em 1975. Posteriormente, em 1979, obteve o título de Phd em economia pelo Massachusetts Institute of Technology, nos Estados Unidos.

De volta ao Brasil, ainda em 1979 passou a lecionar no Departamento de Economia da PUC-Rio, instituição à qual ficaria ligado até 1988. Paralelamente às suas atividades docentes, em 1980 tornou-se sócio e diretor administrativo do Banco de Investimentos Garantia, aí permanecendo até 1985. De 1984 a 1985, foi também diretor externo da Companhia Ferro Brasileiro, cargo que voltaria a ocupar entre 1987 e 1990.

Nos primeiros anos da década de 1980, juntamente com o seu colega de graduação na PUC-Rio, Pêrsio Arida, interveio na discussão do processo de transição do regime militar para a democracia, em um momento em que ganhava espaço a proposta de pacto social do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, que viria a ser o candidato da oposição à presidência da República, por eleições indiretas, na sucessão do general João Batista Figueiredo. Preocupado com a superação da crise econômico-financeira que o país atravessava, divulgou, em conjunto com Arida, ideias que viriam a configurar o eixo do artigo “Inertial inflation and monetary

reform in Brazil”, publicado pelos dois economistas em 1985 na coletânea organizada por J. Williamson, *Inflation and indexation: Argentina, Brazil and Israel* (Boston, MIT Press).

Indo contra a tradição liberal-monetarista, Lara Resende e Arida explicavam a crise como resultado de uma inflação de tipo inercial. Nessa perspectiva, os êxitos obtidos no combate à inflação eram neutralizados por uma “memória inflacionária” responsável pela incorporação, quando da revisão dos contratos, das taxas mais elevadas observadas no período anterior. Para sustar esse ciclo, eles conceberam um plano, conhecido por “Larida”, que previa a adoção de uma moeda indexada – a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) –, que circularia em paralelo ao cruzeiro e, por ser uma moeda forte, acabaria se sobrepondo à moeda oficial, eliminando-se, assim, o fator de propagação inflacionária. A indexação total da economia conduziria, portanto, à sua desindexação definitiva

Integrante do Conselho de Administração do Banco Central em 1985 e 1986, respondendo pelas questões relativas à dívida pública e ao mercado aberto, André Lara Resende foi um dos responsáveis – ao lado de Arida, Edmar Bacha, e dos ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Dílson Funaro, entre outros – pela elaboração do Plano Cruzado, durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990). Esse plano de estabilização econômica anunciado por Sarney em 28 de fevereiro de 1986, inspirava-se na tese de Lara Resende e Arida da inflação inercial, combinada à proposta de “choque heterodoxo”, de autoria do economista Francisco Lopes. Sua meta principal era interromper um processo inflacionário galopante, que havia atingido, naquele mês, a taxa anual de 250%. O plano previa a criação de um novo padrão monetário, o cruzado, de valor mil vezes maior que o do cruzeiro, então abolido, a extinção da correção monetária, a estabilização cambial e o congelamento de preços e salários. Inicialmente bem-sucedido, uma vez que os índices inflacionários caíram consideravelmente, o Plano Cruzado acabou se convertendo, no final daquele ano, numa tentativa fracassada de combater a inflação, devido ao recrudescimento da alta de preços.

Saindo da área de governo, André Lara Resende retornou à iniciativa privada, voltando a atuar como diretor do Banco Garantia em 1987 e 1988. Ainda em 1987, foi contratado como diretor externo das Lojas Americanas, função que desempenhou até 1989. Nesse ano, tornou-se diretor executivo do Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas, holding do grupo Moreira Salles. Membro do conselho diretor e vice-presidente executivo da União de Bancos Brasileiros - Unibanco, integrante do grupo Moreira Salles, de 1989 a 1993, integrou a partir de 1990 o

conselho consultivo do The Capital Group, sediada em Los Angeles, Estados Unidos. Ocuparia esse assento até 1997.

De volta ao setor público, foi negociador-chefe da dívida externa em 1993, no governo do presidente Itamar Franco (1992-1994). Nesse mesmo ano, juntamente com Luís Carlos Mendonça de Barros e mais três sócios, foi um dos fundadores do Banco Matrix, do qual se tornou sócio-diretor. Atuando basicamente nos mercados de renda fixa e câmbio, e na administração de recursos de terceiros, inclusive do exterior, para aplicação no Brasil, o Matrix viria a ser, em 1995, o banco de maior rentabilidade do país. Em março desse ano, o Matrix seria acusado de ter obtido informações privilegiadas sobre mudanças na política cambial.

Com a posse de Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PDSB), na presidência da República em 1º de janeiro de 1995, Lara Resende afastou-se do Banco Matrix para assumir o cargo de assessor especial da Presidência. Ainda em 1995, foi um dos integrantes da equipe econômica que implementou o Plano Real, programa de estabilização da economia brasileira posto em prática, de forma gradativa, a partir do último ano do governo de Itamar Franco. Anunciado em 28 de fevereiro de 1994, o plano consistiu, inicialmente, na introdução da URV (Unidade Referencial de Valor) como padrão de transição dos preços para uma nova moeda, o real, que passaria a vigorar em 1º de julho seguinte.

ARMINIO FRAGA NETO

Nasceu no Rio de Janeiro no dia 20 de julho de 1957, filho de Sílvio Fraga e Margaret Breslin, de nacionalidade norte-americana.

Estudou no Colégio Santo Inácio e, contrariando a tradição familiar, escolheu seguir carreira na economia ao invés da medicina. Graduou-se em economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde também concluiria o mestrado em 1981. Nesse período foi aluno de Pedro Malan e de John Williamson, economista inglês que estava no Brasil como professor-visitante e o indicou para o doutorado em economia na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Concluído o doutorado em 1985, ainda em nesse ano retornou ao Brasil e ocupou os postos de economista-chefe e gerente de operações do Banco de Investimentos Garantia. Tornou-se também professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Departamento de Economia da PUC-Rio.

Em 1988 voltou a residir nos Estados Unidos, tornando-se professor visitante do Departamento de Finanças da Wharton School, da Universidade da Pennsylvania. Permaneceu nessa função até junho de 1989, quando assumiu a vice-presidência do banco de investimentos norte-americano Salomon Brothers. Em maio de 1991 retornou ao Brasil após aceitar o convite do então ministro da Economia, Fazenda e Planejamento do governo Fernando Collor de Melo, Marcílio Marques Moreira, para ocupar a diretoria de operações internacionais do Banco Central. Nesse cargo, conseguiu reverter um ataque especulativo contra a moeda brasileira. Com o afastamento de Collor, provocado pela abertura de um processo de impeachment, deixou o Banco Central em 2 de outubro de 1992. Voltou para os Estados Unidos e trabalhou na firma de investimentos do empresário George Soros, em Nova Iorque, até janeiro de 1999. Nesse período, foi também professor adjunto de relações internacionais da Universidade de Columbia.

Presidente do Banco Central

Em meio à crise monetária que atingiu o Brasil no início de 1999, em fevereiro foi indicado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), para a presidência do Banco Central, em substituição ao economista Gustavo Franco. A crise monetária brasileira foi um reflexo de uma série de crises que atingiu diversos países ao longo da década de 1990 e cuja última manifestação ocorrera na Rússia em agosto do ano anterior, quando a moratória das obrigações públicas e privadas desse país fez com que os investidores internacionais perdessem a confiança nos países emergentes. Em consequência, houve uma fuga de capitais da economia brasileira, que acabou por impossibilitar a sustentação do regime cambial até então vigente. A indicação de Armínio Fraga para o Banco Central recebeu aprovação nos meios financeiros. Todavia, houve também desconfianças em função de suas ligações com Soros, então considerado o principal nome do capital especulativo internacional. Depois de sabatinado e aprovado pelo Senado, Fraga tomou posse no Banco Central em 4 de março de 1999.

Tendo como principal desafio impedir o retorno da inflação, promoveu a mudança do regime cambial, tornando o câmbio flutuante, de modo que a taxa de câmbio fosse determinada livremente pelo mercado, de acordo com a lei da oferta e procura, em vez de ser fixada pelo próprio Banco Central, como era feito até antes da crise monetária. Além disso, adotou o sistema de metas de inflação, pelo qual a política de juros passaria a depender de um índice de inflação futura estabelecido pelo governo; assim, por exemplo, se a inflação ultrapassasse o valor da meta, o Banco Central interviria na economia, elevando os juros. A adoção de tal

sistema também teve como objetivo aumentar a transparência e a previsibilidade da política financeira do governo, além de dar maior autonomia operacional ao Banco Central.

Durante sua gestão, ocorreram também a crise no mercado de alta tecnologia em 2000, a crise argentina e os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, além da “crise de confiança” do mercado internacional em 2002, quando ficou claro nas pesquisas de opinião que o candidato da oposição à presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, tinha chances concretas de eleger-se. Nessa crise, a avaliação de risco por parte dos investidores internacionais levou à depreciação cambial e à alta dos preços, elevando a taxa de inflação. Lula foi de fato eleito em outubro, e pouco depois declarou que Armínio Fraga não permaneceria na presidência do Banco Central, em virtude da orientação planejada para seu governo na área econômica. No entanto, na mesma comunicação, assegurou a manutenção das orientações do câmbio flutuante e das metas de inflação. Ao tomar posse na presidência da República em 1º de janeiro de 2003, Lula substituiu Armínio Fraga na presidência do Banco Central por Henrique Meireles.

Após cumprir um período de quarentena, em agosto de 2003 Armínio Fraga criou o fundo Gávea Investimentos. Em agosto de 2004 voltou a lecionar na PUC-Rio e em abril de 2009 assumiu a presidência do conselho de administração da BM&FBovespa, bolsa de valores oficial do Brasil.

Durante sua trajetória, foi ainda membro de diversas outras instituições relacionadas à área financeira, como JP Morgan e Unibanco, e de fóruns internacionais como o Grupo dos 30, o G7, que reunia os sete países mais ricos do mundo (posteriormente, G8, com a entrada da Rússia), o G50, que reúne os empresários mais bem sucedidos do continente americano, e o Financial Stability Forum. Também atuou em organizações não governamentais, como o Instituto Desiderata, o Fundo Comunitário Vera Pacheco e a Associação Saúde Criança Renascer.

Escreveu diversos artigos sobre economia em periódicos especializados do Brasil e do exterior, bem como para os principais jornais brasileiros.

Casou-se com Lucina Fraga, com quem teve dois filhos.

Sócio fundador da Gávea Investimentos, empresa fundada por ele em agosto de 2003 e sediada no Rio de Janeiro. Membro do Group of Thirty, do Conselho Consultivo Internacional do China Investment Corporation (CIC) e do Council on Foreign Relations, além de membro de conselhos de diversas fundações filantrópicas. Foi Presidente do Conselho de Administração

da BM&F Bovespa. No período de março de 1999 a dezembro de 2002, presidiu o Banco Central do Brasil. Anteriormente, foi Diretor-Gerente da Soros Fund Management em Nova York, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, Vice-Presidente da Salomon Brothers, Nova York, e Economista-Chefe e Gerente de Operações do Banco Garantia. Foi professor do curso de mestrado da Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, da School of International Affairs da Universidade de Columbia e da Wharton School. Tem publicado largamente nas áreas de finanças internacionais, macroeconomia e de política monetária. Recebeu seu Ph.D em Economia pela Universidade de Princeton em 1985, bem como seu B.A. e M.A. em Economia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1981.

EDMAR LISBOA BACHA - Presidente do BNDES 1995.

Edmar Lisboa Bacha nasceu em Lambari (MG), em 14 de fevereiro de 1942, filho de Felício Bacha, comerciante, e de Maria de Jesus Lisboa Bacha, professora primária. Vários parentes seus ocuparam cargos públicos, entre os quais João Lisboa, seu avô materno, que foi deputado estadual e federal por Minas Gerais nas décadas de 1930 e 1940, e Valdir Lisboa, seu tio materno, que exerceu mandatos na Assembleia Legislativa mineira no período 1946-1954.

Fez os estudos primários em sua cidade natal, de 1948 a 1951. No ano seguinte, a família transferiu-se para Belo Horizonte, onde Bacha completou o curso secundário em 1959. Ao ingressar na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1960, tomou contato com o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), organismo da Organização das Nações Unidas (ONU), de cujos membros, especialmente Raúl Prebisch, Celso Furtado e Inácio Rangel, sofreu influência marcante. De 1960 a 1963, foi redator de anais e documentos parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Formou-se em 1963 e mudou-se no ano seguinte para o Rio de Janeiro, onde fez o curso de aperfeiçoamento de economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ainda nesse ano, iniciou o curso de pós-graduação na Universidade de Yale, em New Haven (EUA). Ali absorveu o pensamento nekeynesiano apresentado pelos professores Mário Henrique Simonsen, James Tobin e Carlos F. Díaz-Alejandro. Em 1965 obteve o título de Master of Arts e trabalhou, de

junho a julho, como pesquisador-assistente na Organização Internacional do Café, em Londres. Prosseguindo em sua formação universitária, doutorou-se em 1968.

De volta ao Brasil, lecionou de 1970 a 1971 na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Transferiu-se em seguida para a Universidade de Brasília, onde trabalhou de 1973 a 1975. Neste último ano, no mês de agosto, retornou aos Estados Unidos graças a uma bolsa de pós-doutoramento oferecida pelo Conselho Nacional de Pesquisas CNPq, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Cambridge, lá permanecendo até julho de 1977. Em 1979 tornou-se consultor do Grupo dos 24 para Assuntos Monetários Internacionais, em Washington, função que exerceria até 1992. Ingressou no corpo docente da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro em 1981. Entre janeiro e julho de 1984, ausentou-se mais uma vez do país, por conta de uma segunda bolsa pós-doutoramento do CNPq, também, nos Estados Unidos, mas dessa vez em Nova Iorque. No período de abril a novembro de 1985, participou da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior Brasileira, em Brasília. Durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1979-1985), publicou várias obras criticando as medidas tomadas em relação à distribuição de renda e a crescente desnacionalização da indústria brasileira.

No governo do presidente José Sarney (1985-1990), integrou a equipe que formulou o Plano de Estabilização Econômica, batizado de Plano Cruzado. Colocado em prática em 28 de fevereiro de 1986, o plano estabelecia um conjunto de medidas para combater a inflação, que, naquele mês, ultrapassara o índice de 250% ao ano. Consistia basicamente na criação de um novo padrão monetário – cruzado – de valor mil vezes maior que o do cruzeiro, então abolido; na extinção da correção monetária; na estabilização cambial e no congelamento de preços e salários.

Na condição de presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde maio de 1986 e um dos economistas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Edmar Bacha participou da implementação do plano, bem-sucedido nos primeiros meses, com a redução da inflação e o entusiasmo popular na fiscalização dos preços. Em pouco tempo, porém, o plano começou a apresentar problemas de ajuste. Em 21 de novembro, o governo anunciou medidas de correção do Plano Cruzado, consubstanciadas no “Cruzado II”. Entre as principais inovações estavam a elevação dos preços de diversos produtos e das tarifas públicas e a alteração da metodologia de cálculo do índice de inflação, que passou a considerar apenas o aumento do custo de vida para as famílias com renda até cinco salários mínimos. Contrário

às mudanças, Edmar Bacha demitiu-se da presidência do IBGE no mesmo dia em que foram decretadas.

Em seguida, desenvolveu várias atividades nas áreas universitária e de consultoria, tanto no Brasil quanto no exterior: codiretor, com Sebastian Edwards, do Seminário Interamericano em Economia, conferência anual patrocinada conjuntamente pelo National Bureau of Economic Research e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1987-1993); consultor da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (1987-1992); membro do Grupo Consultor para Temas Econômicos Internacionais do World Institute for Development Economics Research (Wider) da ONU, em Helsinque (1987-1992), e membro do Comitê para o Planejamento do Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Nova Iorque (1987-1994).

Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1989, tornou-se no mesmo ano membro do diretório nacional e, em 1992, do diretório regional fluminense. A partir de maio de 1993, atuou como assessor especial para a área monetária de Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda do presidente Itamar Franco (1992-1995). Nessa condição, integrou a equipe que, durante o ano, formulou o Plano Real, conjunto de medidas de estabilização monetária posto em prática, de forma gradativa, no último ano do governo de Itamar Franco. Anunciado pelo ministro da Fazenda em 28 de fevereiro de 1994, o plano introduziu a Unidade Referencial de Valor (URV) e, em 1º de julho, a nova moeda brasileira – o real.

Professor-titular de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde setembro de 1993, Edmar Bacha assumiu, em 9 de janeiro de 1995, a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em substituição a Pêrsio Arida, nomeado para dirigir o Banco Central. Na cerimônia de sua posse, prestigiada por toda a equipe responsável pela área econômico-financeira do governo, anunciou que o BNDES teria, no governo de Fernando Henrique Cardoso, um papel análogo ao que exercera durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando foi um dos elementos centrais do processo de industrialização acelerada. Agora, o banco deveria atuar como “veículo das mudanças estruturais” que sustentariam a nova moeda, agente governamental que abriria o caminho para “a conciliação da estabilidade com o crescimento”, além de promover a integração do país com a economia mundial. Para atingir esses objetivos, o banco teria como prioridades a realização do programa de privatização de empresas sob controle do Estado, o investimento no setor de infra-estrutura e a expansão das exportações.

Entretanto, apenas nove meses depois, alegando motivos pessoais, Edmar Bacha pediu demissão da presidência do BNDES, sendo substituído, em 10 de outubro de 1995, por Luís Carlos Mendonça de Barros, empresário do setor financeiro. Na ocasião, Bacha declarou que sua tarefa no banco estava cumprida, uma vez que o país entrara na rota da estabilização econômica. A imprensa, porém, apontou como fator determinante de sua saída divergências com membros do governo quanto ao ritmo das privatizações.

Em fevereiro de 1996 passou a trabalhar como conselheiro sênior do BBA Creditanstalt, primeiro em São Paulo e, a partir de outubro de 1998, em Nova Iorque. Ainda em 1996, deixou de integrar o diretório nacional do PSDB. Em janeiro de 1997, foi um dos sócios fundadores do VivaCred, agência de microcrédito associada ao Viva Rio.

Com a posse de Aécio Neves, do PSDB, no governo de Minas Gerais em janeiro de 2003, Edmar Bacha tornou-se conselheiro econômico do governador. Em março, passou a integrar o conselho de administração do Banco Itaú-BBA (antigo Banco BBA-Creditanstalt) e continuou atuando como consultor sênior da instituição. Em agosto seguinte, foi um dos fundadores, e diretor, do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), no Rio de Janeiro. Considerado uma sucursal do Departamento de Economia da PUC, por contar com um grande número de ex-alunos e professores daquela universidade, o IEPE/CdG tinha também como marca de origem uma estreita relação com o PSDB.

Ainda em 2003, no segundo semestre do ano, tornou-se professor-conferencista do curso de mestrado em relações internacionais do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

Em dezembro de 2005, em entrevista a O Estado de S. Paulo, Bacha adiantou que se os tucanos ganhassem a eleição presidencial de outubro de 2006, o Brasil passaria por um “choque de capitalismo”. Segundo ele, um eventual governo tucano independente de quem fosse o presidente – José Serra, Geraldo Alckmin, Aécio Neves ou Tasso Jereissati – imprimiria uma nova rodada de reformas em áreas como setor fiscal, Previdência, mercado de trabalho, estrutura tributária, etc., “sem se preocupar em ser chamado de neoliberal”.

Edmar Bacha integrou o conselho editorial de diversas publicações periódicas, nacionais e estrangeiras, na área de economia, bem como de associações profissionais e científicas no Brasil e em outros países. Foi professor e pesquisador visitante em universidades norte-americanas. Proferiu conferências, participou de seminários e publicou artigos em revistas de diversos

países. Organizou vários livros e publicou, de sua autoria, os seguintes: *Análise governamental de projetos de investimentos no Brasil* com outros autores (1971), *Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra no Brasil* com outros autores (1972), *Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira* (1976), *Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil* com Roberto Mangabeira Unger (1978), *Política econômica e distribuição de renda*, (1978), *Models of growth and distribution for Brazil* com outros autores (1980), *Introdução à macroeconomia: uma perspectiva brasileira* (1982), *Análise macroeconômica: um texto intermediário* (1982), *El milagro y la crisis: economía brasileña y latinoamericana* (1986).

Mercado de capitais e crescimento econômico: lições internacionais, desafios brasileiros.

(org. com Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho). 2005; *Mercado de capitais e dívida pública: tributação, indexação e alongamento* (org. com Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho), 2006; e *Como reagir à crise? Políticas econômicas para o Brasil* (org. com Ilan Goldfajn), 2009.

Foi também um dos criadores da revista *Economia*, da Associação Promotora de Estudos da Economia (Apec).

GUSTAVO HENRIQUE DE BARROSO FRANCO - Pres. do Banco Central -1993-

Nasceu no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1956, filho de Guilherme Arinos Lima Verde de Barroso Franco e de Maria Isabel Barbosa de Barroso Franco. Seu pai, amigo e colaborador próximo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), foi chefe de gabinete de dois ministros da Fazenda – Gastão Vidigal (1946) e Horácio Lafer (1951-1953) – e colaborou na fundação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), escrevendo seu estatuto e integrando a sua primeira diretoria. Foi, ainda, sócio do Banco Garantia.

De 1975 a 1979, Gustavo Franco fez o curso de economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi professor visitante do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, de 1981 a 1982, e nesse último ano tornou-se mestre pela PUC-Rio, tendo sua dissertação conquistado o Prêmio BNDES de Economia e sido publicada em 1983 com o título *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*.

Em 1984 mudou-se para os Estados Unidos, onde foi professor visitante no National Bureau of Economic Research (NBER); no ano seguinte, desempenhou a mesma função no Center of

European Studies e no Center for International Affairs (CFIA). Em 1985 obteve o grau de Master of Arts e, em 1986, o Ph D, ambos na Universidade de Harvard. Sua tese de doutorado, sobre o fenômeno da hiperinflação ocorrido na Alemanha, Polônia, Áustria e Hungria na década de 1920, também seria premiada, em 1987, pela Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

De volta ao Brasil em 1986, tornou-se professor e pesquisador do Departamento de Economia da PUC-Rio, dedicando-se ao estudo da inflação, da estabilização e da economia internacional. De 1986 a 1993, trabalhou ainda como consultor em assuntos econômicos.

Durante a presidência de Itamar Franco (1992-1994), com a posse de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda em 21 de maio de 1993, passou a integrar, por indicação de Pedro Malan, juntamente com Winston Fritsch e Edmar Bacha, seus colegas na PUC, a equipe ministerial. De acordo com o jornal Folha de S. Paulo (27/6/2009), já nessa época era filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mesmo partido de Fernando Henrique. Como secretário-adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda, atuou na montagem da Secretaria de Política Econômica, repartição destinada a cumprir importante papel no esforço de estabilização econômica empreendido pelo governo para combater a inflação, que já alcançava taxas superiores a 30% ao mês.

No início de junho de 1993, o ministro Fernando Henrique anunciou o Plano de Ação Imediata (PAI). Voltado prioritariamente para a redução do déficit público e sem apresentar propostas de combate direto à inflação, o conjunto de medidas incluía cortes equivalentes a seis bilhões de dólares no orçamento da União para 1993, severas medidas contra sonegadores e estados e municípios inadimplentes junto ao governo federal, bem como a aceleração e a ampliação do programa de privatização, com sua extensão aos setores elétrico e ferroviário. Definidos, alguns dias depois, os cortes orçamentários, os ministérios da área social foram os mais atingidos: Educação, com 25%; Saúde e Bem-Estar Social, com 43%; Integração Regional, com 31% — os dois últimos, aliás, considerados os principais focos de gastos públicos oriundos de pressões políticas. Mais tarde, Gustavo Franco explicaria, em entrevista ao Globo Online (17/5/2008), que a principal função do PAI fora mais fixar publicamente as intenções do governo do que propriamente agir: “Era muito importante declarar nossa intenção, onde queríamos atacar, qual seria a base do pacote; para ganhar credibilidade, não era factível que o PAI trouxesse medidas drásticas”.

Com a posse de Pedro Malan na presidência do Banco Central em 9 de setembro de 1993, Gustavo Franco assumiu, no mesmo dia, a Diretoria de Assuntos Internacionais da instituição, condição em que prosseguiu participando da elaboração do plano de estabilização monetária do governo. Desonerado de responsabilidades executivas rotineiras, atuou como secretário das reuniões, organizando notas e elaborando resumos, e como coordenador dos advogados na confecção de minutas das medidas a serem propostas. Mais tarde, na entrevista já mencionada, explicaria que o grupo desfrutava de “uma vantagem histórica importante, porque estávamos construindo uma coisa depois de vários pacotes fracassados, mas nos quais muita coisa tinha sido aprendida da tecnologia do pacote, do modo de fazer as transições, as tablitas, as conversões, a política salarial, os reajustes (...), e cada um tinha um conhecimento que nós conseguimos sintetizar num plano que foi construído sobre toda essa sabedoria dos erros, inclusive, do passado. Alguns dos planos anteriores foram muito mal concebidos. Mas, mesmo nos que foram mal feitos e deram errado, a causa mortis era importante para a gente não repetir coisas que os tribunais rejeitaram ou que não funcionaram”.

Em 7 de dezembro, o ministro Fernando Henrique apresentou o novo programa econômico do governo, que ficaria conhecido como Plano Real. Os principais pontos do plano diziam respeito ao ajuste fiscal, que seria perseguido basicamente por meio de cortes radicais nos gastos públicos, e à preparação de uma nova moeda – o real (R\$) – antecedida pela adoção da Unidade Real de Valor (URV), que passaria a funcionar progressivamente como indexador da economia até a implantação do novo padrão monetário. Gustavo Franco, em entrevista à revista *IstoÉ/Dinheiro* (23/6/2004), declarou ter sido o relator do Plano Real, bem como o idealizador do padrão bimonetário, que originou a URV.

O ponto do plano que maior divergência suscitou foi a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), dispositivo orçamentário baseado na desvinculação de tributos e contribuições sociais de suas destinações originais, definidas pela Constituição. Pela emenda constitucional que o criou, os recursos do FSE seriam destinados ao financiamento das áreas da saúde, educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais e outros programas de relevante interesse econômico e social. Os recursos viriam da incorporação direta de parcelas de alguns tributos e da realocação de cerca de 20% dos recursos arrecadados por todos os impostos e contribuições instituídos pela União, o que reduziria o montante das transferências para estados e municípios determinadas pela Constituição. Dessa forma, o governo disporia de uma soma considerável de recursos para fazer face, com total autonomia, às despesas do Estado.

Portanto, ao contrário dos fundos sociais concebidos pelo Banco Mundial como contrapeso às políticas de estabilização por ele mesmo impostas aos países em dificuldades financeiras — como o fundo social de emergência instituído pela Bolívia em 1987 —, o FSE brasileiro apresentava um nítido caráter contábil, subordinado à política de ajuste fiscal. O desvirtuamento das transferências financeiras para estados e municípios e da alocação de recursos para a área social constituiu empecilho para a aprovação imediata do fundo pelo Congresso. Dentro do próprio governo surgiram divergências, e o líder na Câmara, deputado Roberto Freire, do Partido Popular Socialista (PPS), abandonou a função em protesto contra a política econômica anunciada. Na entrevista mencionada ao Globo Online, Gustavo Franco reafirmaria a prioridade dessa medida: “O importante [após o anúncio do PAI] foram os primeiros passos nas negociações das dívidas dos estados e a criação do Fundo Social de Emergência (que desvinculou parte do Orçamento e, depois, virou o DRU, a Desvinculação de Recursos da União)”. Em fevereiro de 1994, o Congresso aprovou o FSE.

No dia 1º de março de 1994, a URV entrou em vigor, depois de um período de acelerada elevação dos preços que se seguiu ao anúncio da sua criação. A oposição, capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), procurou combatê-la de todos os modos, argumentando que se tratava de instrumento de uma política de arrocho salarial. Essa crítica se baseava no fato de o novo indexador da economia ter alinhado desigualmente salários, calculados pela média dos quatro meses anteriores, e preços, calculados pelo ponto máximo.

Em 1º de julho de 1994, já na gestão do novo ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, entrou em circulação o real. O programa de estabilização alcançou rapidamente seus objetivos imediatos, obtendo uma drástica redução dos índices inflacionários. Seu êxito serviu de plataforma para a eleição, em fins de 1994, de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República. Por outro lado, o Plano Real tornou o Banco Central um dos eixos da política econômico-financeira do país, principalmente no que tocante ao câmbio.

Escolhido por Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, em 31 de dezembro de 1994 Pedro Malan foi substituído na presidência do Banco Central por Pêrsio Arida, que manteve Gustavo Franco à frente da Diretoria de Assuntos Internacionais. Nesse mesmo mês, eclodiu no México uma crise financeira que provocou a fuga de capitais daquele país, com repercussões na Argentina, e gerou o temor de que o fenômeno atingisse também o Brasil, que sofreu, nos meses de fevereiro e março de 1995, uma evasão de capitais no valor de cerca de

1,5 bilhão de dólares. Para evitar uma crise cambial que afetaria o núcleo estratégico de sustentação do plano de estabilização econômica, o governo reagiu em março de 1995 com várias medidas: alterou para cima a banda cambial (faixa de valores em real em que o dólar podia flutuar); aumentou as taxas de juros; eliminou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para empréstimos e aplicações de capital estrangeiro nas bolsas de valores etc. As medidas geraram um clima de desconfiança na estabilidade do real e intenso movimento especulativo com a moeda norte-americana, obrigando o Banco Central a intervir no mercado cambial e a vender cerca de cinco bilhões de dólares das reservas internacionais do país.

Divergências no interior da equipe governamental em relação ao que fazer em face da crise conduziram, em 13 de junho de 1995, à substituição de Arida por Gustavo Loyola, que já presidira o Banco de 1992 a 1993 e que também manteve Gustavo Franco na mesma função. Na nova gestão, o Banco Central atuou prioritariamente no sentido de adequar o sistema financeiro nacional ao Plano Real. Foram feitas intervenções em bancos públicos estaduais e privados, o que gerou importantes conflitos políticos. Para viabilizar a sustentação das entidades bancárias em dificuldades e estimular sua aquisição por outros bancos, nacionais ou estrangeiros, foi criado, em novembro de 1995, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), que ampliou consideravelmente as atribuições do Banco Central. Problemas como o vazamento de informações e lançamentos irregulares de títulos públicos, que levantaram suspeição sobre suas normas fiscalizatórias, deixaram o Banco Central no centro de crises que levaram Loyola a deixar a presidência da instituição em 20 de agosto de 1997, quando Gustavo Franco assumiu o cargo.

Na presidência do Banco Central

Já presidente do Banco Central, Gustavo Franco permaneceu respondendo pela Diretoria de Assuntos Internacionais até ser substituído em, 3 de setembro, por Demóstenes Madureira de Pinho Neto. Sua indicação para a presidência do Banco Central foi considerada uma vitória pessoal do ministro da Fazenda, Pedro Malan, porque contribuiria para a defesa da política econômica em curso, em particular a política cambial.

Durante sua gestão, a economia nacional sofreu os efeitos das crises financeiras asiática (1997-1998) e russa (1998), que pressionaram fortemente a posição cambial brasileira. Apesar da grave perda de reservas, a política de sobrevalorização cambial (“âncora cambial”), por ele

rigorosamente defendida, foi mantida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, então candidato à reeleição. No fim de 1997, o desemprego crescia e a recessão avançava. O governo lançou um pacote de 51 medidas fiscais e elevou juros. Na ocasião Gustavo Franco cunhou a expressão “saco de maldades” para descrever a postura que Banco Central teria junto ao mercado na defesa do real.

Em 28 de outubro de 1998, o governo lançou o Programa de Estabilidade Fiscal para o triênio 1999-2001. Destinado a produzir resultados que eliminassem as apreensões dos investidores estrangeiros quanto à capacidade que o governo brasileiro teria de honrar seus compromissos financeiros internos e externos, o programa identificava a Previdência Social como o principal fator de crise das contas públicas e adotava uma série de medidas emergenciais, como o corte de gastos e o aumento dos impostos, além de criar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabeleceu critérios rigorosos para o endividamento público municipal, estadual e federal e que entraria em vigor no mês de maio de 1999. Ainda em 1998, Gustavo Franco foi um dos negociadores, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os bancos centrais de 20 países mais industrializados, de um pacote de ajuda ao Brasil. Em novembro, o ministro Pedro Malan viajou para Washington e fechou um acordo de cerca de 41 bilhões de dólares. O acordo foi referendado pelo Senado no mês seguinte.

Contudo, Fernando Henrique, logo após a posse, em 1º de janeiro de 1999, abandonou a política cambial. Chegavam ao Brasil os efeitos da crise financeira russa. Bilhões de dólares foram retirados do país por investidores assustados. Em face das dificuldades para manter a “âncora cambial”, o governo procedeu a uma radical mudança na área econômico-financeira, o que, para muitos analistas, significou o fim do Plano Real. O regime cambial passou de fixo a flutuante, embora se mantivesse a possibilidade de intervenção do Banco Central no mercado. Um sistema de metas inflacionárias substituiu o vigente, vinculado às bandas cambiais. Por fim, operacionalizou-se a execução de um dos compromissos do acordo feito com o FMI, pelo qual o regime fiscal foi alterado pela obrigatoriedade de manter-se um superávit primário elevado que garantisse uma proporção segura entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). A desvalorização do real implicou o aumento dos juros e da dívida pública e levou o Brasil a uma das mais graves crises da sua história. Além disso, houve, na época, sinais de vazamento de informações do Banco Central que teriam beneficiado instituições bancárias. Sob fogo cerrado, vindo dos mais variados setores críticos da política econômica do governo, Gustavo Franco anunciou, em 18 de janeiro de 1999, que estava demissionário e foi substituído na presidência do Banco Central por Armínio Fraga, empossado no cargo oficialmente em 4 de março.

Gustavo Franco retornou ao quadro docente da PUC-Rio ainda em 1999. Foi, no período 1999-2000, professor-visitante no Center for Research on Economic Development and Policy Reform (CREDPR), da Universidade de Stanford. Em 2000, fundou a Rio Bravo Investimentos, empresa de serviços financeiros, fusões, aquisições, investimentos e securitizações, tida no mercado como pioneira no “ativismo corporativo”, pelo qual a empresa compra papéis de outra empresa, não apenas com fins especulativos, mas também para conseguir uma cadeira no seu conselho de administração, abrindo caminho para a implementação da “governança corporativa”, tendo em vista torná-la mais eficiente e produtiva. Em 2001, foi professor-visitante na University of California, Los Angeles (UCLA).

Em julho de 2003, foi convidado a depor pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI do Banestado) criada no mês anterior para investigar a remessa ilegal de 30 bilhões de dólares ao exterior, de 1996 a 1999, por meio de contas CC-5 do Banco do Estado do Paraná. A denominação CC-5 deriva da Carta Circular nº 5 do Banco Central, que, em 1969, criou contas para que empresas multinacionais e firmas brasileiras com interesses no exterior, bem como pessoas físicas, pudessem transferir dinheiro para fora do país. Esse documento foi substituído em 1996 pela Circular 2.677 do Banco Central, mas o termo CC-5 foi mantido para se referir às contas de não residentes. Na época em que Gustavo Franco era diretor da Área Internacional da instituição, o Banco Central editou uma portaria que autorizou depósitos em espécie de valores acima de dez mil reais nas contas CC-5 em cinco bancos de Foz do Iguaçu (PR), sem a necessidade de identificar a origem e o destino do dinheiro. Em depoimento de quase duas horas, Franco negou que tivesse tomado decisões no Banco para facilitar a saída sem controle de dinheiro para o exterior, afirmando que as autorizações especiais concedidas por ele em 1996 haviam sido decisões administrativas totalmente lícitas, tomadas com respaldo da diretoria do Banco.

Em 3 de dezembro de 2003, Gustavo Franco foi acionado pelo Ministério Público Federal no Distrito Federal, juntamente com Gustavo Loyola, seu antecessor na presidência do Banco Central, e Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, além de dirigentes de quatro bancos particulares, todos acusados de desvio de finalidade ou omissão no manejo das contas CC-5, no chamado Caso Banestado. A Procuradoria da República sustentou que os dirigentes do Banco Central haviam estimulado crimes contra o sistema financeiro, ao editar atos normativos e instruções não previstas em lei.

O relatório final da CPI, divulgado em 14 de dezembro de 2004, sugeriu o indiciamento de Gustavo Franco por crimes contra o sistema financeiro nacional, já que teria criado os mecanismos que permitiram o envio de dinheiro para contas no exterior entre 1996 e 2002. A CPI pediu o indiciamento de mais 90 pessoas, entre as quais Celso Pitta, ex-prefeito de São Paulo (1997-2000), e Samuel Klein, proprietário das Casas Bahia, então a maior rede varejista do país. Entretanto, o presidente da CPI, senador Antero Pais de Barros (PSDB-MT), encerrou os trabalhos da comissão, no dia 27 de dezembro, sem levar à votação o texto do relator, deputado José Mentor (PT-SP). Dessa maneira, as conclusões da CPI não poderiam servir de provas para o Ministério Público, o que livrava os possíveis culpados das acusações e, em consequência, de sanção penal.

Fora do setor público, Gustavo Franco participou de diversos conselhos de administração e consultivos e, como palestrante, de eventos corporativos. Foi, ainda, membro do Conselho de Governança do Instituto Millenium, entidade liberal sem fins lucrativos criada com a missão de “Promover a Democracia, a Economia de Mercado, o Estado de Direito e a Liberdade”.

Casou-se com Cristiana Mafra de Laet de Barroso Franco, que foi diretora da Erco Engenharia S.A, empresa de sua família, e com ela teve quatro filhos.

Colaborou ativamente com órgãos de informação, como os jornais O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil e as revistas Veja e Época. Publicou ainda inúmeros artigos em revistas acadêmicas e capítulos em obras coletivas, e lançou os seguintes livros: *Foreign direct investment and industrial restructuring: issues and trends* (com Winston Fritsch, 1991), *A década republicana: o Brasil e a economia internacional - 1888/1900* (1991), *O Plano Real e outros ensaios* (1995), *O Desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda* (1999), *O papel e a baixa do câmbio - um discurso histórico de Ruy Barbosa* (editor e organizador, 2005), *Crônicas da convergência: ensaios sobre temas já não tão polêmicos* (2006), *A economia em Pessoa - textos econômicos de Fernando Pessoa*. (editor e organizador, 2006), *A economia em Machado de Assis. O olhar oblíquo do acionista* (organizador, 2007) e *Shakespeare e a economia* (2009).

PÉRSIO ARIDA

Nasceu em São Paulo no dia 1º de março de 1952, filho de Riad Arida e de Alice Farah Arida. Ainda estudante secundarista, participou na capital paulista, durante o governo do general

Emílio Médici (1969-1974), de movimentos clandestinos de oposição ao regime militar. Preso e torturado em 1970, no ano seguinte foi denunciado pela Justiça Militar, com mais 34 pessoas, por subversão e participação na Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Em 1975, formou-se em economia pela Universidade de São Paulo (USP). De 1978 a 1979 foi professor convidado do Institute for Advanced Study. Lecionou na USP e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) de 1980 a 1984, e foi professor visitante da Smithsonian Institution (EUA) de 1984 a 1985. Em 1992, doutorou-se no Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos.

Ao se aproximar o fim do governo do general João Figueiredo (1979-1985), na discussão do processo de transição do regime militar para o democrático, ganhou relevo a proposta de “pacto social” feita por Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais. Tratava-se não só de ajustar um novo pacto político, mas também de equacionar a crise econômico-financeira que o país atravessava. Nesse contexto, Pêrsio Arida divulgou, juntamente com o economista André Lara Resende, seu colega na PUC-Rio, idéias que constituiriam o núcleo do artigo “Inertial inflation and monetary reform in Brazil”, publicado pelos dois em 1985 na coletânea organizada por J. Williamson, *Inflation and indexation: Argentina, Brazil and Israel* (Boston, MIT Press). Os dois autores contribuíram para o debate de alternativas à crise econômica brasileira de um ponto de vista “heterodoxo”, isto é, divergente da tradição liberal-monetarista, afirmando que a crise resultava de uma inflação “inercial”: os sucessos alcançados no combate à inflação eram neutralizados pelo efeito de uma “memória inflacionária” que fazia com que a revisão dos contratos incorporasse as taxas mais elevadas do período anterior. Para interromper esse ciclo, os dois economistas conceberam um plano, apelidado “Larida”: seria adotada uma moeda indexada – a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) –, que circularia juntamente com o cruzeiro e, como moeda forte, a ele acabaria se sobrepondo, eliminando-se dessa maneira o fator de propagação inflacionária. A indexação total da economia conduziria, portanto, à sua desindexação definitiva.

Durante o governo do presidente José Sarney (1985-1989), Pêrsio Arida atuou, em 1985, como secretário da Coordenação Econômica e Social. No ano seguinte tornou-se diretor da área bancária do Banco Central do Brasil. Foi, então, um dos responsáveis pelo plano de estabilização econômica apresentado pelo presidente em 28 de fevereiro de 1986. O Plano Cruzado, como ficou conhecido, inspirava-se na tese da “inflação inercial”, em combinação

com a proposta de “choque heterodoxo” formulada pelo economista Francisco Lopes, e visava erradicar a inflação, que chegara a ultrapassar naquele mês a taxa anual de 250%. Consistia, basicamente, em medidas de reforma econômico-monetária: criação de um novo padrão monetário, o cruzado, de valor mil vezes maior que o do cruzeiro, então abolido; extinção da correção monetária; estabilização cambial e congelamento de preços e salários. O plano alcançou grande sucesso nos primeiros meses, com a decidida redução da inflação e o entusiasmo popular na fiscalização dos preços. Em seguida, porém, apresentou numerosos problemas de ajuste. Em maio, Arida e demais integrantes da equipe econômica tentaram alterar a rota do plano. O presidente José Sarney, contudo, opôs-se às mudanças, que poderiam afetar seus projetos para a eleição daquele ano, o que impediu que se conseguisse um controle de mais longo prazo da inflação.

Deixando o Banco Central, Arida estreou no setor privado em 1987 como diretor da Brasil Warrant, onde permaneceria até 1989. Sócio e diretor da HE Participações, desligou-se dessa empresa em junho de 1988 para ocupar uma das vice-presidências do Unibanco, então o quarto maior banco privado do país.

Iniciada a discussão preparatória da revisão constitucional prevista nas disposições transitórias da Constituição de 1988, Arida participou, em meados de 1993, juntamente com especialistas de diversas áreas, do projeto desenvolvido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Como integrante do grupo que discutiu o título VII da Constituição, relativo à Ordem Econômica e Financeira, propôs alterações nos incisos III e IV, que se referiam, respectivamente, à função social da propriedade e à redução das desigualdades regionais e sociais. Quanto ao primeiro, fez objeções de ordem operacional, uma vez que considerava impossível hierarquizar-se a propriedade com base num índice de função social. Sugeria, por isso, que se eliminassem as restrições legais a qualquer forma de propriedade e se deixasse que a política econômica definisse, em cada momento, os formatos que melhor atendessem aos interesses nacionais. Quanto ao inciso IV, defendeu apenas a substituição da referência às “desigualdades sociais” pela expressão “justiça e bem-estar social”. Do seu ponto de vista, a questão das desigualdades deveria ser vista na sua base, isto é, no tocante à má distribuição de oportunidades, já que os indivíduos são, naturalmente, desiguais em suas vocações e talentos.

Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi indicado ao presidente Itamar Franco (1992-1994) pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, para a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em substituição a Luís

Carlos Delben Leite. Assumiu o cargo em setembro de 1993, e seu ingresso na equipe do Ministério da Fazenda foi anunciado como um reforço na execução do programa de privatização do governo. Por outro lado, estimulou na imprensa especulações acerca da iminência da adoção de um programa anti-inflacionário semelhante ao Plano Cruzado, agora baseado na indexação cambial e sem congelamento de preços, conforme defendido dias antes por ele mesmo. À frente do BNDES, foi um dos principais idealizadores do Plano Real, programa de estabilização da economia brasileira posto em prática, de forma gradativa, no último ano do governo de Itamar Franco. Anunciado em 28 de fevereiro de 1994, o plano consistiu, inicialmente, na introdução da URV (Unidade Referencial de Valor) como padrão de transição dos preços para uma nova moeda, o real, que passaria a vigorar em 1º de julho seguinte.

Com a posse de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República em janeiro de 1995, Arida foi escolhido para suceder a Pedro Malan na presidência do Banco Central. A nomeação, entretanto, custou a efetivar-se devido à demora na aprovação de seu nome pelo Senado. Na ocasião, alguns parlamentares que exigiam a anistia do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que tivera sua candidatura à reeleição cassada pela Justiça Eleitoral por ter usado a gráfica da casa para imprimir calendários com propaganda eleitoral, condicionaram a indicação de Arida à aprovação, pela Câmara, de um projeto do Senado que anistiava Lucena e outros 16 parlamentares punidos pelo mesmo motivo. No dia 10 de janeiro, depois de vários adiamentos, o Senado finalmente ratificou o nome de Arida. Ainda no mesmo mês, a Câmara votou favoravelmente à anistia de Lucena.

Arida permaneceu apenas cinco meses à frente do Banco Central. Logo no início de sua gestão, projetou um auxílio ao México, então às voltas com grave crise financeira que poderia afetar o Brasil. Articulou um rateio entre países latino-americanos, em que caberia ao Brasil a cota de trezentos milhões de dólares, mas o plano foi desativado em face da recusa do Congresso dos Estados Unidos em apoiá-lo. A austera administração do dinheiro público, a imposição de altas taxas de juros e a insistência no saneamento dos bancos estaduais trouxeram-lhe atritos com vários setores políticos, em especial com os proprietários rurais e o governador de São Paulo, Mário Covas. Enfrentou, também, problemas na área cambial, ao anunciar a criação das “bandas” de variação máxima e mínima do dólar em relação ao real. O anúncio provocou intensa agitação no mercado de câmbio, sendo o governo obrigado a usar uma parte expressiva das reservas internacionais para conter os movimentos especulativos. Dias depois, foi acusado pelo vazamento de informações sobre a valorização do dólar que teriam beneficiado a empresa

de um amigo banqueiro, pelo que foi obrigado a prestar depoimento no Senado. A denúncia não foi comprovada, mas sua imagem pública ficou seriamente desgastada. No dia 31 de maio de 1995, Arida anunciou sua demissão da presidência do Banco Central, alegando “motivos estritamente pessoais”. Para substituí-lo foi indicado Gustavo Loiola, mas ele permaneceu no cargo ainda por quase um mês, até o Senado aprovar o nome do seu sucessor.

Em janeiro de 1996 tornou-se sócio-diretor da Opportunity Asset Management Ltda., empresa de administração de recursos financeiros controlada por Daniel Dantas e sediada no Rio de Janeiro. Com a sua entrada na sociedade, reativou-se o escritório da organização em São Paulo. Após a venda da Companhia Vale do Rio Doce em maio de 1997, passou a integrar o conselho de administração da empresa.

Em julho de 1998, o Opportunity venceu um dos leilões de privatização do Sistema Telebrás e adquiriu o controle da holding Tele Centro Sul. Três meses depois, no entanto, a divulgação do conteúdo de fitas com ligações telefônicas grampeadas no BNDES levantou suspeitas de que o Opportunity fora favorecido no processo. Baseada nas conversas gravadas entre o ministro das Comunicações, Luís Carlos Mendonça de Barros, e o presidente do BNDES, André Lara Resende, a Procuradoria Geral da República determinou então a abertura de inquérito, a fim de investigar uma possível interferência de Mendonça de Barros junto ao Banco do Brasil, no sentido de que a instituição fornecesse garantias para que o Opportunity pudesse participar do leilão.

Após a divulgação do escândalo, Arida deixou a direção do Opportunity. Seus amigos Mendonça de Barros e Lara Resende foram indiciados pelo Ministério Público, sob a acusação de improbidade administrativa. Em outubro de 1999, um ano depois do aparecimento das fitas, o Tribunal de Contas da União, em investigação paralela, absolveu os acusados e determinou o arquivamento do caso. O processo, no entanto, continuou em tramitação na Justiça Federal. Em julho de 2008, a liderança do governo na Câmara dos Deputados chegou a cogitar de convocá-lo para depor na “CPI dos Grampos”, instalada para apurar escutas telefônicas ilegais.

Ainda em 2008, passou a integrar, como sócio, o comitê executivo da BTG – Banking and Trading Group, companhia de investimentos fundada por André Esteves. Instalada em Nova York e Londres, a empresa iniciou suas atividades no Brasil nesse ano, abrindo escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro.

Foi membro do Conselho de Administração do Banco Itaú Holding Financeira S.A, do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e do Conselho Consultivo do Instituto Moreira Salles.

Publicou artigos em revistas de economia e obras coletivas do Brasil e do exterior e organizou livros sobre temas monetários.

Teve duas filhas do primeiro casamento. Casou-se, mais tarde, com Elena Landau, ex-diretora de desestatização do BNDES.

PEDRO SAMPAIO MALAN - presidente do Banco Central (1993-1994); ministro da Fazenda (1995-2003).

Nasceu em Petrópolis (RJ) no dia 19 de fevereiro de 1943, filho de Elísio Souto Malan e de Maria Regina Sampaio Malan. Seu tio, general Alfredo Souto Malan, foi chefe do Estado-Maior do Exército entre 1971-72.

Fez seus estudos básicos no Colégio Werneck em Petrópolis (RJ) e o curso científico, no Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, completando-o em 1960. Cinco anos depois formou-se em engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Durante o curso universitário participou do movimento estudantil atuando ao lado de organizações de esquerda que se opunham ao regime militar instalado no país em abril de 1964.

Em outubro de 1966, após concluir o curso da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), ingressou no Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea) do Ministério do Planejamento. Em 1969, continuando a sua formação acadêmica, ingressou no curso de doutorado em economia na Universidade de Berkeley na Califórnia, concluindo-o em 1973.

De volta ao Brasil, em agosto desse ano retomou suas atividades de pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento. Crítico da política econômica do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), publicou artigos na revista do IPEA sobre a distribuição de renda no país, polemizando com o economista Carlos Geraldo Langoni, adepto da tese do ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, de que “era preciso primeiro aumentar o bolo para depois distribuir”.

Em 1977 Malan foi um dos fundadores do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, tornando-se seu primeiro presidente, cargo que exerceria por dois mandatos. Em 1978, passou a exercer as atividades docentes como professor de economia da PUC. Neste período, escreveu muitos artigos em revistas acadêmicas e em jornais da chamada imprensa alternativa, como o jornal Movimento, criticando a concentração de renda e os rumos da negociação da dívida externa brasileira, e afirmando que o país devia discutir a possibilidade de uma moratória negociada.

No primeiro trimestre de 1980 foi professor visitante no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge e fellow do King's College, ambos na Inglaterra. No ano seguinte tornou-se coordenador do Comitê Assessor de Ciência Social do Conselho Nacional de Pesquisas. Em 1982, disputou concurso para professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas o primeiro colocado foi Antônio Barros de Castro.

Em agosto de 1983 Malan aceitou o convite para assumir o cargo de diretor da Divisão de Análise de Políticas e Pesquisas do Centro de Empresas Transnacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque. Em janeiro de 1985 tornou-se diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU em Nova Iorque.

Em setembro de 1986, foi indicado pelo ministro do Planejamento João Sayad, e pelo presidente do Banco Central Fernando Bracher para exercer o cargo de diretor executivo do Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti e Filipinas, entre outros, junto ao Banco Mundial, cargo pela primeira vez exercido por um brasileiro. Trabalhou até outubro de 1988, quando passou a ser diretor executivo alterno destes países. Durante a presidência de Fernando Collor de Melo (1990-1992), deixou a posição de diretor para o Brasil no Banco Mundial em julho de 1990 e, indicado pela ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Melo, assumiu a diretoria executiva do Brasil, Equador e Suriname junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em junho do ano seguinte, foi nomeado, pelo ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira, consultor especial do Ministério da Fazenda e negociador chefe para assuntos da dívida externa do Brasil, cargo que exerceu até agosto de 1993 em Washington. Em 1992 Malan tornou-se presidente do Joint Audit Committee, do Banco Mundial.

Na presidência do Banco Central

Indicado pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, em agosto de 1993, Malan foi designado pelo presidente da República Itamar Franco (1992-1994) para a presidência do Banco Central do Brasil. De volta ao país depois de permanecer sete anos representando o Brasil no exterior e dois anos negociando a dívida externa, assumiu o cargo em setembro de 1993 — em substituição a Paulo César Ximenes —, após ter sido aprovado por unanimidade pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Seu nome foi bem recebido pelas comunidades financeiras nacional e internacional, que o reconheciam como um homem discreto e bom negociador. Ao tomar posse, Malan defendeu a independência do Banco Central, que teria, assim, mais autonomia em relação a interferências políticas. O Banco Central vinha se tornando alvo permanente de críticas por parte do presidente Itamar Franco, em virtude da política de juros altos e pelas deficiências na fiscalização bancária.

Malan foi um dos principais executores do Plano Real, um programa de estabilização da economia brasileira que foi posto em prática, de forma gradativa, no último ano do governo Itamar Franco. Anunciado em 28 de fevereiro de 1994 pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso — o seu principal mentor —, o plano consistiu, inicialmente, na introdução da Unidade Referencial de Valor (URV) como padrão de transição dos preços para uma nova moeda, o real, que passaria a vigorar em 1º de julho seguinte, em substituição ao cruzeiro real.

Em março de 1994, Fernando Henrique Cardoso deixou o ministério para candidatar-se à presidência da República no pleito de outubro deste ano, por uma coligação formada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nessa ocasião, Fernando Henrique sugeriu a Itamar Franco, para a pasta da Fazenda os nomes de Malan, Edmar Bacha e Rubens Ricupero, que foi o escolhido. Em abril de 1994, Malan concretizou, em Washington, o acordo da dívida externa, completando o processo — que durou quase três anos — de ativação dos contratos de redução e reestruturação dos débitos do país com os bancos credores internacionais.

Favorecido pelo sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições ainda no primeiro turno e convidou Pedro Malan para ser o titular da pasta da Fazenda. Aceitando o convite, tomou ainda uma última medida como presidente do Banco Central. Em 29 de dezembro de 1994 decretou regime de administração especial temporária (RAET) no Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) e no Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Malan defendia a privatização de bancos estaduais em dificuldades.

No Ministério da Fazenda

Deixando a presidência do Banco Central, que passou a ser ocupada por Pêrsio Arida, Malan assumiu o Ministério da Fazenda no primeiro dia de janeiro de 1995, em substituição a Ciro Gomes. Defendeu, desde logo, a continuidade do processo de reorganização do Estado e de mudanças estruturais que permitissem a consolidação da estabilidade econômica que permitiria, mais à frente, a redução dos juros e o equilíbrio da taxa de câmbio. O Programa Nacional de Desestatização (PND) tinha sido criado em 1991 pelo presidente Fernando Collor e passaria a integrar o programa de governo do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, sendo apontado como um dos principais instrumentos de reforma do Estado. Malan defendeu as privatizações de empresas estatais federais e estaduais, como forma de aumentar a eficiência da economia, reduzir os gastos do governo como produtor e permitir a utilização de recursos públicos nas áreas sociais.

No momento de sua posse, a crise financeira do México, que eclodira em dezembro de 1994, provocando a fuga de capitais daquele país, com repercussões também na Argentina, gerou o temor de que o fenômeno atingisse o Brasil. Nos meses de fevereiro e março de 1995, capitais na ordem de sete bilhões de dólares deixaram o país, gerando clima de desconfiança na estabilidade do real e intenso movimento especulativo com a moeda norte-americana, obrigando o Banco Central a intervir no mercado cambial e vender cerca de cinco bilhões de dólares das reservas internacionais do país. Para evitar uma crise cambial, que afetaria o núcleo estratégico da sustentação do plano de estabilização econômica, o Ministério da Fazenda e o Banco Central reagiram em março com várias medidas: alteração para cima da banda cambial (faixa de valores em real em que o dólar podia flutuar), aumento das taxas de juros; eliminação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para empréstimos e aplicações de capital estrangeiro nas bolsas de valores, entre outras. Na ocasião, Malan contou com a oposição de alguns colegas do Ministério, como o ministro do Planejamento, José Serra, crítico das políticas de valorização cambial e de abertura comercial como recurso para abaixar preços internos.

A política de abertura econômica provocou queda das reservas. O barateamento das importações, iniciado no governo Collor, e o incremento do consumo, permitido pela estabilidade da moeda, geraram repetidos déficits na balança comercial. Embora Malan fosse um defensor da política de maior exposição da economia brasileira à competição externa, em março de 1995, o governo acabou tendo que aumentar em mais de 100% a alíquota de importação de automóveis e de mais de uma centena de itens da pauta de importações, o que

gerou protestos da Argentina em torno das barreiras alfandegárias que o Brasil estaria erguendo no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Para inibir o consumo, atrair capitais externos e recuperar a balança comercial, o Banco Central elevou ainda mais as taxas de juros. Como o ritmo da economia permanecia acelerado, o governo também adotou medidas de restrição ao crédito bancário e introduziu o sistema de bandas cambiais.

Na véspera do primeiro aniversário do Plano Real, o governo promoveu uma desindexação da economia: proibiu o reajuste automático de salários pela inflação e instituiu a livre negociação entre patrões e empregados; determinou que, a partir daquela data, nenhum contrato poderia ter cláusula de correção inferior a um ano.

A queda das taxas de inflação e as medidas de contenção do consumo tiveram forte impacto negativo no mercado financeiro. Privado, por força de estabilização da moeda, de grande parte dos lucros que obtinha com a especulação financeira, o sistema bancário enfrentou dificuldades para adaptar-se à nova situação. Foram atingidos vários bancos privados, entre os quais o Econômico e o Nacional. O Banco Central decretou, em 11 de agosto de 1995, intervenção no Econômico, oitavo maior banco do país e sediado na Bahia. A medida foi estendida aos bancos Mercantil de Pernambuco e Comercial de São Paulo. O caso assumiu contornos políticos em virtude da intervenção do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que, à frente de seus companheiros de bancada — importante esteio do presidente Fernando Henrique Cardoso no Congresso — exerceu forte pressão sobre o governo no sentido de evitar que o Econômico fosse liquidado. Embora as análises revelassem que a situação financeira do banco baiano era das mais complicadas, o Banco Central, para evitar os efeitos violentos que a sua liquidação teria sobre os interesses dos depositantes e o sistema financeiro do país, dispôs-se a vendê-lo.

Em novembro, informações alarmantes em circulação no mercado financeiro a respeito da saúde do Banco Nacional indicaram que os problemas se agravavam. Um intenso movimento de saques contra o banco levou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a suspender os negócios com suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo. Diante desse quadro, o governo federal editou, no dia 17 de novembro, uma medida provisória (MP) que ampliou os poderes do Banco Central para intervir no sistema financeiro, além de dispor sobre os mecanismos de transferência de controle acionário e fusão de instituições bancárias. No dia seguinte, foi decretada a intervenção no Banco Nacional, anunciada como uma forma de viabilizar a sua aquisição pelo Unibanco, que já vinha sendo negociada. Em seguida, foi decretada a

indisponibilidade dos bens de cerca de 20 pessoas que haviam participado da administração do banco.

A experiência com a crise bancária inspirou o Ministério da Fazenda e o Banco Central a regulamentarem o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), lançado no dia 4 de novembro de 1995, para evitar que a quebra de grandes bancos tivesse efeitos multiplicadores sobre todo o sistema financeiro. Com os recursos do programa, o Banco Central pôde financiar a aquisição de bancos problemáticos por bancos saudáveis. O programa foi criticado pelos partidos oposicionistas como pouco transparente. Por medida provisória baixada no dia 17 de novembro, o governo autorizou o Banco Central a alterar o controle acionário de bancos mal administrados. No dia seguinte, já sob este novo regime, o Nacional foi vendido ao Unibanco.

Em janeiro de 1996, Malan e Mário Covas assinaram um acordo que tinha como objetivo reestruturar a dívida do estado de São Paulo para com a União e para com o Banespa. A proposta previa que o estado só iria receber do Tesouro Nacional o equivalente a metade do dinheiro necessário para sanear a instituição, sendo a outra metade oriunda da venda de bens estaduais, como, por exemplo, estatais. No final de 1996 e início de 1997 o Banco Bamerindus, controlado pelo senador José Eduardo de Andrade Vieira (PTB-PR), até então ministro da Agricultura, apresentou sérias dificuldades financeiras, obrigando o Banco Central a intervir, o que o levou a ser vendido em abril de 1997 ao Hongkong and Shanghai Banking (HSBC), sediado em Hong Kong.

Ainda nesse ano tornaram-se públicas certas divergências dentro do governo em relação à utilização dos recursos oriundos das privatizações. Enquanto Malan defendia o uso do dinheiro arrecadado, principalmente para o abatimento da dívida pública, outros ministros, como o do Planejamento, eram favoráveis à aplicação dos recursos na retomada do crescimento econômico através de investimentos via Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com o afastamento do ministro do Planejamento José Serra da área econômica do governo no segundo semestre de 1996, o ministro das Comunicações Sérgio Mota passou a representar o setor favorável aos investimentos produtivos, sobretudo em relação aos recursos que seriam obtidos com a venda do Sistema Telebrás. Malan se manteria inflexível na posição de “defensor das contas públicas” e acabaria ganhando a disputa, após convencer o presidente da República da necessidade de redução do déficit público através das privatizações.

Em abril de 1998, no Fórum Nacional realizado no BNDES, Malan apresentou sua perspectiva da economia brasileira a partir da análise do Plano Real. Considerou como objetivos indissociáveis: a) o controle da inflação; b) o crescimento sustentado, com mudança estrutural e aumento da produtividade média da economia; c) a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Segundo Malan, existiam, pelo menos, quatro razões para que a inflação fosse mantida sob controle. A primeira se ligava à eficiência econômica; isso, porque a inflação baixa alarga o horizonte de tempo no qual decisões de investimento e de poupança são tomadas, permite o cálculo econômico dos agentes e a comparabilidade do valor de bens e serviços. A segunda seria de natureza política: a maioria da opinião pública desejaria o controle e inflação baixa. A terceira razão teria um cunho social: a inflação alta, crônica e crescente, corresponderia a um imposto compulsório que incidiria desproporcionalmente sobre os mais pobres, justamente aqueles menos capazes de dela se defender. A quarta razão seria de natureza ética e moral: nas hiperinflações, perdem-se referências não apenas para comparar valores relativos de bens e serviços, mas, também, referências morais e éticas; no setor público, no setor privado e, principalmente, nas interações entre os dois, dadas as enormes transferências patrimoniais que inflações elevadas propiciam.

Quanto ao crescimento da economia, Malan percebia que, sob o Plano Real, eram dadas condições para que, com baixa inflação o país pudesse voltar a crescer. Um de seus argumentos era o de que com a continuidade do esforço de privatizações, de redução do “custo Brasil”, de investimento em educação, ciência e tecnologia e treinamento de requalificação de mão-de-obra, o Brasil poderia alcançar altas taxas de crescimento no futuro, obtidas de forma sustentada e não de bolhas de crescimento que não se sustentam ao longo do tempo. Para Malan, o fundamental era a elevação da taxa de investimentos privados e de poupança privada doméstica que permita o financiamento não inflacionário do crescimento sem recurso excessivo à poupança externa. Na verdade, considerava falso o dilema inflação versus crescimento, isto é, que o controle da inflação se fizesse às expensas do crescimento. Ao contrário, para ele, esses dois objetivos eram indissociáveis

Quanto à melhoria das condições de vida da população brasileira, Malan indicava que esse processo vinha adquirindo considerável impulso com a implementação do Plano Real, que retirara a carga de imposto inflacionário que incidia sobre os mais pobres e permitira a expansão de mecanismos de crédito para milhões de brasileiros. Por outro lado, esse processo teria a ver

com as questões fundamentais de liberdade, justiça, combate à pobreza e busca de equidade, objeto de inúmeros programas do governo.

Na condução do Plano Real, Malan teve que enfrentar problemas internos e as repercussões das crises econômicas externas. Como o real foi introduzido em um contexto hiperinflacionário (a taxa de inflação em 1993 foi de 2.700% e nos 12 meses que antecederam o lançamento da nova moeda de 5.000%) o programa, como em todas as experiências de combate à hiperinflação, utilizou, entre outras medidas fiscais e estruturais, o câmbio como mecanismo de estabilização monetária, na sua fase inicial.

A apreciação relativa do real e o superaquecimento da economia associado ao fim do imposto inflacionário e à reativação do crédito, incentivou as importações, aumentou a tendência ao déficit da balança comercial e contribuiu para a drástica redução da inflação. As taxas de juros reais elevadas que prevaleceram nos anos iniciais do programa atraíram capitais externos, em especial de curto prazo, o que viria a causar problemas por ocasião das crises asiáticas e, particularmente, da crise que se seguiu à moratória russa.

Mesmo durante a crise asiática — um ataque especulativo que, durante o segundo semestre de 1997 atingiu diversos países deste continente, entre os quais Tailândia, Taiwan, Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, e que causou queda acentuada nas bolsas de valores, desvalorização de moedas, intervenções nos sistemas bancários etc. —, a política cambial ainda resistiu, graças a uma nova e brutal elevação dos juros e de mecanismos de atração de capitais especulativos. Ainda assim, cerca de dez bilhões de dólares deixaram o Brasil. Sem um programa fiscal consistente, porém, transformou-se em uma última linha de defesa. Nesse ano, a economia brasileira cresceu 3,2%, um pouco menos que a média dos países latino-americanos – 3,5% –, e o déficit comercial chegou a nove bilhões de dólares.

A moratória da dívida externa das empresas privadas russas, na ordem de 40 bilhões de dólares, e de parte da dívida interna do país, cerca de 32 bilhões de dólares, em agosto de 1998, trouxe novos riscos à política cambial. O Brasil, assim como os países emergentes, de um modo geral, passou a ser visto, pelo mercado financeiro internacional como de riscos elevados. Em setembro de 1998, um mês antes das eleições, o Ministério da Fazenda lançou o Programa de Estabilidade Fiscal para o triênio 1999-2001. Destinado a produzir resultados que eliminassem as apreensões dos investidores estrangeiros quanto à capacidade que o governo brasileiro teria para honrar seus compromissos financeiros internos e externos, o programa identificava a previdência social como o principal fator da crise fiscal e adotava uma série de medidas emergenciais, como

o corte de gastos e aumento dos impostos, além de criar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabeleceu critérios rigorosos para o endividamento público municipal, estadual e federal. Em novembro, Malan viajou para Washington com o objetivo de negociar com o FMI e com os bancos centrais de 20 países mais industrializados, um pacote de ajuda de cerca de 41 bilhões de dólares. Contando com a presença do ministro, o acordo foi referendado pelo Senado no mês seguinte.

Em 1º de janeiro de 1999, Fernando Henrique Cardoso, eleito no primeiro turno das eleições realizadas em outubro, o que o tornou o primeiro presidente reeleito da história do país, foi empossado.

Confirmado na pasta da Fazenda, Malan iniciou seu segundo mandato já enfrentando problemas decorrentes da decisão do novo governador de Minas Gerais, Itamar Franco, no sentido de decretar a moratória, por 90 dias, da dívida do estado com a União, que havia sido renegociada com o governo anterior e montava a R\$ 18,6 bilhões. Foram suspensos, também, os pagamentos da dívida flutuante, no valor de R\$ 3,2 bilhões, e de financiamentos internacionais. A medida contribuiu para a desvalorização dos títulos brasileiros no exterior e o governo federal, em resposta, parou de repassar para Minas Gerais recursos determinados pela Constituição, como os do Fundo de Participação dos Municípios. Ao final, a dívida mineira foi repactuada em fevereiro de 2000.

Malan viu-se às voltas, também com os efeitos de nova crise financeira internacional, cujo epicentro se registrara, no ano anterior, na Rússia. Bilhões de dólares foram retirados do Brasil por investidores assustados. Em face das dificuldades para manter a “âncora cambial” que até então sustentara o Plano Real, o governo procedeu a uma radical mudança na área econômico-financeira. O regime cambial passou de fixo a flutuante, embora se mantivesse a possibilidade de intervenção do Banco Central no mercado. Um sistema de metas inflacionárias substituiu o vigente, vinculado às bandas cambiais. Por fim, operacionalizou-se a execução de um dos compromissos do acordo feito com o FMI, pelo qual o regime fiscal foi alterado pela obrigatoriedade de manter-se um superávit primário elevado que garantisse uma proporção segura entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). A desvalorização do real implicou o aumento dos juros e da dívida brasileira e levou o país a uma das mais graves crises da sua história.

A questão da dívida pública – que dobraria durante a sua gestão, passando de 30% do PIB em janeiro de 1995 a 60% em janeiro de 2002 – de resto, impôs a Malan, também, um

enfrentamento interno com setores da oposição ao governo. Sob inspiração da Campanha Internacional do Jubileu 2000, patrocinada pelo Vaticano, que pregava o cancelamento das dívidas dos países pobres e reuniu em vários países igrejas cristãs, muçulmanas, afro-brasileiras e organizações não-governamentais, organizou-se no Brasil a Campanha pelo Plebiscito da Dívida Externa. Integraram o movimento várias entidades, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central de Movimentos Populares (CMP), além de partidos políticos, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). A campanha considerava a dívida pública, tanto a interna quanto a externa, imoral e injusta, bem como, em boa parte, ilegal. Deplorava, também, os custos sociais do endividamento, entendendo-os como uma das principais razões da precariedade das políticas sociais e da exclusão de milhões de brasileiros dos frutos da riqueza nacional. O movimento tinha como eixo a realização de um plebiscito nacional sobre o recente acordo com o FMI e a situação da dívida, previsto para os dias 2 a 7 de setembro de 2000, marcando a “Semana da Pátria” do ano em que se comemorariam os 500 anos do Brasil.

Na condição de ministro da Fazenda, Malan, naturalmente, discordou da iniciativa. Às vésperas da consulta, fez declarações explicando sua posição. Para ele, a proposta era “fora de seu lugar e de seu tempo”, porque o Brasil não fazia parte do grupo de países miseráveis que não dispunham de reservas para pagar suas dívidas. Insinuando que a campanha era irresponsável, porque pregava o calote da dívida, denunciou a sua instrumentalização política pelo Partido dos Trabalhadores, visando à sucessão presidencial. Além disso, para ele, a consulta pública sobre o pagamento da dívida externa elevaria o chamado “risco Brasil”, com efeitos negativos no custo de captação de recursos pelos setores público e privado no mercado internacional,

Realizada a consulta, os números divulgados pela coordenação da campanha em 21 de setembro indicaram a participação de 6.030.329 pessoas, correspondentes a 5,7% do eleitorado brasileiro. À pergunta nº 1 – O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)? –, 5.646.862 responderam “não”, 280.442 responderam “sim”, 76.574 votaram em branco e 26.451, nulo. À pergunta nº 2 – O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988? –, 5.765.954 responderam “não”, 182.462 responderam “sim”, 57.954 votaram em branco e 23.959, nulo. À pergunta nº 3 – Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar

usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores? –, 5.768.563 responderam “não”, 158.995 responderam “sim”, 80.481 votaram em branco e 22.290, nulo. Como o governo e o Congresso Nacional não endossaram a consulta, as entidades que apoiaram o plebiscito passaram a realizar, a partir de abril de 2001, a Auditoria Cidadã da Dívida, ainda em andamento.

A proximidade das eleições em 2002 complicou o quadro de insegurança externa e queda dos investimentos, contribuindo para o agravamento das pressões inflacionárias. A situação preocupou seriamente as autoridades da área econômico-financeira, bem como os investidores, por causa de possibilidade de eleição de um candidato opositorista que reorientasse radicalmente a política monetária. Um compromisso dos candidatos e as primeiras declarações do novo presidente, Luís Inácio Lula da Silva, contudo, desanuviariam as expectativas.

No último ano da gestão de Pedro Malan, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou um crescimento de 1,93 %, contra 4,22 % em 1995, ano de sua primeira posse. A taxa de desemprego aberto foi de 6,2%, contra 4,64 % em 1995. A renda média do trabalhador registrou crescimento negativo de 0,6 %, contra a taxa positiva de 11% em 1995. O real, que em 1995 valia 0,97 do dólar norte-americano, custava 3,73 dólares em 2002. Por outro lado, a inflação – principal alvo das gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso – neste ano foi de 7,61%, contra 22,41 % em 1995.

Concluído o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e empossado o novo presidente, Luís Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, Pedro Malan foi sucedido por Antônio Palocci à frente do Ministério da Fazenda.

Em 28 de abril de 2003, tornou-se vice-presidente do Conselho de Administração do Unibanco, onde já tinham assento dois ex-integrantes de sua equipe ministerial: Armínio Fraga (ex-presidente do Banco Central) e Pedro Bodin (ex-diretor do Banco Central).

Em março de 2008, Malan foi eleito, com mandato até 2010, membro do Conselho Curador da International Accounting Standards Committee Foundation (IASC) que controla o Comitê Internacional de Normas Contábeis (IASB). Nesta função, participa da escolha daqueles que desenvolvem as normas internacionais, utilizadas em mais de cem países do mundo e o rumo das normas brasileiras. O IASC Foundation - que regula o IASB – é constituído por seis representantes da América do Norte, seis da Europa, seis da Ásia e Oceania e mais quatro de outras partes do mundo. A participação nessa entidade é um desdobramento de sua atuação

pública, sempre voltada para a melhoria das condições de atração de capitais internacionais para a economia brasileira, já que, como explicou à revista RI – Relação com investidores, “a adoção de normas contábeis internacionais que constituam o padrão globalmente aceito e praticado por todos os países de maior expressão econômica e financeira do mundo teria [...] o efeito de reduzir o custo de capital para empresas brasileiras e aumentar o escopo nas captações de recursos no mundo, já que investidores privados, tanto nacionais quanto estrangeiros, estariam em condições de analisar, avaliar e comparar balanços e demonstrações financeiras de empresas localizadas em vários países do mundo. Confiança, credibilidade e transparência devem melhorar as avaliações de risco das empresas e do próprio país, facilitando uma maior integração à economia global e aos mercados internacionais de capital”.

Ainda em 2008, tornou-se membro independente do Conselho de Administração da OGX Petróleo e Gás Participações, onde também tinham assento Francisco Gros e Eliezer Batista da Silva, dois ocupantes de importantes postos na área econômico-financeira governos passados.

Iniciado o processo de fusão dos bancos Unibanco e Itaú, foi o primeiro presidente do Conselho Consultivo Internacional (International Advisory Board), cuja função primordial era ampliar a presença internacional da nova organização, que já ocupava a posição de 11º maior banco do mundo em capitalização. Ainda em 2009, integrou o Conselho de Administração da EDP do Brasil, empresa holding do setor de energia controlada pela EDP de Portugal. Nessa condição, presidiu o Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa e integrava o Comitê de Remuneração, encarregado de assessorar o Conselho de Administração nas deliberações relativas às políticas de remuneração da empresa e de suas controladas. Foi, ainda, vice-presidente do Conselho Consultivo do Instituto EDP, plataforma de relacionamento com todas as partes interessadas na dimensão socioambiental, encarregada de aprimorar a atuação das empresas do Grupo EDP no Brasil nesta área.

Foi, também, conselheiro do Centro brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) criada em 1998 por um grupo de intelectuais, empresários, autoridades governamentais e acadêmicos com caráter independente, multidisciplinar e apartidário. Sediado no Rio de Janeiro, o Cebri – cujo presidente de honra era Fernando Henrique Cardoso – tinha como missão promover estudos e debates sobre temas prioritários da política externa brasileira e das relações internacionais.

Teve um filho no seu primeiro matrimônio. Do segundo casamento, com Catarina Gontijo Sousa Lima, teve mais dois filhos.

Publicou diversos artigos em coletâneas e revistas nacionais e estrangeiras e os livros *Foreign exchange constrained growth in a semi-industrialized economy: the Brazilian experience* (1977), *Política econômica externa e industrialização no Brasil* (com Regis Bonelli, Marcelo de P. Abreu e José Eduardo de C. Pereira, 1977) e *Política econômica e teorias de balanço de pagamentos* (1981).